

**“TERCEIRIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E AGRAVOS À
SAÚDE DOS\AS TRABALHADORES\AS”**

**IX Seminário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
“Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos
Trabalhadores” e o VIII Seminário “O Trabalho
em Debate” (Volume I)**

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Reitor

Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Dr.^a Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretora

Prof.^ª. Dr.^a. Célia Maria David

Vice-Diretora

Prof.^ª. Dr.^a. Márcia Pereira da Silva

Comissão Editorial UNESP - Câmpus de Franca

Presidente

Profa. Dra. Célia Maria David

Membros

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
Profa. Dra. Analúcia Bueno R. Giometti
Profa. Dra. Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira
Profa. Dra. Elisabete Maniglia
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca
Profa. Dra. Helen Barbosa R. Engler
Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França
Prof. Dr. José Duarte Neto
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira
Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille
Profa. Dra. Paula Regina de Jesus P. Pavarina
Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges
Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira
Profa. Dra. Rita de Cássia Ap. BIASON
Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

Edvânia Ângela de Souza Lourenço; Vera Lúcia Navarro; José Reginaldo Inácio, Ricardo Lara;
Claudia Mazzei Nogueira
(Organizadoras/es)

**“TERCEIRIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E AGRAVOS À
SAÚDE DOS\AS TRABALHADORES\AS”**

**IX Seminário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
“Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos
Trabalhadores” e o VIII Seminário “O Trabalho
em Debate” (Volume I)**

Edvânia Ângela de Souza Lourenço
Coordenadora do Seminário e da Comissão Científica
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP-Franca, SP.

Vera Lúcia Navarro
Vice coordenadora do Seminário
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

Comissão Organizadora

Andressa Vanusa Carmargo- (FCHS), UNESP – Franca, SP.-
Aline Pereira da Silva (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Benedito R. de Miranda (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Bianca Barbosa do Vale (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Cássia Regina Rosa (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Claudia Mazzei Nogueira UNIFESP-BS.
Clara Lúcia Aguiar *Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários (STICF) da região de Franca, SP.*
Cleyton da Silva Oliveira (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Edvânia Ângela de Souza Lourenço (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Gislaine dos Santos Silva- *Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo.*
Graziela Donizetti dos Reis (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Helyssa Bafum (FCHS), UNESP – Franca, SP.
José Antonio Pereira (FCHS), UNESP – Franca, SP.
José Fernando Siqueira da Silva (FCHS) UNESP Franca, SP.

José Reginaldo Inácio *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).*
Marcelo Galo (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Maria Angélica da Silva (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Marcos Antonio Limonti Filho *Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.*
Mayra Ribeiro Oliveira (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Nathália Lopes Caldeira Brant *Instituto Federal Sul de Minas Gerais, campus Machado, MG.*
Onilda Alves do Carmo (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Raquel Santos Sant’Ana (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Ricardo Lara *Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.*
Robson de Jesus Ribeiro - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Sebastião Ronaldo (STICF)
Tamara dos Santos Oliveira (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Vera Lucia Navarro *USP Ribeirão Preto*

Comissão Científica

Albério Neves Filho – (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Anita Pereira Ferraz – Pontificia Universidade Católica – PUC/SP.
Caio Sgarbi Antunes – Universidade Federal de Goiás – UFG.
Claudia Mazzei Nogueira - UNIFESP-BS.
Edvânia Ângela de Souza Lourenço - (FCHS), UNESP – Franca
Gislaine dos Santos Silva- *Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo.*
Gustavo José de Toledo Pedroso - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
José Antonio Pereira- (FCHS), UNESP – Franca, SP.
José Fernando Siqueira da Silva - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
José Reginaldo Inácio – (CNTI).
Leandro Carlone - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Lívia de Cássia Godoi Moraes – UFES.
Luiz Gonzaga Chiavegato Filho – UFSJ.
Marcelo Galo - (FCHS), UNESP – Franca, SP.

Maria Beatriz Costa Abramides – PUC/SP.
Maria Izabel da Silva – UFU
Maria das Graças Lustosa – UFF/Niterói RJ,
Marta de Freitas – *Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde/Secretaria do estado de Minas Gerais, MG.*
Murilo Gaspar do – (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Nathália Lopes Caldeira Brant – *Instituto Federal Sul de Minas Gerais, campus Machado, MG.*
Onilda Alves do Carmo - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Patricia Soraya Mustafa - (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Priscila De Souza Oliveira – *Ministério Público – Franca, SP.*
Raquel Santos Sant’Ana – (FCHS), UNESP – Franca, SP.
Ricardo Lara - *Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.*
Reginaldo Pereira França Junior - *Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.*
Vera Lucia Navarro – *USP Ribeirão Preto*
Vinicius Barbosa de Araújo – BND.

Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores (I : 2015 : Franca, SP).

Terceirização, precarização e agravos à saúde dos/as trabalhadores/as / IX Seminário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora “Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores” e o VIII Seminário “O trabalho em debate” ; Edvânia Ângela de Souza Lourenço ... [et al.] (Organizadoras/es). – Franca : UNESP-FCHS, 2017.

2 v.

ISBN: 978-85-7818-099-7

1. Serviço social com trabalhador. 2. Saúde do trabalhador.
3. Seguridade social. 4. Terceirização. 5. Acidentes do trabalho.
I. Seminário “O trabalho em debate” (VIII : 2015 : Franca, SP).
II. Lourenço, Edvânia Ângela de Souza. III. Título.

CDD – 362.85

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andreia Beatriz Pereira – CRB8/8773

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social com trabalhador 362.85
2. Saúde do trabalhador 610.88
3. Seguridade social 341.61
4. Terceirização 322.3
5. Acidentes do trabalho..... 342.61

APRESENTAÇÃO

O livro¹ “**Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores**” é fruto do IX Seminário de Saúde do trabalhador, evento tradicionalmente realizado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca) em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto) e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários da Região (STICF) de Franca, sendo que a partir desta edição, ocorrida em setembro de 2015, passou a contar também com a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ressalta-se, que desde a edição do Seminário de 2012, vem-se contando também com a parceria e apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Além do apoio do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) – Franca, SP.

A cada edição elegemos uma temática como foco principal das discussões. Nesta edição focalizamos a Terceirização. Cabe salientar que este tema é destaque na ordem do dia no cenário nacional. O Projeto de Lei n. 4.330/04, o chamado PL da “terceirização” está em votação no Senado Nacional e, de acordo com especialistas, representa ameaça aos direitos trabalhistas contemplados na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT). É sabido que a terceirização que vem se expandindo no país, principalmente a partir dos anos de 1990, tem representado também piora nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores. Quais serão os efeitos desta lei? O Seminário de Saúde do Trabalhador é um espaço onde estas e outras questões foram discutidas e analisadas por importantes pesquisadores do tema como Jorge Luiz Souto Maior, Ricardo Antunes, Grijalbo Fernandes Coutinho, Giovanni Alves, Graça Druck, Edith Seligmann, dentre outros.

O Seminário teve a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo do trabalho, de dentro e fora do país, caracterizando-se como um evento de caráter nacional. Contou também com a presença de representantes de diferentes instituições, de organismos estatais e de trabalhadores/as, alunos/as de graduação e pós-graduação, profissionais da rede pública envolvidos com a questão da saúde do/a trabalhador/a. É um evento que vem se consolidando enquanto espaço de formação tanto do pessoal pertencente à academia quanto daquele envolvidos com o serviço público, em especial ao dedicado à área de saúde coletiva. Portanto, este evento é uma atividade acadêmica realizada pela Universidade pública em parceria com sindicatos de trabalhadores e contempla a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Registra-se a importância do envolvimento dos alunos/as, discentes da UNESP-Franca em todo o processo organizativo do Seminário, desde a construção do Programa até a sua execução.

O Seminário de Saúde do Trabalhador, que anteriormente estava restrito ao público regional cresceu muito e, nesta edição, recebeu quase 700 participantes oriundos de 21 estados da Federação, assim, consolidou-se o seu caráter nacional.

É importante frisar que dos quase 700 inscritos, conforme as inscrições realizadas e disponibilizadas no site da UNESP-Franca, SP., tivemos um grande percentual, 43,22%, de participantes que se definiram como profissionais, o que nos permite dizer que este evento não se configura apenas como uma atividade do meio acadêmico, mas que conseguiu congrega tanto alunos/as da Graduação (32,15%), como da Pós-Graduação (26,63%) e profissionais (43, 22%). Portanto, atingiu o seu objetivo de fomentar o diálogo entre a academia, a comunidade, os organismos governamentais e representantes dos/as trabalhadores/as no debate acerca das relações sociais de trabalho e a saúde garantindo o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Do total de inscritos/as, estiveram representados 21 estados da Federação, quais sejam: Alagoas (08); Amazonas (05); Bahia (4); Ceará (1); Distrito Federal (3); Espírito Santo (2); Goiás (7); Minas Gerais (190); Mato Grosso do Sul (1); Mato Grosso (2); Pará (11); Paraíba (3); Pernambuco (3); Piauí (1); Paraná (6); Rio de Janeiro (42); Rio Grande do Norte (17); Rio grande do Sul (8); Santa Catarina (17); Sergipe (3); São Paulo (351), Tocantins (2). Dois participantes do estrangeiro, em específico: da Argentina e de Portugal.

¹ Registra-se aqui um agradecimento especial ao Murilo Celli, servidor técnico administrativo da Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (STAEPE) e também a Laura Odette Dorta Jardim, Diretora da Biblioteca, ambos da UNESP-Franca, SP, pela preciosa contribuição e trabalho inestimável no que se refere às questões técnicas para a organização deste livro, volume I e volume II.

O Seminário de Saúde do Trabalhador, anteriormente denominado Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca, tornou-se um evento nacional, com projeções para a sua internacionalização. Salientamos que nesta edição contou-se com dois palestrantes internacionais (Raquel Varela, Portugal; Antonino Infranca, Itália) e um pós doutorando brasileiro, mas que no momento do evento, estava vivendo em Portugal, em decorrência do seu pós-doutorado, mas compôs o programa científico do evento.

A abrangência nacional deste Seminário pode ser comprovada no debate realizado durante o evento e durante a apresentação de trabalhos oriundos de várias partes do país, como pode ser comprovado na publicação que ora é disponibilizada ao público e que se constitui dos textos apresentados durante o evento e indicados para compor essa coletânea.

Ao todo, foram recebidos quase 400 trabalhos na forma de Trabalhos completos e resumos, sendo que desses, 191 foram apresentados na modalidade oral e 72 na forma de pôster, as apresentações contaram com debatedores e avaliadores qualificando o debate.

Assim, o livro que ora vem a público constitui-se de dois volumes – VOLUME I e II- contemplando ao todo 45 trabalhos que anteriormente foram apresentados durante o Seminário e, agora, após análise e seleção compõem o livro do evento.

Portanto, neste volume (I), estão os textos que contemplam os Eixos 1) “Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e terceirização”; 2) Acidentes, Doenças e Adoecimentos Relacionados ao Trabalho e 3) Seguridade Social, Serviço Social e Saúde do Trabalhador. No primeiro eixo, constam oito textos que discutem o trabalho enquanto categoria fundante e fundamental da sociedade; a crise do capital e seus reflexos para a precarização do trabalho; o endividamento da classe trabalhadora; o neoliberalismo e a terceirização no interior do Estado; a terceirização e os impactos para as condições de vida e trabalho para os/as trabalhadores/as do setor calçadista, as migrações internacionais e a precarização do trabalho e a relação trabalho e sofrimento a partir dos escritos de Dejours.

O segundo eixo deste livro, sob o título: Acidentes, Doenças e Adoecimentos Relacionados ao Trabalho, constitui-se de seis textos, os quais abordam os agravos à saúde dos/as trabalhadores/as (ST) na agroindústria canavieira; a intoxicação e a subnotificação dos agravos a ST; o sofrimento mental relacionado ao trabalho e a sua subnotificação no estado da Bahia; o suicídio do trabalho na região de São João Del Rei; os acidentes de trabalho nos frigoríficos na cidade de Barretos, SP e a precarização do trabalho no interior dos serviços públicos de saúde.

O terceiro eixo intitulado: “Seguridade Social, Serviço Social e Saúde do Trabalhador” organiza-se a partir de nove textos, os quais discutem a política de saúde do/a trabalhador/a nas regiões de fronteiras no Sul do país; a Seguridade Social e o controle social; a ST e a Previdência Social; a reabilitação profissional, enquanto política previdenciária, e os desafios para a sua efetivação; as condições de trabalho dos/as docentes de Serviço Social na região de São José do Reio Preto; as condições de produção e reprodução das famílias em municípios de pequeno porte no interior do estado de São Paulo; o trabalho profissional do/a assistente social na rede federal d educação profissional e tecnológica e a formação do Ensino Médio alinhado às diretrizes e perspectivas do mercado.

Este livro dá relevância ao Seminário comprovando o seu caráter nacional e cumpre os seus objetivos de promover o debate de resultados de pesquisas ligadas à temática Trabalho e Saúde; fomentar o debate entre a comunidade acadêmica, organismos governamentais e representantes de trabalhadores a respeito das condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores além de contribuir com a formação de pessoal que atua na área de Saúde do Trabalhador tanto os da rede pública de saúde quanto daqueles que atuam na iniciativa privada. E, ainda, promover profícua interlocução com os mais variados sindicatos.

Organizadoras e organizadores
Inverno de 2016.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABECS | Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços |
| ABEPSS | Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social |
| ACNUR | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados |
| ACP | Ação Civil Pública |
| ADUFRJ | Docentes da Universidade Federal do Rio De Janeiro |
| AEAT | Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho |
| ALCA | Acordo de Livre Comércio das Américas |
| AMUREL | Associação dos Municípios da Região de Laguna |
| ANDES | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior |
| APS | Agência da Previdência Social |
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| BERP | Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional |
| BM | Bombeiro Militar |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BPC | Benefício da Prestação Continuada |
| CAPES | Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CAT | Comunicações de Acidente de Trabalho |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CBO | Classificação Brasileira de Ocupação |
| CBTU | Companhia Brasileira de Trens Urbanos |
| CEGET | Centro de Estudos de Geografia do Trabalho |
| CEI | Comissão Especial Interministerial |
| CEREST | Centro de Referência em Saúde do Trabalhador |
| CF | Constituição Federal |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CID | Classificação Internacional das Doenças |
| CIETT | Confederação Internacional das Agências Privadas de Emprego |
| CIF | Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde |
| CIST | Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador |
| CLT | Consolidação da Leis do Trabalho |
| CNAE | Classificação Nacional de Atividades Econômicas |
| CNC | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo |
| CNI | Confederação Nacional das Indústrias |
| CNST | Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador |
| CNTI | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria |
| COLSAT | Centro Colaborador em Saúde do Trabalhador |
| CONARE | Comitê Nacional para Refugiados |
| CONASS | Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde |
| CONDSEF | Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal |
| CONTAC | Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, |
| Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais | |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| CRP | Centros de Reabilitação Profissional |
| CTSST | Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DAST | Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador |
| DATAPREV | Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |

| | |
|---------------------------------|--|
| DCNEM | Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio |
| DETRAN | Departamento Estadual de Trânsito |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos |
| EBSERH | Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares |
| ECOSOC | United Nations Economic and Social Council |
| ECT | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos |
| ELETROBRÁS | Centrais Elétricas Brasileiras S.A. |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| ENEF | Estratégia Nacional de Educação Financeira |
| ENPES | Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAPESP | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo |
| FASUBRA | Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em |
| Instituições de Ensino Superior | Públicas do Brasil |
| FCHS | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca |
| FEA | Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais |
| FEF | Fundação Educacional de Fernandópolis |
| FFCLRP | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FIES | Financiamento Estudantil |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| FII | Ficha Individual de Investigação |
| FIN | Ficha Individual de Notificação |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUNDACENTRO | Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho |
| FUNDASUS | Fundação Saúde do Município de Uberlândia |
| GEX | Gerência Executiva |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IAP'S | Institutos de Aposentadorias e Pensões |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IFB | Instituto Federal de Brasília |
| IFSP | Instituto Federal de São Paulo |
| IFSULDEMINAS | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais |
| IMESB | Instituto Municipal de Ensino Superior Victório Cardassi |
| IML | Instituto Médico Legal |
| INFRAERO | Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária |
| INPS | Instituto Nacional da Previdência Social |
| INSS | Instituto Nacional de Serviço Social |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| LER/DORT | Lesões Por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao |
| Trabalho | |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| LOPS | Lei Orgânica da Previdência Social |
| LOS | Lei Orgânica de Saúde |
| MARE | Ministério de Reforma do Aparelho do Estado |
| MFCNC | Automação das Máquinas-Ferramenta de Controle Numérico Computadorizado |
| com base microeletrônica | |
| MFUS | Máquinas-Ferramenta Universais com base eletromecânica |

| | |
|--------------------|--|
| MPAS | Ministério da Previdência Social e Assistência Social |
| MPOG | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| MPS | Ministério da Previdência Social |
| MPT | Ministério Público do Trabalho |
| MS | Ministério da Saúde |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| NASSUR | Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor |
| NEPTQSAL Latina | Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina |
| NEST | Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho |
| NRP | Núcleos de Reabilitação Profissional |
| NTEP | Nexo Técnico Epidemiológico |
| OBMigra | Observatório das Migrações Internacionais |
| OCDE | Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | Organizações Não Governamentais |
| ONU | Organizações das Nações Unidas |
| OS | Organizações Sociais |
| OSCIP | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PASS Federal | Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal |
| PDV | Programas de Demissão Voluntária |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PEIC | Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor |
| PEP | Projeto Ético Político Profissional |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PL | Projeto de Lei |
| PLC | Projeto de Lei da Câmara |
| PLR | Participação nos Lucros e Resultados |
| PM | Polícia Militar |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PNSST | Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho |
| PNSTT | Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| PRP | Programa de Reabilitação Profissional |
| PUC-SP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| RAAT | Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| REF | Relatório de Estabilidade Financeira |
| RENAST | Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador |
| REUNI Federais | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RINA | Relatório Individual de Notificação de Agravos |
| ROP | Responsável pela Orientação Profissional |
| SAE | Secretaria de Assuntos Estratégicos |
| SAT | Seguro Acidente de Trabalho |
| SENAC | Serviço Nacional do Comércio |
| SENAI | Serviço Nacional da Indústria |
| SESC | Serviço Social do Comércio |

| | |
|---------------------------|---|
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SFN | Sistema Financeiro Nacional |
| SIASS | Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal |
| SIM | Sistema de Informação sobre Mortalidade |
| SINAIT | Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho |
| SINAN | Sistema de Informação de Agravos de Notificação |
| SINASEFE e Tecnológica | Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional |
| SINDIFRANCA | Sindicato das Indústrias de Franca |
| SINDSAÚDE | Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná |
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social |
| SIS-MERCOSUL | Serviços Integrados de Saúde do Mercosul |
| SIST-RS | Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul |
| SOISS Social | Grupo de Pesquisa de Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço |
| SPC | Serviço de Proteção ao Crédito |
| SPSS-PC | Statistical Program for Social Sciences |
| ST | Saúde do Trabalhador |
| STICF | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários da Região |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TLCE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TMRT | Transtornos Mentais e Comportamentais Relacionados ao Trabalho |
| TST | Tribunal Superior Do Trabalho |
| UERJ | Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| UFAS | Unidades de Formação Acadêmicas |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSJ | Universidade Federal de São João Del Rei-MG |
| UNABRAS | União de Anistiados do Brasil |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UNESPAR | Universidade Estadual do Paraná |
| UNI-FACEF | Centro Universitário Municipal de Franca |
| UNIFEB | Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos |
| UNIFESP | Universidade Federal de São Paulo |
| UNIFEV | Centro Universitário de Votuporanga |
| UNIJALES | Centro Universitário de Jales |
| UNILAGO | União das Faculdades dos Grandes Lagos |
| UNIMONTES | Universidade Estadual de Montes Claros |
| UNIOESTE | Universidade Estadual do Oeste do Paraná |
| UPA | Unidades de Pronto Atendimento |
| URSS | União das Republicas Socialistas Soviéticas |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

Eixo I - Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Terceirização

ATUALIDADE DO DEBATE E EQUÍVOCOS METODOLÓGICOS DE “ADEUS AO PROLETARIADO” DE ANDRÉ GORZ

Marcelo Gomes 17

REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL NA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NO BRASIL

Mauri Antônio da Silva 29

O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL E O CAPITALISMO MANIPULATÓRIO

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Ricardo Lara 41

A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: A TERCEIRA ONDA NEOLIBERAL?

Ana Cássia Cople Ferreira

Cleusa Santos 51

PERDOADOS? UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS TRABALHADORES “ANISTIADOS” NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Fernanda Fortini Macharet 63

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DOMICIALIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR CALÇADISTA: UM OLHAR PARA A REALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE NAS BANCAS DE PESPONTOS EM CALÇADOS, NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP

Edvânia Ângela de Souza Lourenço

Marcos Antônio Limonti Filho 71

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE REFUGIADOS E MIGRANTES INTERNACIONAIS NA BUSCA POR TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Myrt Thânia de Souza Cruz

Ruth Yamada Lopes Trigo

Monika Akemi 83

TRABALHO E SOFRIMENTO EM DEJOURS

Cleyton da Silva Oliveira 93

Eixo II - Acidentes, Doenças e Adoecimentos Relacionados ao Trabalho

ACIDENTES, DOENÇAS E ADOECIMENTOS RELACIONADOS AO TRABALHO ACIDENTES DE TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE ARARAQUARA-SP

Dathiê de Mello Franco

Benatti Vera Lucia Navarro 101

A SUBNOTIFICAÇÃO DOS AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES (AS) E COLETIVA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP): UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA (2007-2014)

Fernando Mendonça Heck 113

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO: CASOS NOTIFICADOS AO SINAN, NO ESTADO DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2006 A 2012

Ana Claudia C. Mendonça Semêdo 127

SUICÍDIO TENTADO E CONSUMADO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO EM SÃO JOÃO DEL REI E REGIÃO

Tatiana Detomi Ramos

Luiz Gonzaga Chiavegato Filho 139

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NOS FRIGORÍFICOS DE BARRETÓS: O ANTAGONISMO DA SUPEREXPLORAÇÃO

Alcides Pontes Remijo 151

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS REFLEXOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE MENTAL EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Yasmin Livia Queiroz 163

Eixo III - Seguridade Social, Serviço Social e Saúde do Trabalhador

SEGURIDADE SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR O ACESSO À SAÚDE DO TRABALHADOR NA REGIÃO DE FRONTEIRAS: ANTIGAS DEMANDAS, NOVAS QUESTÕES

Fabiane K. S. Machado

Jussara Maria Rosa Mendes

Dolores Sanches Wünsch

Carmem Giongo

Juliana Martins 175

**SEGURIDADE SOCIAL, TRANSFORMAÇÕES NO CAPITAL E
CONTROLE DEMOCRÁTICO: SUBSÍDIOS PARA O CAMPO DA
SAÚDE DOS TRABALHADORES**

Natália Pereira Caixeta 185

**PROCESSO SAÚDE-DOENÇA SOB A ÓTICA DO CAMPO SAÚDE DO
TRABALHADOR E PREVIDÊNCIA**

Marina Coutinho de Carvalho Pereira

Claudia Mazzei Nogueira 197

**SERVIÇO PREVIDENCIÁRIO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL:
REFLEXÕES E DESAFIOS**

Késia Miriam Santos de Araújo 207

**A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E O DESAFIO DO RETORNO AO
MERCADO DE TRABALHO: DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS**

Christiane Karla Spielmann 215

**CONDIÇÕES DO TRABALHO
DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DA MICRORREGIONAL
DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - ABEPSS SUL II**

Lucimara Perpétua dos Santos Benatti 225

**ATERCEIRIZAÇÃO E O LUGAR DE FAMÍLIAS OPERÁRIAS NO PROCESSO
DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ATIVIDADES DA
INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA-SP – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Onilda Alves do Carmo 237

**IMPACTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Anita Pereira Ferraz

Nathália Lopes Caldeira Brant 247

**REFLETINDO SOBRE AS FUNÇÕES DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DOS
ANOS 90: FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, ENSINO PROPEDEÚTICO OU
A ARTICULAÇÃO DAS DUAS PROPOSTAS?**

Fátima Rita Santana Aguiar

Sarah Jane Alves Durães 253

ATUALIDADE DO DEBATE E EQUÍVOCOS METODOLÓGICOS DE “ADEUS AO PROLETARIADO” DE ANDRÉ GORZ

Marcelo Gomes*

RESUMO: Nosso artigo pretende realizar uma abordagem crítica pouco explorada no debate sobre o livro “Adeus ao Proletariado” e sua tese sobre o fim do trabalho. Não visamos defender sua validade ou não, mas compreender os elementos metodológicos que levaram Gorz a abandonar quase completamente as teses centrais do marxismo. Este autor partilha um equívoco em comum com outros autores não dialéticos que compreendem de maneira simplista/linear a evolução das forças produtivas confundindo-se com a heterogeneidade e complexidade dos processos produtivos do século XX. Este, um dos motivos que levaram Gorz a propor um projeto emancipatório para além do trabalho social.

Palavras-chave: trabalho. taylorismo. fordismo. reestruturação produtiva. Gorz

ABSTRACT: *Our paper aims to critically approach unexplored in the debate about the book Farewell to the working class and his thesis about the end of work. We aim not defend its validity or not but understand the methodological elements that led Gorz to abandon almost completely the central theses of Marxism. This author shares a misconception in common with other non dialectical authors who understand simplistically/linear evolution of the productive forces mingling with the heterogeneity and complexity of the production processes of the twentieth century way. This one of the reasons that leads Gorz to propose an emancipatory project beyond the social work.*

Keywords: work. taylorism. fordism. productive restructuring. Gorz

INTRODUÇÃO**

O debate sobre o trabalho enquanto conceito explicativo da sociedade ou demarcador do conceito de classe social, dentre outros temas correlatos, pode ser visto ao longo de toda segunda metade do século XX. No entanto, nenhum nos parece até hoje mais emblemático do que o livro de André Gorz, cujo elemento provocativo já está apontado em seu título: “Adeus ao Proletariado”. Este livro e suas teses principais já sofreram inúmeras críticas posteriores, inclusive no Brasil¹. Todavia, não apenas o debate em torno do tema perdura, mas o próprio livro ocasionalmente figura em citações, o que demonstra que não se encontram de todo esgotados.

Tendo isso em vista, pretendemos aqui fazer uma abordagem que nos pareceu pouco explorada. A saber, se Gorz até então tinha uma grande influência em Marx, por que a dialética parece tão pouco presente em seu livro? Ao invés disso, ela parece ter atrofiado em detrimento de um empirismo simplista que permitiu que seu autor ficasse refém das particularidades de seu contexto e, portanto, vinculado apenas ao plano fenomênico. Do mesmo modo, a ausência da visão dialética o faz - e a muitos outros autores também - incapaz de perceber a contraditoriedade da evolução das forças produtivas e ver as indústrias todas como uma totalidade homogênea cuja evolução se dá de modo linear.

A burguesia, na ânsia de reproduzir seu capital, não vê obstáculos morais e nem lógicos para combinar o que há de mais avançado ou atrasado na sociedade humana. Por isso, talvez, seja tão difícil definir o término deste debate. Afinal, o operário tradicional parece desaparecer (ao menos em suas roupagens) em alguns locais enquanto reaparece em outros. O conceito de trabalho produtivo e de proletariado parece encolher ou se expandir, dependendo da interpretação que se faça ou o método utilizado.

O capital é uma relação social contraditória e dinâmica, mas para além disso, há processos aparentes ou essenciais que se transpassam. Fenômeno e essência ora se misturam de modo homogêneo, ora se antagonizam. Por isso, ainda que num espaço exíguo, nossa pretensão neste artigo é colocar em relevo o aspecto metodológico deste debate. Pretendemos demonstrar como Gorz, prisioneiro de seu empirismo, deixa de compreender elementos fundamentais da teoria marxiana e, igualmente, deixa

* Professor do Doutorado, Adjunto, do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: mgsociais@zipmail.com.br.

** Este trabalho é parte de um resumo do segundo capítulo de minha dissertação defendida ainda no Mestrado. Texto publicado na revista LABOR, nº 15, v. 1, 2016, p. 80 a 99.

¹ Cf. (ANTUNES, 1995); (LESSA, 2011); (SILVA, 2002) e (PRIEB, 2005).

de discernir pontos fundamentais do processo produtivo capitalista e do potencial gerado pelo avanço das forças produtivas.

O livro de André Gorz “Adeus ao Proletariado” possui alguns neologismos e se encontra eivado de ilogicidades e imprecisões conceituais. Por vezes, de forma quase aforística, busca resolver problemas complexos, enfraquecendo partes consideráveis de sua argumentação. Mas para evidenciarmos estes defeitos, devemos antes partir daquilo que serviu de fundamento das análises que levaram Gorz a mudar paulatinamente sua visão sobre o Marxismo e sobre a emancipação do proletariado.

1 O PROCESSO QUE CONDUZ AO “ADEUS AO PROLETARIADO”

O livro “Adeus ao proletariado” contém teses que não foram concebidas exclusivamente para esta obra. Elas são desdobramentos de concepções gestadas em obras precedentes do próprio autor. Estas obras, escritas nas décadas de 1960 e 1970 constituem uma clivagem na trajetória teórica de Gorz que se vê influenciado pelos acontecimentos do contexto europeu neste período². Estas transformações - no contexto e no autor - refletem-se diretamente na visão e no projeto dualista emancipatório contido no livro “Adeus ao proletariado”. Daí a importância de nos determos neste elemento particular e empírico que influencia o autor e, deste modo, compreendermos uma chave explicativa para as razões das polêmicas suscitadas por esta obra.

As obras de Gorz até a década de 1970 refletem sua preocupação com a esquerda e seu projeto político revolucionário que eram, ambos - e segundo sua visão - comprometidos integralmente com o crescimento econômico do período do pós-segunda guerra. Período este marcado pelo apogeu do capitalismo numa era economicamente virtuosa - ao menos na parcela dos países desenvolvidos - conhecida como “anos dourados”, “[...] um período homogêneo único na história do mundo”, para concordar com Hobsbawm (2000). Período cuja estratégia de reprodução do capital estava fundada na produção em massa e no uso do trabalho vivo em larga escala nas fábricas taylor-fordistas, o chamado *mass-collective worker*. Um momento de expansão e domínio do setor metalmeccânico que consumia muita mão-de-obra desqualificada ou semiqualficada. Lembremos das declarações do próprio Ford³:

Quanto ao tempo preciso para a aprendizagem técnica a proporção é a seguinte: 43% não requerem mais que um dia; 36 requerem de um dia até oito; 6, de uma a duas semanas; 14, de um mês a um ano; 1, de um a seis anos. Esta última categoria de trabalhos requer grande perícia - como a fabricação de instrumentos e a calibragem. (FORD, 1926, p. 105).

Daí a principal indagação crítica de Gorz recair sobre a desqualificação e perda de autonomia, bem como a suposta imanência do caráter revolucionário do proletariado que neste momento participava da integração econômica, via políticas keynesianas. Isso teria feito com que sua força revolucionária arrefecesse de tal modo que seria imperativo pensar em novas estratégias políticas mais graduais e reformistas (ainda que reivindicando o socialismo).

O que o autor deixa claro, nesta fase de sua obra, é que a esquerda francesa deveria abdicar das tradicionais formas de luta pelo socialismo para empenhar-se na busca por “reformas revolucionárias”, que fariam com que as vitórias parciais conquistadas pelos trabalhadores conduzissem à triunfal superioridade do socialismo sobre o capitalismo, aos olhos de todos. (PRIEB, 2005, p. 41).

Estas preocupações iniciais se somam a outras na década de 1970 e finalmente 1980, momento no qual o livro “Adeus ao Proletariado” é escrito. São partes integrantes deste contexto os temas do “despotismo de fábrica” e, correlato a isso, da “hierarquização” e “disciplinização” condicionadas desde as escolas⁴. Nisso, Gorz acompanha uma tendência cujo epicentro se deu no

² Cf. Silva (2002) e Prieb (2005).

³ No caso, trata-se da desqualificação promovida pelo taylorismo e pelo fordismo que, como fora mostrada pelo próprio Henry Ford, não exige do operário nada mais do que movimentos ritmados e parciais que se aprende em poucos dias: “A maioria dos homens que se apresentam em nossa fábrica não possuem especialidade nenhuma e em horas ou dias aprendem o seu ofício. E se não o aprendem é que não prestam para nada.” (FORD, 1926, p. 77).

⁴ Daí sua proximidade de pensadores como Ivan Illich, que grande influência exerceu sobre Gorz neste período.

maio de 68 na França, no qual o estruturalismo parecia triunfante e o repúdio a todas as instituições sociais (precipualemente a fábrica, a família, a escola) estava na ordem do dia. O ecologismo ensaia aqui seus primeiros passos. E ainda neste período suspeitava-se também que nenhuma sociedade futura poderia surgir das bases institucionais viciadas do capitalismo. Daí derivarem também os temas da crítica às forças produtivas⁵ e, com ela, de parte considerável da teoria materialista da história, para a qual as contradições que fazem emergir novas formas sociais se encontram entre as forças produtivas progressistas e as relações sociais de caráter conservador. Por fim, já na década de 80, a estes temas se somam a sensação de impossibilidade de retomar a autogestão e a autonomia dentro do universo do “trabalho necessário”, o qual exige um complexo produtivo que não se prestaria a este objetivo humanista. Igualmente, uma composição de classe tradicional (o que restou de proletariado segundo Gorz) que não mais expressa o futuro libertador, mas um passado aprisionador. Dentro da esfera do trabalho necessário a regulação é preponderantemente heterônoma e só uma classe excluída (a não classe) em uma esfera de atividades marginais é que poderia reivindicar a autonomia perdida. Neste sentido, Gorz pode ser traçado em paralelo à Habermas e sua teoria da ação comunicativa. Ambos, sofrendo aqui uma maior influência não de Marx, mas de Weber, o que torna sintomático dos desvios do campo teórico marxista.

Todavia, todas estas transformações teóricas que se cristalizam em “Adeus ao proletariado” são frutos de um mergulho de Gorz em seu tempo e em seu contexto. Nesse sentido, o autor jamais poderia ser acusado de idealismos, ainda que o seja por efeito de suas conclusões. Seu empirismo o torna prisioneiro da particularidade europeia e dos fenômenos emergentes que ocultam processualidades contraditórias que não aparecem no nível do positivismo grosseiro praticado. Vejamos então a contraditoriedade e, igualmente, partes e causas fundamentais destes equívocos ao revisitar o contexto que o influencia.

2 APOGEU E CRISE DA SOCIEDADE DO “TRABALHO”⁶

Praticamente as três décadas que se seguiram ao pós-guerra foram marcadas por um profundo crescimento da economia mundial. Foi o que os economistas classificaram como um período de *boom* do capitalismo. Boa parte deste sucesso fora vista na época, pela maioria dos analistas, como uma decorrência direta da política econômica estatal conhecida como *keynesianismo*, na qual o Estado assumia a função de maior agente econômico e responsável pela dinâmica da economia.⁷ Os países capitalistas haviam aprendido - com a economia de guerra de um lado e a economia planificada da União Soviética de outro - a controlar o mercado e a colocá-lo em confluência com os objetivos estatais. Esta política apostava num crescimento gerado pela ação do Estado garantindo gastos públicos que estimulariam a economia. Dessa forma, poder-se-ia esperar certa indução e aumento de demanda efetiva. Assim, “[...] passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas.” (HOBSBAWM, 2000, p. 277). De fato, como pudemos ver, o crescimento do consumo de bens duráveis no pós-guerra foi algo de espantoso (HOBSBAWM, 2000).

É justamente neste período que veríamos o crescimento das técnicas de propaganda e indução ao consumo promovidas de forma sistemática através dos nascentes meios de comunicação de massa, a *mass media*. Houve também um visível crescimento da “classe média” que, como nos mostra Hobsbawm em seu livro, ilustraria com perfeição um estrato social altamente influenciado pela burguesia e seus interesses, dando origem aos consumidores compulsivos hodiernos motivados pela ideologia consumista:

⁵ Cujos debates em nosso meio ficaram conhecidos como a crítica à neutralidade da técnica. Epíteto este que de forma semântica já nos leva a equívocos de simplificações grosseiras e pouco dialéticas. Esperamos tratar disso ao longo deste artigo.

⁶ Cabe aqui ressaltar a grande confusão que teóricos do fim do trabalho fazem a respeito da categoria trabalho e da categoria emprego. Nesse sentido, não há apogeu ou crise da sociedade do trabalho, mas do emprego. Conservamos apenas o nome por ser o mote de muitos destes autores.

⁷ Uma opinião contrária a esta pode ser vista no artigo de Simon Clarke intitulado: “Crise do fordismo ou crise da social-democracia?” (CLARKE, 1991).

Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e - em menor medida - com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades. (HOBSBAWM, 2000, p. 264).

Com a ampliação da massa salarial e o aumento do consumo, a demanda por bens duráveis fortaleceu ainda mais a indústria metalmecânica. Sabemos, contudo, que boa parte desta indústria, entendida como indústria de forma (*assembly industry*), se valia de mão-de-obra em larga escala, como é característico dos processos produtivos tayloristas e fordistas.

Sendo assim, a indústria paradigmática acaba se tornando, acertadamente ou equivocadamente, a automotiva. Womack, Jones e Roos abrem seu livro “A Máquina que Mudou o Mundo” com a seguinte frase a respeito da indústria automotiva:

Quarenta anos atrás, Peter Drucker denominou-a de ‘a indústria das indústrias’. Atualmente, a indústria automobilística continua sendo a maior atividade industrial, com aproximadamente 50 milhões de novos veículos produzidos a cada ano. (WOMACK; JONES; ROSS, 1992, p. 1).

Vê-se, por este relato, o grau de importância dado à indústria metalmecânica e, especificamente neste caso, ao setor automotivo, por uma série de autores que analisam o processo de trabalho no século XX. Por este peso e pelo contingente de trabalho demandado é que podemos explicar seu impacto tanto na economia quanto na formação do imaginário sociológico que ilusoriamente o cultivou como o paradigma produtivo generalizável aos vários processos de produção. Poderemos ver à frente que no período do pós-guerra ocorreu um forte crescimento na demanda de bens de produção e bens de consumo duráveis, dentre estes, o automóvel. Na verdade, na primeira metade do século este produto já despontava como um importante atrativo de consumo. Mas foi graças a Ford e seu empenho obsessivo que este produto pôde sair de uma produção quase artesanal (*craft-production*) no início do século para se tornar um produto de massa por excelência no pós-guerra. E não fora somente o automóvel. Toda uma mudança no padrão de consumo (principalmente o americano) demandou bens como eletrodomésticos e outros bens de consumo duráveis, assim como os bens de capital para a produção de tais produtos.

Al analizar el contenido sectorial de la expansión industrial, se comprueba que hay dos grandes familias de productos que ejercen el liderazgo indiscutido en la estructura industrial: la de los productos pertenecientes a la metalmecánica y la rama química, en particular la petroquímica. En la metalmecánica están incorporados los bienes de capital, los bienes de consumo durables domésticos y los automóviles. Tanto el sector automotor como los bienes de consumo durables simbolizan en buena medida, el patrón de consumo prevaleciente en los Estados Unidos y en ellos se advierte, como se verá más adelante, una tendencia paulatina de aproximación de Europa y Japón a los niveles norteamericanos. (FAJNZYLBER, 1983, p. 22, grifo nosso).

A produção de todos estes bens estavam baseados nas técnicas e processos tayloristas e/ou fordistas, o que impulsionou o impacto econômico deste setor (Moraes Neto, 2003). Não se explica, a nosso ver, o sucesso dos “anos dourados” apenas pela adoção das políticas keynesianas, mas por aquilo que talvez tenha possibilitado a implantação com sucesso destas políticas: a principal indústria deste período - metalmecânica - demandava muitos trabalhadores. O ciclo virtuoso, do período keynesiano e do *Welfare State*, constituído por “crescimento econômico”, “liquidez”, “aumento da demanda efetiva”, “arrecadação”, “gastos sociais”, “pacto social” estaria garantido, não fossem as transformações nas forças produtivas impactarem com as relações sociais fortemente integradoras.

A demanda por emprego não ocorre de forma homogênea nas indústrias metalmecânica, têxtil, petroquímica etc. Por isso, a extensão desta primeira impacta e muito nas análises sociológicas de muitos autores que pensam o século XX, ainda que o que nos importe aqui seja apenas Gorz. Assim, podemos estabelecer um comparativo da extensão desta indústria ao longo dos “anos gloriosos”. “*En 1955, los productos químicos y derivados representaban, a nivel mundial, el 10 % de la producción industrial. En 1977, esa producción se había elevado al 14 %. La industria metalmecánica eleva su participación de 34 a 43 % en ese mismo período.*” (FAJNZYLBER, 1983, p. 22).

Ou seja, em 1977 a indústria metalmeccânica compreende praticamente metade de toda a economia produtiva mundial. E uma vez que para a produção destes bens de consumo duráveis a burguesia despendia uma grande soma em capital variável, então se torna clara a relação entre a organização do trabalho baseada no taylorismo/fordismo e o pleno emprego vivenciado nos períodos de crescimento dos anos dourados do capitalismo.⁸ De qualquer forma, a sociedade capitalista vivenciaria por algumas décadas o fenômeno deste pleno emprego, fato que teria levado muitos pensadores da época a considerarem que o desemprego e a pauperização pregada por Marx como uma lei inexorável do capital fosse mais uma de suas infundadas “escatologias catastrofistas”. “Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%.” (HOBSBAWM, 2000, p. 262).

Este contexto teria então influenciado profundamente André Gorz no seu primeiro percurso teórico, no qual traçaria uma “estratégia operária” de tomada e controle do processo de produção. Pelo menos é isso que podemos ver no livro de Josué Pereira da Silva (2002, p. 130):

O ambiente histórico e político no qual Gorz começou sua carreira intelectual é o complexo contexto europeu e particularmente o francês das décadas de 1950 e 1960. Esse contexto caracterizou-se, de um lado, pela crise do stalinismo e, de outro, pela estabilização do capitalismo no Ocidente e pelos sucessos do *welfare state* keynesiano, que levaram a uma pacificação dos conflitos de classe nos países desenvolvidos do Ocidente. É no interior desse contexto que deve ser entendida a teoria de Gorz sobre estratégia operária.

Não obstante, duas décadas mais tarde o contexto mudaria radicalmente no que tange o crescimento econômico e o desemprego. Esta crise marca o término da vigência ampla do *Welfare State*, o que ocorre de forma concomitante - ou até mesmo em consequência - à entrada da “automação de base microeletrônica” no plano produtivo. Estes dois fenômenos, a nosso ver interligados, redundariam no que foi chamado de “crise da sociedade fundada no trabalho” que, efetivamente, não passa da crise de uma sociedade fundada na extração e valorização pelo trabalho abstrato.

A abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automação irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da duração do trabalho, das finalidades da atividade e de sua natureza. Keynes está morto: no contexto da crise e da revolução tecnológica atuais, é rigorosamente impossível restabelecer o pleno emprego [...]. (GORZ, 1987, p. 11).

À época da formulação das teses de seu livro, os efeitos da crise e das novas tecnologias de automação no nível de emprego já se faziam sentir de forma avassaladora. O desemprego em massa que poderíamos ver pelas décadas subsequentes aos anos gloriosos do capitalismo iria marcar fortemente André Gorz, a ponto deste fenômeno fornecer o título para sua obra. Este desemprego, causado principalmente pela crise e pela inserção da automação no processo de produção de setores importantes, teria sua taxa rapidamente elevada, como podemos ver:

O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970 (Van der Wee, 1987, p. 77). No auge do *boom* em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. Metade dos desempregados (1986-7) se achava sem trabalho há mais de um ano, um terço há mais de dois. (HOBSBAWM, 2000, p. 396).

E ainda que a crise seja vista nesse momento como a geradora do desemprego é preciso entender que a evolução das forças produtivas possui ação direta, no nível de emprego e, por que não,

⁸ A discussão sobre a correção da tese keynesiana não pode ser tratada aqui devidamente e nem é esta a pretensão. Cabe apenas um apontamento e uma indagação se a política econômica de um real gasto do Estado em obras e políticas sociais e de incentivo teria, sozinha, conseguido alavancar este crescimento sem a complexa situação envolvendo vários fatores como a reconstrução da Europa no pós-guerra e daí a enorme demanda, tanto de infraestrutura quanto de bens de consumo. E principalmente talvez uma base produtiva altamente concentradora de trabalho vivo, como é o caso da indústria metalmeccânica e seus inerentes processos tayloristas e fordistas. Em caso negativo, explica-se talvez a incapacidade da esquerda que ascendeu ao poder não fazer nada mais que gerir os negócios da burguesia aplicando a mesma agenda neoliberal de forma escamoteada.

na própria crise, a tal ponto que este desemprego deve ser visto, sobretudo, como um “desemprego tecnológico”. E por isso a retomada do crescimento na economia pouco poderia ajudar para a retomada dos índices de empregabilidade em vários setores.⁹

O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais. (HOBBSAWM, 2000, p. 403).

Este descompasso entre crescimento e nível de emprego na era da automação microeletrônica Gorz bem o sabia, e afirmava:

Na idade da automatização, o crescimento deixa de ser gerador de emprego. A maior parte das indústrias, na verdade, podem ou poderão produzir mais reduzindo seu pessoal. Na Alemanha [...] aproximadamente a metade (46%) de todos os investimentos industriais visam precisamente a essa finalidade: ‘economizar mão-de-obra’. (GORZ, 1987, p. 161).

Desse modo, romper-se-ia:

[...] o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos dogmas da economia política keynesiana, a saber: que a retomada do investimento reduzirá o desemprego.

Keynes morreu e com ele as políticas do ‘pleno emprego’. (GORZ, 1987, p. 161).

Acompanhando este processo, podemos ver que Gorz presencia a ascensão de uma sociedade do pleno emprego capaz de cooptar o proletariado e integrá-lo a tal ponto dele, Gorz, julgar que este perderia com isso seu impulso revolucionário. Pouco tempo depois, vê a destruição deste mundo integrador pela introdução de métodos produtivos automatizados. Mas mesmo assim, não vê a destruição do taylorismo e do fordismo e julga que de um lado temos o resultado da automação: um “neoproletariado” formado pelos excluídos da produção e por aqueles que se sustentam de forma ocasional em empregos agora desregulamentados, parciais ou temporários. E de outro lado, ainda teríamos uma “elite” trabalhadora constituída em níveis hierarquizados cujo trabalho tem como característica a heteronomia de uma produção desqualificada, parcelar e concebida ainda por uma gerência, cuja estrutura é típica do taylorismo e do fordismo.

Portanto, sobre a visão de Gorz não recai apenas o limite de não conceber o sistema capitalista como uma totalidade composta por processos combinados e desiguais.¹⁰ Do contrário, poderia perceber que a tese do “fim do trabalho” é por demais simplista se aplicada como generalização do mundo europeu para o restante do sistema capitalista que vivenciava neste momento a transnacionalização e financeirização de sua economia.¹¹ Sobre esta visão recai também a contradição de perceber dois movimentos antitéticos como tendência, ao invés de ver um movimento como tendência e outro como passado residual. E isto porque Gorz não concebia a produção como um todo contraditório

⁹ Não desconsideramos aqui os diversos fatores confluentes para a crise de 70, tais como a política oligopolista adotada pelos países produtores de petróleo e principalmente o processo de transnacionalização do capital, que tem seu ponto de inversão crucial em 1971. “Segundo relatório das Nações Unidas, em 1971 a produção internacional (ou seja, o valor da produção efetuada fora das fronteiras, pelas filiais das firmas nacionais) excedeu o montante das exportações.” (BENAKOUCHE, 1980). Esse movimento, como veremos, fortalece o argumento daqueles que dirão que o volume de trabalho vivo que se reduz nos países desenvolvidos será compensado pelo volume estimulado nos países que receberão investimentos e sediarão parte destes capitais transnacionais.

¹⁰ Para usarmos um jargão trotskista.

¹¹ A tese do “fim do trabalho”, assim concebida equivocadamente, continua aberta segundo nosso juízo. O fenômeno do assalariamento se amplia, tanto quanto a proletarização de outros setores. O conceito de trabalhador coletivo e de trabalho produtivo no sentido capitalista também abarca novos campos de trabalho. O desemprego nos países desenvolvidos da década de 80 e 90 é compensado extra nacionalmente em parte pela mundialização do capital num primeiro momento, enquanto o capital podia encontrar farta mão de obra semiqualficada e sem tradição de luta e sindicalização em outras partes do mundo. Mas em parte esse movimento também se altera nos países que inicialmente abrigaram esta migração de capitais. A automação tende a se generalizar, mas é uma equação mais complexa envolvendo custos e política salarial, como se viu nas grandes montadoras do ABC. O emprego de tecnologias obedece a uma proporção racional cuja razão inversa é a oferta de mão de obra qualificada e barata. Mesmo no interior de uma fábrica, a adoção de uma tecnologia automática pode obedecer ao mesmo critério custo-benefício. O capital não vê qualquer obstáculo moral em empregar um trabalhador em serviços de risco se o pagamento de indenizações for muito inferior a implantação do mesmo serviço automatizado.

que teria no seu nível mais evoluído a imagem do menos evoluído, tal como apregoava a metáfora metodológica dialética da comparação entre a anatomia do homem e do macaco por Marx e Engels. Afinal, no que tange a produção, a indústria metalmeccânica se encontrava em seu anacronismo no século XX até a década de 80 com a inserção da microeletrônica e informática. É mister compreender que outras indústrias e setores já caminhavam pelos princípios da automação desde o começo do século XX e mesmo século XIX. Este é o caso do setor “[...] têxtil e do setor chamado de indústria de fluxo ou processos contínuos”, ambos contendo um alto grau de automação determinada pela aplicação tecnológica da ciência (Moraes Neto, 2003).

Parece também que a visão de Gorz, em geral pouco dialética, tenha compreendido a evolução das forças produtivas como um processo linear e homogêneo entre diferentes indústrias e setores. Assim, a aplicação mecânica e genérica dos critérios fenomênicos descritos nos capítulos XI, XII e XIII de “O Capital” pode sugerir que **todas** as indústrias passam **ao mesmo tempo** pela evolução da cooperação simples, divisão parcelar e grande indústria automatizada. Para os que veem a evolução de tal forma é impossível compreender que setores tenham chegado à automação já no século XIX enquanto a indústria de forma e de montagem, como a automobilística, só tenha começado seu processo na década de 1980 do século XX, ainda que nos processos mecânicos de fabricação o tenham feito a partir da década de 1960 do mesmo século com a rigidificação das Automação das Máquinas-Ferramenta Universais com base eletromecânica (MFUs) até a flexibilidade das Automação das Máquinas-Ferramenta de Controle Numérico Computadorizado com base microeletrônica (MFCNCs).

O revolucionamento ocasionado pela introdução da nova automação, de base microeletrônica, sobre a forma taylorista-fordista de produzir concentra-se, portanto, na indústria metalmeccânica produtora de bens duráveis de consumo complexos. Sua conseqüência será a de trazer essa indústria para o ‘leito da automação’, no qual já caminham há muito tempo ramos industriais tecnologicamente mais avançados, como as indústrias têxtil e de processo contínuo. (MORAES NETO, 2002, p. 83-84).

Possivelmente, o peso da indústria metalmeccânica e automotiva naquele período tenha influenciado Gorz a tal ponto de não perceber este descompasso e, pior, ter-se sugerido que a relação taylorista e fordista não encontraria limites, compondo esta dualidade que marcaria o mesmo dualismo em seu projeto emancipatório - trabalho necessário e social heterônomo e desqualificado de um lado e, fora dele¹², autônomo, mas individual e espontâneo. É o que se vê nesta passagem em que Josué reafirma a visão de Gorz sobre a impossibilidade de emancipação: “A eliminação do trabalho, de um lado, e a persistência de uma divisão do trabalho alienante, de outro, solapam a possibilidade de controle operário e impedem a possibilidade de libertação no trabalho.” (SILVA, 2002, p. 204).

3 O EMPIRISMO DE GORZ E O IDIOTISMO DA PROFISSÃO

Gorz tem o olhar fixo para os processos de trabalho e sua transformação no período tratado acima. Mas seu empirismo desmedido primeiro o conduz ao equívoco *urbi et orbi*, ou seja, o que é válido para seu contexto deve ser válido para o mundo todo. Além deste desvio, outro defeito deste empirismo descuidado é, como falamos, confundir processos produtivos distintos. O taylorismo e o fordismo aparecem enquanto fenômeno para suprirem uma necessidade imperiosa do capital de controlar o trabalhador em processos nos quais este é o elemento principal. Processos de subsunção real do trabalho ao capital onde se consegue e subsunção formal enquanto não se consegue este primeiro. Foi o que Taylor e Ford fizeram.

O capital visa, se puder, a exclusão do trabalhador do processo. Enquanto não se consegue, tal como em Taylor e Ford, a estratégia é: “[...] fracionar o trabalho, retirar todo seu conteúdo de concepção e passá-lo para a gerência.” (MORAES NETO, 1989, p. 16).

Os princípios de “organização científica” tayloristas não são nada extraordinários. Após vencer um período de resistência por parte dos trabalhadores, Taylor consegue com êxito passar o comando e o conhecimento de como fazer para a gerência decidir pelo trabalhador. Isso é o que Gorz

¹² Proporcionado pela redução da jornada de trabalho garantida pela automação.

acusa como perda de autonomia. Mas isso não deve ser confundido com a falência da tese marxiana de relações sociais superiores brotando do desenvolvimento ao limite das forças produtivas no capitalismo. Afinal, estes processos demonstram antes a mediocridade do que o caráter revolucionário do desenvolvimento tecnológico capitalista. Como podemos ler em Braverman (1997, p. 101),

[...] Taylor não estava interessado a princípio no avanço da tecnologia [...]. Ele fez significativa contribuição para o conhecimento técnico da prática nas oficinas (sobretudo no aceleração do manejo de ferramentas), mas se trata de subprodutos de seu empenho em estudar esta prática com vistas a sistematizá-la e classificá-la. Interessava-lhe o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia.

A saída apresentada foi justamente promover ainda mais a desqualificação através da simplificação dos tempos e movimentos, com sua posterior passagem para o controle da gerência. Ford, seguindo os mesmos preceitos de Taylor, inova o mesmo por levá-lo ao seu paroxismo. E, como já dissemos, uma vez empregadas em larga escala na indústria metalmeccânica que se expandia vertiginosamente naquele período, as técnicas tayloristas e fordistas se tornariam simbolicamente hegemônicas no seio da moderna sociedade industrial, a tal ponto que estas técnicas foram vistas como ilustrativas das forças produtivas por excelência do capitalismo. Criticá-las tornou-se análogo à crítica dirigida ao capital. Ao mesmo tempo, criticar o capital seria análogo à crítica ao taylorismo/fordismo.

[A partir do livro de Piore e Sabel, de 1984] [...] torna-se possível enxergar fordismo em qualquer [lugar] da manufatura ao longo dos últimos 60 anos. Contra isso, argumentamos que a inovação de Ford da fábrica com linha de montagem possui um campo limitado de aplicação. As técnicas produtivas de Ford apenas apresentam uma esmagadora vantagem de custo na produção de bens duráveis complexos, inicialmente automóveis e produtos elétricos, e posteriormente no campo de produtos eletrônicos, os quais incluem bens de consumo e de produção. [...] Todavia, para o caso dos bens de consumo simples, como vestuário e móveis, as técnicas de produção em massa possuem uma vantagem limitada. *As indústrias de processo, intensivas em capital, como siderúrgicas e químicas, seguiram por um caminho próprio antes e depois de Ford.* É, portanto, bastante compreensível que a maior parte das plantas nas economias avançadas não contenham linhas de montagem; o mencionado levantamento sobre a indústria manufatureira britânica mostrou que 31% das plantas da amostra utilizam linhas de montagem, e apenas metade delas acionadas mecanicamente. As inovações de Ford foram importantes, mas elas dificilmente podem-se responsabilizar por toda trajetória de desenvolvimento das economias avançadas. (WILLIAMS et al. apud MORAES NETO, 2003, p. 95, grifos do autor).

No entanto, o que seria realmente mais grave no campo propriamente conceitual é que esta generalização do taylorismo/fordismo fez com que estas técnicas fossem vistas como a consubstanciação da *grande indústria* descrita por Marx. E é a partir deste princípio equivocado que podemos ver ilações abstrusas como está em que Coriat identifica taylorismo como a realização da grande indústria descrita por Marx.

Tudo o que Marx *anuncia* relativamente às *características especificamente capitalistas do processo de trabalho* (parcelamento das tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção) *o realiza* Taylor, ou mais exatamente, lhe dá uma extensão que até então não havia tido. O excepcional interesse que apresenta Taylor reside no fato de que é a expressão *consciente, concentrada e sistemática* dos interesses do capital em um momento estratégico de sua história. Torna consciente a burguesia dos imperativos da valorização do capital relativos às formas que devem imprimir ao processo de trabalho, formas que Marx havia anunciado de maneira dedutiva. (CORIAT apud MORAES NETO, 2007, p. 1, grifos do autor).

Assim, para vários autores, bem como para André Gorz, olhar para as forças produtivas mais desenvolvidas do capitalismo significaria fundamentalmente olhar para o *locus* produtivo da indústria metalmeccânica (e em grande medida a indústria automobilística) e sua característica *específica* de organização do trabalho: o taylorismo e o fordismo. Gorz estaria muito longe do entusiasmo de Marx nos seus *Grundrisse* ao avaliar a importância de uma base tecnológica desenvolvida, pela mediação

da científica, para a emancipação humana. E assim a *autonomia* entendida como possibilidade de fazer e agir sem determinação prévia de um corpo de gerentes ficava comprometida.

[...] mesmo que as tarefas repetitivas e embrutecedoras sejam abolidas ou, quando não possam sê-lo, sejam repartidas por toda a população, o trabalho socialmente necessário nunca será comparável à atividade dos mestres-artesãos ou dos artistas; uma atividade autodeterminada, de que cada pessoa ou equipe define soberanamente as modalidades e o objeto, o toque pessoal, inimitável, que imprime sua marca particular ao produto. (GORZ, 1987, p. 17).

E para alguém como Gorz que nutria uma inconfessa, mas explícita, apologia do ideal passadista artesanal e, igualmente, para alguém que não fazia distinção das técnicas e tecnologias e seus potenciais distintos, o sonho da autogestão e da emancipação estaria para sempre comprometido. Dentro do trabalho, a heterodeterminação Taylor-fordista. Enquanto a automação seria acusada pela terrível consequência de fazer o óbvio: eliminar o trabalho! E neste sentido, Gorz evidencia uma tendência, também inconfessa, muito similar à Proudhon. E por isso a mesma crítica de Marx a este serve àquele:

A oficina automática faz desaparecer as espécies e o idiotismo da profissão.

O sr. Proudhon, não tendo sequer compreendido este único aspecto revolucionário da oficina automática, dá um passo atrás, e propõe ao operário que faça não apenas a duodécima parte de um alfinete, mas sucessivamente todas as doze partes. O operário chegaria assim à ciência e à consciência do alfinete. [...].

Resumindo, o sr. Proudhon não superou o ideal do pequeno-burguês. E para realizar esse ideal, não imagina nada melhor do que fazer-nos voltar ao companheiro ou, quando muito, ao mestre-artesão da Idade Média. (MARX, 2001, p. 126-7).

Infelizmente, Gorz e os teóricos burgueses não foram os únicos a confundir o taylorismo (e fordismo) como o mais alto avanço das forças produtivas capitalistas. Lenin, sendo ou não parte de uma tática conjuntural, endossa o mesmo equívoco e, por isso, Gorz poderia olhar tanto para o capitalismo como para os processos revolucionários socialistas que extrairia as mesmas consequências. Lenin, que até 1918 atacava fortemente o taylorismo como a “forma de extração de mais suor do trabalhador” declarou:

A última palavra do capitalismo neste terreno - o sistema Taylor - do mesmo modo que todos os avanços do capitalismo, reúne em si toda a ferocidade refinada da exploração burguesa e **uma série das maiores conquistas científicas referentes ao estudo dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e torpes, a elaboração de métodos de trabalho mais racionais, a implantação de melhores sistemas de registro e de controle, etc. A República Soviética deve adotar, a qualquer custo, as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio.** A possibilidade de se construir o socialismo depende precisamente do êxito que logremos, ao combinar o poder soviético e a organização soviética da direção com as últimas conquistas do capitalismo. (LENIN, 1988, p. 164, grifos nosso).

As necessidades imediatas do poder soviético exigiram medidas extremas tanto neste período como na década de 30, com a coletivização forçada stalinista. A emulação socialista, as brigadas de choque de trabalhos em infraestrutura e o *stakhanovismo*, dentre outros elementos, ampliam os exemplos que permitem a mesma conclusão que se fazia ao olhar para a exploração do trabalho nos países capitalistas. Por isso, o olhar de Gorz por todo este período lhe forneceria o reforço para seu projeto dualista. Um projeto fundado num duplo equívoco. 1) conceber as forças produtivas de maneira indistinta. 2) Não perceber o potencial emancipador fornecido pela automação (seja de base eletromecânica ou microeletrônica, flexível ou dedicada) e pela informática.

O ideal emancipatório e de homem em Marx não está fundado num indivíduo que se realiza fazendo seu trabalho isolado do começo ao fim, mas muito mais na mediação complexa que envolve a produção e que lhe confere um teor científico que obriga e impõe o enriquecimento cultural como *conditio sine qua non* para esta tarefa.

Os trabalhos realmente livres — o [trabalho] da composição musical, por exemplo — são ao mesmo tempo endiabradamente sérios e requerem o esforço mais intensivo. O trabalho da produção material só pode assumir este caráter: 1) se tem assegurado em si seu caráter social, e 2) se tem um caráter científico e é, ao mesmo tempo, de caráter geral, e não o esforço de um homem como uma força natural domesticada, mas [o trabalho] de um sujeito que atua no processo de produção como uma atividade reguladora de todas as forças naturais, e não em uma forma puramente natural e primitiva. (MARX, 1985b, p. 33-34).

Portanto, ser livre, diferentemente do senso simplório que parece permear as pretensões de Gorz, não é produzir o que se quer ou da maneira que se quer, mas suprassumir-se da sua própria condição natural que é inerente a cada individualidade crua. Uma produção emancipadora deve necessariamente exigir uma igual dimensão de apropriação. Só assim o indivíduo deixa esta condição natural para se tornar parte integrante do gênero e, portanto, do ser social - projeto só possível a partir de relações sociais cujo fundamento não seja a apropriação privada.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o princípio de que a consciência, como na reviravolta copernicana e compreendida corretamente, não guia, mas é guiada pelas condições materiais que a cercam, podemos supor compreensível que no contexto do vigor do capital financeiro autores até sérios tenham se deixado levar para miragem de que a riqueza pode se reproduzir independente do lastro material e dos homens. Sendo assim, a tese do fim da importância do trabalho material para a criação de riqueza foi o mote deste fim de século, precipuamente na sociologia.

Do exposto, podemos concluir que os anos 1950 e 1960, período do pleno emprego, do uso extensivo do trabalho vivo, da cooptação do pacto social keynesiano etc. determinaram em Gorz a postura de buscar um caminho intermediário entre a revolução e o gradualismo da social-democracia, apostando ainda em um socialismo coletivamente gerido pela classe trabalhadora. Os anos 1970 demarcam uma ruptura com este pensamento que culmina nos anos 80 com a publicação de “Adeus ao Proletariado”, no qual o proletariado tradicional deixa de ser visto como sujeito, tomando seu lugar o “neoproletariado” formado por desempregados, trabalhadores parciais e precarizados pelos efeitos das novas tecnologias e reestruturação produtiva.

A partir desta obra, fica claro que seu olhar empírico se tornou prisioneiro das transformações ocorridas no nível fenomênico. Gorz não reconhece a heterogeneidade das indústrias de fluxo, têxteis, metalmeccânica etc. e por isso vê taylorismo e fordismo em tudo, juntamente com a desqualificação inerente a estes processos. Quando, em raros momentos do seu livro, concebe processos produtivos distintos destes e concordantes com as descrições mais ousadas de Marx nos *Grundrisse* - nas quais a mediação da ciência torna o processo complexo e exige do homem maior qualificação e apenas um trabalho de supervisão - Gorz também faz a crítica a estes sistemas automáticos, não mais porque desqualificam, mas porque é o trabalho acumulado da ciência que realiza todas as atividades. Assim, vê-se que o problema da emancipação não se encontra nas forças produtivas mais avançadas, mas no próprio paradigma emancipatório de Gorz que, indisfarçadamente, revela seu apego passadista às formas artesanais de produção. Louva o trabalho e o indivíduo no seu isolamento fabril, elementos típicos do trabalho dos artífices das corporações de ofício no feudalismo, é preciso dizê-lo.

Gorz, então, passa a aceitar uma heteronomia e uma alienação insuperáveis - e até mesmo uma relação capitalista produtora de mercadorias - desde que haja espaço para uma produção marginal autônoma - correlata a muitas das propostas da chamada escola de economia solidária. Afinal, a automação poderia permitir os excluídos operem em outra esfera. As grandes indústrias assumiriam o trabalho necessário social, permitindo que os indivíduos excluídos ou parcialmente excluídos pelos efeitos da reestruturação produtiva possam se dedicar aos trabalhos voluntários e individuais, sem qualquer compromisso com a produção social.

Esta visão superficial e pouco dialética leva Gorz (e tantos outros) ao simplismo e limite do positivismo, tendo como efeito a incompreensão de Marx tanto quanto a diferença entre determinação social particular das forças produtivas e sua real essência. Do mesmo modo, a crítica que se fez a Marx neste período só faz por revelar a própria nudez do acusador. A visão dialética impedia Marx de

ser um catastrofista e, mais ainda, naturalizar as relações sociais e unilateralizar o desenvolvimento humano - tal como a tese weberiana da *jaula de ferro* ou parte das críticas frankfurtianas - como se fez transparecer em teses e títulos como “homem unidimensional”.

A hegemonia da metalmecânica e dos processos produtivos tayloristas e fordistas (ou ohnoístas) causou estrago considerável na teoria revolucionária quando foram entendidos como o mais alto avanço científico em termos produtivos - mesmo Lênin se equivocou. Estes processos produtivos medíocres, lastreados na ergonomia e no papel central do homem - e mesmo o trabalhador enquanto apêndice da máquina - não tem nada a ver com a potência emancipadora das forças produtivas descrita por Marx. A base produtiva do socialismo deve mesmo estar posta *a priori* ou qualquer pretensão revolucionária humana será sempre quixotesca, como este autor já apontava nos *Grundrisse*.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

_____; COLTRO, R. L. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BENAKOUCHE, R. A transnacionalização do capital. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 79-90, jan., 1980.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou social-democracia? **Lua Nova: Cultura e Política**, São Paulo, n. 24, p. 117-150, set. 1991.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México: CET : Nueva Imagen, 1983.

FERRO, J. R.; TOLEDO, J. C.; TRUZZI, O. M. S. **Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo**. São Carlos: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 1985. Mimeo.

FORD, H. **Minha vida e minha obra**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Metamorfoses do trabalho:** busca do sentido: crítica da razão econômica. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

_____.; MARX, K. **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LENIN, V. I. As tarefas imediatas do poder soviético. In: BERTELLI, A. R. (Org.) **Estado, ditadura do proletariado e poder soviético**. Tradução de Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. **Grundrisse - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985a. v. 1.

_____. **Grundrisse, lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política.** México: Fondo de Cultura Económica, 1985b. v. 2.

_____. **Miséria da filosofia.** Tradução de J. C. Morel. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução e apresentação e notas de Jesus Ranieri São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford:** as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. As forças produtivas em Marx e o surpreendente século XX. In. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMISTAS MARXISTAS, 1., 2007. Curitiba-PR. **Anais eletrônico...** Curitiba: UFPR, 2007.

_____. O século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. **Crítica Marxista**, São Carlos, n. 15, p. 71-84, 2002.

_____. **Século XX e trabalho industrial:** taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo:** uma crítica marxista á tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: ed. Unijuí, 2005.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx.** Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SILVA, J. P. D. **André Gorz:** trabalho e política. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo.** Tradução de Ivo Korytovski. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ZILBERSHEID, U. **The marxian idea of abolition os labor - can it be revived?** University of Massachusetts at Amherst: International Conference Marxism (mimeo), 2000.

REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL NA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NO BRASIL

Mauri Antônio da Silva*

RESUMO: O artigo analisa a exploração dos trabalhadores na sociedade capitalista e o papel da ideologia burguesa para a manutenção da mesma. É através da crise do capital que os detentores do poder econômico intensificam sua investida contra a organização dos trabalhadores e promovem a retirada de direitos sociais duramente conquistados. Sob o domínio das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva vem ocorrendo um avanço da precarização estrutural do trabalho em escala mundial. A alternativa é a construção de uma força social organizada pelos trabalhadores para a transformação da sociedade.

Palavras-chave: neoliberalismo. precarização do trabalho. luta de classes.

ABSTRACT: This paper examines the exploitation of workers in capitalist society and the role of bourgeoisie ideology to maintain it. It is through the crisis of capital that holders of economic power intensify its investment against the organization of workers and promote the removal of social rights. Under the rule of neoliberal policies and productive restructuring there has been an advance of structural precariousness of labour worldwide. The alternative is to build a social force organized by employees for the transformation of society.

Keywords: neoliberal. precariousness of labor. class struggle.

INTRODUÇÃO

A exploração dos trabalhadores no processo de produção capitalista foi intensamente estudada por Marx (1996) em sua obra máxima “O capital”. Na atualidade, com a crise do capital, ocorre um ataque de empresários e Estados capitalistas aos direitos trabalhistas para buscar retomar o crescimento das taxas de lucro.

O poder da classe dominante se dá através do controle ideológico que faz com que a classe subalterna assimile os interesses da burguesia, reproduzindo-os como interesses universais. Neste sentido, a ideologia neoliberal e a reestruturação produtiva têm exercido um papel fundamental para a manutenção da exploração do trabalho, que vem sendo ampliada nas últimas décadas.

A ofensiva da retirada de direitos trabalhistas acontece sob a hegemonia das políticas neoliberais, que passaram a ser aplicadas desde a década de 1970, em resposta ao fim de um longo ciclo de crescimento econômico do capitalismo.

Nos anos recentes houve um ressurgimento da organização social, junto com a ação sindical, na luta em defesa dos direitos sociais, econômicos e políticos da classe trabalhadora.

1 TRABALHO E LUTA DE CLASSES

Marx analisou com profundidade a sociedade burguesa, no conjunto de sua obra, explicando as leis do seu desenvolvimento, em especial a relação capital e trabalho. Historicamente trabalhadores e capitalistas travam uma luta pelo preço da mercadoria força de trabalho, bem como pela duração da jornada de trabalho, com diminuição do seu ritmo.

Marx (1987) em seu livro “Salário, preço e lucro”, analisa as crises do capital e seu impacto no salário. Observou que em momentos de prosperidade econômica, o salário tende a subir e ao contrário, em momentos de estagnação econômica ocorre a tendência de cair. Ele comparou o trabalho assalariado com o trabalho escravo onde acontecia a garantia de sua subsistência ao contrário do operário assalariado, que se não lutar pela sua melhoria, deixa de ter garantida a sua subsistência. De acordo com o autor, caso os trabalhadores se conformassem em aceitar os ditames do capitalismo como uma lei constante e não lutassem por melhorias, compartilhariam toda a miséria do trabalho escravo (MARX, 1987).

Assim, Marx demonstra a centralidade do trabalho:

O trabalho, portanto, enquanto formador de valores de uso, enquanto trabalho útil, é uma condição da existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma

* Mestre em Sociologia Política e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientando do Prof. Dr. Ricardo Lara e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL). E-mail: mauri.silva19@gmail.com.

necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens. (MARX, 1903 apud LUKÁCS, 1979, p. 16).

Marx assinala que o intercâmbio entre o homem e a natureza, para que se produzam os bens necessários à sua sobrevivência, se dá através do trabalho. Este ao longo da história foi tomando várias formas até chegar ao trabalho assalariado, subordinado aos donos dos meios de produção.

Nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, escritos em 1844, Marx explicita a propriedade privada como fonte e expressão material e sensível da alienação humana, sendo um pressuposto para o homem superá-la, recuperando a sua essência humana. De acordo com Marx (2006, p. 139, grifo do autor):

A eliminação positiva da *propriedade privada*, tal como a apropriação da vida *humana*, constitui, portanto, a eliminação positiva de toda alienação, o regresso do homem a partir da religião, da família, do estado etc., a sua existência *humana*, ou seja, *social*.

No regime de propriedade privada o que domina o ser humano é a criação incessante e artificial de novas necessidades e de novos objetos. Seres alheios ao homem que, forçando-o ao consumo, subjugam-no incessantemente. Marx diz que com a multidão de objetos produzidos cresce igualmente o império das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito. Então, diz Marx (2006, p. 149, grifo do autor):

Todo o produto novo constitui uma nova *potencialidade* de mútuo engano e roubo. O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de *dinheiro*, para poder tomar posse do ser hostil. O poder do seu *dinheiro* enfraquece em dimensão oposta à massa da produção, ou seja, a sua necessidade aumenta na medida em que cresce o *poder* do dinheiro. A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz.

Em seguida Marx analisa a alienação do trabalhador em relação às relações de produção que estão vigentes no capitalismo, onde passa a ocorrer um estranhamento do trabalhador em relação aos objetos produzidos pelo seu trabalho, pois estes se opõem a ele como um ser estranho e independente do produtor.

A alienação não se revela apenas no fato de que os *meus* meios de vida pertencem a *outro*, de que os *meus* desejos são a posse inatingível de *outro*, mas de que tudo é *algo diferente* de si mesmo, de que a minha atividade é qualquer *outra coisa* e que, por fim – e é também o caso para o capitalista – um poder inumano impera sobre tudo. (MARX, 2006, p. 157, grifo do autor).

A alienação, portanto, permite que os capitalistas se apropriem da riqueza social e até que possam ter uma existência refinada, enquanto os trabalhadores são jogados numa condição de vida tosca, precária e degradada, em longas jornadas de trabalho, mal remuneradas, que são impostas a homens, mulheres e crianças. E a divisão social do trabalho aprofunda esta alienação.

A *divisão do trabalho* é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. Ou então, uma vez que o *trabalho* constitui apenas uma expressão da atividade humana no seio da alienação, da manifestação da vida como alienação da vida, a *divisão do trabalho* não passa do estabelecimento alienado da atividade humana como uma *atividade genérica real* ou como a *atividade do homem enquanto ser genérico*. (MARX, 2006, p. 160, grifo do autor).

Como vimos, para Marx, a alienação do trabalho pela propriedade privada resulta na degradação das condições de vida dos trabalhadores, por isso, desde o início de suas reflexões teóricas ele defende a supressão da propriedade privada em prol da felicidade humana:

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 2006, p. 37, grifo do autor).

Mészáros ocupou-se atentamente do estudo da alienação, enquanto categoria vinculada às formas de reprodução do ser social. O trânsito de Marx, da filosofia à economia, o leva a ter uma

compreensão mais nítida do ser social e projeta uma mudança societária de longo alcance. Segundo Mészáros (2006, p. 64, grifo do autor):

[...] o aspecto central da teoria da alienação de Marx é a afirmação da superação historicamente necessária do capitalismo pelo socialismo, liberada de todos os postulados morais abstratos encontrados nos escritos dos seus predecessores imediatos. A base de sua afirmação não foi simplesmente o reconhecimento dos insuportáveis efeitos desumanizadores da alienação – apesar de que, subjetivamente, é claro que isso teve um papel muito importante na formação do pensamento de Marx-, mas, o profundo entendimento do fundamento ontológico objetivo do processo, o qual permaneceu oculto para seus predecessores. O ‘segredo’ dessa elaboração da teoria marxista da alienação foi revelado pelo próprio Marx, quando ele escreveu em seus *Grundrisse*: Esse processo de *objetivação* surge de fato como um processo de *alienação do ponto de vista do trabalho*, e como *apropriação* do trabalho alheio, do *ponto de vista do capital*. Os determinantes fundamentais da alienação capitalista tinham, portanto, de permanecer ocultos para todos aqueles que se associavam – conscientemente ou não, de uma forma ou de outra – com o ponto de vista do capital.

Adotando o ponto de vista do trabalho, Marx produziu uma teoria do social, compreendendo o proletariado:

[...] como uma força *histórica que se transcende a si mesma* e que não pode deixar de superar a *alienação* (isto é, a *forma* historicamente dada de *objetivação*) no processo de realização de seus próprios objetivos imediatos, os quais coincidem com a ‘reapropriação da essência humana’. (MÉSZÁROS, 2006, p. 65, grifo do autor).

2 A IDEOLOGIA NA DOMINAÇÃO DE CLASSES

Se o trabalho subordinado ao capital produz a alienação e a desrealização do ser humano, cabe à ideologia um papel fundamental na manutenção da ordem social capitalista.

Marx e Engels (1987), no texto “A ideologia alemã”, argumentam que são os indivíduos reais em suas condições materiais de existência que fazem a sua história. Isto significa que para os homens poderem se dedicar a atividades como a política, a ciência, a arte, a música, ou religião, eles têm que primeiro satisfazer suas necessidades mais imediatas.

Esta análise é de profunda atualidade neste mundo em que vivemos hoje, onde os trabalhadores passam a maior parte do tempo no trabalho e tem pouco tempo e condições financeiras para desenvolver suas capacidades intelectuais e espirituais. Os homens devem estar em condições de viver para fazer história:

Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter todos os homens vivos. (MARX; ENGELS, 1987, p. 39).

E, estas necessidades só podem ser satisfeitas por meio do trabalho, que transforma a natureza. Então o primeiro ato do homem é a produção das condições de existência e em seguida ele vai se ocupar de outras esferas de organização e fruição da existência.

No decorrer da exposição, os autores mostram que não é a consciência que determina a vida, mas é a produção material da vida imediata que determina “[...] o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc.” (MARX; ENGELS, 1987, p. 55).

Acerca da ideologia, constataram que as ideias da classe economicamente dominante são sempre, em cada época, as ideias dominantes. Conforme Marx e Engels (1987, p. 72):

As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam

submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Quando as grandes corporações econômicas, que dominam a economia mundial, necessitam convencer a maioria da população de que certas medidas estatais para ampliar seus lucros são as mais corretas, como por exemplo, a flexibilização de direitos trabalhistas e a reforma da previdência social, elas contam com um conjunto de intelectuais orgânicos, alojados na máquina burocrática do Estado, em organizações empresariais, em meios de comunicação de massas e em instituições educacionais, que fornecem os argumentos ideológicos necessários.

3 O PAPEL DAS IDEOLOGIAS NEOLIBERAIS NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

A “era de ouro” do capitalismo ou de grande expansão econômica, produzida após a Segunda Guerra Mundial, durou até o início da década de 1970 (HOBSBAWM, 1995), quando o capitalismo passou a enfrentar uma nova crise de acumulação, dando início a outro período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais (HARVEY, 1994).

Iniciava-se uma crise estrutural do capital, que mantém em seu interior as crises cíclicas, cada vez mais curtas. “A crise estrutural do capital, que começamos a experimentar nos anos 1970 [...], não apenas tende a romper com o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema”, assevera Mészáros (2002, p. 799).

Como resposta à crise do capitalismo ocorreu uma ofensiva política e econômica neoliberal em vários países do mundo. Políticos, empresários e economistas retomaram um pensamento liberal-conservador, que havia predominado nos séculos XIX e início do século XX, e passaram a responsabilizar a presença do Estado na economia e nas políticas sociais como o fundamento da crise (COMBLIN, 2001).

Em análise sobre os reflexos desta profunda crise, Santos (2007) explica que no seu processo de produção e reprodução social, a humanidade cria através do trabalho, muito mais que os bens materiais necessários à sua existência. De acordo com a autora:

Ela cria hábitos, valores morais, éticos e civilizatórios: cria a sociabilidade que interage na formação da subjetividade dos indivíduos sociais. Os elementos da subjetividade humana são, portanto, dialeticamente determinados pelo processo produtivo, mas nem por isso de menor importância. (SANTOS, 2007, p. 28).

Portanto, existe uma relação dialética entre as mudanças em curso na economia mundial, desde os anos 1970 e a formação de uma consciência hegemônica correspondente a este estágio do capitalismo, que vários intelectuais de esquerda denominaram como pensamento neoliberal.

Segundo Santos (2007), o neoliberalismo reforça valores do antigo liberalismo, como o individualismo e a competição. E mais, mescla-os com as características do novo modelo produtivo de acumulação flexível para ter sucesso também nos níveis de distribuição e consumo.

Na verdade, a acumulação flexível permite que os empregadores exerçam maior poder sobre os empregados. Com o aumento dos níveis de desemprego, os trabalhadores assistem seu poder de reivindicação sindical diminuir diante de ofensivas patronais e estatais, com perda de direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo das lutas operárias do século XX (HARVEY, 1994, p. 141).

Segundo Harvey, a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo desenvolvimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desiguais tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a

‘Terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 1994, p. 140).

Para Vasapolo (2004), a flexibilização do trabalho faz parte de um conjunto de medidas adotadas pelos capitalistas em resposta à crise dos anos 1970. Desde então, o Estado burguês transmite uma nova ideologia para a acumulação capitalista, defendendo a flexibilização dos mercados de trabalho, dos processos produtivos e da demanda.

A ideologia neoliberal deve ser entendida no seu contexto adequado, pois o que se chama de neoliberalismo também é utilizado para ofuscar a realidade.

Segundo Paulo Netto (1995, p. 81, grifos do autor), a grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal. Para o autor “[...] ela e seus associados, compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *O Estado máximo para o capital.*”

Na prática, é uma ofensiva para eliminar as garantias sociais, direitos democráticos e serviços públicos, combinada com o aumento da intervenção estatal com o atendimento dos interesses monopolistas e imperialistas (MANDEL, 1985).

O avanço do neoliberalismo, que veio acompanhado da desestruturação da União Soviética, teve como consequência uma profunda crise ideológica no interior das forças de esquerda, ocorrendo uma adesão dos políticos da socialdemocracia aos parâmetros políticos e econômicos do neoliberalismo, em países onde eles conquistaram o poder através de processos eleitorais.

Uma crítica contundente aos seguidores da socialdemocracia foi realizada por Mészáros (2002) que conecta a chamada “crise do marxismo” à postura defensiva que vem sendo adotada pelas esquerdas, que estaria exaurida diante da crise estrutural do capital. Ele diz que enquanto se torna cada vez mais necessária a luta em defesa do socialismo questionando as bases da acumulação capitalista; correntes revisionistas do marxismo e a esquerda parlamentar e institucional vinculada a socialdemocracia, ainda continua acreditando em melhorias dentro do capitalismo, enquanto a ofensiva do capital sobre os direitos dos trabalhadores não admite concessão alguma.

Na lógica capitalista de manutenção da subordinação do trabalho ao capital, o movimento reformista parlamentar torna legítima a existência do sistema capitalista. De fato, o papel regulador do parlamento consiste, segundo Mészáros, em legitimar a imposição das severíssimas regras da “legalidade constitucional”, a exemplo do que tem ocorrido a partir de 2008 até os dias de hoje, quando os países da zona do Euro cortam brutalmente os direitos sociais em troca de garantir a sobrevivência do capital financeiro.

4 IMPACTOS DA CRISE NA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO

Em 2007, uma onda de despejos atingiu dois milhões de pessoas nos Estados Unidos e outros quatro milhões corriam o risco de perder suas casas. O preço das casas tinha despencado e muitas famílias estavam “[...] devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel.” (HARVEY, 2011, p. 9). A crise imobiliária, como ficou conhecida mundialmente, foi o estopim de mais uma crise cíclica do sistema capitalista, uma das mais graves de sua história. Segundo Harvey (2011), ela atingiu os grandes bancos de investimento, com mudanças estatutárias, fusões forçadas e falências.

A crise econômica logo se expandiu para outros países e trouxe como consequência o aumento do desemprego no mundo. Boschetti (2012) nos informa que depois de uma pequena queda no período entre 2006 e 2008, a taxa média de desemprego voltou a subir a partir de 2009 na União Europeia, atingindo 9,7% dos trabalhadores.

Novas ofensivas contra o direito do trabalho foram retomadas pelos empresários e pelos Estados, para salvar os capitalistas colocando em situação precária os trabalhadores. As novas medidas aprofundam uma tendência que vinha sendo implementada desde os anos 1970.

Em sua análise sobre a União Europeia, Vasapolo (2004, p. 36) afirma que a precarização é muito intensa:

São exemplos, o contrato por tarefa, a concorrência mundial entre os trabalhadores, e a desvalorização do trabalho assalariado. E a ele se une o ataque ao salário direto, indireto,

diferido e social. Foi posto em discussão o serviço sanitário nacional com violentíssimos processos de privatização, a previdência social, a escola, a saúde, as aposentadorias, em definitivo o Estado Social que havia sido uma conquista dos trabalhadores até os Anos 70.

A crise mundial do capitalismo em 2008 teve impactos diferenciados entre os países centrais e periféricos. Segundo Perondi (2011, p. 136), no Brasil a diminuição do ritmo de crescimento econômico foi “[...] menor que a retração verificada nas economias centrais.” Neste contexto houve forte campanha ideológica do setor patronal propondo a flexibilização temporária de direitos trabalhistas, por meio da redução da jornada de trabalho com redução salarial, com o argumento de que a medida seria necessária para manter os postos de trabalho. Com os trabalhadores sofrendo a ameaça do desemprego, os patrões conseguiram a aprovação da redução por meio de negociação com vários sindicatos (PERONDI, 2011, p. 140).

Para Antunes (2009), a partir da crise estrutural dos anos 1970, o capitalismo vem se reestruturando em escala mundial, visando a recuperação do seu padrão de acumulação; e, procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960, com um ciclo de monumentais greves e lutas sociais.

O capital passa a introduzir novas modalidades de trabalho que levaram a ampliação da precarização do trabalho. Proliferaram desde então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, dentre os mais diversos modos alternativos de trabalho precarizado.

Na fase capitalista das megafusões são criadas as falsas “cooperativas”, que na verdade são verdadeiros empreendimentos patronais para destruir direitos sociais do trabalho. Estimula-se o “empreendedorismo”, que é um processo em que se oculta o trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, é uma nova marginalização social e não um novo empresariado que está se criando.

Assim a precarização do trabalho avança através de novas formas de flexibilização de trabalho, que cada vez mais retiram direitos e garantias sociais. Segundo Antunes (2009, p. 234):

Entre as distintas formas de flexibilização – em verdade, precarização – podemos destacar, por exemplo, a salarial, de horário, funcional ou organizativo. A flexibilização pode ser compreendida como ‘liberdade de empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade do trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras.

Todo este conjunto de metamorfoses ocorridas nos últimos anos alterou em alguma medida a forma de ser da classe trabalhadora. Para Antunes (2009), a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção. Algumas das principais tendências, do que ele chama de nova morfologia do trabalho no século XXI, são as seguintes: redução do proletariado fabril, estável e especializado; ampliação das modalidades de trabalho precarizado – terceirizados, subcontratados, *part-time* etc. -; aumento do trabalho feminino em condições de remuneração inferiores aos dos homens; expansão dos assalariados médios do setor de serviços; crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho, sem perspectiva de emprego; exclusão dos idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado nas mais diversas atividades produtivas; e a expansão do trabalho a domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo.

A ofensiva neoliberal agudiza a situação destruindo as legislações trabalhistas para flexibilizar ao máximo o trabalho e ampliar a exploração do trabalhador pelo arrocho salarial e intensificação dos ritmos de trabalho, acarretando aumento das doenças do trabalho, conforme verificamos na Nota Pública do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), sobre o dia 28 de abril,

Dia Mundial e Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, que foi, mais uma vez, motivo de luto e protestos em todo o mundo. Diz a Nota:

Os 700 mil trabalhadores que viraram estatísticas – *incluindo mais de 2.900 mortos, oito mortes por dia e mais de 14 mil incapacitados* – são vítimas de descaso do governo, que se descuidou da fiscalização, deixando que o quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho chegasse ao número mais baixo dos últimos 20 anos, sem perspectiva de recomposição na medida e rapidez que o país precisa para reverter esse cenário de horror. (SINAIT, 2015, grifo do autor).

Para Antunes (2009), o século XXI é de um quadro extremamente crítico e contraditório socialmente. O trabalho continua sendo central para a criação de valor e para a expansão do capital, que para se reproduzir tem que ampliar cada vez mais a extração de mais-valia absoluta e relativa, promovendo uma precarização cada vez maior das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora.

O empresariado brasileiro vem atuando por meio de suas organizações representativas para reduzir o pagamento de encargos sociais e trabalhistas. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) publicou no ano 2012 um documento intitulado “101 propostas para modernização trabalhista”. Entre as várias alterações da legislação trabalhista que possibilitam a redução de direitos e a ampliação do grau de exploração dos trabalhadores, ressaltamos a proposta de que as cláusulas que sejam acordadas nas negociações coletivas entre os sindicatos de trabalhadores e os empregadores, tenham a “[...] mesma força da tutela legal.” (CNI, 2012, p. 21). O objetivo real da alteração proposta pelos empresários é dar força de lei para a flexibilização da legislação trabalhista, permitindo medidas que levam à precarização das condições de trabalho, como o fracionamento das férias e a redução do intervalo dos trabalhadores para refeição.

As demais propostas de mudança legislativa, apresentadas pela CNI, reforçam a ofensiva empresarial contra o direito do trabalho, tais como: a negociação do banco de horas válido para todos os trabalhadores da empresa, apenas com o sindicato da categoria preponderante na empresa; a extensão do trabalho aos domingos e feriados para todos os trabalhadores, sem restrições; o fim do pagamento das horas *in itinere* (em trânsito) que são pagas ao trabalhador quando por dificuldades de acesso ao local de trabalho, ou não servido por transporte público, as empresas fornecem transporte da casa para o trabalho; a extinção do regime de sobreaviso; a revogação do intervalo de descanso de 15 minutos para mulheres antes do início da jornada extraordinária; o fracionamento das férias anuais em até três períodos anuais para todos os funcionários; o fim da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em casos de demissão sem justa causa; a redução da jornada de trabalho com redução de salários; a regulamentação da terceirização de qualquer atividade das empresas, inclusive a atividade-fim; o adiamento e a revisão técnica da Norma Regulamentadora (NR-12) que trata da segurança do trabalho em máquinas e equipamentos (CNI, 2012).

Alinhados com o pensamento neoliberal, os empresários criticam a regulação trabalhista e o chamado “Custo Brasil” como fator que impediria o crescimento da economia, embora seja notório os baixos salários pagos aos operários brasileiros.

O custo médio da hora trabalhada em indústria no Brasil é de 6,8 dólares contra 34,8 dólares na Alemanha (DIEESE, 2011, p. 224). Em tese eles advogam a renúncia aos direitos trabalhistas garantidos pelo Estado em seculares lutas operárias e oferecem a livre negociação entre empresas e empregados, o que em uma conjuntura de crise e retomada do desemprego abriria caminho para um profundo retrocesso nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira.

Em consonância com esta ofensiva empresarial, a Câmara dos Deputados aprovou em 2015 um projeto de lei que amplia as terceirizações no Brasil (PL n. 4.330/2004), permitindo que as atividades-fim das empresas também sejam terceirizadas. O projeto foi encaminhado para o Senado e os sindicatos se mobilizaram contra a sua aprovação. A ampliação das possibilidades de terceirização desejada pelos capitalistas significará o crescimento da precarização das condições de trabalho, com a fragmentação dos trabalhadores e a intensificação da exclusão social.

Outro fato negativo para os trabalhadores foi que a presidenta reeleita Dilma Rousseff, ao enfrentar as graves repercussões da crise internacional sobre o País, encaminhou ao final do ano de 2014, um pacote de medidas de ajuste fiscal para serem votadas pelo Congresso Nacional, que implicariam em mais uma rodada de redução de direitos trabalhistas e previdenciários da classe

trabalhadora. As modificações foram propostas por meio das Medidas Provisórias n. 664/14 e n. 665/14 que alteravam leis reduzindo o valor da pensão por morte à metade, triplicam o tempo mínimo de trabalho exigido para que o trabalhador demitido receba o seguro-desemprego, mudavam regras do auxílio-doença, medidas de proteção a colônias de pescadores e Programa de Integração Social (PIS), entre outras alterações prejudiciais aos trabalhadores que foi combatida pelo movimento sindical (CAMPANHA..., 2015, p. 2).

As precarizações mais significativas previstas nas MPs n. 664/14 e 665/14 são:

I – exigência de 24 meses de casamento ou de união estável para recebimento de pensão por morte; II – redução do valor da pensão por morte de 100% para 50%, acrescido de 10% por dependente; III – redução do tempo de duração do benefício de pensão por morte, de acordo com a expectativa de vida do cônjuge; IV – carência de 24 meses para pensões por morte; V – alteração da base de cálculo do auxílio-doença, observando-se a média das 12 últimas contribuições; VI – ampliação de 15 para 30 dias do período pago pela empresa, na hipótese de incapacidade para o trabalho, pois apenas após o período de trinta dias é que o trabalhador deverá ser encaminhado ao INSS para realização de perícia; VII – possibilidade de realização de perícias médicas por empresas, mediante acordo de cooperação técnica; VIII – alteração das carências para requerimento de seguro-desemprego, de 6 meses para 18 meses na 1ª solicitação, de 6 para 12 meses na 2ª, mantendo-se o período de 6 meses apenas a partir da 3ª solicitação. (SARDÁ; SILVA, 2015 apud SOUTO MAIOR, 2015).

Muitos trabalhadores serão atingidos. De acordo com Souto Maior (2015):

[...] no que se refere ao seguro-desemprego, por exemplo, o novo requisito vai fazer com que dos atuais 3,2 milhões de trabalhadores dispensados sem justa causa que não têm direito ao benefício, vez que seus contratos não chegam a seis meses, atinja-se ao número trágico de 8 milhões de trabalhadores, o que equivale a 64,4% dos trabalhadores dispensados, sem justa causa.

Souto Maior vê no sacrifício imposto a milhões de trabalhadores pelo ajuste fiscal uma reiteração do modelo econômico neoliberal que joga os custos da crise nos ombros da classe trabalhadora para salvar o capital financeiro:

Ora, a redução de custos na ordem de 18 bilhões não salva a economia nacional e, portanto, trata-se da imposição de um sacrifício a uma quantidade enorme de pessoas sem qualquer retorno financeiro concreto para a economia como um todo. Além disso, essa forma de encarar os direitos dos trabalhadores é típica da teoria neoliberal, que mascara os problemas que, na essência, são do modelo de produção capitalista. Tentar resolver os entraves do modelo econômico por meio da imposição de sacrifícios aos trabalhadores torna os trabalhadores culpados pelos problemas de um sistema do qual, na verdade, são vítimas, deixando de lado os reais entraves do modelo. (SOUTO MAIOR, 2015).

As situações de ataques aos direitos laborais manifestam-se como uma tendência em face da crise econômica que atinge o Brasil que tende a se agravar pela política recessiva implantada pelo governo federal, que se ancora em corte de direitos sociais e aumento da taxa de juros.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

As preocupações seriam bem menores se se vislumbrasse, em um horizonte mais próximo, alguma possibilidade de crescimento da economia. Com os investimentos públicos contidos devido ao ajuste fiscal e a iniciativa privada insegura com os rumos da crise política e as medidas contraditórias adotadas pelas autoridades econômicas, há poucas esperanças de recuperação no curto prazo. Após crescer quase zero (0,1%) em 2014, os resultados do primeiro trimestre indicam que 2015 deverá se encerrar com queda do PIB em cerca de 1%. É importante ressaltar que, em 2014, a taxa per capita – a divisão do total de riqueza produzida no país pelo número de habitantes - registrou retração de 0,7%, indicando empobrecimento da população no período. Este certamente é um tempero importante no caldeirão da crise política na qual vive o país atualmente. (DIEESE, 2015, p. 2).

Neste cenário adverso torna-se crucial o fortalecimento das lutas por parte das organizações da classe trabalhadora. Várias análises críticas já demonstraram que em tempos de ofensiva da

reestruturação produtiva e do neoliberalismo, houve um recuo do sindicalismo classista, combativo e autônomo da década de 1980.¹ Segundo Antunes, os sindicatos passaram a adotar posições cada vez mais defensivas, atados a dar respostas imediatas a problemas da classe dentro do universo do capital:

Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a revolução técnica do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência estava ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego. (ANTUNES, 1997, p. 148).

Mas, como vivemos em uma sociedade atravessada pelas contradições entre capital e trabalho, as inquietações sociais sempre ressurgem. Como destaca Antunes (2013, p. 26), em análise recente e mais otimista:

O resultado deste enorme processo de precarização estrutural do trabalho, ao atingir a classe trabalhadora dos países avançados, gerando a erosão dos seus empregos e a corrosão das suas condições de trabalho, não poderia ser outro: junto com a mundialização do capital, estamos presenciando a mundialização das lutas sociais.

Nos países capitalistas dependentes onde os trabalhadores são superexplorados, como no Brasil, que ainda é marcado pela existência do trabalho análogo à escravidão, não poderia ser diferente. No início de 2015 crescem as mobilizações com greves de trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, com destaque para as greves de professores por todo o país e protestos de centrais sindicais contra a regressão nos direitos previdenciários e trabalhistas.

CONCLUSÃO

A análise das crises do capitalismo mostra que o peso mais elevado é descarregado nas costas dos trabalhadores com a perda de empregos e direitos trabalhistas. As empresas capitalistas são socorridas pelos Estados através do uso de recursos do fundo público que é financiado por impostos pagos por toda a sociedade.

Diante da flexibilização dos direitos trabalhistas imposta pela burguesia no quadro da crise estrutural do capital, impõe-se que o sindicalismo passe a elaborar coletivamente com os trabalhadores as alternativas de resistência e as lutas contra o desemprego, a precarização e a exploração, colocando no centro de suas reivindicações a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, para que todos possam trabalhar.

Esta luta contra a retirada de direitos deve ser articulada em um plano internacional, tendo em vista que diante do desenvolvimento do capitalismo em escala global, as respostas nacionais sempre terão um papel restrito. Para isto, é necessário fortalecer a organização dos trabalhadores e de seus instrumentos de luta, inclusive as greves. É imperativo a construção de articulações internacionais do movimento operário integradas aos movimentos sociais anticapitalistas para lutar com maior eficácia por um outro mundo possível e necessário.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: NAVARRO, V. L.; SOUZA, E. A. (Org.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: _____.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

¹ Para uma compreensão histórica e sociológica do sindicalismo brasileiro, ver Mattos (2009) e Braga (2012).

- BOSCHETTI, I. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social Europeus. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 754-803, out/dez. 2012.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CAMPANHA Salarial Unificada Dos Servidores Federais 2015. Brasília, DF: Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais, 2015.
- COMBLIN, J. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília,DF, 2012.
- DIEESE. Um primeiro trimestre difícil. **Boletim de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 3, p. 1-9, maio, 2015. Disponível em: <<http://www.cutbrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2015/06/boletimConjuntura003.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2015.
- _____. **Anuário dos trabalhadores 2010/2011**. 11. ed. São Paulo, 2011.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: LECH, 1979.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: (I-Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Difel, 1996. Livro 1. v. 1.
- _____. **Salário, preço e lucro**. Tradução de Eduardo Saló. 5. ed. São Paulo: Global, 1987.
- MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. São Paulo, Boitempo, 2009.
- _____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões de nossa época, v. 20).
- PERONDI, E. **Conciliação e precarização: a política trabalhista do governo Lula (2003-2010)**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2011.

SADER, E.; JINKINGS, I. (Org.). **As armas da crítica**: antologia do pensamento de esquerda. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINAIT. **Nota pública**: 28 de abril - Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho. Abr. 2015. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/site/noticiaView/10850/sinait-divulga-nota-publica-sobre-o-dia-mundial-em-memoria-das-vitimas-de-acidentes-de-trabalho>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SOUTO MAIOR, J. L. Tragédias anunciadas: as medidas provisórias de Dilma. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/02/02/tragedias-anunciadas-as-medidas-provisorias-de-dilma/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

VASAPOLO, L. **Novos desequilíbrios capitalistas**: paradoxos do capital e competição global. Londrina: Práxis, 2004.

O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL E O CAPITALISMO MANIPULATÓRIO*

Rodrigo Fernandes Ribeiro**

Ricardo Lara***

RESUMO: A comunicação tem como objetivo abordar o endividamento dos trabalhadores e a proposta da “educação financeira”. O acesso ao crédito para a classe trabalhadora nunca foi tão facilitado quanto hoje. O Relatório de Estabilidade Financeira (REF), publicação semestral do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentou em 2014 o índice de endividamento das famílias em 45,5%, referente a dezembro de 2013. A “educação financeira” então surge como ideologia estratégica do capital financeiro, com objetivo de manipular o consumo e controlar os riscos de inadimplência.

Palavras-chave: endividamento. educação financeira. crédito.

ABSTRACT: *The communication aims to address the indebtedness of workers and the proposal of “financial education”. Access to credit for the working class has never been so easy as today. The Financial Stability Report (REF), bi-annual publication of the Central Bank of Brazil (BACEN), introduced in 2014 the household debt ratio at 45,5% for December 2013. A “financial education” then emerges as ideology strategic financial capital, in order to manipulate the consumption and control the risks of default.*

Keywords: *indebtedness. financial education. credit.*

INTRODUÇÃO

O endividamento da classe trabalhadora no Brasil, nos anos 2000, está inscrito na dinâmica financeira em que o país se insere desde a década de 1990. A abertura financeira deste período dinamizou o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e possibilitou criação e expansão de uma série de “produtos financeiros”, que passaram a ser oferecidos aos estratos da classe trabalhadora até então “excluídos” do acesso ao crédito.

No conjunto, o processo de crescimento exponencial dos créditos no Brasil se deu muito mais para o “capital financeiro”, do que para o consumo dos trabalhadores. A abertura aos bancos privados, a privatização de bancos regionais, os refinanciamentos das dívidas, às altas taxas de juros que beneficiam as transações bancárias e o incremento dos bancos públicos de investimento, com destaque ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nos anos 2000, auxiliaram na concentração de capital e dinamizaram o deslocamento de excedentes para obras de infraestrutura na segunda metade dessa década.

O incremento do crédito pode ser ilustrado na relação com o Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu em março de 2015 o índice de 54,8%, representando um salto nos últimos 30 anos. O pico durante o governo Collor (1990-1992) foi de 28%, nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) atingiu 37%, no ápice do Plano Real (1995), e em 2007 estava em 34% (COSTA, 2008, p. 150). No entanto, esse índice ainda é baixo. Em países de capitalismo mais desenvolvido esse índice geralmente é superior a 100%.

O processo da “mundialização e financeirização do capital” dos últimos 40 anos está inscrito na necessária superação dos entraves coercitivos que impediam a livre circulação de capitais em todo o mundo. O desenvolvimento de tecnologias da informação foi essencial, mas a liberalização das finanças permite cada vez mais o livre acesso à exploração da força de trabalho em todo o mundo, possibilitando a transferência de capitais excedentes para onde este possa ser valorizado.¹ Esse processo permite a concentração de capitais para o “capital financeiro” que, de certa forma, alimenta o capital produtivo de mais-valia e, por conseguinte, absorvem os seus lucros que estão

* Este artigo foi publicado com algumas alterações na revista Serviço Social e Sociedade. RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.126, p.340-359, maio/ago. 2016.

** Licenciado em Ciências Sociais e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando em Serviço Social na UFSC e orientando do Prof. Dr. Ricardo Lara – e-mail: roferrib@yahoo.com.br.

*** Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e-mail: ricardolarauf@gmail.com.

¹ Segundo David Harvey, “[...] a virada para a financeirização desde 1973 surgiu como uma necessidade. Ofereceu uma forma de lidar com o problema de absorção de excedentes.” (HARVEY, 2011, p. 33).

circunscritos na mais-valia. Para Chesnais há uma “proeminência das finanças” que se utiliza de “produtos financeiros” liberalizados para pressionar a exploração em níveis que garantam os lucros da produção e dos rentistas:

[...] a finança liberalizada consolidada depois de 1978-1980, criou ativos financeiros (‘produtos financeiros’ no jargão atual) que aparecem aos olhos de seus portadores como sendo ‘seu capital’, enquanto que se trata de pretensões sobre uma produção futura. Seu grau de efetividade depende tanto do sucesso da apropriação da mais-valia como do bom dos ‘mercados’. Sua natureza econômica é aquela de uma punção sobre a mais-valia, fator de possível bloqueio da acumulação real. (CHESNAIS, 2010, p. 123).

Entretanto, é nesse contexto de incertezas da produção e das finanças que o endividamento da classe trabalhadora e inclusão ao acesso de produtos financeiros foram especificamente dirigidos para o conjunto dos assalariados do campo e da cidade, processo iniciado nos países de maior desenvolvimento capitalista. O crédito que até certo período era destinado somente às empresas ou consumidores que apresentavam comprovação de renda ou propriedades, passa a ser também oferecido para frações assalariadas de médio, baixo ou sem nenhuma comprovação de rendimento. Foster (2006) demonstra que o incremento do crédito e o conseqüente endividamento foram essenciais para a aceleração do processo de valorização do capital nos Estados Unidos da América (EUA), aliando um ambiente de contraditória estagnação salarial e aumento do consumo. O aumento da porcentagem do comprometimento da renda das famílias com as dívidas, que passou de 62% em 1965, para 127% em 2005², corresponde à criação de produtos financeiros, principalmente pelas hipotecas imobiliárias, mas também pelos seguros, créditos para compra de automóveis, créditos para estudos e cartão de crédito.

Guttman e Plihon (2008) analisam esse processo dentro do que eles chamam de “capitalismo conduzido pelas finanças”, identificando várias medidas que auxiliaram na facilitação das instituições com a liberalização financeira. Dentre elas, a permissão para a integração das atividades dos bancos comerciais com os bancos de investimentos, sendo uma das principais alterações que proporcionaram inovações financeiras e dinamizaram o crédito, além de possibilitaram maior poderio para essas instituições (GUTTMAN; PLIHON, 2008). Sobre esse ciclo de dependência e interação os autores avaliam que:

Quaisquer que sejam as caracterizações específicas do capitalismo conduzido pelas finanças, é ponto comum que o novo regime coloca motivos, instrumentos e mercados financeiros no centro do processo de crescimento. No entanto, como permitimos que a busca por ganhos pecuniários fosse dirigida tão fortemente para os canais financeiros em vez dos comerciais ou produtivos? Em nossa opinião, há três forças inter-relacionadas por trás dessa alteração fundamental no modus operandi do capitalismo: a dependência aumentada do endividamento em todos os ramos de atividades econômicas, a facilitação de tal financiamento via endividamento pela inovação financeira, e a globalização financeira como a força mais transcendental na internacionalização do capital. (GUTTMAN; PLIHON, 2008, p. 581).

Apesar de o crédito cedido ser mais modesto para os trabalhadores, é possível identificar que o endividamento e a inadimplência dos trabalhadores, no caso do Brasil dos anos 2000-2015, apontam transformações importantes na dimensão objetiva da classe trabalhadora em relação à sua renda e o consumo. Os “produtos financeiros” passaram a ser ofertados para as diversas frações de renda dos assalariados. Se somarmos às políticas sociais compensatórias, destacando-se o programa “Bolsa Família”, o quadro financeiro adquire a tendência crescente de futura universalização da “bancarização” dos indivíduos.

Portanto, nesta comunicação, partindo dos pressupostos apresentados acima, objetivamos apresentar indicadores de pesquisa em andamento sobre o endividamento da classe trabalhadora no Brasil. Utilizaremos enquanto fontes as pesquisas e indicadores do BACEN, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e de empresas de consultoria de crédito como a Serasa Experian e o SPC-BRASIL, além de trabalhos científicos que problematizem o fenômeno do endividamento. Por último, abordaremos o debate ideológico fomentador e controlador

² Principalmente por causa dos juros baixos nos EUA.

das práticas de consumo do crédito pelos consumidores individuais, em sua maioria, trabalhadores assalariados. A “educação financeira” é a mais recente “inovação” em busca de aprimoramento dos produtos financeiros e contenção dos riscos de crise sociais.

1 O RECENTE ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

O REF, publicação semestral do BACEN desde 2002, apresentou em 2014 o índice de endividamento das famílias em 45,5%, referente a dezembro de 2013 (BACEN, 2014). Os índices da pesquisa apontam um escalonamento surpreendente do nível de endividamento das famílias com as dívidas bancárias: em julho de 2011 esse índice estava em 41,3%, e em julho de 2005 o nível de endividamento era um pouco mais de 20% das famílias.

O saldo total de créditos cedidos às pessoas físicas no SFN corresponde às modalidades de crédito rotativo, financiamentos habitacionais, *leasing*, empréstimos concedidos por cooperativas e também ao cartão de crédito (BACEN, 2011). Modalidades como carnês de lojas (crediários) não estão contemplados por essa pesquisa. Na mesma pesquisa, Relatório de setembro de 2011, também é ilustrado o aumento excessivo no comprometimento da renda das famílias com o pagamento das dívidas: em torno de 17% em julho de 2005, para o salto de 21,1% de setembro de 2011 (BACEN, 2011). Os relatórios oficiais enaltecem a cessão de créditos e apontam o incremento do crédito imobiliário enquanto responsável por tal magnitude.

A particularidade brasileira desse crescente endividamento ocorre principalmente pelos seguintes “produtos financeiros”: cartão de crédito, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde a maior parcela de endividados; crédito consignado, liberalizado no governo Lula já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; crédito imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixas nos anos 2000, principalmente com os recursos disponíveis para o programa “Minha Casa, Minha Vida” após 2009; e o crédito para compra de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo. Outros produtos financeiros, tais como cheque pré-datado, cheque especial e carnês do comércio, também representam parcelas importantes do endividamento. Contudo, com a facilitação das outras modalidades, estes apresentam um decréscimo constante de seu uso.

Em relação ao crédito consignado, trata-se de produto financeiro mais seguro para as agências prestamistas. Regulamentado em 2003, na onda da contrarreforma da Previdência Social, tal produto financeiro foi liberalizado pelo governo federal principalmente para funcionários públicos, aposentados e pensionistas. Nos estudos parciais de Assis, a autora já identifica crescimento gigantesco dessa modalidade de 2003 a 2013, sendo que: “[...] em dez anos de execução o consignado cresceu 810,13% em operações realizadas e 575,76% em valor de empréstimo.” (ASSIS, 2014, p. 11), para aposentados e pensionistas, segundo dados do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) – Ministério da Previdência Social. É importante mencionar que tal empréstimo sem riscos para o prestamista se configurou em poderosa alavanca do “capital portador de juros”.

Já em 2004, o crédito com desconto em folha de pagamento, cresce muito acima da média do crédito livre, ou seja, das demais modalidades de crédito para pessoa física. O fator risco apresenta-se, portanto, para o capital bancário como determinante já que o retorno certo e agregado de valor é ao fim e ao cabo o objetivo do empréstimo seja ele ao capital ou ao trabalho. Não importa a maneira como o dinheiro será gasto, o empréstimo representa a forma de circulação da mercadoria-capital, e deste modo possibilita a transformação do dinheiro em capital portador de juros. (ASSIS, 2014, p. 8).

O crédito mobiliário também passou por diversas mudanças. Antes mesmo do surgimento do programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal em 2009, que proporcionou empréstimos e subsídios para famílias com rendimentos de até 4.500 reais, a alteração da predominância dos créditos para os setores assalariados de baixa renda já tinha sido realizada. Fernando Nogueira da Costa (2008), ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, diz que o crédito imobiliário, a partir de 2004, era destinado mais de 60% para assalariados de até três salários mínimos. Em 2002, esse

fundo originado do FGTS, destinava 49% dos seus recursos para trabalhadores com rendimento de mais de cinco salários mínimos.

O maior destaque na proporção de endividados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Para se adquirir um cartão de crédito em 1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo 5 salários mínimos; 10 anos mais tarde já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de 200 reais e algumas sem pagamento de anuidade. Em 2007 já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até 500 reais. O número de trabalhadores com essa renda que tinha adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000 (COSTA, 2008).

Nos cálculos da pesquisa de Sbicca, Floriani e Juk (2012), os autores expõem a profunda vulnerabilidade com que os consumidores – leiam-se trabalhadores assalariados – se apresentavam com a expansão do crédito no Brasil. No ano de 2012, com dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS), o número de 0,9 cartões de crédito por habitante³ demonstra o grau de insaciabilidade com que as instituições financeiras inundaram o mercado de crédito.

Nos últimos anos, as operações de crédito apresentaram acentuado crescimento em seu volume. A série histórica produzida pelo Banco Central aponta que, enquanto de 1995 a março de 2003 o aumento foi de apenas 1,6%, os últimos 9 anos apresentaram crescimento real do crédito na ordem dos 209,9%. (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012, p. 6).

O diferencial do nível de endividamento para com os países de capitalismo mais avançados é demonstrado no potencial de endividamento com a modalidade dos cartões de crédito no Brasil, diferente dos países como os EUA em que esse papel predominante está no crédito imobiliário e seus derivativos.⁴ O recurso ao crédito rotativo do cartão de crédito é uma armadilha que aprisionou os consumidores de renda mais modestas, e que essa estratégia faz parte da política dos grandes bancos:

Os bancos estão atentos às possibilidades de crescimento do segmento cartão de crédito nas faixas de renda mais baixas. Fernando Chacon, diretor de Marketing e Cartões do Itaú, divulgou em relatório de outubro de 2007 a delimitação do público alvo das empresas de cartão de crédito – população urbana, com idade superior a 18 anos e renda mensal mínima de R\$ 250. Em dezembro de 2009, tal rendimento seria equivalente a R\$ 294,48, próximo dos 5% com menor renda no país à época e com penetração de cartões de crédito em torno de 5% desta população. A busca por público alvo não tradicional pelas empresas de cartão de crédito já foi notada também nos EUA, neste caso estudantes de graduação e a população de baixa renda (SBICCA; FLORIANI; JUK, 2012, p. 12).

Outras pesquisas revelam os números crescentes do endividamento dos trabalhadores no Brasil. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), 73,4% das famílias endividadas tem algum tipo de dívida com cartão de crédito, em março de 2015 (CNC, 2015). Além dos cartões de crédito, os carnês do comércio correspondem a 18,2% das famílias, e em terceiro está o financiamento de automóveis em 14,4% das famílias. No geral, 59,6% das famílias estão endividadas, sendo que 17,2% das famílias estão com contas em atraso e 6,2% estão inadimplentes, ou seja, com atrasos de mais de 90 dias e sem condições de pagar suas contas.

A PEIC da CNC é realizada mensalmente e entrevista 18 mil consumidores, desde 2010. Os primeiros dados são registrados em estágio avançado do processo de endividamento. Entretanto, é possível notar algumas tendências tais como: estabilidade no índice de endividamento desde 2010, sendo que em janeiro de 2010 a pesquisa registrou o índice de 59,1% de famílias endividadas; queda nos índices de famílias com conta em atraso, sendo que em janeiro de 2010 eram 25%, e inadimplentes eram 8,8% (CNC, 2014). Nos indicadores é possível observar a estabilidade do endividamento pelos

³ Entre cartões de créditos ativos e inativos. O número de cartões de créditos ativos em 2013 era de 87,5 milhões. Nota Técnica Pagamentos de Varejo e Canais de Atendimento: dados estatísticos 2013. Publicado pelo BACEN em abril de 2014 (BACEN, 2014).

⁴ Nos EUA o endividamento pelo cartão de crédito cresceu muito. A magnitude da crise de 2008 foi potencializada pela dívida hipotecária que desvalorizou o imóvel pessoal, para que o conjunto dos trabalhadores pudesse manter o nível de consumo anterior, em um ambiente de salários estagnados e créditos facilitados. Ou seja, desvalorizou-se o bem da casa, para poder pagar as dívidas referentes ao consumo, utilizando-se para isso o cartão de crédito (FOSTER, 2006).

cartões de crédito, sendo 70,9% do cartão de crédito em 2010; queda no endividamento dos carnês, 25% em 2010 para 17% em 2014; queda no endividamento do cheque especial, 8,3% em 2010 e 5,6% em 2014; e cheque pré-datado, 4,0% em 2010 e 1,8% em 2014. O dado que mais chama atenção é o crescimento considerável do endividamento pelo financiamento de carros 10,3% em 2010, e 14,4% em março de 2015, além do financiamento imobiliário, de 3,2% em 2010, para 7,8% em 2014, no conjunto das famílias no Brasil (CNC, 2014).

Outras instituições especializadas em controle dos créditos levantam tais números com base nas informações de seus associados e demonstram o potencial perigo da inadimplência. No caso da Serasa Experian, em julho de 2014, registrou o número de 57 milhões de pessoas com dívidas em atraso no Brasil (KEMPINSKI, 2014). O conjunto de dívidas não pagas é crescente desde 2012, e os motivos estão vinculados aos produtos financeiros identificados nessa pesquisa, além das dívidas não bancárias. A contraditória relação entre crédito à disposição do consumo e o risco da inadimplência é demonstrada na mesma notícia da Serasa Experian, pela declaração de seu gerente Vander Nagata (KEMPINSKI, 2014):

O crédito é um poderoso instrumento para o desenvolvimento econômico, mas se for pago. Se houver calote é prejudicial, pois destrói valor e afeta a qualidade de vida dos cidadãos, que passam a enfrentar as dores de cabeça do superendividamento, e de toda a cadeia produtiva. Empresas, sociedade civil organizada e governos devem encarar o grande desafio de educar financeiramente nossos consumidores.

Essa mesma pesquisa revelou também que mais de 60% desses consumidores inadimplentes têm contas a pagar que representam mais de 100% de sua renda mensal. Ou seja, cerca de 30 milhões de brasileiros podem comprometer toda a renda de seu fundo de consumo futuro, em que os juros dos financiamentos de carros e casas, e mais o crédito rotativo do cartão aprofundam essa retirada de valor do salário. Além disso, a pesquisa também revela que 53% desses inadimplentes acumulam até duas dívidas não honradas. Apesar de número expressivo de brasileiros maiores de 18 anos endividados (esses representam 40% do total de 144 milhões de brasileiros nessa faixa), a Serasa Experian aponta que o índice não chega a ser alarmante porque as dívidas são pequenas em relação ao capital das grandes empresas. Essa constatação demonstra que os salários baixos dos empregos criados nos últimos anos⁵ é um processo que alimenta o “capital portador de juros”, mas não o inviabiliza, em contrapartida, ataca profundamente as condições de vida da maioria da população.

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), outra instituição especialista em pesquisa e controle de crédito, identificou queda da inadimplência em fevereiro de 2015, com 53,6 milhões de consumidores negativados em seu sistema naquele mês, sendo que a queda foi de meio milhão de inadimplentes em relação ao mês anterior (SPC BRASIL, 2015). Contudo, com a diminuição do acesso ao crédito, a crise recessiva que já aponta desemprego e queda na renda dos trabalhadores no início de 2015, a variação de inadimplência vem reduzindo desde 2011. Os bens de maiores valores, tais como automóveis, casas e eletrodomésticos, registraram queda na compra a crediário. A tendência de queda na inadimplência nesse período é mais resultado da recessão econômica, do que movimento da renda que possa livrar esse gigantesco contingente de trabalhadores da dependência moderna do crédito.

Por fim, a base de dados do Serasa Experian corresponde às iniciativas do capital em controlar o crédito de seus consumidores indesejados e, por isso, compõe dados objetivos muito confiáveis sobre o perfil dessas mudanças no endividamento dos trabalhadores.

2 A IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Diante do endividamento crescente, quais são as estratégias concebidas no sentido de contenção dos danos da inadimplência? A crise imobiliária dos EUA formou uma bolha imobiliária em que os empréstimos, e empréstimos de empréstimos, colecionados pelas facilitações das *hipotecas subprime*, eram produtos financeiros livremente oferecidos para os setores mais precarizados dos

⁵ Márcio Pochmann, autor que crítica à utilização da categoria “nova classe média” no Brasil, apresenta dados em que 94,8% dos empregos criados no Brasil na década de 2000 – 21 milhões de postos de trabalho - pagam no máximo um salário mínimo e meio (POCHMANN, 2012, p. 32).

trabalhadores. O risco que se apresentou para o sistema não leva em conta o endividamento, que na verdade está sendo funcional nesse processo de financeirização. O comprometimento da renda dos trabalhadores com o consumo dos meios de subsistência, com os produtos financeiros que agregam valor a ser pago pelo endividado, e ainda os juros rotativos, fazem parte do “capital portador de juros” atuando sobre os consumidores individuais. O grande risco do capital é o não pagamento da dívida, ou seja, a inadimplência.

No caso do Brasil, a preocupação dos gestores financeiros com o endividamento já foi explicitada para o governo federal. Em abril de 2012, representantes do Banco Mundial se reuniram com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para exprimir suas preocupações referentes ao tratamento da pobreza no Brasil, e a percepção do consumo da “classe média”. Para esses representantes,

[...] no Brasil, o comprometimento do orçamento das famílias com as dívidas tem aumentado, sobretudo, em função da falsa percepção sobre as vantagens do parcelamento das compras. Muitos consumidores não percebem os altos juros que estão embutidos nas prestações. (BRASIL, 2012).

Tais economistas diferenciam a classe média do Brasil em relação aos demais países da América Latina, onde estas seriam mais previdentes e cautelosas no consumo. Em suma, o perigo da inadimplência em um quadro de baixo crescimento – após 2010 – é a alerta do sistema financeiro internacional.⁶

A criação dos produtos financeiros e a sensível situação dos trabalhadores que dependem de sua renda para quitar suas dívidas em curto, médio e longo prazo, fez com que o capital constituísse todo um arcabouço ideológico de responsabilização ao consumidor e possível autocontrole em sua dita “compulsão consumista”. A chamada “educação financeira” passou a compor os mecanismos ideológicos de instituições financeiras de Estado, dos bancos comerciais e demais agências de concessão e controle de crédito. Orientada pelos organismos internacionais – no caso a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – o BACEN apresenta em seu *site* a necessidade dessa modalidade instrutiva com a seguinte descrição:

Segundo a OCDE, educação financeira é ‘o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, **comprometidos com o futuro**’.⁷

Ideologia⁸ mundial devidamente orientado pelos organismos internacionais, a chamada “educação financeira” passou a ser política de Estado no Brasil com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em decreto presidencial n. 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Tal política tem por objetivos:

Promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país;

Ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos;

⁶ No editorial do jornal O Estado de São Paulo, de 13 de outubro de 2013, chamado “Classe média sem fôlego”, o meio de comunicação brasileiro replicava as preocupações levantadas pelo Wall Street Journal e do New York Times, sobre o crescimento baixo e o aumento do comprometimento das rendas da ‘classe média’ brasileira e o número de inadimplência, quase o dobro em relação aos demais países em desenvolvimento (ESTADÃO, 2013).

⁷ Essa descrição do conceito de “educação financeira” está no site da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (ENEF, 2017a).

⁸ Compreendemos que a “[...] ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social.” (LUKÁCS, 2012-2013, p. 465). No caso da “educação financeira”, a ideologia do capital se encarrega de intervir na situação de endividamento dos trabalhadores e orientar suas ações.

Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência. (BACEN, 2017).

Com a participação de instituições públicas e privadas, esse programa visa criar e dar suporte a programas que embasem essa proposta “pedagógica” em todos os âmbitos, incluindo os educacionais.⁹

Várias entidades são promotoras da ideologia da “educação financeira”. O *site* do ENEF chamado “vida e dinheiro” divulga algumas delas: “Serasa Experian, o Itaú Unibanco, o Instituto Unibanco, o Instituto *Credit Suisse Hedging-Griffo*, a Fundação Itaú Social e a *Citi Foundation*.” (ENEF, 2017b). Percebemos, nesse caso, a “manipulação da manipulação”, ou seja, o “capital financeiro” mobilizado no sentido da propagação de seus produtos em articulação íntima com o Estado e sua preocupação de como educador o consumidor.

Nesse contexto, a ideologia operante nas estratégias da “educação financeira” é condição essencial de reprodução do capitalismo contemporâneo. A racionalização das evidentes irracionalidades faz parte da ofensiva que o capital impõe sobre o trabalho, aliando coerção, manipulação e consentimento nas táticas. Essas recentes transformações na vida social de contingentes gigantescos de assalariados não poderiam ser “disciplinadas” somente pelo confronto aberto com as mudanças sem a prática de difusão de tal ideologia, orientada para o consumo “inteligente” dos produtos financeiros.

A unidade entre créditos facilitados e juros exorbitantes é funcional ao “capital portador de juros”. As medidas que controlem o endividamento excessivo sob os parâmetros (ideologias) do sistema financeiro são construídas sobre a égide disciplinadora e conformadora da ordem. Um exemplo dessa ofensiva foi dado pelo discurso de presidente do BACEN em 2011, Alexandre Tombini, que na abertura do “Seminário sobre Novas Regras de Cartões” expôs as formas disciplinadoras das medidas governamentais:

Outra importante medida é a exigência de que pelo menos 15% da fatura mensal do cartão de crédito terá de ser efetivamente paga a cada mês. E essa exigência irá aumentar para 20% em 1º de Dezembro de 2011. Com isso, buscamos incentivar o uso racional do cartão de crédito e ajudar as famílias a evitar o endividamento excessivo. E esse aspecto, destaco, se insere em outro programa que o Banco Central, juntamente com outras agências reguladoras do Sistema Financeiro Nacional, está envolvido – a Educação Financeira. (TOMBINI, 2011, p. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição do endividamento das famílias e a consequente intervenção ideológica por meio da “educação financeira”, fica evidente o contexto do capitalismo manipulatório nos dias atuais.

Na sociedade capitalista contemporânea, “os estranhamentos”¹⁰ têm poderes os quais talvez sejam maiores do que jamais tiveram, mas eles nunca estiveram ideologicamente “[...] tão ociosos, tão vazios, tão pouco entusiasmadores.” (LUKÁCS, 2012-2013, p. 748). O capitalismo e sua expansão para todo âmbito do consumo e dos serviços são resultados do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado mundial. Para atender essa processualidade social, a organização da produção e distribuição das mercadorias criaram mecanismos para atuar ideologicamente nas formas de consumo e, como destacamos, no caso brasileiro, nas formas de pagamento das dívidas. Aqui fica evidente a “manipulação da manipulação” como face duplamente reificada das relações sociais. Dita-se as regras de como consumir e como pagar as dívidas.

⁹ Em artigo defensor da ideologia da “educação financeira” Savóia, Saito e Santana (2007, p. 1130), expõem à profusão de disciplinas sobre educação financeira nas escolas secundárias dos EUA como disciplina obrigatória. Segundo os autores, 27 estados – de 50 estados mais 1 distrito – teriam encaixado essa disciplina obrigatória em seus currículos entre os anos 1957 e 1985.

¹⁰ Abordamos a categoria “estranhamento” (*entfremdung*) a partir das obras “Manuscritos Econômico-Filosóficos” de Karl Marx e “Para Uma Ontologia do Ser Social” de György Lukács. Na obra de Marx são oferecidos os fundamentos do complexo alienação/estranhamento: o estranhamento dos seres humanos em relação à natureza; o estranhamento na própria atividade produtiva e seu resultado; o estranhamento em relação ao gênero humano; o estranhamento dos homens em relação aos outros homens. Resumidamente, o “estranhamento” da humanidade significa perda de controle, as relações externas aos indivíduos o confrontam como poder hostil e potencialmente negativos, mas sempre são resultados das relações sociais e de determinadas formações sócio-históricas.

Historicamente, no início do ciclo industrial burguês do século XIX, observamos que o consumo para a classe trabalhadora manifestou-se como “estranhamento social”, na sua essência primária em relação ao produto do seu trabalho, pois os trabalhadores não consumiam o que produziam. Mas, a partir de meados do século XX, significativa parcela dos trabalhadores do mundo elevaram os níveis de vida acessando ao consumo das mercadorias despejadas a cada dia mais no mercado mundial. Isso ofereceu materialmente melhores condições de reprodução de vida de milhares de trabalhadores. O que questionamos, no atual contexto sócio-histórico, são as penetrações de novos tipos ideológicos operantes na vida do trabalhador os quais conformam as novas formas de estranhamentos.

O movimento ideológico da “educação financeira” é expressão de novas formas de “estranhamentos”¹¹ e acompanha a expansão da produção, da crise, do consumo e do endividamento, na medida em que desenvolve uma “pedagogia” a serviço da universalização do capital com amplo domínio ideológico sobre todas as esferas da vida social.

A manipulação do consumo é um fenômeno intrínseco ao avanço da produção capitalista, desde a fase do “imperialismo” (das grandes corporações e monopólios), mas ganha sua particularidade no atual contexto de “mundialização e financeirização do capital”. A manipulação, como forma típica de estranhamento do capitalismo atual, opera na vida social por meio de ideologias que influenciam e orientam os indivíduos nas formas de consumo (de todo tipo de mercadoria), esse processo é observável pela cultura da propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida. O indivíduo passa a ser o que tem, especificamente é o que consome. A individualidade é confortada pela satisfação das necessidades criadas e impostas pela reprodução do capital, aqui o sentido do “ter” é o fenômeno que se impõe a essência do “ser”, nesse caso o ser social é mediado pelas relações fetichizadas e reificadas de uma socialidade que necessita manter ininterruptamente as necessidades da reprodução ampliada do capital.

A manipulação do consumo e a ideologia da “educação financeira” são traços específicos do capitalismo contemporâneo. Suas principais funções sociais consistem em apresentar às pessoas o mundo atual como “normal” e natural, sendo “[...] o melhor dos destinos possíveis, objetivamente como destino inescapável.” (LUKÁCS, 2012-2013, p. 804). Assim, a manipulação atua como manifestação fenomênica das contradições internas da sociedade capitalista produtora de mercadorias que passa por dificuldades para manter as taxas médias de lucro. A naturalização das relações sociais encontra legitimidade pelos padrões de consumo e conseqüente estilos de vida que aparentemente oferecem a liberdade pela via do mercado. Para os ideólogos do mercado e da propaganda do consumo e “pagamento orientado”, o que importa é influenciar o desejo dos homens que se “[...] satisfaçam justamente com a compra do objeto de consumo ou do serviço que constitui o objeto da publicidade.” (LUKÁCS, 2012-2013, p. 789), mas agora acrescido ainda mais da responsabilidade do uso racional do “cartão de crédito” para evitar o endividamento excessivo.

Sabemos que a relação entre a produção e as necessidades humanas são potencializadas e aprimoradas com o desenvolvimento das forças produtivas. Estas, sem sombra de dúvidas, são as bases para os homens usufruírem de melhoras mercadorias e, por conseguinte, melhores condições de vida, trabalho e tempo livre. O problema reside quando as forças produtivas são apropriadas pelas relações sociais capitalistas e, no caso, as necessidades humanas são substituídas pelas necessidades do mais-valor, do lucro e, assim, toda forma de consumo torna-se fetichizado. Ao abordarmos o consumo na atualidade, notamos que os “estranhamentos sociais” emergem na coexistência social entre produção, desenvolvimento das forças produtivas e necessidades humanas. A manipulação do consumo surge como necessidade capitalista da produção em massa, pois a produção crescente necessita de muitos consumidores, como também a ideologia da “educação financeira” surge para que o sistema financeiro, em especial os bancos, mantenham seus ganhos exorbitantes com as taxas elevadas de juros.

Entretanto, o capitalismo manipulatório atual procura legitimar-se com a ideologia da “educação financeira”, envolvendo instituições políticas, culturais, educacionais e religiosas. A

¹¹ Os “estranhamentos” se expressam inicialmente no plano socioeconômico (especificamente na luta pela apropriação do mais-trabalho), como também no plano ideológico, político, religioso, cultural, em síntese, no conjunto da reprodução social.

manipulação que se revela nessa ocasião exerce “pressão moral” sobre os sujeitos, no caso as famílias endividadas. O consumo deixa de corresponder simplesmente ao bem-estar e conforto imediatos que o acesso a um conjunto maior de mercadorias pode oferecer, agora passa a estar associado, cada vez mais, com a “imagem” de prestígio de ser bom ou mal pagador de dívidas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. L. M. de. Empréstimo consignado: o Estado regulamenta, o trabalhador contrata e o capital lucra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal. **Anais eletrônico...** Natal: ABEPSS, 2014.
- BACEN. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira.** Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- _____. **Pagamentos de varejo e canais de atendimento: dados estatísticos 2013.** Brasília, DF: DEBAN, 2014. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/spb/InstrumentosdePagamento-Nota2013.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.
- _____. **Política monetária e operações de crédito do SFN, 2015.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 19, maio 2015.
- _____. **Relatório de Estabilidade Financeira.** Brasília, DF, v.10, n. 2, set. 2011.
- _____. **Relatório de Estabilidade Financeira.** Brasília, DF, v. 13, n. 1, mar. 2014.
- BRASIL. Endividamento é uma das principais vulnerabilidades da classe média. **Portal do Brasil**, Brasília-DF, 20 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/endividamento-e-uma-das-principais-vulnerabilidades-da-classe-media>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: _____; BRÜNHOF, S.; DUMÉNIL, G. et al. **A finança capitalista.** Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.
- CNC. Endividamento das famílias aumentou em março de 2015, aponta Peic. **A CNC**, Brasília, DF, 26 mar. 2015. Notícias. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/noticias/economia/endividamento-das-familias-aumentou-em-marco-de-2015-aponta-peic>>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- _____. **Perfil do Endividamento das famílias brasileiras em 2014.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2014_.pdf> Acesso em: 20 mar. 2016.
- COSTA, F. N. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 135-160, 2008.
- ENEF. **Conceito de educação financeira no Brasil.** Brasília, DF, [2017a]. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>> Acesso em: 30 mar. 2015.
- _____. **Parcerias e patrocínios.** Brasília, DF, [2017b]. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-42-parcerias_e_patrocinios.html> Acesso em: 30 mar. 2015.
- ESTADÃO. Classe média sem fôlego. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2013. Editorial. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,classe-media-sem-folego-imp-,1085152#>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- FOSTER, J. B. A bolha do endividamento familiar. Tradução de Margarida Ferreira. **Resistir. Info**, maio 2006. Disponível em: <http://resistir.info/mreview/foster_mai06_p.html>. Acesso em: 1 mar. 2015.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. esp., p. 575-610, dez. 2008.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

KEMPINSKI, C. Bate recorde o número de inadimplentes. **Empreendedor**, [São Paulo], 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://empreendedor.com.br/noticia/bate-recorde-o-numero-de-inadimplentes-revela-serasa/>> Acesso em: 31 mar. 2015.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider; revisão da tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012-2013.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider; revisão da tradução de Nélio Schneider; revisão técnica de Ronaldo Vielmi Fortes, com a colaboração de Ester Vaisman e Elcemir Paço Cunha; apresentação de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2013.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-41, dez. 2007.

SBICCA, A.; FLORIANI, V.; JUK, Y. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 5-16, out./dez. 2012.

SPC BRASIL. Crédito cada vez mais restrito faz inadimplência desacelerar para 1,81% em fevereiro, diz SPC Brasil. **SPC BRASIL**, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/in-dices/112creditocadavezmaisrestritofazinadimplenciadesacelerarpara181emfevereirodizspcbrasil>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

TOMBINI, A. **Discurso do Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, na abertura do Seminário sobre Novas Regras de Cartões de Crédito**, em 24 maio 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Discurso%20do%20Presidente%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil%2C%20Alexandre%20Antonio%20Tombini%2C%20na%20abertura%20do%20Semin%20rio%20sobre%20Novas%20Regras%20de%20Cart%20es%20de%20Cr%20dito.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: A TERCEIRA ONDA NEOLIBERAL?

Ana Cássia Cople Ferreira*

Cleusa Santos**

RESUMO: A terceirização da mão de obra no Brasil vem trazendo reflexões teórico-políticas acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso. O objetivo neste artigo foi, a partir deste contexto, pensar a terceirização como uma das formas contemporâneas de gestão empresarial para a exploração do trabalho. Temos a pretensão de lançar luzes ao debate sobre a definição conceitual do termo e sua relação histórica com a base econômica da sociedade. Procuramos identificar as incidências deste processo nas reconfigurações das políticas sociais, particularmente os serviços de saúde.

Palavras-chave: precarização. terceirização. direitos trabalhistas. gestão empresarial.

ABSTRACT: In Brazil, labour outsourcing has brought about theoretical and political discussions over labour rights, the role of the state and the counter reforms that have been implemented. Our aim herein is to consider outsourcing as one of the ways business management uses for the exploitation of labour. We aim to analyse the concept of outsourcing and its historical relationship with society's economic basis, and to identify how the reconfiguration of the social policies, especially in health services.

Keywords: precariousness. outsourcing. labour rights. business management.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da terceirização tem mobilizado vários setores organizados da sociedade brasileira, convocando-os a se posicionarem sobre a proposta da antiga forma capitalista de organização empresarial que, como lembra o jurista Souto Maior (2015), nada mais é do que um retrocesso ao início da Revolução Industrial nas formas de intermediação de mão-de-obra. Observa-se que o avanço da Revolução Industrial intensificou a exploração do trabalho, tornando claramente perceptível as expressões da questão social tais como: o aumento gradativo da miséria, a pauperização e a contínua exploração dos trabalhadores (assemelhando-se às recorrentes nos dias atuais).

É certo que tal processo tornou imperativo o surgimento do Direito do Trabalho, uma vez que ele é fruto da reação conservadora da segunda metade do século XIX. Assim, o direito ao trabalho¹ foi uma forma de “[...] garantir e preservar a dignidade do ser humano ocupado no trabalho das indústrias, sob injustas e degradantes condições impostas pelos empregadores.” (CAMPOS, 2006), ou seja, de reconhecer as expressões da questão social. Em síntese, “[...] a própria expressão da questão social significa o olhar conservador sobre a problemática da exploração, cortada de suas causalidades econômicas e tornada como objeto de intervenção técnica.” (SANTOS, 1998, p. 32).

Vale lembrar que, do ponto de vista jurídico, a garantia do direito ao trabalho, conquistado nas jornadas de 1848-1851, não está desvinculada do direito histórico do capitalista de acumular. Afinal, é a constatação da concentração econômica e política nas mãos de poucos, que nos ajuda a explicar como se opera a apropriação da propriedade privada dos meios de produção² e sua consequente acumulação por um lado e a exploração dos trabalhadores por outro.

O “Manifesto Comunista” revelou a expressão histórica da tomada de consciência de classe dos trabalhadores que, ao perceberem que seu trabalho gerava valor à mercadoria, passaram a lutar por melhores condições de vida e trabalho (MARX; ENGELS, 1975). Base da luta operária, o “Manifesto Comunista” contribuiu para a auto-organização dos trabalhadores, resultando em importantes conquistas: a aprovação da Lei *Chapelier*, que legalizou o direito de greve, a luta

* Assistente Social e Analista do Ministério da Saúde. Mestre em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: anacople@yahoo.com.br.

** Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço Social (SOISS), Pós-doutorado pela *Universidade de Évora* (Portugal). E-mail: cleusasantos@uol.com.br.

¹ Sobre este processo Coutinho (2015) observa que, “[...] a terceirização é conduta absolutamente excepcional, estranha e repudiada historicamente pelo Direito do Trabalho.”.

² Parte destas reflexões foi desenvolvida na palestra “Em defesa da Seguridade Social”, no Seminário: Seguridade Social, promovido pelo Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná (SINDSAÚDE) e reproduzida em uma publicação restrita (SANTOS, 2006).

por melhores salários e a redução da jornada diária de trabalho. Aliás, tal consciência também se expressa no reconhecimento dos limites desse direito ou, se se quiser, nos limites do Estado burguês. Mais adiante, em 1871, a Comuna de Paris, uma expressão da auto-organização dos trabalhadores parisienses, foi o primeiro confronto depois de 1848 para a tomada do Estado. Ela possibilitou o surgimento de movimentos revolucionários na França e a criação do sistema previdenciário (cobrindo acidentes de trabalho), na Alemanha no governo de Bismarck (1878-1890).

Quando se analisa a importância das funções do Estado no capitalismo monopolista, a partir da fusão entre o setor público e privado, constata-se que a função primordial atribuída às políticas sociais é embutir a lógica do capital de forma consensual nesse contingente populacional proletarizado e escamotear as contradições inerentes ao processo produtivo, na medida em que “[...] uma das causas estruturais mais importantes da intervenção do Estado consiste em assumir os custos provocados pela desvalorização social do capital.” (CASTELLS, 1979, p. 91). Decorre daí a compreensão que a materialização dos direitos sociais se exprime nas políticas sociais, resultado das disputas entre as classes por parcelas do excedente econômico. Portanto, nossa hipótese é de que a terceirização, que vem sendo liberalizada a partir da generalização das atividades-fim das empresas caracteriza-se como uma das formas de ampliação da exploração do trabalho e a acumulação do capital. Reconhecer a presença de fundamentos ideopolíticos que dão legitimidade às requisições das entidades empresariais para o aprofundamento da relação público-privado no país através da ampliação da terceirização poderá contribuir para o debate público e coletivo acerca das relações entre os direitos trabalhistas, funções do Estado e as contrarreformas em curso.

Tais reflexões permitem desmistificar os argumentos que justificam as principais teses contra reformistas, revelando que “[...] é também de enorme relevância, aumentar a fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade coletiva que florescem no espaço produtivo.” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 229). Neste caso, as consequências para as conquistas sociais dos trabalhadores e a viabilização do conjunto de direitos sociais serão nefastas, tanto para o trabalho como para as instituições protetivas. Segundo especialistas, haverá a extinção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o “[...] achatamento das aposentadorias – dada a licitude de pagamento das contribuições previdenciárias com base no salário-mínimo do pró-labore dos sócios das empresas terceirizadas ou quarteirizadas, os próprios trabalhadores”, prejudicando direitos, como o aviso prévio, aposentadoria e férias. A violação de tais direitos pode resultar, inclusive, em dano existencial, por retirar do trabalhador o protagonismo de seu projeto de vida (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015; GNATA, 2015).

O combate ideológico e político contra as teses centrais da contrarreforma (que inclui a liberdade de contratação e a ausência de lei vedando o trabalho subcontratado na atividade fim) se deu pela defesa da valorização do trabalho como princípio fundante da República.³ Na lúcida defesa dos princípios que orientam o Direito do Trabalho, Coutinho (2015) destaca a necessidade de assegurar os princípios constitucionais que dizem respeito: à dignidade humana do trabalhador; à necessidade da existência de ambiente saudável do trabalho; ao combate a qualquer tipo de trabalho degradante; à função social da propriedade; à livre iniciativa respeitando o primado do trabalho, entre tantos outros princípios e dispositivos previstos na Constituição Federal de 1988.

Registramos ainda o importante apoio de instituições que congregam os operadores do Direito do Trabalho no Brasil,⁴ e que se manifestaram contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, denunciando os riscos ao Estado Democrático de Direito. Advertem que perderão sua capacidade decisória de aplicar os princípios republicanos que dão substrato social à concepção de Estado Democrático de Direito. Isto, segundo Coutinho (2015), abrirá uma vaga para a entrada do Estado Democrático de Direito do Capital. Tais considerações jurídicas tornam ainda mais evidentes que a tão invocada liberdade de contratação, fundada no inciso II do artigo 5º da Constituição, é sem dúvida, uma das mistificações mais arcaicas das estratégias do capital para a exploração do trabalho, e, por isso, o autor é enfático ao afirmar que a História mostra que em seu nome, no século XVIII e XIX,

³ Desenvolveremos este debate sobre a terceirização no item 2.

⁴ A leitura do texto de Antunes e Druck (2013), oferece um quadro preciso dessas instituições.

[...] crianças foram submetidas ao terror das condições degradantes geradoras de suicídios, acidentes graves e mortes ao lado das máquinas. Mulheres e homens trabalhadores sofreram maus tratos diversos no ambiente laboral como vítimas de crimes praticados em nome do lucro máximo, embora pouco pudessem fazer, do ponto de vista jurídico, porque a liberdade de contratação assegurava aos patrões arrancar-lhes até a última gota de sangue, em contraste com a opulência dos donos das máquinas. (COUTINHO, 2015).

Há muito, os estudiosos da tradição marxista vêm demonstrando em suas análises que, no capitalismo monopolista, a busca de maximização dos lucros pelo controle do mercado, objetivo e fundamento da ordem monopólica, direciona a ação do Estado burguês que, tensionado e condicionado pelo embate das forças sócio históricas em conflito, acata as demandas das classes subalternas, conformando-as com o interesse direto ou indireto de maximização dos lucros.

A captura do Estado pela burguesia monopolista significa que o poder de Estado opera em seu favor uma vez que a execução dos papéis funcionais à lógica da ordem monopólica impõe ao Estado a necessidade de legitimar-se politicamente, o que se dá pela via da incorporação de outros protagonistas sociopolíticos.

Nestes termos, e influenciada por estas análises, Santos (2016, p. 9) ao referir-se à intervenção do Estado nas expressões da questão social através das políticas sociais⁵, destaca que esta intervenção torna-se “[...] permeável a algumas demandas das classes trabalhadoras, fazendo incidir nele [no Estado] alguns de seus interesses e suas reivindicações imediatas.” Trata-se de reconhecer que, na própria lógica do sistema residem os limites de interferência da democracia na base econômica da sociedade burguesa. E nesse ponto, a autora argumenta que:

[...] os problemas que são postos para a democracia, e para os democratas, giram em torno do ordenamento estritamente político e das modalidades de gestão, ou seja, do procedimentalismo: o tamanho do Estado, considerações jurídicas acerca da cidadania e os direitos políticos, civis e sociais. (NEVES, 2013, p. 80).

Ainda, segunda a autora:

[...] a interferência da democracia na base socioeconômica não é limitada porque nasce limitada: é assim porque liberdade e igualdade nascem sob o signo de configurações históricas determinadas pela ordem burguesa e são a expressão contraditória da liberdade e igualdade possíveis no capitalismo, porque nelas assenta a legitimação da realização factual das relações de produção social dessa sociedade. (NEVES, 2013, p. 82).

Nossa concordância com esta leitura leva-nos a concluir que, apesar dos limites impostos pela lógica do sistema, a ampliação dos mecanismos de democratização da sociedade é resultante das lutas e pressões empreendidas pelos trabalhadores organizados. Aprender teoricamente este movimento é tarefa do pensamento crítico que busca a verdade através do conhecimento. Deste modo, insistimos em destacar formas renovadas de exploração do trabalho que, ao ampliar os espaços de valorização do capital para recompor suas taxas de lucro, redefiniram as funções do estado por meio de contrarreformas que solapam os direitos do trabalho. Sendo novas, talvez careçam de interpretações

⁵ Por razões de espaço não aprofundaremos os aspectos teóricos que explicam este processo, suficientemente tratado na bibliografia arrolada. Contudo, aqui elas serão retomadas, rapidamente, no último item deste texto, no qual nos propusemos a identificar nas organizações sociais e fundações estatais de direito privado exemplos estratégicos do capital para privatizar os serviços constitutivos das políticas sociais do Estado e precarizar as relações de trabalho. São, portanto, funções que se associam à relação público-privado.

que possibilitem repor o conteúdo político e ideológico presentes nas várias interpretações que vêm produzindo reflexões sobre a terceirização no Brasil como uma das formas de precarização do trabalho.

1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO⁶

Para atender ao objetivo deste artigo, cabe resgatar que a economia capitalista entra em crise na década de 1970, com queda na taxa de lucro e a predominância da financeirização. O grande capital migra então para países de mão de obra barata, de poucas restrições ambientais e com incentivos fiscais alentadores e exige a total abertura dos mercados, a financeirização da economia, a precarização das relações trabalhistas, para quebrar o eixo organizacional dos trabalhadores. O resultado é um golpe no sistema de proteção social, desemprego e uma absurda concentração de renda (40% das riquezas do planeta nas mãos de 1% da população mundial). Além de alterar o padrão de desenvolvimento das forças produtivas, a globalização também modifica o padrão de intervenção do Estado e, conseqüentemente, de suas funções.

Decorrente desse processo, a reestruturação produtiva tem acentuado gradativamente o afastamento de uma concepção do trabalho como um valor, um ato que atravessa as relações sociais, cuja base foi a produção necessária para a existência humana. Ela consolidou o reordenamento das estratégias do capital em direção à precarização das garantias do trabalho, dentre tais estratégias, destaca-se a terceirização da mão de obra.

A terceirização está associada ao aumento das taxas de produtividade das empresas. Originou-se a partir das demandas por armamentos do setor bélico durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que exigiu das fábricas a transferência de atividades secundárias (não essenciais) para outras empresas.

No entanto, a partir do novo modelo de produção toyotista, (finais dos anos 1960 e início dos anos 1970), a terceirização ressurge como a horizontalização da atividade econômica com a transferência de parte das funções exercidas diretamente pelas empresas. Talvez seja por isso que, para os teóricos da administração, as empresas deveriam priorizar as atividades-fim e delegar tarefas e processos acessórios (atividades-meio) a outras empresas especializadas (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012).

A noção teórica de terceirização foi introduzida pelas multinacionais nos anos 1950 e, ganhando espaço no Brasil, foi regulamentada na década de 1960 através dos Decretos-Leis n. 1.212 e n. 1.216 de 1966, mas é em finais da década de 1980 e início dos anos de 1990 que ela avança fortemente.

Esse impulso é resultado da consolidação das reestruturações no país que, através da introdução das políticas neoliberais promoveu a flexibilização da contratação no Brasil. Assim, ao longo dos anos 1980 e 1990 a liberalização da terceirização das atividades-meio franqueou ao capital privado a liberdade sem limites para impor as condições de uso da força de trabalho, resultando em baixos salários, direitos desrespeitados, alto índice de acidentes do trabalho, discriminação, assédio e invisibilidade. Com a liberalização atual, milhões de trabalhadores estão sendo precarizados porque na reestruturação produtiva, a horizontalização pressupõe a fragmentação do processo produtivo e a descentralização do controle das atividades-meio. O fato é que “[...] a essência do controle de fato do processo produtivo das atividades terceirizadas não muda, continua sendo da empresa contratante.” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015). Observa ainda o autor: “[...] esse controle pode ser feito por diferentes métodos (até insidiosamente), mas invariavelmente inclui a detenção do *know-how* da atividade e a gestão da força de trabalho empregada.” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015).

Ora, se o elemento central do que seja a terceirização “[...] é a contratação de trabalhadores por empresa interposta cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e (ou) a externalização dos conflitos trabalhistas.” (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012, p. 338), a reivindicação tanto da externalização das atividades quanto da radicalização da divisão social do trabalho das empresas capitalistas, conforme apontam Filgueiras e Cavalcante (2015) é, na verdade,

⁶ É importante ressaltar que este texto faz parte do conjunto de reflexões desenvolvidas no grupo de pesquisa coordenado por uma das autoras, sendo que algumas partes do item 3, foram extraídas na íntegra da dissertação de mestrado “A apropriação privada da saúde pública e o Serviço Social”, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação da Pro^a Dr^a Cleusa Santos.

uma mistificação. Isto explica porque, além de se constituir numa estratégia de gestão da força de trabalho por um tomador de serviços, a terceirização também consiste no uso de um ente interposto como instrumento de gestão da sua própria força de trabalho.

Diversos autores apontaram que a terceirização é a principal forma de precarização do trabalho, como Braga (2014), Druck e Franco (2011), Alves (2000) e a consequência mais abrangente deste fenômeno é a superexploração do trabalhador que pode resultar em formas de escravidão. Essa estreita relação entre terceirização e trabalho escravo tem ocupado o debate brasileiro em torno das formas de trabalho análogas à escravidão, uma vez que no Brasil, o “[...] conceito de trabalho análogo ao escravo, constante no Código Penal, é justamente o limite externo prescrito pelo Estado à exploração do trabalho.” (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2015), ou seja, são os limites previstos na relação de assalariamento. O uso de trabalho em condições degradantes ou a prática de jornadas exaustivas (como expressamente previsto na lei) são, segundo este mesmo autor, formas de trabalho análogas à escravidão.

Segundo Souto Maior, este cenário propiciou a enunciação do princípio básico do Direito do Trabalho, ou seja, a compreensão de:

[...] o trabalho não deve ser considerado como simples mercadoria ou artigo de comércio (Tratado de Versalhes, 1919), do qual adveio, inclusive, a criminalização, em alguns países como a França, da ‘marchandage’, ou seja, da intermediação da mão-de-obra com o objetivo de lucro. (SOUTO MAIOR, 2015, p. 3).

Registram-se algumas importantes contribuições que denunciam a omissão e conivência do Estado no que diz respeito à violação dos direitos do trabalho, sugerindo que a aprovação do Projeto de Lei n. 4.330 de 2004⁷ se constitui na síntese da primazia dos interesses privados, em detrimento dos interesses coletivos dos trabalhadores. Entende-se que a terceirização, baseada na precarização das condições de trabalho, “[...] fragiliza o vínculo de trabalho, dispersa a organização dos trabalhadores, aumenta os níveis de adoecimentos e acidentes de trabalho, e baixa profundamente os níveis de efetividade dos direitos dos trabalhadores, seja no setor público ou privado.” (UNB, 2013)⁸. Ou seja, como sintetizou Druck (2015), “[...] a terceirização tem levado a um elevado grau de precarização dos direitos sociais e trabalhistas e das lutas sindicais.”

2 CONTRAREFORMAS E PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE: A AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

Apontamos que o processo de reestruturação produtiva tem acentuado gradativamente o afastamento de uma concepção do trabalho como um valor, portanto, como um ato que atravessa as relações sociais, cuja base foi a produção necessária para a existência humana. A reestruturação produtiva significou o reordenamento das estratégias do capital em direção à precarização tanto das garantias do trabalho (vínculos empregatícios, redução das garantias salariais e aumento do desemprego⁹) quanto da sua humanidade. Impactou o sistema de proteção social, uma vez que diversos sintomas e queixas físicas relacionadas ao trabalho impulsionam os trabalhadores a demandarem por serviços públicos de saúde.

Sinalizamos anteriormente que, no Brasil, as contrarreformas contribuíram para fortalecer a relação histórica entre o público e privado. Seu discurso era modernizar o setor público, dotando-o de maior eficiência e eficácia nas suas ações, mediante contenção de despesas e melhorias nas formas de gestão e, principalmente, garantir a valorização do capital através da mercantilização de serviços sociais e da ampliação do mercado consumidor privado. A consequência disso foi a precarização

⁷ No momento em que escrevemos este texto, tramita no Senado Federal o projeto que regulamenta a terceirização, agora denominado de Projeto de Lei da Câmara (PLC), nº 30 de 2015.

⁸ **Manifesto contra projeto de terceirização: NÃO ao PL n. 4.330/2004. (DRUCK, 2015).**

⁹ O desemprego tem crescido no Brasil nos últimos anos. Apenas no primeiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego aumentou para 9,5% (POLITO, 2016).

dos serviços públicos de saúde que impeliu para o mercado privado trabalhadores com condições de arcar com os custos.

Assim, a estratégia de precarização dos serviços públicos de saúde, no contexto da contrarreforma da saúde pública, seguindo orientações do Banco Mundial, foi inserida num primeiro momento no projeto de Reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em meados dos anos 1990. Tal processo, consolidou a existência paralela do setor público e privado de maneira complementar, indo na contramão da Reforma Sanitária dos anos 80, do século XX, que previa um sistema público único e robusto (BRAVO, 2010; BRAVO; MATOS, 2001).

A estratégia da contrarreforma é criticar a péssima qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sem, todavia, mencionar que isso é resultado direto do baixo nível de investimentos públicos.¹⁰ Aliás, a depreciação do sistema público é uma estratégia recorrente para justificar a privatização de vastos setores da economia. O SUS, desde sua constituição em 1988, não tem recebido os recursos previstos e necessários para a execução do projeto de saúde universal (SALVADOR, 2010). Em face desta situação, a parte da população que possui suficientes meios financeiros tem migrado para o mercado privado da saúde. Paralelamente, o Estado investe na descentralização da saúde pública, no sentido de focalização nos mais pobres.

Em 1998, ainda no governo de FHC, é regulamentada a lei das Organizações Sociais (OS)¹¹ e, em 1999, é aprovada a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹². Ao regulamentar as ações de entidades sem fins lucrativos, o Estado repassa suas responsabilidades com políticas sociais para a sociedade civil. Essa política possibilitou a expansão do setor terceirizado, principalmente no que se refere aos estados e municípios. Ao invés de investir diretamente, o Estado passa a celebrar contratos de gestão com essas instituições. A política mercantilista e privatizante propõe o “desafogamento” dos atendimentos do SUS, impondo modelos mais flexíveis e paliativos como a entrega da gestão dos serviços de saúde públicos, como no caso das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), a instituições como às OS.

Em 2007, o governo federal entregou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 92/2007, que viria a regulamentar o inciso XIX, do artigo 37, da Constituição Federal. Tal projeto de lei visava fundamentalmente à regulamentação de brecha na Constituição, para viabilizar a criação de Fundações Estatais no âmbito da União, uma instituição “pública não-estatal”, tendo como base o direito privado, mas funcionando dentro do aparelho do Estado.

Nessa proposta, diferentemente da criação das Organizações Sociais e apesar de considerar as inúmeras áreas “não-exclusivas” do Estado, há uma clara ênfase na saúde, pois, no inciso I, do artigo 1º, do citado PLC, a área hospitalar é o alvo primordial da proposta.

O PLC prevê autonomia às fundações, tal como as instituições regidas pelo direito privado. A lógica de estrutura e funcionamento é a mesma das Organizações Sociais, no entanto, no caso das fundações, é o próprio Estado que não só autoriza o funcionamento, mas cria essas instituições, baseado no princípio que os serviços públicos de saúde devem disputar lugar no mercado, serem competitivos, de acordo com a lógica do mercado e não a da saúde pública e universal. Entendemos que este projeto é uma versão atualizada das Organizações Sociais para as instituições públicas. A diferença é que, enquanto as Organizações Sociais consideravam a iniciativa da sociedade civil, essa proposta já incorpora o mesmo tipo de instituição na estrutura do Estado.

Desde 2009, o projeto de fundações estatais de direito privado em nível federal (PLP n. 92/2007) encontra-se engavetado, fruto da resistência do movimento social e de trabalhadores na saúde (inclusive rejeitado pelas 13ª e 14ª Conferências Nacionais de Saúde, maior instância de participação

¹⁰ Podemos dizer que os gastos com saúde no Brasil, apesar do aumento real nos últimos 20 anos, ainda são muito baixos em relação aos países do mesmo porte do Brasil. Informações estatísticas sobre o perfil de gastos do Brasil são fornecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e estão disponíveis para acesso livre na plataforma da organização (SANTOS, 2016).

¹¹ Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

¹² Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como, institui e disciplina o Termo de Parceria.

social). Porém, isso não impediu que estados, como o Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Sergipe, e dezenas de municípios adotassem o modelo, uma vez que o sistema federativo brasileiro permite. Isso só tem aumentado a coexistência de dois modelos – o do SUS e o privado de saúde, deixando o sistema de saúde, como um todo, ainda mais misto. No ano de 2013, tal proposta foi reapresentada pelo governo, mas instituições em defesa da saúde pública e do servidor público como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde se opuseram veementemente contra.

Por outro lado, houve a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no âmbito dos hospitais universitários, que também segue a mesma lógica das fundações estatais, de acordo com as orientações do Banco Mundial. Os hospitais universitários concentram pesquisa e tecnologia, âmbito de interesse do mercado privado de saúde, sobretudo de medicamentos. A EBSERH foi criada pela Lei n. 12.550/11 e seu Estatuto Social dado pelo Decreto n. 7.661/11. Tais regulamentações, ao trazer as regras da flexibilização e da produtividade das Organizações Sociais para dentro dos hospitais universitários, atacam, principalmente, o compromisso com as pesquisas de interesse social do atendimento às necessidades da população local (ADUFRJ, 2013).

Contra tal política manifestaram-se a classe trabalhadora e defensores do movimento sanitário. Instituições como o ANDES-SN, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) se posicionaram ativamente em defesa do SUS e dos hospitais universitários. Com essa atitude, tem-se conseguido ao menos retardar a ofensiva privatizante na saúde. Essas organizações têm argumentado que a imposição da produtividade e do cumprimento de metas não se adequam às formas necessárias de avaliação do desempenho dos hospitais-escola, que possuem o objetivo primordial do ensino e da pesquisa.

Através da terceirização da saúde, o setor público contrata, financia e fiscaliza as instituições prestadoras de serviços que administram recursos humanos e materiais das unidades de saúde. Na prática, as Organizações Sociais assumem o papel do Estado de executor de políticas sociais. Elas prestam contas, mostram resultados e se apresentam como prestadoras de serviços voluntários ou não lucrativos. Esconde-se, porém, a possibilidade de captação de recursos públicos para o investimento privado, seja ao facilitar compras sem o processo licitatório público, seja ao atender convênios privados, seja ao permitir a captação de recursos no mercado de capitais e em outras fontes privadas. Ao implementar uma gestão “flexível e desburocratizada,” este processo de contrarreforma permitiu a contratação precarizada de trabalhadores e a terceirização de serviços que só favorecem aos interesses do empresariado, sobretudo em relação à contratação de mão de obra, na medida em que possibilitam a redução de custos e maior racionalização e controle das atividades dos empregados, aumentando a produtividade. A Confederação Internacional das Agências Privadas de Emprego (CIETT) estimou que o total de indivíduos contratados por empresas privadas para serviços terceirizados no Brasil chegou a 1.690 milhões em 2014 (CIETT, 2015).

A título de ilustração, destacamos um estudo acerca do perfil de trabalhadores terceirizados do serviço de limpeza de um hospital universitário, que mostrou que a maioria dos trabalhadores era de mulheres com baixa escolaridade e que haviam iniciado a trabalhar precocemente (CHILIDA; COCCO, 2004). Cabe destacar que os empregos, majoritariamente ocupados por mulheres, trazem as características dessa mão de obra, como a questão da dupla jornada no trabalho dentro e fora de casa e o trabalho na educação dos filhos. Segundo pesquisa bibliográfica de Cherchglia (1999):

A terceirização estaria intrinsecamente ligada à precarização do trabalho, pois tem acarretado: menores salários, diminuição dos níveis de proteção social do trabalho, ausência de benefícios ou salários indiretos (assistência médico-odontológica, lazer, alimentação, moradia, transporte) e níveis mais altos de rotatividade. Um ponto destacado pelos sindicalistas é que a terceirização tem provocado fragmentação e desmobilização dos trabalhadores, com perda de poder de barganha dos sindicatos: as negociações perdem seu caráter coletivo para tornarem-se localizadas e até mesmo individualizadas. Outro ponto lembrado é o ritmo acelerado de trabalho e o excesso de horas extras que estariam associados ao aumento do stress ocupacional, de psicopatologias que se manifestam através do trabalho (depressão, alienação,

angústia) e de patologias ao nível fisiológico (úlceras, obesidade, hipertensão arterial, Lesões por Esforço Repetitivo-LER, doenças ocupacionais, etc). (CHERCHGLIA, 1999, p. 382).

Cabe destacar ainda resultado da pesquisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que de dez acidentes de trabalho no Brasil, oito acontecem, em média, com funcionários terceirizados (RABELO, 2015).

Para além das consequências já apontadas, essa legislação tem possibilitado o desvio de verbas (LEITE, 2013), – que deveriam ser diretamente empregadas nos serviços públicos – para essas “empresas não lucrativas”, em diversos estados, sobretudo, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro (VASCONCELLOS, 2011). Em todo o estado do Rio de Janeiro, por exemplo, até o ano de 2013, dentre as 53 unidades da rede estadual de saúde, já havia 27 unidades como hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e institutos administrados por Organizações Sociais da Saúde (OLIVEIRA, 2013). Segundo reportagem de Goitia (2013), na revista “Valor Setorial Saúde”, as parcerias público-privadas (PPP) só não avançam mais devido às pressões dos sindicatos de servidores da saúde.

Em contrapartida, há resistência da sociedade organizada em defesa do SUS. Movimentos sociais organizados da saúde, sindicatos, conselhos e várias entidades de âmbito nacional em defesa do projeto da Reforma Sanitária e das políticas de Seguridade Social, em geral, têm constantemente lutado contra as irregularidades e incompatibilidades dessas Organizações em relação ao projeto constitucional (CFESS, 2014). Esses movimentos denunciam fatos ocorridos nos estados e municípios brasileiros que já implantaram as Organizações Sociais como modelo de gestão de serviços públicos, implantações essas que trouxeram prejuízos à sociedade, aos trabalhadores e ao próprio Estado.

Defendemos que não há argumentos capazes de sustentar a defesa jurídica ou econômica das Organizações Sociais (MARINATTO, 2013). Há fraudes¹³, não há prova de que sejam economicamente viáveis (VASCONCELLOS, 2013), acarretam prejuízo à administração pública e a todos os trabalhadores que estão financiando serviços e gestão a quem das necessidades da população.

CONCLUSÃO

O debate sobre a terceirização no Brasil, aqui exposto brevemente, revela a luta política em torno da terceirização e permite desvelar sua relação intrínseca com a luta econômica. De um lado, os trabalhadores organizados em defesa dos serviços públicos apontam que sua generalização, para todas as políticas sociais, através das Organizações Sociais, faz parte dos desdobramentos do receituário neoliberal. De outro, os empresários e representantes do patronato - como é caso do presidente do Comitê de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI); do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de representantes de partidos da ordem¹⁴ - apontam para a inexorabilidade da terceirização. Defendem sua expansão para além dos 12,7 milhões de trabalhadores que já estão submetidos ao sistema dos quais 73% deles ganham até dois salários mínimos. Ao contrário dos dados e equações apresentadas pelo setor patronal, as medidas propostas não atingem apenas esses 12,7 milhões de trabalhadores, mas sim, mais de 98 milhões de brasileiros contratados (SANTOS, 2016). São dados que vêm revelando também a falsa oposição entre privatização e publicização dos setores do Estado. Nela, encontra-se a base da proposta de flexibilização dos direitos do trabalho, indicando para o caráter episódico das políticas sociais e de seus limites de, nesta ordem social, universalizar direitos.

A apreensão do fenômeno da terceirização, no contexto das transformações da sociedade contemporânea, acompanhadas das alterações no mundo do trabalho, mostrou-nos que ela vem promovendo celeremente a retirada de direitos dos trabalhadores, o que corrobora com a nossa hipótese inicial qual seja: que ela é uma das formas contemporâneas de gestão empresarial para ampliar a exploração do trabalho e a acumulação do capital.

¹³ Reportagem do jornal Extra, em 10 abr. 2012: Polícia investiga pagamentos feitos por organização social que atua em UPAs (MAGALHÃES, 2012).

¹⁴ No sentido atribuído por Florestan Fernandes à política que se limita a disputa eleitoral e parlamentar nos marcos da legalidade burguesa, abandonando, assim, sua função educativa e mobilizadora.

Neste sentido, a compreensão do processo histórico da precarização do trabalho permitiu-nos identificar desafios para a classe trabalhadora, particularmente no que diz respeito à definição conceitual do termo e sua relação com os processos históricos de constituição da base econômica da sociedade. Além disso, possibilitou identificar a inviabilidade de suas fórmulas jurídico-políticas para promover a justiça social, e finalmente, apontar para a necessidade de romper com as ilusões quanto à capacidade do Estado promover, dentro da atual ordem social, a igualdade jurídico-formal para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ADUFRJ. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio De Janeiro. Manifesto contra a Ebserh. **Portal ADUFRJ**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/index.php/clipping/60-manifesto-contr-a-ebserh.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R.; DRUCK, M. G. A terceirização como regra? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, DF, v. 79, p. 214-231, out./dez. 2013.

BRAGA, R. Quem é o precariado? **Blog.Esquerdaonline**, [S.l.], 7 dez. 2014. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?s=Quem+%C3%A9+o+precariado%3F+>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm> Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm> Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Decreto n. 7.661, de 28 de dezembro de 2011. Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7661.htm>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Projeto de Lei Complementar nº 92, de 13 de julho de 2007. Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público. [Em tramitação na Câmara dos Deputados. Sem movimentação, desde 13 ago. 2013]. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 18 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=360082>> . Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e reforma sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

_____.; MATOS, M. C. de. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: _____.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CAMPOS, L. A. Terceirização de serviços públicos. **Boletim Jurídico**, Uberaba, ano 4, n. 190, 5 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1470>> Acesso em: 15 maio 2015.

CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Tradução de Alcir Henriques da Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CFESS. Frente Nacional pela procedência da ADI 1.923/98 e contra as Organizações Sociais (OS). **Relatório Analítico**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorioanalitico_frentecontrasOS.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CHERCHGLIA, M. L. Terceirização do trabalho nos serviços de saúde: alguns aspectos conceituais, legais e pragmáticos. In: SANTANA, P.; CASTRO, J. L. (Org.). **Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde**. Natal: EDUFRRN, 1999.

CHILIDA, M. S. P.; COCCO, M. I. M. Saúde do trabalhador e terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, n. 12. p. 271-276, mar./abr. 2004.

CIETT. **Relatório Econômico**. 2015. Disponível em: <http://www.ciett.org/fileadmin/templates/ciett/docs/Stats/Economic_report_2015/CIETT_ER2015.pdf>. Acesso em: 2 maio 2015.

COUTINHO, G. F. Terceirização: risco de a Constituição de 1988 não valer para os trabalhadores. **Anamatra**, Brasília, DF, 31 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/artigos/1081-terceirizacao-o-risco-de-a-constituicao-de-1988-nao-valer-para-os-trabalhadores>> Acesso em: 2 maio 2015.

DRUCK, G. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330. **Blog da Boitempo**, 1 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/>>. Acesso em: 2 maio 2015.

_____.; FRANCO, T. Trabalho e precarização social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 9-12, 2011.

FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S.M. Terceirização: um problema conceitual e político. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, ano 8, n. 90, 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1799>>. Acesso em: 2 maio 2015.

GNATA, N. P. B. Regulamentação da terceirização: uma abordagem realista. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/regulamentacao-da-terceirizacao-uma-abordagem-realista-e6um8a4y2r4n7faycc1ksa4sc>>. Acesso em: 2 maio 2015.

GOITIA, V. Dificuldades para o modelo deslanchar. In: VALOR SETORIAL SAÚDE. **Operação de emergência**: governo investe mais R\$ 15 bilhões para melhorar o atendimento. São Paulo, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=45&edicao=3>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

LEITE, F. TCM aponta desvio de R\$ 19 mi em SP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 out. 2013. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,tcm-aponta-desvio-de-r-19-mi-em-sp,1085921>>. Acesso em: 12 maio 2016.

MAGALHÃES, L. E. Polícia investiga pagamentos feitos por organização social que atua em UPAs. **Extra**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2012. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/policia-investiga-pagamentos-feitos-por-organizacao-social-que-atua-em-upas-4535578.html#ixzz30gJdrmlY>>. Acesso em: 12 maio 2014.

MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, 2012.

MARINATTO, L. Justiça determina o fim das Organizações Sociais nas UTIs de três hospitais estaduais. **Extra**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/justica-determina-fim-das-organizacoes-sociais-nas-utis-de-tres-hospitais-estaduais-8246844.html>>. Acesso em: 10 maio 2014.

MARX, E; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante!, 1975.

NEVES, D. O debate da questão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013. Águas de Lindóia-SP. **Anais...** Águas de Lindóia: CRESS, 2013.

OLIVEIRA, R. Avanço das entidades sem fins lucrativos. In: VALOR SETORIAL SAÚDE. **Operação de emergência**: governo investe mais R\$ 15 bilhões para melhorar o atendimento. São Paulo, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=45&edicao=3>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

POLITO, R. Taxa de desemprego sobe para 9,5% no trimestre encerrado em janeiro. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4496682/taxa-de-desemprego-sobe-para-95-no-trimestre-encerrado-em-janeiro>> Acesso em: 12 abr. 2016.

RABELO, K. CUT e Dieese sustentam que 80% dos acidentes de trabalho atingem terceirizados. **EBC Notícias**, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/cut-e-dieese-sustentam-que-80-dos-acidentes-de-trabalho-atingem-terceirizados>> Acesso em: 12 abr. 2016.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, C. **Reforma/revolução**: polos de tensão na constituição do movimento socialista. São Paulo: PUC, 1998.

_____. Liberalização dos serviços e apropriação do excedente: elementos para a crítica da mercantilização dos serviços da seguridade social. a questão social e o serviço social. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria sócia, Rio de Janeiro, n. 14-15, p. 16-46, 2006. Disponível em: <www.ess.ufrj.br/index.php/revistapv/doc.../115-revistapv1415>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Uma nova onda neoliberal varre os direitos sociais: notas de leituras sobre o debate atual da terceirização. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 26, n. 57, p. 6-15, jan. 2016.

_____. **Em defesa da seguridade Social**. Seguridade social – um bem universal. Curitiba, jan. 2008.

_____; COPLE, A. C. Serviço Social, Produção Do Conhecimento e Perspectiva de Classe: desafios para a consolidação da nova cultura profissional. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 20., 2012, Córdoba. **Anais...** Córdoba: ALAEITS, 2012.

SOUTO MAIOR, J. L. **Terceirização**: desabafo, desmascaramento e enfrentamento. 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.sintrajud.org.br/userfiles/Terceirizacao,%20desabafo,%20desmascaramento%20e%20enfrentamento1.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2015.

UNB. Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania. Manifesto de repúdio ao Projeto de Lei nº 4330/2004. **Opinião**, 2 set. 2013. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=639>>. Acesso em: 2 maio 2015.

VASCONCELLOS, F. Alerj aprova projeto de lei que autoriza governo a contratar Organizações Sociais para a Saúde. **Extra**, Rio de Janeiro, 13 set. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/alerj-aprova-projeto-de-lei-que-autoriza-governo-contratar-organizacoes-sociais-para-saude-2621046.html>> Acesso em: 12 maio 2014.

_____. Entidade gestora de UPAs paga mais por produtos e serviços. **Extra**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/entidade-gestora-de-upas-paga-mais-por-servicos-produtos-8171049.html#ixzz30gJDfYvG>> Acesso em: 12 maio 2014.

PERDOADOS? UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS TRABALHADORES “ANISTIADOS” NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Fernanda Fortini Macharet*

RESUMO: Este trabalho versa sobre os trabalhadores “anistiados”, demitidos do setor público nos anos 1990, e que a este retorna vinte anos depois, conforme definido na Lei n. 8.878/94. O objetivo é investigar as condições de vida e de saúde desses trabalhadores no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de modo a construir ações em saúde do trabalhador voltadas a este segmento. A metodologia incluiu entrevistas e questionários, que possibilitarão mudanças institucionais relacionadas a esses trabalhadores. Os resultados iniciais apontam para o atrelamento da inserção dos “anistiados” na UFRRJ ao modelo precarizado de expansão universitária e adoecimentos relacionados às condições e atividades de trabalho.

Palavras-chave: anistiados. saúde do trabalhador. adoecimento.

ABSTRACT: *ABSTRACT: This paper is about workers “amnesty”, dismissed from the public sector in the 1990s and to it returned twenty years later, as defined in Law n. 8.878/94. The aim is to investigate the living conditions and health of these workers in the ambit of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) in order to build actions in Occupational Health aimed at this segment. The methodology has included interviews and questionnaires, which enable institutional changes related to these workers. Initial results points to the linkage of the insertion of “amnesty” in UFRRJ the precarious model of university expansion and illnesses related to work conditions and activities.*

Keywords: *amnesty. occupation health. illness.*

INTRODUÇÃO

“Nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática.” (MINAYO, 2012).

A partir da inserção da autora deste trabalho como assistente social na Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador (DAST) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), identificou-se a necessidade de aprofundar as reflexões acerca da eficácia das ações da DAST/UFRRJ¹, expressas nos projetos e programas por ela desenvolvidos, tendo como referência as demandas em saúde apresentadas por seu público-alvo, qual seja, os cerca de três mil trabalhadores da universidade.²

Até recentemente denominado Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (NASSUR), a renomeação para “Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador” expressa uma importante mudança de concepção. A equipe multiprofissional que compõe a atual DAST – a mesma que optou pela alteração de “NASSUR” para “DAST” – entendeu a necessidade de ampliar o foco de suas intervenções para além da restrição do atendimento apenas aos servidores públicos federais regidos pelo Regime Jurídico Único (técnico-administrativos e docentes, de diferentes níveis e áreas de formação).

Essa mudança possibilita o reconhecimento oficial da necessidade de realizar ações em saúde voltadas não apenas aos servidores, mas também aos demais trabalhadores da universidade, que na prática já procuravam os serviços do então NASSUR. Desse modo, não sem resistências na correlação de forças no interior da UFRRJ, incluem-se nos atendimentos da DAST os trabalhadores cujo vínculo de contratação com a universidade é terceirizado, bem como os chamados “anistiados”. É sobre a inserção dos trabalhadores denominados “anistiados” na UFRRJ que este trabalho se propôs a investigar.

Segundo definição contida no Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa, o “anistiado” é aquele a quem foi concedido “perdão geral de dívidas, crimes, etc.” (XIMENES, 2000, p. 48). No entanto, os denominados “anistiados” que aqui se faz referência são os trabalhadores demitidos

* Assistente Social. Vínculo institucional com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: femacharet@gmail.com.

¹ A DAST/UFRRJ vincula-se ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), instituído no âmbito da Administração Pública Federal através do Decreto n. 6.833/2009 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Seu tripé de atuação é: Promoção, Vigilância e Perícia em saúde. O SIASS tem por finalidade implementar ações no âmbito da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS).

² De acordo com os dados disponibilizados no site da UFRRJ, cuja última atualização tem por base o ano de 2010, até o referido ano trabalhavam na universidade: 1.243 técnico-administrativos (de nível fundamental, médio e superior); 1.111 docentes (entre efetivos e substitutos); 542 terceirizados (inseridos nas áreas de limpeza e conservação, vigilância e segurança, e em serviços de apoio administrativo); e 194 “anistiados” (UFRRJ, 2016).

em massa do setor público, entre 1990 e 1992, e que a este retorna, cerca de vinte anos depois, conforme definição pela Lei n. 8.878/94 – conhecida como a “Lei de Anistia”. Sua demissão se deu durante o processo de privatizações e de intensificação da abertura da economia brasileira ao capital monopolista internacional, que caracterizou o período do governo do presidente Fernando Collor.

São reconhecidos como “anistiados”, de acordo com a Lei n. 8.878/94:

Servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, tenham sido: I) Exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal; II) Despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; III) Exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista. (BRASIL, 1994).

Segundo informações veiculadas no *site* do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)³, embora não haja disponibilização de documentação histórica que registre com precisão o número total, cerca de cem mil trabalhadores foram demitidos ou exonerados da Administração Pública Federal entre 1990 e 1992. Ainda em 1993 constituiu-se Comissão Especial para avaliar as dispensas e demissões. A partir das análises iniciais da Comissão instituiu-se, em maio de 1994, a Lei n. 8.878, implementada, de fato, somente nos anos 2000.⁴

Embora os dados oficiais divulgados no *site* da UFRRJ façam referência a 194 “anistiados” vinculados à universidade, levantamento realizado em agosto de 2014 junto ao Departamento de Pessoal pela autora deste trabalho identifica 323 “anistiados”, cedidos à UFRRJ por onze órgãos públicos⁵. No período entre 2009 e 2014 – ou seja, do início de sua absorção na UFRRJ até agosto de 2014 –, 6 “anistiados” faleceram; 4 estão em licença médica; 5 foram “devolvidos” (termo utilizado pelo Departamento de Pessoal) a seus órgãos de origem por não adaptação ao trabalho na Universidade Rural; e 1 aposentou-se.⁶

A partir do contato inicial com esses trabalhadores na Universidade Rural, é possível identificar que estão, predominantemente, em desvio de função, já que suas funções originais, a

³ No site do MPOG estão disponíveis informações acerca da constituição da Comissão Especial Interministerial (CEI), que avalia os recursos solicitados pelos trabalhadores demitidos no período Collor. Para informações sobre a reinserção, a nível nacional, dos “anistiados” nos serviços públicos federais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

⁴ Ao longo dos anos 90, muitos recursos foram interpostos e por diversas vezes coube à Comissão o poder de julgar e reavaliar os pedidos de revisão por indeferimento da solicitação de “anistia”, conforme enquadramento pela Lei 8.878/94. Inicialmente, ainda no ano de 1993, cerca de 60 mil recursos foram solicitados. Entre maio de 1995 e abril de 2003, a Comissão realizou a revisão de 31.022 pedidos. Destes, 3.017 foram deferidos; e 28.005 foram negados, entre indeferidos e arquivados. Posteriormente, novas Comissões de revisão foram implementadas, dada a ausência, nas avaliações anteriores, do respeito aos princípios legais do contraditório e de ampla defesa para o trabalhador que solicitou a “anistia”, cuja reinserção no serviço público federal foi negada. Em síntese, até agosto de 2014, 13.524 pedidos de “anistia” foram deferidos; desses, 11.839 voltaram a trabalhar, efetivamente, no serviço público federal, após a publicação da portaria de retorno ao serviço em Diário Oficial; 1.685 aguardam sua reinserção no serviço público federal, que se dará a partir da disponibilidade orçamentária para pagamento do “anistiado”. 1.738 pedidos foram negados, por não estarem de acordo com os requisitos postos pela Lei 8.878, conforme avaliação da CEI; desses, 548 estão, ainda, em processo de reavaliação. Ou seja, pelo menos 1.685 “anistiados” ainda terão ingresso nos órgãos públicos federais e 548 podem vir a ter, nos próximos anos, a partir da reavaliação da Comissão.

⁵ São eles: Um cedido pela Eletrosul; um pela Companhia das Docas; dois pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV); três pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); seis pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); 21 pela Centrais Elétrica Brasileira S.A. (ELETROBRÁS); 185 pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); 23 pela CBTU de Belo Horizonte/MG; 26 pelo Ministério das Comunicações; 28 pela Casa da Moeda; e 39 pelo Ministério dos Transportes. Portanto, do total de 335 “anistiados” que foram alocados na UFRRJ, considerando aqueles que estão em licença médica, deve-se excluir, na contagem da atual inserção, 12, entre já falecidos, “devolvidos” ao órgão de origem e aposentados. O total, então, é de 323 “anistiados” que, até agosto de 2014, trabalham na UFRRJ.

⁶ Cabe ressaltar que os dados pertinentes à entrada dos “anistiados” na UFRRJ, bem como sobre suas solicitações de licença médica ou mesmo sobre as devoluções aos órgãos de origem, são extremamente dinâmicos e se encontram em permanente alteração. Entretanto, optou-se pela exposição das informações, nesta pesquisa, de acordo com sua disposição temporal em agosto de 2014 para fins de ilustração das condições de saúde desses trabalhadores.

maioria de nível fundamental e formação técnica, estão praticamente extinta no serviço público. Um exemplo é o dos “anistiados” cuja profissão no início da década de 90 era a de maquinista. A partir da forte privatização dos transportes ferroviários no Brasil, raras são as regiões brasileiras que ainda possuem trens estatizados.⁷ O mesmo vale para profissões como serralheiro ou cabista, cujos serviços se dão, nos órgãos públicos, a partir da terceirização de contratos.

Desse modo, observa-se empiricamente – a partir do contato com alguns desses trabalhadores nas atividades cotidianas desenvolvidas pela DAST, e com base nos dados fornecidos pelo Departamento de Pessoal da UFRRJ – que a inserção dos “anistiados” na Rural se dá em funções que, embora necessárias para o funcionamento da universidade, não são preenchidas (ou o são de maneira insuficiente) por concurso público – como as funções de motorista, vigilante e assistente em administração.⁸

Em síntese, atualmente 323 trabalhadores “anistiados” estão inseridos na Universidade Rural. Seu retorno ao serviço público federal se dá após cerca de vinte anos em outras atividades remuneradas, muitas vezes fora do âmbito do mercado de trabalho formal. A maioria está em desvio de função, ou seja, exerce atividades que não necessariamente tem a ver com sua formação original nem com sua trajetória profissional até então.

O acompanhamento em Saúde do Trabalhador dos “anistiados” até muito recentemente não era entendido como de responsabilidade da UFRRJ, e sim do órgão que o cedeu à universidade. Este órgão, por sua vez, não tem proximidade com o cotidiano das atividades de trabalho que o “anistiado” desenvolve, tampouco com as condições de trabalho nas quais ele está imerso. Embora parte destes trabalhadores já esteja na UFRRJ desde 2009⁹, não houve realização de exame periódico até o momento, tendo em vista o parecer da Procuradoria Federal que orienta pela não inclusão desses trabalhadores nos exames, o que foi acatado pela Reitoria da Universidade.

Recebem tratamento diferenciado em relação aos [demais] servidores da universidade em diversos aspectos (na relação contratual, que é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não pelo Regime Jurídico Único (RJU); ou na forma de escolha de seu posto de trabalho – que parte da necessidade da universidade de cobrir “furos” e debilidades, e não da experiência profissional do trabalhador).

1 POR QUE REALIZAR UM ESTUDO VOLTADO AOS “ANISTIADOS”?

A demissão de cerca de cem mil trabalhadores no Brasil se dá no contexto de reestruturação do modo de produção (e reprodução) do sistema capitalista e dos movimentos de rearticulação da burguesia monopolista no país, no início dos anos 90. Compreender este processo envolve, necessariamente, a avaliação de seus impactos em uma ampla gama de aspectos: em seus significados históricos, econômicos, políticos, sociais e em suas mediações com os rebatimentos sobre cada trabalhador que vivenciou este processo.

Circunscritos no universo de cerca de 11.840 “anistiados” que se encontram novamente imersos em atividades laborativas nos serviços públicos federais por todo o Brasil, até agosto de 2014, a inserção de 323 destes trabalhadores na UFRRJ impõe, aos profissionais do campo da Saúde do Trabalhador, o compromisso com a construção de projetos e programas que atendam às suas demandas e necessidades em saúde. Mais do que isso: exige a investigação sobre as relações

⁷ Circulam trens vinculados à CBTU, ou seja, totalmente estatais, em Recife/PE, Natal/RN, João Pessoa/PB e Maceió/AL, porém em número bastante reduzido, realizando, por vezes, apenas uma viagem de passageiros por dia (conforme relato colhido em entrevista realizada com o profissional da CBTU responsável pelo acompanhamento, em “Gestão de Pessoas”, dos “anistiados” cedidos pela CBTU à UFRRJ, em 19 de agosto de 2014).

⁸ Os dados fornecidos pelo Departamento de Pessoal da UFRRJ para fins da pesquisa proposta nesta pesquisa apontam que 21 “anistiados” exercem a função de motorista; 19 atuam como assistentes administrativos; e 18 como guardas ou vigilantes. Dada a formação técnica da maioria, muitos estão inseridos em atividades de manutenção de equipamentos e aparelhos da universidade – 41, no total.

⁹ Os trabalhadores “anistiados” tiveram o início de seu reingresso no Serviço Público Federal no ano de 2006. Contudo, na Universidade Rural do Rio de Janeiro este processo se deu a partir de 2009 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

entre atividades de trabalho e processo saúde-doença¹⁰, que permita construir ações voltadas a este público que, na UFRRJ – a partir da análise dos dados fornecidos pelo Departamento de Pessoal e da observação empírica pelo contato com os “anistiados” –, apresenta frágeis condições de saúde e avançada média de idade (56,3 anos).

A partir da sistematização de informações obtidas através do contato com alguns “anistiados” cedidos à UFRRJ, é notável a gravidade de sua situação também em termos do acesso a direitos trabalhistas: até seu retorno ao Serviço Público Federal, muitos se mantiveram em empregos fora do mercado formal. Isso se deu não somente em função da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, mas também por conta do temor – presente entre muitos “anistiados” – de que a obtenção de emprego com carteira assinada implicasse na perda do direito de retorno ao serviço público, prometido desde a primeira metade dos anos 1990.

Diante da não-contribuição, nem mesmo como autônomos, ao INSS, suas atividades de emprego, entre o início de 1990 e 2009, não é considerada na contagem do tempo de serviço, necessária para a solicitação de aposentadoria integral. Como são referenciados ao regime de trabalho pela (CLT, e não pelo Estatuto do Servidor Público, sua situação de aposentadoria é ainda mais delicada. Uma vez que, por exemplo, não consta na CLT previsão de aposentadoria compulsória, é comum encontrar “anistiados” em atividade na UFRRJ já com mais de 70 anos de idade e com a situação de saúde nitidamente fragilizada.

Nesse sentido, a realização da pesquisa proposta neste trabalho surge da necessidade real de investigação das condições de vida, de saúde e de trabalho dos “anistiados” na UFRRJ, de modo a balizar intervenções no campo da Saúde do Trabalhador voltadas a este segmento de trabalhadores da universidade. A partir da pesquisa aprofundada desta temática, que não se limita a esse momento inicial da pesquisa ora apresentada, será possível construir estratégias de intervenção que, devidamente embasadas, permitam dar visibilidade, no interior da universidade, à importância de construção de ações, no campo da Saúde do Trabalhador, que impliquem na responsabilização da UFRRJ na execução de políticas voltadas para este público.¹¹

Compreende-se que o Assistente Social, tendo em vista a especificidade de sua formação e de sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, nos marcos do trabalho multiprofissional que conforma a equipe da DAST, tem contribuições significativas a dar na ampliação e consolidação de ações que tenham por perspectiva a ampliação do acesso a direitos da população usuária de seus serviços – neste caso, o conjunto dos trabalhadores da UFRRJ. Desse modo, justifica-se a necessidade da pesquisa voltada para a construção do trabalho cotidiano, que, numa relação dialética com a intervenção profissional, possa vir a alimentá-la e reconfigurá-la.

Conforme Paulo Netto (1999), a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, hegemônico na profissão desde o início da década de 90, exige, do Assistente Social, o aprimoramento intelectual e a formação acadêmica qualificada. Estas devem ter por base “[...] concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante postura investigativa.” (PAULO NETTO, 1999, p. 105).

Desse modo, a articulação cotidiana entre teoria e prática é o que possibilita, ao Assistente Social, apreender as várias dimensões que a totalidade da realidade social envolve, em sua mediação

¹⁰ Partir da concepção de processo saúde-doença, e não de um estado de saúde ou estado de doença, implica em reconhecer a centralidade das condições concretas de vida e de trabalho de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) em sua saúde; ao mesmo tempo, exige apreender a relação dialética entre as condições gerais de vida e da dinâmica das relações sociais com cada sentir, vivenciado de maneira singular por cada indivíduo social. Ver: Rezende e Cavalcanti (2008).

¹¹ A realização de um trabalho metódico, que se inicie pela pesquisa sobre os “anistiados” na Rural, se justifica no contexto das já existentes resistências e contradições no trato com este trabalhador na universidade. Acerca, por exemplo, dos Exames Periódicos em Saúde, mesmo havendo orientação normativa do MPOG que possibilita a inserção dos “anistiados” no exame (Portaria Normativa 04/2009 que estabelece orientações ao Decreto 6.856/09), foi negada sua inclusão pela Procuradoria da UFRRJ, sob a alegação de que a responsabilidade pelo acompanhamento em Saúde do Trabalhador dos “anistiados” é de seu órgão de origem – que, na prática, desconhece as atividades de trabalho executadas por estes trabalhadores. Em contrapartida, compreendendo a necessidade de ampliação das políticas voltadas aos “anistiados” no interior da universidade, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ (SINTUR-RJ) passou a incluir os trabalhadores “anistiados” em seu quadro de associados, a partir de seu último Congresso, realizado em outubro de 2013.

com a demanda posta a nível do imediato pelo usuário de seus serviços, de modo a obter subsídios para a realização de um trabalho de qualidade. No que concerne aos “anistiados”, pesquisar a respeito de sua trajetória pós-demissão e sobre suas condições de trabalho atuais é tarefa de grande responsabilidade, à medida que foi encontrada apenas uma publicação sobre esta temática na busca por referências bibliográficas para fins da construção desta pesquisa¹².

2 OS TRABALHADORES “ANISTIADOS” E A PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

No início dos anos 1980 é possível identificar, no Brasil, “[...] o estrangulamento das finanças públicas, o sucateamento dos serviços de uso coletivo e das empresas estatais, além da ampliação do arrocho salarial.” (COSTA, 1998, p. 65), medidas que visavam manter o *superávit* primário para o pagamento dos juros da dívida externa. Nesse período, marcado pelas mobilizações sociais que reivindicavam o fim da ditadura empresarial-militar no país – está já em processo de esgotamento –, as desigualdades sociais são aguçadas, através do distanciamento entre ricos e pobres e o alto endividamento do Estado, obtido através de sucessivos empréstimos feitos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ao longo dos anos 1970 e 1980 (COSTA, 1998).

Nesse contexto, diversos segmentos empresariais passaram a se articular em torno de “[...] um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus próprios anseios.” (FONTES, 2010, p. 240). Apesar de não constituir um grupo homogêneo, a articulação entre diversos setores do empresariado brasileiro se deu, segundo Virgínia Fontes (2010, p. 310):

Desde a preparação do golpe civil-militar até o processo pelo qual, a partir da Constituinte, intensificou-se a implementação de uma extensa rede constituída por associações e entidades de proprietários, da mídia e de entidades associativas internacionais, em especial estadunidenses, em densa malha cobrindo todo o território brasileiro.

No ano de 1989, corporificando os anseios de segmentos do empresariado, o Brasil aderiu ao Consenso de Washington. Com isso, aprofundou-se, no país, o processo de desregulamentação da economia brasileira, através: a) da abertura sem restrições ao capital estrangeiro; b) da redução do papel estatal apenas às tarefas primárias de manutenção da ordem, de promoção do crescimento econômico, de garantia da propriedade e dos contratos privados; d) da privatização acelerada de empresas públicas; e) e da flexibilização do mercado de trabalho (COSTA, 1998).

O período pós-ditadura, no Brasil, é acompanhado, portanto, do rearranjo dos setores conservadores, que, “[...] incrustados na própria ossatura do Estado, resistiam ao formato pretensamente universalizante proposto pela Constituição de 1988.” (FONTES, 2010, p. 321), e que, já em 1989, alcançam destaque na vida política nacional, através da eleição de Fernando Collor. Logo no início de seu governo, Collor toma medidas que seguem à risca as recomendações do Banco Mundial: promove a abertura da economia ao capital internacional, a demissão em massa de funcionários do setor público (cerca de 100 mil em dois anos de mandato), além de, no plano internacional, adotar a política de alinhamento automático aos Estados Unidos.

Logo após as demissões em massa, no marco dos anos 90, os trabalhadores desligados do serviço público organizaram-se em torno de instrumentos de mobilização, alguns já existentes, e outros criados no período em decorrência do próprio processo demissional.¹³ Ainda durante o governo

¹² Realizou-se levantamento bibliográfico sobre os “anistiados” nos seguintes canais de publicação: no site da CAPES, no link de busca por periódicos, entre 9 e 11 de setembro de 2014; na Base Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 7 e 9 de setembro de 2014; no catálogo online na Rede Sirius, que congrega o acervo de obras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre 11 e 13 de setembro de 2014; e no Portal Scielo entre 20 e 24 de setembro de 2014. Efetivou-se a busca pelas palavras-chave “Anistia”, “Collor”, “Lei n. 8.878/94” e “Saúde do Trabalhador”. Somente no portal Scielo, localizou-se um artigo acerca da reinserção dos trabalhadores “anistiados” no Serviço Público Federal: Ferreira et al. (2006). As demais publicações fazem referência apenas ao período que contextualiza as demissões.

¹³ Para a obtenção de elementos sobre a trajetória de organização e mobilização dos trabalhadores demitidos dos serviços públicos federais durante o Governo Collor, referências históricas são encontradas nos sites da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), criada no ano de 1990, e da União de Anistiados do Brasil (UNABRAS), fundada em 2003.

de Itamar Franco, após a realização de trabalho inicial pela Comissão Especial Interministerial (CEI), aprovou-se a chamada “Lei de Anistia”, a Lei n. 8.878/94, que nasce no contexto das mobilizações em curso no país, não apenas dos trabalhadores demitidos, mas de diversos movimentos sociais que denunciavam as privatizações no período.

Contudo, apesar das movimentações em denúncia às demissões em massa, somente no ano de 2009 os primeiros “anistiados” retornam ao serviço público federal. A partir de uma impressão inicial, a hipótese que ora se levanta, e que carece de melhor investigação, é a de que a inserção dos “anistiados” – nos órgãos públicos em geral, mas em especial na UFRRJ – é providencial diante da necessidade de contratação de trabalhadores posta à universidade, especialmente, mediante as demandas vinculadas à expansão universitária, iniciada em 2007.

Tal expansão, situada nos marcos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹⁴, cria, na Rural, três novos *campis* universitários – em Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes (todos situados no estado do Rio de Janeiro) –, bem como novos cursos de graduação, muitas vezes sem a estrutura necessária para seu funcionamento, tanto no que diz respeito às condições físicas, quanto acerca das necessidades de ampliação do quadro de servidores.

As atividades de ensino na UFRRJ em Três Rios, por exemplo, tiveram seu início quando nem sequer existia o espaço físico no qual hoje funciona o *campus*. Quatro cursos foram criados (Direito, Administração, Economia e Gestão Ambiental) e passaram a funcionar, por quase dois anos, em dois locais improvisados: uma escola pública estadual no Centro da cidade e na sobreloja de um prédio que abrigava em seus outros andares atividades esportivas vinculadas a uma academia de judô. Atualmente, embora o quadro docente esteja melhor composto, muitos professores relatam as dificuldades que enfrentam por terem que assumir várias disciplinas, em função do *déficit* de profissionais disponíveis para ministrar as aulas. O mesmo ocorre com os técnico-administrativos, que se revezam entre várias tarefas e atividades.¹⁵

Neste cenário, marcado pelas contradições entre expansão universitária e precarização do ensino e das condições de trabalho no interior da universidade, o Assistente Social é chamado a agir sobre as expressões da “questão social”¹⁶ que se corporificam neste contexto. Assim, “[...] suas ações forçosamente se colocam diante de problemas reais que demandam soluções objetivas.” (PONTES, 1995, p. 16), que, muito embora apareçam no plano imediato como questões pontuais e fragmentadas, exigem do Assistente Social, por meio de um processo mediado pela razão, o esforço de articulação com aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que compõem a sociedade enquanto totalidade complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de entrevistas com amostra de 30% dos trabalhadores “anistiados” da UFRRJ, ainda em processo de desenvolvimento, e através da aplicação de questionários (para o qual pretende-se alcançar a marca de 100%), pode-se afirmar que a análise inicial da inserção laborativa dos trabalhadores definidos na Lei n. 8878/94 como “anistiados” na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) encontra profundas relações com a expansão universitária circunscrita nos

¹⁴ O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, em abril de 2007. Sobre as relações entre expansão universitária, nos moldes do REUNI, e a contrarreforma no ensino superior, pretende-se utilizar como referência os estudos de Juliana Fiuza (2011) acerca da temática.

¹⁵ Tais informações foram obtidas a partir de entrevistas realizadas junto a esses trabalhadores, no período de julho a agosto de 2014, para fins de implantação, no local, de estratégias de promoção em saúde, pela equipe da DAST.

¹⁶ Segundo Yamamoto (2010, p. 156), a questão social é “[...] indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. A gênese da ‘questão social’ na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] Assim, a ‘questão social’ condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais.”

moldes do REUNI, em suas interfaces com a reestruturação do modo de produção (e reprodução) do sistema capitalista.

Identifica-se que a longa e precarizada trajetória no “mundo do trabalho” dos “anistiados” ora cedidos à UFRRJ no período entre sua demissão (1990-1992) e o retorno ao serviço público federal (no Governo Lula) se deu nos marcos da fragilização do acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Nesse cenário, seus instrumentos de organização e de mobilização política, a nível nacional e mais especificamente na UFRRJ, são peça fundamental para a resistência na luta por direitos trabalhistas e pelo ainda inconcluso reconhecimento como trabalhadores regidos pelo RJU.

À guisa de conclusão parcial, o perfil socioeconômico dos trabalhadores “anistiados” cedidos à UFRRJ aponta para a baixa escolarização formal e certa uniformidade nas suas mais recorrentes formas de adoecimento, marcadamente relacionadas à saúde mental e ao processo de desgaste físico relacionado à trajetória entre a demissão nos anos 1990 e a reabsorção no serviço público federal a partir dos anos 2000. Nesse sentido, qualquer trabalho no âmbito da saúde do trabalhador que se proponha crítico e comprometido em instituições que contam em seus quadros com trabalhadores “anistiados” necessita avançar no processo de investigação de suas condições de trabalho e de saúde, contribuindo para a organização coletiva desses sujeitos e para a alteração da realidade institucional na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 26 ago. 2014.

_____. Lei n. 8.878/94, de 11 de maio de 1994. Dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 maio 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18878.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relações de trabalho no serviço público**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=11>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

COSTA, E. **Um projeto para o Brasil**: proposta alternativa ao neoliberalismo. São Paulo: Técnico-Científica, 1998.

FERREIRA, J. B.; MENDES, A. M.; CALGARO, J. C. C. et al. Situações de assédio moral a trabalhadores anistiados políticos de uma empresa pública. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 215-233, dez. 2006.

FIUZA, J. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreforma no ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, 2011.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S.; SOUZA, E. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **CEI. Comissão Especial Interministerial (Anistiados da Lei 8.878/94)**. Maio 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/gestao-de-pessoas/cei-comissao-especial-interministerial-anistiados>> Acesso em: 20 maio 2016.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em serviço Social e Política Social. mod. 1. Brasília, DF: Ed. CEAD : UnB, 1999.

PONTES, R. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez; Belém: Universidade da Amazônia, 1995.

REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Serviço Social e políticas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

UFRRJ. **Sigrh**: sistema integrado de gestão de recursos humanos. 2016. Disponível em: <<https://sigrh.ufrj.br/sigrh/public/home.jsf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

XIMENES, S. **Minidicionário Ediouro da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DOMICIALIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR CALÇADISTA: UM OLHAR PARA A REALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE NAS BANCAS DE PESPONTOS EM CALÇADOS, NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP

Edvânia Ângela de Souza Lourenço*

Marcos Antônio Limonti Filho**

RESUMO: Neste texto, busca-se compreender os principais significados do processo de reestruturação produtiva para os/as trabalhadores/as, que atuam nas bancas de pespontos de calçados, com foco para um bairro específico, em Franca, SP. Para tanto, foram realizadas entrevistas com trabalhadores/as, por meio de roteiro estruturado e para o aprofundamento dos dados, foram feitas cinco entrevistas com roteiro parcialmente estruturado. Como resultado constata-se a degradação das condições de trabalho materializadas na informalização do trabalho, que, via de regra, ocorre no domicílio dos trabalhadores/as, onde é comum a ausência de benefícios sociais em momentos de infortúnios, a instabilidade dos salários, a insegurança tanto ambiental e de infraestrutura quanto de perspectivas de futuro, a perda de vínculo com o sindicato, a disseminação de trabalhos menos qualificados e menor remunerados, além da intensificação da jornada de trabalho.

Palavras-chave: trabalho. reestruturação produtiva. Terceirização. sapateiros. saúde dos trabalhadores.

ABSTRACT: *This article, we seek to understand the main meanings of the restructuring process for employees who work in shoe stitching. The discussion focuses on a specific segment, in Jardim Palestina neighborhood in the city of Franca, where 33 interviews with workers in shoe stitching were conducted using a structured script and five interviews with partially structured script. As a result, it is possible to verify the deterioration of working conditions materialized in the process of informal labor, which generally occurs in the workers' homes, where the lack of social benefits, during misfortune times, is quite common and also the instability of wages, the insecurity both environmental and infrastructural as well as the absence of future prospects, the loss of relationship with the workers' union, the spread of less qualified and lower paid work and the intensification of the working day.*

Keywords: *work. productive restructuring. outsourcing. shoemakers. worker's health.*

INTRODUÇÃO

Este estudo tematiza, a partir de um enfoque crítico, as relações entre trabalho e saúde no contexto da reestruturação produtiva em um setor específico, no caso, o setor calçadista em Franca, SP, que sofre as repercussões da acumulação flexível do capital em escala global. Explícita, para tanto, os vínculos contraditórios entre trabalho e a realização do ser social, o qual sofre as repercussões imediatas advindas das limitações salariais e da ausência dos direitos sociais, o que via de regra impactou as suas condições de vida e saúde. Busca-se compreender as contradições postas pelo projeto da classe dominante, que sob o signo de “modernização” das relações sociais de trabalho amplia terceirização do trabalho e da produção, promovendo intensa precarização do trabalho. Investiga, portanto, os padecimentos vivenciados pelos(as) trabalhadores(as) das bancas de pespontos do jardim Palestina, em calçados em Franca-SP.

As bancas de pespontos em calçados¹ são empreendimentos formados a partir da reestruturação produtiva do capital, iniciada no decorrer dos anos de 1970 e disseminada no Brasil, nos anos de 1990.

* Assistente Social e Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca (FCHS) - UNESP- Franca/SP. É pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas “Teoria Social de Marx e Serviço Social”. Responsável pela linha de pesquisa: Mundo do Trabalho: Serviço Social e Saúde do Trabalhador – GEMTSSS-UNESP-Franca/SP. É membro da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – gestão 2015-2016; Gestão 2017-2018.

** Assistente Social e assessor de comunicação da ABEPSS. Pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas “Teoria Social de Marx e Serviço Social” - UNESP-Franca/SP. Membro da ABEPSS – gestão 2015-2016.

¹ É importante enfatizar que as bancas podem ser de corte ou de pesponto em calçados. Contudo, atualmente, estes empreendimentos se confundem com a propagação de pequenas fabricas de bolsas, carteiras e cintos também localizados nos bairros periféricos. Indistintamente estes empreendimentos, na sua grande maioria, estão organizados nas residências dos/as próprios/as trabalhadores/as, onde é comum a negligência aos mecanismos de proteção social, do trabalho e da saúde, uma vez que prevalece a informalidade do trabalho, realizado em precárias condições ambientais e sociais. “As Bancas de Pespontos em Calçados são heterogêneas, algumas estão contiguas às fábricas ou edificadas em ‘barracões específicos’, mas essas são as que são legalizadas, sendo que a grande maioria é constituída de modo precário na casa dos próprios trabalhadores e não conta com registros junto a Prefeitura ou aos órgãos competentes. As Bancas são, essencialmente, mecanismos para baratear os custos da produção de calçados. Aos custos com má quinas, energia elétrica, linhas, colas, entre outros artigos necessários ao trabalho somam-se os custos com a força de trabalho. Tudo isso, é, invariavelmente, transferido para o dono da Banca, que, em geral, não consegue registrar os trabalhadores e nem mesmo manter a sua contribuição individual ao sistema previdenciário. Assim, as Bancas se constituem, na sua grande maioria, de trabalho informal.” (LOURENÇO, 2014).

Aqui, a reestruturação produtiva ganhou força com as medidas do governo de Fernando Collor de Mello, responsável pela abertura do país à globalização econômica. É nesta esteira, que a competitividade intercapitalista exigiu severas mudanças das economias nacionais e de suas respectivas empresas, mudanças essas necessárias para a sua incorporação à nova ordem global do capital.

A reestruturação produtiva do capital e o Estado neoliberal correspondem às bases fundamentais para a compressão do conflito contemporâneo entre capital e trabalho (ALVES, 2007). Essa simbiose entre reestruturação econômica e Estado neoliberal impactou as condições de vida da classe trabalhadora, que passou a vivenciar a avalanche do desemprego, do subemprego, do trabalho autônomo, informal e remunerado por conta e ou por peça.

Assim, busca-se captar como este movimento de transformação social, política e econômica rebete nas condições de vida e trabalho dos/as trabalhadores/as que atuam nas bancas de pesponto em calçados em Franca, interior do estado de São Paulo, tendo como referência o bairro Jardim Palestina.² Foram realizadas 33 entrevistas diretamente nas bancas, sendo que desse total 26 dizem respeito às bancas de pespontos em calçados; cinco (05) em bancas de fabricação de bolsas; uma (01) em de carteiras e uma (01) em fabricação de cintos. Para este texto, restringe-se às entrevistas realizadas nas bancas de pespontos. (STEFANI; BRAGA, 2014)

1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

Verifica-se que durante o século XX vigorou a organização científica da gestão do trabalho e da produção baseada nos métodos taylorista-fordista, quando havia maior rigidez do trabalho e a criação de um padrão para a apropriação do mais valor, assentando, em grande medida, na sua regulamentação, a qual foi conquistada com a organização coletiva dos/as trabalhadores/as, sobretudo, a partir de meados daquele século. Aqui, há de se fazer um destaque para o papel dos sindicatos, que na oposição ao capital, garantiram alguns ganhos, na forma da lei, tanto em termos de proteção do trabalho para segmentos da classe trabalhadora, como da proteção social em geral, pois o alargamento do papel do Estado somente foi possível devido aos movimentos sindicais e sociais. O contexto do pós Segunda Guerra Mundial, acompanhada da polarização econômica entre o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos da América, e o socialismo, pela ex-União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), constituíram o terreno fértil para a construção do Estado de Bem Estar Social.

O trabalho a partir da racionalidade tecnológica e científica, sob os matizes dos modelos taylorista-fordista, se reduziu à ação mecânica e sob forte vigilância, sendo o trabalho braçal e de função modesta, extremamente desconectados do trabalho intelectual. Neste modo de organizar o trabalho prevaleceu também a gerencia vigilante, acompanhado da produção ininterrupta, que visava a formação de estoques e o consumo em massa. Contudo, este modelo passou a ser visto como insuficiente frente às necessidades de acumulação capitalista a partir da crise do capital de 1970 (ALVES, 2007).

Com a crise do capital, ocorre a busca de recuperação da acumulação e da apropriação do mais valor, o que impactou diretamente o modo de organizar e gerir o trabalho. Antunes (2013) expõe dois movimentos da processualidade contraditória do trabalho, os quais resultaram da reestruturação do capital e estão vigentes nos dias atuais, trata-se: 1) do alargamento do trabalho informal, para muito além da sua forma tradicional, uma vez que atinge maior número de pessoas e de processos produtivos; 2) paralelamente ao avanço da informalidade e, em consequência, da corrosão das garantias mínimas de proteção social e do trabalho, crescem também as formas de trabalho mais complexos e altamente qualificados. Diz ele:

² A escolha do bairro foi feita por Stefani e Braga (2014). Adrielly Bevilaqua Stefani e Aline Cristina Parra Braga realizaram 33 entrevistas estruturadas nas bancas de pespontos e/ou cortes em calçados no referido bairro (STEFANI; BRAGA, 2014), a partir do questionário construído para o projeto de pesquisa: “Reestruturação Produtiva no setor calçadista em Franca: um estudo sobre a saúde do/a(s) trabalhador/a(s)” (LOURENÇO, 2009). Realiza-se um profundo agradecimento a Adrielly e Aline pela aplicação dos questionários aos proprietários de bancas de pespontos e/ou cortes em calçados no Jardim Palestina, Franca/SP. É importante também registrar que a autora e autor desse texto realizaram cinco entrevistas semi-estruturadas com cinco proprietário/a(s) de bancas de pespontos, no referido bairro, para o aprofundamento da compreensão e da discussão ora realizada.

Como vivenciamos uma processualidade multidimensional, paralelamente à ampliação de grandes contingentes que se precarizam ou perdem emprego, presenciemos também a expansão de novos modos de extração do sobretrabalho, capazes de articular um maquinário altamente avançado (como as tecnologias de comunicação e informação) que invadiu os mundos das mercadorias. As atividades são dotadas de maiores ‘qualificações’ e ‘competências’ e fornecem mais potencialidade *intelectual* (aqui entendida em seu sentido dado pelo mercado), integrando-se ao *trabalho social, complexo e combinado* que efetivamente agrega valor. (ANTUNES, 2013, p. 14, grifo do autor).

Portanto, a organização do trabalho adquire novos vieses e princípios, os quais foram propagados pelo toyotismo, sistema de organização do trabalho desenvolvido na Toyota, no Japão, no contexto de reconstrução do país, no pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Ohno (2007), a produção deve ser flexível, as empresas enxutas, ou seja, com a menor quantidade possível de trabalhadores e com uma produção de acordo com a demanda, portanto, sem estoque, além disso, os trabalhadores deveriam se organizar por sindicatos das empresas, eliminando formas de organização coletiva classista. Impõe também que os princípios organizativos do trabalho e da produção deveriam seguir objetivos da automação e da alta produtividade, para o qual o cumprimento de metas passa a ser a nova medição salarial. São vários indicativos deste sistema para uma produção reestruturada. Ohno (2007) expunha a necessidade de reduzir custos da produção, o que somente seria possível com a redução de força de trabalho. “A redução da força de trabalho na Toyota é uma atividade que atinge toda a empresa e tem por fim a redução de custos.” (OHNO, 2007, p. 70).

O ideal de aumentar a produtividade, sem, contudo, aumentar o número de trabalhadores/as contratados/as diretamente pela empresa atrelou-se a intensificação dos ritmos e a capacidade de agregar mais valor às mercadorias produzidas. Tratou de incorporar máquinas automatizadas no processo de trabalho, as quais devem, antes de mais nada, substituírem trabalhadores/as, eliminando postos de trabalho. Portanto, as máquinas automatizadas devem ter plena capacidade de reproduzir os movimentos humanos e não proporcionar o bem-estar dos que com ela laboram, aliás, esse não é o objetivo de introduzir máquinas modernas e “inteligentes”, pois para Ohno (2007) o investimento em modernas tecnologias somente se torna viável se ela permite substituir força de trabalho.³

No plano social e do mercado, o toyotismo significa a incorporação não apenas das modernas máquinas e sofisticadas tecnologias no mundo do trabalho, mas, sobretudo, a disseminação e a inculcação de valores fetiches e expectativas baseadas na utopia do mercado⁴ (ALVES, 2007). O toyotismo não significa a eliminação das formas pretéritas de organizar o trabalho (taylorismo-fordismo), mas mescla-se a elas, num movimento dialético de conservação e superação (ALVES, 2007).

Alves (2007) chama a atenção para o caráter manipulatório da nova gestão do trabalho, que implica em maior envolvimento subjetivo do/a trabalhador/a com o trabalho e com as perspectivas das empresas, daí que ele destaca que sob o toyotismo ocorre a “captura da subjetividade”, que significa, entre outros, a implicação contraditória entre capital e trabalho.

Podemos dizer que foi a sociabilidade neoliberal, com os seus valores, expectativas e sonhos de mercado, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, que contribuiu para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas ‘metas’ da produção toyotista. É claro que estamos diante de um processo contraditório de construção de nova hegemonia do capital na produção, envolvendo nexos geracionais que tendem a resistir, mais ou menos, às novas implicações subjetivas do toyotismo. (ALVES, 2007, p. 192).

Sob o toyotismo a produção do capital consegue atingir a totalidade social, daí que o trabalho sob o seu signo demanda maior envolvimento intelectual/mental, mas essa maior complexificação do trabalho, que, via de regra, exige maior qualificação, é deveras relativa, uma vez que os espaços reestruturados buscam eliminar a especialização do trabalho, barateando a força de trabalho e flexibilizando-a.

³ Não se pode perder de vista que mesmo com a constituição das redes informacionais, fruto da IV Revolução Tecnológica, cujas novas máquinas microeletrônicas estão interligadas em redes telemáticas e informacionais, o capital não prescinde do trabalho vivo, cuja habilidade e subjetividade são cada vez mais requeridas (ALVES, 2007).

⁴ “O universo locucional é tomado, por exemplo, pelas palavras-chaves de competência, empregabilidade, empreendedorismo que se tornam senso comum nos discursos das inovações empresariais.” (ALVES, 2007, p. 192).

No universo da produção toyotista a organização do trabalho sofre sérios impactos, sendo importante destacar alguns dos principais pilares da gestão toyotista do trabalho, quais sejam: 1) *Just-in-time*: a produção somente ocorre a partir da demanda. Não há estoque, produz-se em tempo certo, para atender as vendas efetivadas. Deste princípio, é possível reduzir em grande medida o contingente de trabalhadores\as fixos\as; 2) *Automação*, que implica em máquinas automatizadas capazes de identificar possíveis erros e evitar o retrabalho e ou o desperdício. Cria-se, portanto, a possibilidade da polivalência do trabalho, pois se um trabalhador pode atender mais de uma máquina ao mesmo tempo, torna-se possível a redução do número de operadores\as e o aumento da eficiência da produção (OHNO, 2007); 3) *Motivação*, em geral, utiliza-se de métodos eficazes para a inculcação dos valores fetiches da produção toyotizada.

Alves (2007) expõe que um dos principais motes motivacionais do mundo empresarial moderno são os novos sistemas de pagamento, por exemplo, o bônus por produtividade, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e premiações que favorecem aos comportamentos mais individualizados e a fragmentação da classe trabalhadora. O autor destaca também, que o sistema motivacional perpassa os critérios de avaliação individual, que analisa o desempenho individual do\a trabalhador\,a, mas, paradoxalmente, inclui nesta avaliação o trabalho em equipe, para o qual é necessário um sistema eficaz de comunicação. Importante observar que o assalariamento passa a ser calculado a partir do alcance de metas, altamente individualizado, embora a organização do trabalho privilegie as células, ou as *equipes de trabalho*, que são utilizadas para mascarar a redução da quantidade de trabalhadores\as, pois ao agrupar os\as trabalhadores\as em um mesmo lugar passa-se a impressão que há um número maior de pessoas que quando elas estão dispersas pelo ambiente, além disso, cria-se a possibilidade da *vigilância e controle* que, diferentemente do modelo taylorista-fordista, não exige um capataz, um gerente ou função similar, mas atribui aos\as próprios\as trabalhadores\as o exercício da vigilância sobre si e os demais membros da equipe. Assim, para que este sistema de vigilância funcione, é necessário atrelar o pagamento ao cumprimento de metas individuais e por equipes (ANTUNES, 2009; ALVES, 2007), bem como a assiduidade no trabalho, o que implica em não se afastar mesmo quando doentes.

Outro fator que não pode ser visto separado desta miríade de fatores que congregam o modelo toyotista de organização e gestão do trabalho e da produção é em relação aos sindicatos. Se antes o coletivo de trabalhadores\as reunia segmentos da classe trabalhadora e constituía forte resistência à exploração do trabalho, tornando-se uma esfera indesejada pela gestão taylorista-fordistas, sob o toyotismo, torna-se parte da empresa. Trata-se do sindicato de empresa, cujos objetivos já aparecem bem distantes daqueles defendidos pelos sindicatos classistas, que lutavam pelos interesses mais gerais dos\as trabalhadores\as. É um sindicato desprovido de maiores lutas, que age em acordo com os preceitos da empresa, constitui-se em um rico alimento para a demagogia expressa em jargões do tipo: “somos todos uma grande família”; “se a empresa vai bem todos nós ganhamos”, entre outros.

A constituição do sindicato-empresa é acompanhado do apagamento dos vestígios ou da memória (para usar um termo de Dejours (2006). Ou seja, estas mudanças estão acompanhadas de estratégias que eliminam do quadro de funcionários, aqueles\as trabalhadores\as que têm maior tempo de trabalho, a par do que vem ocorrendo não apenas com a demissão aberta, mas também aquela possibilitada pela introdução de Programas de Demissão Voluntária (PDV). Elimina-se nos espaços reestruturados a memória de como era o trabalho e seus ganhos e estabelece uma mudança geracional altamente instável e rotativa. Essa instabilidade aumenta, ainda mais, com a fragmentação da classe trabalhadora que diminuiu de tamanho no interior das empresas, mas expandiu-se para os bairros periféricos e pelos domicílios dos\as trabalhadores\as, somente possibilitados pela terceirização da produção e do trabalho.

A par do que ocorreu e vem ocorrendo no mundo do trabalho, o Estado neoliberal, não apenas sustentou as mudanças que terceirizam e flexibilizam as relações de trabalho, mas, sobretudo, desregulamentou a legislação trabalhista, transformando a transgressão da lei em “modernização” das empresas. Além disso, também adotou os princípios de mercado para a gestão pública, tal como é fato, a substituição da gestão administrativa burocrática pela gestão empresarial. Conhecida como a contra reforma do Estado, que se iniciou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso

(FHC), com a criação do Ministério de Reforma do Aparelho do Estado (MARE), em 1995, sob a gestão de Bresser Pereira, o qual, numa tacada só, promoveu a contra reforma da previdência social, introduziu os marcos da gestão privada nos serviços públicos, os quais foram transferidos para as “entidades parceiras” que se tornaram as responsáveis pela execução de grande parte dos serviços de saúde e de assistência social. Observa-se que as “entidades parceiras” foram criadas a partir da classificação entre o que é específico da gestão pública e o que é público, mas não estatal! No caso, saúde, educação, tecnologia, assistência social, entre outras, são consideradas públicas não estatais (BRASIL, 1995). A partir da contrarreforma do Estado, Bresser Pereira criou a lei que dá origem às Organizações Sociais (OS) e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as quais são de natureza privada e sem fins lucrativos (BRASIL, 1995) e, na atualidade, são responsáveis pela gestão de grande parte dos serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, ciência e tecnologia. Em resumo, a empresa privada não apenas recebeu as condições legais para terceirizar, como levou para dentro do Estado a sua lógica mercadológica e privada.

Grosso modo, o atual panorama social e econômico leva ao desemprego, mas distintamente, do período da Revolução Industrial, quando se formavam extensos exércitos industriais de reserva, como já abordado por Marx (2006), na atualidade, a perda de vínculos contratuais diretamente vinculados às empresas, ou ao Estado, cede espaço, para o trabalho precário, com contratos flexíveis, de curta duração e vinculados a pequenas empresas ou aos prestadores de serviços. A terceirização ocorre de modo ampliado e variado, ora vinculado a diretamente às empresas, ora vinculado a própria pessoa, como é o caso do trabalho autônomo ou da Pessoa Jurídica, indicando o movimento cunhado de “pejotização”, ora aparece, ainda, vinculada a grupos que reúnem trabalhadores, como são as Cooperativas.

Todas essas mudanças tiveram e têm um rebatimento direto para a organização e gestão do trabalho, bem como para a consciência de classe e respectivo papel dos sindicatos de trabalhadores.

2 O SETOR CALÇADISTA E AS BANCAS DE PESPONTO EM FRANCA-SP

O município de Franca, situado na região nordeste do estado de São Paulo, é conhecido pelo seu principal aporte econômico constituído a partir da produção de calçados em couro masculino (NAVARRO, 2006).

A maior produção de calçados no estado de São Paulo se concentra nas cidades de Birigui, Franca e Jaú, cuja especialidades, respectivamente, são: calçados infantil, de couro masculino e feminino, a produção dos três municípios totalizam uma média de 900 empresas formalizadas, as quais contam com 45 mil trabalhadores, 8% da produção nacional e 14,5% do que é exportado (ABICALÇADOS, 2005; NAVARRO; LOURENÇO, 2015). Dos três municípios de maior produção de calçados no estado paulista, Franca comparece como o maior produtor, com 700 empresas formais, 25 milhões de pares de calçados por ano. Assim, a produção calçadista de Franca é a responsável por 3,2% da produção nacional total e de 9% da produção de calçados de couro (SINDIFRANCA, 2013; NAVARRO; LOURENÇO, 2015). A participação do município no total das receitas do país obtidas por meio de produtos exportados foi, em 2012, de 6%, ou um total de US\$ 80 milhões de vendas ao exterior. Franca possui uma média de 25 mil trabalhadores vinculados ao setor calçadista, o que representa um percentual de 7,6% do total de pessoas ocupadas neste setor em todo país (SINDIFRANCA, 2013; NAVARRO; LOURENÇO, 2015).

A partir de 1990, a par das mudanças econômicas e neoliberais, já enunciadas neste artigo, o setor calçadista enfrentou serias dificuldades para se manter no mercado internacional e nacional, haja vista que com a globalização econômica, leia-se globalização do capital, houve a entrada do calçado chinês, cujo valor é bem mais baixo que o nacional.

Como estratégia para enfrentar a crise econômica, grosso modo, o setor calçadista buscou diminuir os gastos com a força de trabalho contratada a partir: 1) da transferência de fábricas para os estados que não tinham tradição no setor; 2) da transferência de parte da produção fabril para as residências dos trabalhadores.

Historicamente a produção de calçados, no Brasil, esteve concentrada nas regiões Sul (conhecida pela produção de calçados femininos) e Sudeste. Nestas regiões, se desenvolveu a tradição sindical, na busca em garantir melhores condições de trabalho e de salários. Contudo, com a reestruturação produtiva, grandes fábricas migraram para os estados da Bahia e Ceará, onde não havia tradição deste ramo produtivo, portanto, não havia sindicatos e, assim, o custo da produção poderia ser barateado com o pagamento de salários mais baixos e também pelos incentivos fiscais oferecidos pelos governos como atrativo para a instalação destas empresas. “De acordo com executivos de algumas empresas entrevistadas, só pelo custo reduzido da mão de obra no Nordeste, mesmo que não houvesse incentivos fiscais, o calçado fabricado na região teria uma redução de pelo menos 10% em seu custo.” (SANTOS et al., 2002, p. 75). No caso do Estado do Ceará também se evidencia a facilidade de logística para exportação tendo em vista a sua proximidade com os Estados Unidos da América (EUA), o maior comprador dos sapatos brasileiros (LOURENÇO; BERTANI, 2009). Atualmente, Bahia e Ceará têm taxas de 26% e 12,5% da produção e do emprego vinculado à indústria calçadista brasileira, respectivamente (SANTOS et al., 2002).

Em Franca, além da mudança ou da abertura de filiais de grandes fábricas para os estados do Nordeste, houve também a abertura de pequenas fabriquetas de calçados no entorno do município, onde além de não ter tradição sindical, são cidades com escassas possibilidades de trabalho, dada centralidade da agropecuária na sua economia.

Outra característica da produção calçadista, já observada por Lara (2007), é que se trata de um tipo de empreendimento, que exige pouco investimento tecnológico, sendo possível iniciar o negócio com poucos recursos. Assim, enquanto, na maioria dos outros setores as inovações tecnológicas são as responsáveis pelo aumento da produtividade, no setor calçadista prevalece a captura do mais valor, sobretudo, por meio da intensificação do trabalho e da jornada laboral.

A desvinculação de grande parte dos/as trabalhadores/as contratados/as diretamente pelas fábricas e sua transformação em prestadores/as de serviços é outra estratégia fortemente utilizada pelo setor calçadista para o barateamento dos custos da produção. Assim, na atualidade, o setor calçadista em Franca se configura a partir de microempresas. Estudo realizado pela Universidade de Administração e Economia de Franca (Uni-FACEF), em 2005, demonstra que o setor conta com 72% do seu total de microempresas, as quais têm até 19 funcionários⁵; seguida de pequenas empresas, 17,11% com 20 a 99 funcionários; as empresas consideradas médias, com 100 até 499 funcionários, constituem 8,55% do total do setor e apenas 13 empresas são consideradas grandes, com mais de 500 funcionários, perfazendo 1,71% das empresas do setor (Uni-FACEF/IPES, 2005).

Frisa-se que 72% das empresas em Franca se caracterizam como microempresas, onde se sabe os investimentos em condições de infraestrutura e em inovações tecnológicas são reduzidas, como também o são os salários (hoje, setembro de 2015, o piso salarial dos sapateiros em Franca está em torno de R\$900,00). Sabe-se que em termos de maquinários e de condições físicas e ambientais as microempresas apresentam maiores danos à saúde dos/as trabalhadores/as, como já verificado em estudo anterior (LOURENÇO, 2010). Todos esses aspectos fazem do trabalho no setor calçadista, uma atividade de expectativa reduzida quanto ao futuro.

3 PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS E DAS BANCAS DE PESPONTOS EM CALÇADOS EM FRANCA-SP

Os dados ora apresentados indicam as principais características acerca do perfil dos/as entrevistados/as e das respectivas bancas de pespontos. Foram realizadas 26 entrevistas com trabalhadores/as e ou proprietários/as de bancas de pespontos (STEFANI; BRAGA, 2014). Nestas,

⁵ É salutar informar que existem poucos registros das bancas de pespontos, uma vez que essas funcionam na informalidade e em espaços domésticos, portanto, privados, assim, se esses empreendimentos fossem considerados na pesquisa referida realizada pelo Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) (2005), muito provavelmente, a quantidade de microempresas seria muito maior.

as mulheres comparecem em maior número, num total de 18, perfazendo 69,23% e apenas oito são do sexo masculino, 30,77%. A grande maioria dos/as entrevistados/as têm de 20 a 40 anos de idade.⁶

Em relação ao grau de escolaridade, constatou-se que três entrevistados (11,54%) têm poucos anos de estudo, pois frequentaram a escola apenas no ciclo do Ensino Fundamental I⁷; 23,08% concluíram o ciclo do Ensino Fundamental II⁸; 15,38% iniciaram o Ensino Médio⁹, mas não o concluíram; 38,46 concluíram o Ensino Médio; um (3,85%) concluiu o ensino universitário e 7,69% (duas pessoas) realizavam curso universitário à distância.

A ocupação dos/as entrevistados/as constitui-se de 53,85% de pespontador em calçados, seguido de 26,92% de “faz tudo”, ou seja, além de pespontar também realiza o serviço de mesa, colando as peças que serão costuradas a máquina (pespontadas); 15,38% são coladeiras de peças e 3,85% realiza apenas costura.

Observa-se que os homens na totalidade dos entrevistados, 30,77%, atuam como pespontadores de calçados contra 26% das mulheres que desenvolvem esta função; mas 19,23% das mulheres entrevistadas disseram “fazer de tudo”, ou seja, pespontam e colam; esse mesmo percentual (19,23%) comparecem para a função de coladeira e 3,85% se refere a costura, ambas funções exercidas predominantemente por mulheres.

Em relação ao tempo que os/as entrevistados/as trabalham nas bancas, verifica-se que a maioria já está há mais de dez anos nestes espaços, como demonstra a Tabela 1.

TABELA 1 – Tempo de trabalho nas bancas

| De 0 a 05 anos | De 06 a 10 anos | De 11 a 15 anos | De 16 a 20 anos | De 21 a 25 anos | De 26 a 30 anos | De 31 a 35 anos | Acima de 35 anos | Não Informado | |
|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|---------------|-----|
| 1 | 6 | 7 | | 3 | 4 | 2 | 2 | 1 | 26 |
| 3,85 | 23,08 | 26,92 | | 11,54 | 15,38 | 7,69 | 7,69 | 3,85 | 100 |

Fonte: Elaborada por Edvânia Ângela de Souza Lourenço e Marcos Antônio Limonti Filho, a partir da coleta de dados realizada por Stefani e Braga (2014).

Compreende-se que o histórico de trabalho nas bancas vivenciado por um longo período, tal qual supõe os dados da Tabela I, na qual sobressaíram 26,92% com 11 a 15 anos de trabalho em bancas; 23,08%, de seis a 10 anos; 15,38% têm entre 26 e 30 anos; 11,54% de 21 a 25 anos; 7,96% têm entre 31 a 35 anos; o mesmo percentual comparece para os que têm acima de 35 anos; 3,85% até cinco anos e uma pessoa não respondeu esta questão. Estes dados comprovam que o trabalho nas bancas em sapatos já está no terceiro decênio, supõe, portanto, distanciamento com o trabalho realizado diretamente na fábrica e com a categoria de sapateiros.

A história de trabalho anterior ao atual indica que 34,62% trabalhavam em fábricas de sapatos; 19,23% não respondeu o que fazia antes do atual trabalho; 15,38% já trabalhavam em bancas de pespontos; 11,54% trabalhavam em serviços (comercio, supermercado etc.); 7,69% eram trabalhadores rurais; 3,85% eram estudantes; 3,85% estavam desempregados e 3,85% disseram apenas que antes de trabalhar nas bancas não faziam nada.

Quanto a formalização dos empreendimentos 80,76% não contam com nenhum registro nos órgãos formais, anunciando a sua inexistência e cinco deles (19,23) tinham registro na Prefeitura Municipal. Quanto a sua fabricação diária, 46,15% produzem de 15 a 30 pares; seguido de 34,62 que produzem de 40 a 50 pares; 7,69% produzem diariamente de 60 a 70 pares de calçados e 11,54% dos/as entrevistados/as produziam de 70 a 120 pares.

⁶ 26,92% têm de 20 a 30 anos de idade; 15,38% têm entre 31 e 40 anos; 38,46% têm de 41 a 50 anos de idade; 15,38% de 50 a 60 anos e um entrevistado (3,85%) tem idade entre 60 e 70 anos de idade.

⁷ O Ensino Fundamental I compreende os primeiros anos de estudo até o 5º ano.

⁸ O Ensino Fundamental II compreende do 5º ao 9º ano.

⁹ O Ensino Médio compreende o 1º, 2º e 3º colegial.

Por outro lado, 38,46% têm dois funcionários, 34,62% têm três funcionários; 19,23% trabalham sozinhos; 3,85% têm quatro funcionários e 3,85% têm seis funcionários. Ao todo têm-se 62 trabalhadores atuando nas 26 bancas de pespontos, onde foram realizadas as entrevistas por Stefani e Braga (2014), sendo 67,74% do sexo feminino e 32,26% do sexo masculino.

Observa-se a predominância do sexo feminino, o que já havia sido comprovado na identificação dos entrevistados deste estudo, que se constituiu de 69,23% do sexo feminino e apenas oito do sexo masculino, 30,77%. A divisão sexual do trabalho nestes espaços também é muito forte, haja vista que a função de pespontador em calçados é exercida pela totalidade dos homens e apenas 26,92% das entrevistadas disseram atuar como pespontadeiras em calçados, sendo que esta função, além de melhor remunerada tem maior autonomia, pois, em geral, é esse trabalhador quem faz as negociações diretamente com as fábricas para onde prestam o serviço.

Importante destacar também que as bancas confundem-se com pequenas empresas familiares, haja vista que 23,08% dos entrevistados referiram que seu companheiro de trabalho na banca era o seu esposo e 11,54% a esposa. Assim, ao somar os dois vínculos têm-se o dado que 34,61% dos trabalhadores das bancas são marido e mulher; 11,54% dos trabalhadores são identificados como cunhados ou cunhadas do entrevistado; esse mesmo percentual (11,54%) são filhas e 7,69% constituem-se de marido e filho; 3,85% são mãe e 26,92 não se identificaram como nenhum parentesco, ora porque trabalhavam sozinhos, ora porque não tinham esse tipo de vínculos. Portanto, verifica-se que as relações de trabalho são marcadas pelos vínculos de afeto e parentesco e de amizade.

A respeito de possível auxílio das fabricas no fornecimento dos materiais necessário para o pesponto em calçados, 84,62% dos entrevistados afirmaram que são responsáveis por tudo que necessita para executar o trabalho; 11,54% disseram que recebem das fabricas e 3,85% disseram receber apenas a linha.

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO

65,38% dos entrevistados disseram não possuir registro em carteira de trabalho, sendo que desses 84,61% são do sexo feminino. 34,62% afirmaram que são registrados. 50% afirmaram não contribuir com a Previdência Social e 15,38 afirmaram que contribuem regularmente, 34,62% não responderam essa questão.

61,54% dos entrevistados disseram que trabalham a noite; 23,08% afirmaram que não e 15,38% disseram que às vezes têm que trabalhar a noite.

Além do trabalho noturno constatou-se que 50% dos entrevistados também trabalham durante os finais de semana contra 30,77% que não trabalham e 19,23% afirmaram que às vezes trabalham durante os finais de semana.

65,38% disseram que fazem horário de almoço; 23,08% disseram que não e 11,54% afirmaram que às vezes realizam este horário. 84,62% afirmaram que almoçam na cozinha; 7,69% na sala e 7,69% na própria banca.

96,15% disseram ter contato com produto químico (cola, tinner e álcool).

5 CONDIÇÕES DE SAÚDE

Em relação às condições de saúde, buscou-se conhecer os principais sintomas sentidos pelos entrevistados. Dor de cabeça e enxaqueca compareceram com 38,46%. Tontura é vivenciado por 34,62% dos entrevistados. 42,31% sofrem de infecção de urina; 38,46% têm dor de estomago; 26,92% têm problemas de varizes.

Os problemas osteomusculares comparecem com 41,35% dos problemas de saúde indicados pelos entrevistados. Ao especificar esses problemas obteve-se 50% de dor nas pernas; 38,46% nos braços; 30,77% nas mãos e 46,15% nos ombros.

69,23% indicaram sofrer com dor nas costas. 19,2% têm hipertensão arterial e 3,8% sofre de diabetes; 26,92% refere ter insônia; 34,62% mal-estar; 69,23 afirmaram que se sentem irritados. Esse mesmo percentual (69,23%) comparece para indicar que os entrevistados sofrem estresse

e, desses, 26,92% tratam para depressão e 30,77% disseram ter alergias; 15,38 tratam para problemas respiratórios.

Quando questionados se esses problemas teriam algum problema com o trabalho 76,92% afirmaram positivamente, 15,3,8% às vezes e 3,85% acreditam que não. É importante registrar que 65,38% afirmaram já ter sofrido acidente de trabalho.

Ao finalizar a entrevista foi questionado se havia satisfação no trabalho, o que não ocorre para 57,69% dos\as entrevistados\as e se eles gostariam que seus filhos ou alguém da família trabalhasse nas bancas, 88,46% disseram que não, quase sempre acompanhado das afirmações “nunca”, “de jeito nenhum”, o que também foi reforçado na análise de Stefani e Braga (2014).

DISCUSSÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chama-se a atenção para o fato que as bancas de pespontos em calçados são completamente heterogêneas desde seu surgimento até as relações sociais de trabalho (LORENÇO; BERTANI, 2009; LOURENÇO, 2014; LOURENÇO; NAVARRO, 2015). Constatou-se que 65,38% dos\as entrevistados não possuem registro em carteira de trabalho, desse total a grande maioria compõe-se de mulheres, 84,61% são do sexo feminino. Ao realizam o trabalho em casa, favorece o trabalho não remunerado, sob a forma da “ajuda”, das mulheres e de crianças e de adolescentes.

A transferência do trabalho fabril no setor calçadista para a casa dos\as trabalhadores\as não foi acompanhada de qualquer garantia, expressando-se em formas precarizadas de trabalho. Os depoimentos denotam a contradição vivenciada pelos\as trabalhadores\as das bancas que, inicialmente, recebem salários maiores que os que são pagos nas fabricas. Isso decorre de uma serie de fatores, por exemplo, a coincidência com período de alta produtividade, tipo de sapato a ser pespontado, e até possível apoio para organizar e montar a banca, o qual logo cessa e toda a responsabilidade com os gastos com linha, cola etc, fica por conta destes\as trabalhadores\as, que veem os seus gastos serem reduzidos a passos largos. 84,62% dos\as entrevistados\as afirmaram que são responsáveis por tudo que necessita para executar o trabalho e apenas 11,54% disseram que as fabricas fornecem os materiais necessários.

Verifica-se também que no momento da constituição da banca, os\as trabalhadores\as não colocam no computo geral dos ganhos a ausência dos benefícios sociais e com o passar do tempo a impossibilidade de se afastar de forma remunerada pelo sistema previdenciário, de se aposentar e ou de ter acesso aos direitos trabalhistas se torna um fardo, que, inicialmente, não foi sentido, mas que ganha tons de injustiça ao longo da dedicação a esta ocupação. Essa constatação está muito presente nas entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco trabalhadores\as banqueiros\as, que atuam há mais de cinco anos em bancas, sendo comum as afirmações do tipo:

Hoje, pra quem trabalha em banca é muito difícil, pois se o serviço acaba, acabou, e não tem o que fazer e se o serviço fracassa, a gente nem fica sabendo, porque eles não avisam (Mary).

A dificuldade aumenta quando o\la trabalhador\la apresenta algum problema de saúde:

[...] é complicado. Os meus braços, é uma dormência nos braços, mãos, os dedos é o caos. E me deu depressão, por causa de tanto nervoso que eu passei (Mary).

Os\as entrevistados\as quando adoecidos não têm como se afastar do trabalho, uma vez que apenas 15,38% afirmaram que têm vínculo com o sistema previdenciário e que contribuem regularmente. Assim, quando adoecidos e impossibilitados de se afastarem do trabalho, os\as entrevistados\as relataram que sentem muita injustiça porque trabalham muito, mas quando precisam não têm nenhum direito.

A fábrica em casa compromete os direitos do trabalho (LOURENÇO; BERTANI, 2009) e a estrutura familiar, fomentando ainda mais a presença da criança e do adolescente na produção de calçados. Por se tratar de local privado, particular é muito difícil conhecer esta realidade, bem como fiscalizá-la (LOURENÇO, 2014).

Nas bancas de pesponto predominam além das relações sociais de trabalho aviltantes, a precariedade dos ambientes, que são pouco favoráveis à saúde. Por fim, constatou-se que a terceirização

do trabalho cria uma reação em cadeia. Os baixos salários e ausência de benefícios não são apenas especificidades de quem é terceirizado ou prestador de serviço. Na realidade, exerce um poder muito forte sobre a negociação sindical, ou seja, a terceirização impõe perda de forças políticas para a classe trabalhadora, além disso, cria um mercado de trabalho cujos postos de trabalho estão sempre em risco, o que redundará em medo dos que estão empregados em lutar por melhores salários e benefícios dos que se mantêm no interior das fábricas. Com salários rebaixados, paradoxalmente, o trabalho por conta passa a ser uma alternativa à exploração fabril. Trabalhar em casa e por conta, pode em determinado momento representar maior liberdade e autonomia e assim atrair os/as trabalhadores/as. Contudo, ao longo do processo esses atributos se tornam apenas uma ilusão, vivenciados como uma grande injustiça. Assim, a descoberta essencial que se faz neste estudo é que há uma geração de trabalhadores/as que já se formou nas bancas e que não teve a experiência do trabalho coletivo na fábrica e tampouco a experiência sindical e que vivenciam cotidianamente as agruras do trabalho precarizado e distante dos direitos sociais e trabalhistas. A terceirização se constitui uma grande injustiça para efeitos da realização no e pelo trabalho, sobretudo, em decorrência do afastamento aos direitos sociais e do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS na Defesa do calçado brasileiro. Novo Hamburgo, 2014. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/abicalcados.php?id=5>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios da sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

LARA, R. O trabalho invisível em Franca-SP. In: CANÔAS, J. W. (Org.). **Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados**. Franca: Ed. UNESP, 2007.

LOURENÇO, E. A. S. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a05n118.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Sob ponta de lança: a agonia da luta política. Entrevista com Paulo Afonso Ribeiro e Antônio Gomes Jardim do Sindicato dos Sapateiros de Franca/SP. In: _____. NAVARRO, V. L.; BERTANI, I. F. et al. (Org.). **O avesso ao trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Trabalho inglório: processo de trabalho, estranhamento e agravos à saúde no setor calçadista em Franca/SP. In: INÁCIO, J. R.; SALIM, C. A. **O vestir e o calçar: perspectivas da relação saúde e trabalho**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

_____. **Reestruturação produtiva no setor calçadista em Franca: um estudo sobre a saúde do/a(s) trabalhador/a(s)**. Projeto de Pesquisa: Unesp, 2009.

LOURENÇO, E. A. S.; BERTANI, I. F. A relação trabalho e saúde no setor calçadista de Franca, São Paulo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n. 2, p. 152-160, jul./dez. 2009.

_____.; _____. A fábrica em casa: precarização do trabalho no setor calçadista em Franca e os reflexos para a saúde dos trabalhadores. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 7., 2008. Marília-SP. **Anais eletrônico...** Marília: Ed. Unesp, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/indice.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca: das origens artesanais à reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____.; LOURENÇO, E. A. S. A produção e o trabalho na indústria de calçados In: RIBEIRO, H. P. (Org.). **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios 1980-2014: a violência do trabalho no Brasil**. São Paulo: Independente, 2015. v. 1.

OHNO, T. **O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala**. São Paulo: Bookman, 2007.

SANTOS, A. M. M. M.; CORRÊA, A. R.; ALEXIM, F. M. B. et al. Indústria calçadista: deslocamentos de empresas para os Estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002.

SINDIFRANCA. **Relatório mensal**. Franca, 2013. Disponível em: <<http://www.sindifranca.org.br/downloads/NICC%20Resenha%20Estat%C3%ADstica%20DEZEMBRO%202012.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

STEFANI, A. B.; PARRA, A. C. **A terceirização do trabalho e suas repercussões na saúde dos trabalhadores das bancas de pesponto no bairro Jardim Palestina em Franca, SP**. 2014. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Serviço Social)- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE REFUGIADOS E MIGRANTES INTERNACIONAIS NA BUSCA POR TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Myrt Thânia de Souza Cruz*

Ruth Yamada Lopes Trigo**

Monika Akemi***

RESUMO: Os deslocamentos humanos têm se tornado dramáticos neste início do século XXI, constituindo uma das temáticas mais urgentes da atualidade. Este estudo traz à tona discussões sobre os fluxos de deslocamentos humanos. Tem como objetivo central compreender as estratégias utilizadas por refugiados e migrantes internacionais para inserção no mundo do trabalho. Utilizou-se a metodologia qualitativa, através da realização de pesquisa exploratória e descritiva. O estudo indica se tratar de temática que requer planejamento, monitoramento e políticas públicas que garantam acesso à rede de apoio aos demais direitos necessários, tirando-os da condição de invisibilidade das ruas, cortiços e viadutos da Cidade de São Paulo.

Palavras-chave: deslocamentos humanos. refugiados. processos migratórios. mundo do trabalho.

ABSTRACT: *Human displacements have become dramatic in the early twenty-first century, becoming one of the most urgent issues of our time. This study aims to discuss the flow of these human displacements. Its main objective is to understand the strategies used by international refugees and migrants to enter the job world. A qualitative methodology was used, by conducting exploratory and descriptive research. The study shows that this is a matter that requires planning, monitoring and public policies that guarantee access to the network of support to other necessary rights, removing these refugees and migrants from the invisibility they have on the streets and slums of the city of São Paulo.*

Keywords: *human displacement. refugees. migration processes. working world.*

INTRODUÇÃO

Buscando escapar de conflitos religiosos, guerras, perseguições políticas, fugindo da fome e da sede, falta de perspectivas econômicas, desastres naturais e problemas ambientais severos, conflitos locais, tribais, populações têm buscado refúgio e abrigo em diversas partes do mundo. Nos últimos anos, o Brasil tem se configurado como um dos países que acolhe refugiados e migrantes internacionais. Porém, nesta busca por novas territorialidades, surgem problemas de diferentes aspectos, quer sejam aqueles ligados ao processo de acolhimento em si e o Brasil tem demonstrado pouco preparo para isso, quer sejam aqueles advindos da dinâmica ocupacional daqueles que aqui chegam: como a questão da inserção no mundo do trabalho, questões ligadas à moradia, ao acesso aos direitos básicos como saúde, educação e segurança, quer sejam questões ligadas à legalidade e permanência do status de refugiado, etc, o que confira a temática dentro de alto grau de complexidade, multiplicidade de fatores e agentes envolvidos.

O Brasil, como sociedade que acolhe tem demonstrado pouca propriedade no enfrentamento das questões decorrentes desse acolhimento, o que é evidenciado por meio da emissão de pequena quantidade de pedidos de refúgio diante da imensa quantidade de pessoas que adentram e permanecem no Brasil de forma ilegal e, portanto, submetidas a toda ordem de problemas decorrentes, como cooptação para tráfico, subempregos, trabalhos análogos à escravidão, tráfico humano, dentre outros. Paralelo a isso, fenômenos como etnocentrismo e suas variantes, segregação, preconceito racial e étnico permanecem imbricados em dilemas de ordem econômica e de inserção no mercado de trabalho, condicionantes para o acesso à territorialidades com o mínimo de condições para tal.

Dados oficiais da Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – apresentados nas estatísticas de janeiro de 2010 a outubro de 2014 indicam um aumento de pedidos de refúgio da ordem de 930%, sendo que o próprio número de refugiados reconhecidos aumentou no mesmo período algo em torno de 1240%. O número total de refugiados até outubro de 2014 era de 7.289 pessoas de diferentes nacionalidades, distribuídas pelos continentes da África, Ásia (incluindo Oriente Médio) e América do Sul.

* Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Ciências Sociais: Antropologia pela PUC-SP. Professora Assistente Doutora do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da PUC-SP (FEA-PUC/SP). E-mail: myrt@puccsp.br.

** Psicóloga e Mestre de Administração pela PUC/SP. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Docente do Departamento de Administração da FEA-PUC/SP. E-mail: ruthylt@puccsp.br.

*** Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Não bastassem essas questões, as próprias políticas migratórias brasileiras, embora mais acolhedoras que parte dos países desenvolvidos, ainda são insuficientes para atender esta demanda que tem se expressado contínua e crescente. Muitos esforços têm sido empreendidos na tentativa de minimizar esses dilemas e, tanto o poder público quanto entidades que atuam na área criaram fóruns de discussão e espaços para trabalhar a questão da Lei e das práticas de acolhimento.

Pela emergência das demandas apresentadas por refugiados e migrantes e pelas experiências que eles têm vivenciado nesse processo, há que se debruçar com mais afinco em pesquisas que procurem compreender melhor os deslocamentos e ocupação dos territórios de modo a contribuir para que a temática seja evidenciada e trabalhada com o destaque que necessita.

Este estudo objetiva tecer reflexões sobre as estratégias adotadas por refugiados e migrantes internacionais na busca por inserção ao mundo do trabalho na cidade de São Paulo. Por se tratar de fenômeno de extrema complexidade, o estudo em questão não se pretende conclusivo, ensaiam-se reflexões e discussões que tangenciam aspectos de diversas disciplinas e áreas no conhecimento, mas aponta-se na Psicologia Social Crítica como terreno e arena epistemológica para avançar nas discussões. O material aqui apresentado trata-se de estudo preliminar que ainda se encontra em desenvolvimento, razão pela qual trará sistematização de estudo bibliográfico e documental.

1 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A QUESTÃO DO REFÚGIO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL

O Brasil tem se guiado pelas políticas e diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e em 1997, estabeleceu a Lei n. 9.474/1997, que dentre outras providências, criou o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e estabeleceu o reassentamento como solução durável para refugiados. O CONARE é um órgão interministerial, composto por:

Ministério da Justiça, que o preside; Ministério das Relações Exteriores, que exerce a Vice-Presidência; Ministério do Trabalho e do Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Departamento da Polícia Federal; Organização não-governamental, que se dedica a atividade de assistência e de proteção aos refugiados no País – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro; e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, com direito a voz, sem voto. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

Muitos desafios são impostos ao CONARE e, muitos deles são absorvidos no cotidiano pela Cáritas do Brasil, por intermédio, por exemplo, da Missão Paz em São Paulo que administra dentre outros equipamentos a casa do migrante, além de outras Organizações Não Governamentais (ONG) que efetivamente acolhem os refugiados e migrantes e tentam parcerias com empresas e órgãos governamentais para a inserção planejada deles no mundo do trabalho. Porém, esta é uma tarefa demasiado complexa e possui desdobramentos de difícil controle e entendimento, conforme abordado anteriormente. Somam-se à questão do trabalho, as dificuldades para questões de habitação, uma vez que não existem políticas específicas para isso.

Ao longo do seu processo histórico, o Brasil tem se constituído como um país fortemente marcado por fluxos de deslocamentos. Deslocamentos internos, impulsionados por questões econômicas, políticas e ambientais, tais como concretização do emprego formal no eixo Sul Sudeste; fluxos movidos por sistemas de mando e obediência mediante fenômenos como coronelismo e voto de cabresto no Nordeste Seco do Brasil (AB’SABER, 1999); deslocamentos impulsionados por fenômenos políticos ambientais, como por exemplo: fome e seca. (SANTOS, 2000). Deslocamentos externos, como os processos migratórios do início da colonização portuguesa; a imigração forçada dos africanos vendidos como escravos; depois, num próximo momento histórico, fluxos migratórios advindos da Europa, como os italianos, poloneses, alemães, dentre outros; dos japoneses nos anos cinquenta e outros grupos mais recentes.

De acordo com Barreto (2010, p. 14), foi no mundo do Pós Guerra, em 1946 que a Assembléia Geral das Nações Unidas estabeleceu princípios, considerados próprios da condição de refugiado:

1 – o problema dos refugiados tem alcance e caráter internacional; 2 – não se deve obrigar o regresso ao país de origem aos refugiados que expressam objeções válidas ao retorno; 3 –

um órgão internacional deveria ocupar-se do futuro dos refugiados e pessoas deslocadas; e 4 – tarefa principal consistiria em estimular o pronto retorno dos refugiados a seus países e ajuda-los por todos os meios possíveis.

Em 1951, o Brasil assinou a Convenção criada pela Organizações das Nações Unidas (ONU) para ser um órgão subsidiário responsável pela proteção dos refugiados e por encontrar soluções para os dilemas vivenciados por eles, existente até hoje: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Em 1954 o país recebeu cerca de 40 mil europeus de diversas nacionalidades. O Brasil foi escolhido pelo *United Nations Economic and Social Council* (ECOSOC) para fazer parte do Comitê Consultivo do ACNUR em 1951 e é membro original de seu Comitê Executivo, desde 1957 (ACNUR, 2002; ZARJEVSKI, 1988).

Entretanto, somente em 1982 que a presença do ACNUR foi oficialmente aceita no Brasil. Em 1983, o governo brasileiro cria o Conselho Nacional de Imigração, através da edição da Resolução n. 17, “[...] instrumento por meio do qual foram recebidos, não como refugiados, mas como estrangeiros temporários, diversos paraguaios, chilenos e argentinos.” (BARRETO, 2010, p. 204).

No período da Ditadura Militar, o Brasil inverteu seu fluxo, enviando muitos exilados para diversos países da América Latina e Europa, compondo uma fase de poucas recepções. Em 1991 foi editada Portaria Interministerial n. 394 objetivando estabelecer dinâmica processual para a solicitação de refúgio. A partir daí intensificaram-se as discussões em torno da criação do Estatuto dos Refugiados, oficializado através da Lei n. 9.474, de 1997, na qual se estabelecem dispositivos legais para atender diferentes demandas dos refugiados. Esta Lei é considerada internacionalmente como uma das mais modernas e generosas do mundo.

Entretanto, se a Lei avança em muitos sentidos, sua efetividade e prática parecem estar longe do ideal e das demandas tanto dos refugiados quanto daqueles organismos que lidam no dia a dia com esta questão. Atualmente são realizados seminários, simpósios, reuniões, oficinas e discussões entre as partes envolvidas e os representantes dos diversos ministérios envolvidos, porém, mesmo com divergências postas, todos concordam que a Lei protege somente uma pequena parcela daqueles que conseguem o status oficial de refúgio. Por exemplo, em 2013 o Brasil somava somente 5.200 pessoas com o status de refúgio, segundo dados da ACNU. Dados dos atendimentos em 2014 da Missão Paz, órgão ligado à Cáritas do Brasil, por exemplo, indicam que foram atendidas diretamente 7.662 pessoas de 81 nacionalidades diferentes (ALBUQUERQUE, 2015). Esta missão realiza serviços de acolhimento e inserção no mercado de trabalho, sendo que no ano passado conseguiram deste total, mediar contratações para 2.739 pessoas. Mesmo com a boa vontade dessas organizações não governamentais, muito ainda precisa ser feito, principalmente na criação de mecanismos de amparo, assistência e acompanhamento para o mundo do trabalho, principalmente em situações de crise nas vagas de emprego.

2 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO MUNDO DO TRABALHO: DIFICULDADES E DESAFIOS

Ladislau Dowbor (2002, p. 13) descreve com maestria cenários de transformação do mundo do trabalho que, se não alteraram significativamente nos últimos anos, ao contrário, se intensificaram enquanto problemática que impulsiona os mais severos dramas humanos do capitalismo atual:

Os termos para designar o que está acontecendo com o trabalho revelam a profundidade das transformações: Alvin Tofler acha que vamos para o trabalho intelectual, embalados na terceira onda; Domenico De Mais nos acena com um agradável ócio ativo; Manuel Castells mostra as perspectivas do trabalho em rede; Pierre Levy aponta para um universo coletivo de inteligência compartilhada; Guy Aznar, para menos trabalho; Jeremy Rifkin, para o fim do trabalho. As Nações Unidas trabalham com o conceito de *jodless growth*, que designa o novo desemprego que surge não da falta de crescimento, mas do próprio crescimento. Podemos acrescentar a noção de *downsizing*, que em geral constitui uma teoria delicada que explica por que estamos na rua; a reengenharia, que cumpre funções semelhantes, mostrando que estamos desempregados por uma boa razão científica de *management*; ou ainda o conceito de *lean and mean*, literalmente “enxuta e malvada”, que resume a visão atual de empresa

eficiente e gera boa parte da angústia que o ser humano por acaso empregado sente hoje. No conjunto, o fato de teóricos indiscutivelmente competentes em suas áreas abrirem um leque tão amplo de perspectivas mostra que a dúvida e a insegurança sobre o futuro constituem a única realidade palpável.

O cenário de contradições apontado por Dowbor (2002) torna ainda mais grave quando se fala de refugiados e migrantes, principalmente aqueles que estão em condição ilegal, portanto, expostos a toda ordem de aprisionamento e captura, tanto das condições objetivas que estão expressas no tipo de trabalho que exercem, quanto nas dimensões subjetivas que se agravam diante de tal cenário.

Iokoi (2012) tratando do drama da trajetória dos deslocamentos humanos no Brasil e a questão da intolerância, aponta para as constantes lutas dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade, para o enfrentamento das capturas de direitos desse trabalho que são agravados por mecanismos de distanciamento e exploração. A solidariedade forja processos organizativos complexos que ajudam esse trabalho a enfrentar as adversidades, manter valores como a cooperação, a honra, a dedicação ao trabalho e a alegria. A expressão da insurgência parece ser um caminho possível.

Greves nas fazendas de café e nas fábricas, edição de jornais em língua dos países de origem e em português, encontros e congressos para estabelecer as estratégias de reversão da violenciado trabalho e da miséria foram contínuas. Em 1905 e 1917, as greves produziram a ocupação do espaço público e a denúncia da situação de mulheres e crianças no trabalho. (IOKOI, 2012, p. 266).

Esta estratégia continua sendo utilizada nos dias atuais por alguns grupos como os bolivianos e colombianos que se instalam em moradias coletivas na tentativa de blindagem e proteção do grupo como possibilidade de fuga de fenômenos como trabalho análogo à escravidão, tráfico humano, tráfico de drogas e armas.

O trabalho, enquanto categoria central da Psicologia Social, conforme defende Furtado (2011), apresenta-se com igual importância à vida dos refugiados e migrantes. O autor defende que o trabalho e a solidariedade estejam imbricados como forma de expressão da própria humanidade. Esta correlação apresenta-se como material de análise da práxis cotidiana desse grupo de pessoas, expressa nas dimensões subjetivas que estão no próprio bojo deste fenômeno.

Se trabalho e processos solidários parecem indissociáveis para expressão da própria existência humana, sua concretividade parece estar cada vez mais longe, segundo Bernardo (2009). A autora descreve processos de cooptação e captura das dimensões subjetivas por parte dos sistemas e tecnologias de gestão de pessoas, através de linguagem idealizada e romântica, onde a organização converte “chefe” em “líder”, “empregado” em “colaborador”, “diretor” em “gestor”, criando roupagens democráticas e participativas em cima de velhas vestes, já amplamente conhecidas pelos trabalhadores como mentiras instituídas, fáceis de serem treinadas e difíceis de serem desconstruídas, cujos efeitos são reverberados na saúde do trabalhador. Porém, quando o foco está em pessoas em condições de vulnerabilidades extremas, o agravamento daqueles pseudo discursos democráticos transformam em práticas cada vez mais perversas, como é o caso da construção civil que vê nos refugiados mão de obra para exploração intensa.

Discutindo sobre a reestruturação produtiva e seus efeitos na vida dos trabalhadores, Antunes e Silva (2002-2003, p. 25) argumentam:

A flexibilização, desregulamentação, terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho etc estão presentes em grande intensidade, indicando que, se o ‘fordismo’ parece ainda dominante quando se olha o conjunto da estrutura produtiva industrial e de serviços no país, ele também se mescla com novos processos produtivos, consequência da liofilização organizacional dos mecanismos de acumulação flexível e das práticas ‘toyotistas’ que foram (parcialmente) assimiladas no setor produtivo brasileiro.

Spink (2009) aborda o tema central de como a Psicologia Social, em suas teorias hegemônicas tem estudado o mundo do trabalho, muitas vezes, servindo aos interesses dessa própria hegemonia. Os temas em foco foram historicamente aqueles à serviço da estrutura organizativa do trabalho formal que, em certa medida, também deu suporte às diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porém, Spink aponta que a própria OIT tem redirecionado suas diretrizes para abarcar o ideal do lema:

“[...] um trabalho decente por um salário decente.” Uma nova agenda de discussão tem se posicionado no Brasil, perfazendo tanto a Psicologia Social do Trabalho quanto a Psicologia Organizativa e tem trazido à tona a importância de compreender o dia-a-dia das pessoas invisibilizadas, que trabalham no imenso cotidiano das micro cadeias produtivas e das práticas informais na nanoeconomia, sendo afogadas por relações econômicas perversas, e acompanhar as lutas das tentativas solidárias de criar outras inserções econômicas (SPINK, 2009).

O próprio conceito de nanoeconomia discutido por Spink (2009) como forma de tornar visível o mundo do trabalho das pessoas “invisíveis” que estão na economia informal do cotidiano, através de práticas conhecidas de comercialização de produtos por elas feitos, por exemplo, numa lógica de ocupação do lugar a partir de suas materialidades, sociabilidades e institucionalidades próprias difere em muito das relações de trabalho formal, circunscritas dentro de contornos legais e práticas de gestão, o que pode se tornar rico arsenal de práticas de enfrentamento da questão. No cenário onde opera a nanoeconomia estão presentes microrrelações de cooperação, rede de trocas simbólicas e matérias, onde estas sociabilidades garantem a sobrevivência e os rendimentos. Neste espaço também estão presentes processos criativos em contantes metamorfoses. Entender as linhas deste “tecido” permite compreender processos de rompimento da lógica puramente mercadológica do trabalho. Permite adentrar ao universo simbólico das pessoas, permitindo mudanças no próprio sentido do trabalho.

A nanoeconomia de certo modo “burla” as regras tayloristas do trabalho, apresentando alternativas para este cenário de mudança apontado por Dowbor (2002), que acelera a busca pelo lucro ao mesmo tempo em que diminui a participação do trabalhador como forma de expressão de sua existência. Este cenário intensifica os processos de captura da subjetividade do trabalhador, aprisionando-a como mercadoria a ser negociada por meio de programas de *endomarketing* que geram boas práticas, o famoso *benchmark*, objeto de desejo dos *rankings* de Recursos Humanos.

[...] como todo movimento profundo e de longo alcance, a mudança no trabalho não é instantânea: algumas dimensões mudam rapidamente, enquanto outras permanecem estagnadas. É o caso, por exemplo, do emprego na nova economia em confronto com a lentidão das transformações institucionais e jurídicas e com a rigidez de códigos e culturas trabalhistas. Geram-se tensões generalizadas entre, de um lado, segmentos tecnologicamente mais avançados, que buscam transformações mais rápidas, e, de outro, amplas massas de trabalhadores inseguros e, também, quadros gerenciais de alta qualificação que se sentem ameaçados com mudanças como, por exemplo, a redução do leque hierárquico. (DOWBOR, 2002 p. 18).

Codo (2006) discute, numa perspectiva marxista, a centralidade do trabalho na vida do homem, problematizando a noção de que o homem produz sua própria existência à medida que trabalha, arquitetando a estrutura social com suas próprias mãos. Esta mesma estrutura por ele produzida, ele próprio a fará habitat, uma vez que para o autor, o homem se produz como meio ambiente do próprio homem. Neste bojo, a Psicologia tem se forjado como uma ciência de fazeres que, no mundo do trabalho tem servido muito mais como ciência da normatização e práticas tayloristas classificatórias, de intermináveis adjetivos que exauram competências, habilidades e atitudes do trabalhador do que propriamente uma ciência que produz resistência e mune o trabalhador de estratégias de enfrentamento e blindagem da invasão ao seu mundo psíquico. Prática essas, muitas vezes desprovidas de criticidade, guiadas pela visão do “*homem psicologicus*”, conforme Furtado (2011).

3 O COTIDIANO DOS REFUGIADOS E MIGRANTES INTERNACIONAIS NA BUSCA POR TRABALHO

Dados oficiais do ano de 2014, indicam que o perfil dos refugiados no Brasil é composto por 96% de adultos e 4% de crianças, sendo que 90% é composta por homens e 10% por mulheres. Os países de origem que mais apresentaram pedidos de refúgio foram a Síria com total de 1.524 pedidos: Colômbia, 1.218; Angola 1.068; República Democrática do Congo, 784; Líbano, 391; Palestina, 263; Libéria, 258; Iraque, 229; Bolívia, 145 e Serra Leoa, 137. Nesta lista não são contabilizados os

haitianos que recebem visto humanitário, portanto, entram em outra categoria de socorro às vítimas do terremoto que destruiu o país em 2010. O crescimento do coletivo haitiano: de 406% (2012/11) e 214% (2013/12). Trata-se do coletivo cujo crescimento desponta sobre o dos demais e mantém o primeiro lugar, em termos de variação (%), em ambos os períodos comparados. Levando em conta as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de estrangeiros para cada ano, os haitianos passam a ocupar o primeiro lugar pela primeira vez no ano de 2013, sendo que tanto em 2011 quanto em 2012 eram os portugueses os que detinham o primeiro lugar (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015).

O Ministério do Trabalho e Emprego criou o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) que tem sido importante para mapear a questão dos fluxos de deslocamentos de estrangeiros no Brasil, tendo como ênfase suas ocupações e inserções no mundo do trabalho. Em 2015 o OBMigra publicou um dossiê sobre a inserção dos imigrantes do mercado de trabalho brasileiro, tendo como base vários institutos de pesquisa oficiais. No dossiê, trazem dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apontam que em 2013 o Brasil possuía um total de 120.056 estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Desse total, 72% são homens e 28% são mulheres. Entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil aumentou, registrando-se uma variação de 19,0% em 2012 se comparado a 2011, e de 27,8% em 2013 quando comparado a 2012 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015). Vale lembrar que este era o período de franco desenvolvimento econômico do Brasil, cujas projeções lá fora eram impulsionadas pelo marketing da Copa do Mundo. O relatório aponta intenso fluxo de estrangeiros, principalmente executivos de multinacionais. Estes dados oficiais, embora de extrema relevância para o Brasil, não trazem a realidade das ruas de São Paulo e região metropolitana.

Entende-se como refugiado aquele que recebeu tal status, a partir do pedido de visto desta natureza junto aos Órgãos competentes, portanto, encontra-se em condição de legalidade e, portanto, apto a receber os programas governamentais voltados a atendê-los. Entende-se como migrante aquela pessoa que se encontra em fluxo de deslocamento do seu país de origem, quer seja por razões de desastres climáticos, crises econômicas, perseguições políticas e religiosas, quer como advinda de regiões em situação de conflito ou guerra. A razão da escolha ampliada de duas categorias, deve-se ao fato de que o status de refúgio é somente concedido após longas e detalhadas análises por parte de comissão responsável junto ao Ministério da Justiça, o que abrange somente uma pequena parcela de pessoas.

Incursoes nas ruas do centro indicam um quadro bem diferente daquele apontado nas estatísticas oficiais. Se por um lado o relatório aponta que os Haitianos estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, serviços de modo geral e vendedores do comércio em lojas e mercados, no ano de 2012 e 2013, por outro lado, o intenso fluxo de 2014 e 2015 parece ter destino diferente, uma vez que cada vez mais, este grupo específico tem adentrado o Brasil via região norte do país, que os envia para São Paulo ou Rio Grande do Sul. Em São Paulo, esforços da Missão Paz da Cáritas do Brasil juntamente com órgãos governamentais e outras ONGS têm se somado para tentar inserções no mundo do trabalho. Porém, nem sempre é fácil, pois a economia se retraiu e a construção civil, por exemplo, que antes absorvia esta mão de obra, agora já possui dificuldade para absorção, além do próprio comércio. Como resultante, muitos têm se lançado na economia informal dos serviços.

A situação dos refugiados, advindos do continente africano, merece cuidado especial. Haja vista que, assim como os haitianos, enfrentam dilemas, agravados pelo racismo. Os senegaleses e nigerianos, por exemplo, encontram muita dificuldade para inserção formal no mercado de trabalho, ficando muitos à deriva nas ruas, vendendo produtos chineses como capa de celulares, fone de ouvido, relógios, pulseiras, pau de self, etc. Ocupam espaços que vão desde imediações das avenidas Francisco Matarazzo, General Olympio da Silveira, perpassam as ruas mais movimentadas da Santa Efigênia, Praça da Sé, mas concentram-se em maior número nas regiões do Brás, Bom Retiro e Pari, trabalhando, basicamente, com a venda desse tipo de produtos e outros no mesmo segmento.

Muitos grupos já estão bastante organizados e articulados como é o caso dos bolivianos, sírios e libaneses que atuam numa rede de cooperação e solidariedade, o que os ajuda significativamente nos processos de inserção e permanência no mercado formal de trabalho. Porém, grupos que ainda não se articularam suficientemente, como os refugiados do Mali, Congo, mesmo Nigéria e Senegal ainda

permanecem mais vulneráveis a inserções precárias, com alto grau de risco. Por não conseguirem inserção adequada ao mundo do trabalho, tornam-se vulneráveis no campo habitacional, muitas vezes morando em cortiços, favelas ou mesmo nas ruas e albergues, de sorte que o retrato atual da situação migratória no Brasil, e mais especificamente, na cidade de São Paulo é a mais delicada possível e precisa ser analisada com muito cuidado e critério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como assunto de extrema urgência no mundo no século XXI, os deslocamentos humanos têm-se tornado dramáticos e evidenciado a face cruel de muitas nações que viram as costas para a questão. Diariamente vemos, nos noticiários internacionais, exemplos de barcos de refugiados entregues à própria sorte, proibidos de aportarem em territórios e, portanto, entregues a morrer de fome e de sede enquanto redes de tv sobrevoam esses locais apenas em busca de notícia. Muitos naufragam e a maioria morre. O Brasil já há alguns anos resolveu ir na contramão de muitos países, tornando-se uma nação acolhedora que possui uma das mais favoráveis e humanitárias legislações para a questão do refúgio. Porém, embora os esforços tenham sido muitos tanto das autoridades envolvidas quanto de organizações não governamentais que atuam nesta causa, parece não ter sido suficiente para dar conta dos dilemas e desafios do acolhimento, que passa necessariamente por mecanismos legais para isso, além de políticas e rede de apoio, bem como de destinação de recursos públicos e orçamento para tal.

Trata-se de fenômeno com imbricações múltiplas, desdobramentos complexos e consequências graves tanto para os envolvidos, quanto para as nações acolhedoras, organismos humanitários responsáveis, agências governamentais, etc. Coloca na ordem do dia desafios imensuráveis para a construção de instrumentos legais, políticas públicas e acordo internacionais como ferramentais de suporte às ações locais. Entretanto, estes mecanismos de ordem macro se esgotam, se práticas cotidianas estruturantes e humanitárias não forem levadas em conta na tomada de decisão dos gestores públicos locais que se veem frente à necessidade de respostas às crescentes demandas de recepção, acolhimento e mecanismos de permanência que, de fato, promovam a dignidade da vida laboral tanto de refugiados quanto de migrantes quer sejam legalizados, quer estejam em situação irregular. Assim, há que se pensar em todos os processos e procedimentos que envolvem o fenômeno, apresentando soluções concretas que dêem conta da demanda real cotidiana.

Diariamente os jornais e noticiários enfocam a problemática de um número crescente de estrangeiros que chegam no Brasil em busca de oportunidade de trabalho. Porém, somente uma pequena parcela daqueles que aqui adentram encontra-se em condições de legalidade e, portanto, recebe o apoio das políticas de refúgio. Parte significativa, encontra-se em situação ilegal, muitas vezes chega ao Brasil pelas mãos dos chamados coiotes, indivíduos que se aponderam de uma rede de corrupção para realizar a travessia nas diversas fronteiras do Brasil com os países sul americanos, configurando assim, verdadeiros cartéis criminosos que se aproveitam da necessidade e fragilidade das condições daqueles que necessitam sair de uma situação de extrema dificuldade e adentrar ao território brasileiro.

Esta é uma situação que vem se agravando nos últimos anos, sendo que em 2014 houve uma intensificação desse fluxo migratório, culminando em uma situação inesperada como foi o caso do governo do Acre que enviou para São Paulo cerca de 400 haitianos que se encontravam em abrigos no sul do estado no município de Brasiléia, criando com isso, um entreve entre os governos dos dois estados.

São Paulo tem sido o destino final mais comumente utilizado pelas pessoas que adentram o território nacional via Acre. Os serviços de acolhimento, normalmente aqueles vinculados à Igreja Católica, como é o caso da Missão Paz, têm encontrado muitas dificuldades não só para acolher como para auxiliar as pessoas no ingresso ao mundo do trabalho. Inúmeros têm sido os desafios. Dentre eles destacam-se: o ensino do idioma, retirada da documentação como a carteira de trabalho, por exemplo, pois muitos sofrem assaltos na trajetória para adentrar ao território, além da dificuldade para preparação e adaptação à cultura brasileira, o acesso ao trabalho, à moradia, escola, educação, segurança etc.

Poucos conseguem vínculos legalizados a postos de trabalhos, sendo que muitos estão suscetíveis à precariedade dos postos com trabalho, inclusive em condições de trabalho análogo à

escravidão. Outros são cooptados pelo tráfico, de modo que são inúmeros os desafios que se impõem aos trabalhadores estrangeiros nessa condição, o que os empurra para processos de habitações cada vez mais complicados, como cortiços, favelas, ocupações, muitos acabam em situação de rua ou mesmo vivendo de albergue em albergue.

Diante do exposto, necessário se faz que o campo científico se debruce de forma crítica, atualizada e sensível aos diversos dilemas e desafios impostos pelo mundo do trabalho a esses trabalhadores em específico, que muitas vezes são relegados a postos operacionais e funções segregadas por muitos brasileiros. Para exemplificar, basta ver, que os matadouros, frigoríficos e criatórios de suínos, além da construção civil e o setor de limpeza tem sido aqueles que mais absorvem esta mão de obra, dado que muitos brasileiros que estão qualificando sua mão de obra com o acesso à escolaridade já não demonstram tanto interesse quanto antes neste tipo específico de posto de trabalho. Ademais, há que se estudar os desafios do mundo do trabalho frente às complexidades impostas pelos intensos fluxos migratórios oriundo dos deslocamentos humanos presentes nos últimos anos.

Diante das questões acima discutidas e diante da crise no mercado de trabalho que se avizinha, este trabalho, ainda em admaneto, debruça sobre os desafios que este trabalhador em particular encontra no mundo do trabalho. Com isso, discute a partir de uma visão crítica sobre o papel da governança pública como formulador, regular e fiscalizador das políticas voltadas a atender este público. Também procura entender quais os apelos que estão por trás dessa busca incessante pelo Brasil, ou seja, que tipo de apelo mercadológico o Brasil tem feito lá fora vendendo uma imagem de país próspero e rico, o que atrai trabalhadores com o sonho de melhorar de condições de vida, no entanto, quando aqui chegam encontram muitas vezes precarização do trabalho, subemprego, emprego informal, péssimas condições de contrato de trabalho, trabalho informal, trabalho análogo à escravidão, inflação, sub salários, etc.

Este hiato entre o sonho e a realidade poderá constituir uma série de dilemas futuros. Ademais, como hipótese central, surge a ideia de que, conforme a crise avançar, conforme os pontos de trabalho forem escasseando, os brasileiros, conhecidos como povo acolhedor, que tem apreço pelo estrangeiro, poderá iniciar processos de xenofobia, nunca dantes experimentados em território nacional. Outra questão relevante é: quem é este estrangeiro que se encontra imerso nesta situação? Não é povo branco europeu do final do século XIX até meados do século XX, tampouco o povo asiático. Ou seja, o já tão acirrado e dissimulado racismo estará cada vez mais acirrado, uma vez que este migrante é negro, africano ou haitiano, entendido na maior parte das vezes como alguém em situação de inferioridade. A descrição deste cenário impulsiona a necessidade de pesquisas que investiguem mais profundamente como este fenômeno está sendo vivenciado, a partir tanto da ótica dos brasileiros quanto dos estrangeiros.

Com as hostilidades postas nos destinos mais populares da Europa, o Brasil tem se despontado como uma destino possível, cujo imaginários folclórico do futebol, das praias, samba e carnaval têm sido atributos vendidos e disseminados mundo afora, o que atrai significativamente aqueles que buscam um recomeço promissor.

O desenho de um cenário novo na economia brasileira que traz à tona velhos dilemas como demissão em massa na indústria automobilística, desmantelamento do polo produtivo no setor de petróleo e gás, férias coletivas, layoff, contratos flexíveis, redução da jornada de trabalho, etc. não é aquele idealizado por ele, porém já não possui condições de retorno por inúmeras razões, dentre elas, pelo fato de já não possuir mais dinheiro algum, pois o pouco que restava foi sendo gasto ao longo da cadeia produtiva da corrupção dos diversos agentes públicos e autoridades que exigiu dele pagamento como condição para o ingresso ilegal no país. Constitui assim dramas humanos de tamanha monta que merece atenção, estudos, pesquisas e detalhamentos para uma melhor compreensão que poderá

embasar e fornecer conhecimentos para a ação, quer de natureza pública, quer pr parte dos organismos da sociedade civil organizada voltada a atender essas pessoas.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida em dossiê nordeste seco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-68, maio/ago. 1999.

ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo**: cinquenta anos de acção humanitária. Lisboa: A Triunfadora Artes Gráficas, 2002.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas da reestruturação produtiva no Brasil. In: _____.; _____. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ALBUQUERQUE, F. Brasil abriga 7,7 refugiados de 81 nações. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 3 jun. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2015-06/brasil-abre-portas-7700-refugiados-de-81-nacoes-revela-o-conare>> Acesso em: 31 jan. 2016.

BARRETO, L. P. T. F. A lei brasileira de refúgio: sua história. In: _____. (Org.). **Refúgio no Brasil a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília, DF: ACNUR : CONARE : Ministério da Justiça, 2010.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1995. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 23 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa GES PÚBLICA - Carta de Serviços ao Cidadão**: guia metodológico. Brasília; MP, SEGEP, 2014. Versão 3/2014. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/carta_de_servicos_ao_cidadao_-_guia_metodologico.pdf> Acesso em: 16 dez. 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Brasília, DF, Ed. Especial, 2015.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho: em busca do prazer. In: _____. (Org.). **Por uma psicologia do trabalho**: ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: SENAC, 2002.

FURTADO, O. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

IOKOI, Z. M. G. A longa trajetória dos deslocamentos e das intolerâncias no Brasil. In: DOTTO, K. M., ENDO, P. (Org.). **Psicologia, violência e direitos humanos**. São Paulo: CPR SP, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça. **Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/servicos-ao-cidadao-2/anexos/snj_conare.pdf> Acesso em: 10 jun. 2016.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. Entrevistadores Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2000.

SPINK, P. Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 227-241, 2009.

ZARJEVSKI, Y. **A future preserved:** international assistance to refugees. Tradução: Garder vivant l'Espoir. Oxford: Pergamon Press, 1988.

TRABALHO E SOFRIMENTO EM DEJOURS*

Cleyton da Silva Oliveira**

RESUMO: O presente texto analisa a relação entre trabalho e sofrimento, tal como está aparece em alguns textos de Christophe Dejours. Dejours sublinha a existência de dois tipos de sofrimento no trabalho. Por um lado, há um sofrimento genérico que é indispensável à mobilização da inteligência no trabalho. Por outro lado, o autor se refere a um tipo de sofrimento específico que é decorrente das novas formas de organização e de gestão do trabalho que surgem com o neoliberalismo. Esse novo tipo de sofrimento parece estar na base das novas patologias mentais decorrentes do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Sofrimento, Christophe Dejours

ABSTRACT: This paper analyzes the relationship between work and suffering as it appears in some Christophe Dejours texts. Dejours emphasizes the existence of two types of suffering at work. On the one hand, there is a generic suffering that is essential for the mobilization of intelligence at work. On the other hand, the author refers to a specific type of suffering that is due to the new forms of organization and work management that come with neoliberalism. This new kind of suffering seems to be the basis of new mental disorders resulting from the work.

Keywords: Work, Suffering, Christophe Dejours

INTRODUÇÃO

O presente texto faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida em nível de mestrado, a qual estuda o conceito de zelo, tal como este é descrito na obra de Christophe Dejours. Um dos aspectos abordados é o da relação entre trabalho e sofrimento. Dejours explicita que, na trajetória dos estudos que analisam as relações entre trabalho e saúde, aparecem dois tipos de sofrimento que são distintos, embora vinculados à organização e às condições de trabalho. Assim, por um lado, o autor sublinha a existência de um sofrimento genérico, que é intrínseco ao trabalho por ser indispensável à mobilização da disposição intelectual e afetiva de quem trabalha, e por outro lado, Dejours aborda um tipo de sofrimento específico, que é decorrente das novas formas de organização e de gestão do trabalho, e que conduz as pessoas ao isolamento, à depressão, às doenças mentais do trabalho. Nesse sentido, vale compreender a relação entre essas duas categorias, trabalho e sofrimento, como uma forma de compreender também o mundo do trabalho contemporâneo e suas consequências para a vida e a saúde dos trabalhadores.

1 O SOFRIMENTO GENÉRICO

Christophe Dejours define o trabalho como “[...] aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações” (DEJOURS, 2004, p. 28, grifo do autor). Sendo um processo dinâmico, o trabalho é sempre permeado por imprevistos de todo tipo, de modo que há uma distância inevitável entre o trabalho que é prescrito ao trabalhador e o trabalho concreto por ele realizado.

Essa distância entre o trabalho prescrito e o trabalho concreto se apresenta ao trabalhador sempre de um modo afetivo e isto porque “[...] o real se revela ao sujeito pela sua resistência aos procedimentos, ao *saber-fazer*, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso da mestria” (DEJOURS, 2004, p. 28, grifo do autor). Desse confronto com “um real que resiste”, na expressão usada por Paulo Arantes (2014, p. 124), surge um sentimento de impotência, de decepção, inclusive de irritação, que leva o trabalhador a persistir no sentido de superar essa resistência, ou seja, a percorrer a distância existente entre a organização prescrita do trabalho e a organização efetiva do trabalho.

Uma vez que não há como saber antecipadamente o que é necessário fazer para preencher a lacuna existente entre um extremo e outro é impossível realizar os objetivos da organização prescrita do trabalho, seja ela qual for e independentemente das condições, obedecendo estritamente às

* O presente texto foi publicado inicialmente, na forma de artigo na Revista *Temporalis*, v. 2, n. 30, Trabalho, “Questão Social” e Serviço Social, com o título “O trabalho é o zelo?”.

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – UNESP-franca-SP. Membro do Grupo de Estudos “Teoria Social de Marx e Serviço Social”. E-mail: clsoliveira@outlook.com.

prescrições, normas, procedimentos etc. Desse modo, as soluções para a superação da resistência do real devem ser descobertas, inventadas e, inclusive, improvisadas pelos trabalhadores para que o trabalho seja realizado o melhor tanto quanto possível e isso antes mesmo que lhes seja solicitado. Por isso, os trabalhadores desobedecem, infringem e sabotam a organização prescrita do trabalho, não por rebeldia ou coisa semelhante, mas para fazer e fazer bem o seu trabalho. Nas palavras de Dejours (2004, p. 30), “[...] trabalhar bem implica infringir as recomendações, os regulamentos, os processos, os códigos, as ordens de serviço, a organização prescrita.” Se, por outro lado, os trabalhadores se restringissem à execução estrita das prescrições, se executassem apenas aquilo que lhes é ordenado e da maneira como o é, o processo de trabalho entraria em colapso, constituindo o que o autor chama de “greve do zelo”, forma de luta efetivamente usada pelos trabalhadores em certos momentos.

Nesse sentido, a administração concreta da distância entre a organização prescrita e a organização efetiva do trabalho, ou, dito de outra forma, a superação da resistência do real aos procedimentos, ao *saber-fazer*, à técnica, ao conhecimento ocorre por meio *daquilo que o trabalhador deve acrescentar de si mesmo a organização prescrita do trabalho para concretizar seus objetivos*, ou seja, por meio da mobilização e do engajamento da disposição intelectual e afetiva do trabalhador. Eis o que Dejours chama de zelo, que nada mais é que o próprio trabalho concreto.

Trabalhar é, primeiro, fracassar. Mas, é, em seguida, mostrar-se capaz de suportar o fracasso, de tentar outros modos operatórios, de fracassar ainda, de voltar à obra, de não abandoná-la, de pensá-la fora do trabalho, de aceitar certa invasão pela preocupação com o real e com a sua resistência, até mesmo no espaço privado, a ponto de não dormir à noite, de sonhar com isso. [...] Trabalhar não é apenas fracassar, é também experienciar o fracasso tanto tempo quanto seja necessário para encontrar a solução que permita superar o real (DEJOURS, 2012, p. 365).

Portanto, esse tipo de sofrimento a que chamamos de sofrimento genérico, não é apenas o resultado do confronto da subjetividade com a resistência do real, antes disso ele é também o ponto de origem dessa subjetividade, que se constitui e se molda no e pelo trabalho. É em resposta a esse sofrimento que o trabalhador encontra os meios práticos e técnicos para a superação da resistência do real e isso ocorre porque esse sofrimento orienta a inteligência do trabalhador no sentido de levá-lo a encontrar as soluções convenientes para a realização do seu trabalho, seja ele qual for. Esse tipo de sofrimento possibilita à subjetividade transformar o mundo e, ao transformá-lo, transformar a si mesma. Como destaca o autor, “[...] trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (DEJOURS, 2004, p. 30).

Contudo, é importante ressaltar, quando nos referimos ao trabalho sob o sistema capitalista, isto é, ao trabalho alienado/estranhado, a subjetividade não tem as condições adequadas para se realizar no e pelo trabalho na perspectiva da emancipação humana, mas, ao contrário, o trabalho tal como o conhecemos leva o trabalhador a processos de alienação e de estranhamento, o que tende a se agravar com a evolução do trabalho, sobretudo com as novas formas de organização do trabalho, de gestão e de administração próprias do neoliberalismo, que são responsáveis pelo surgimento de um tipo específico de sofrimento que é diferente do sofrimento genérico do qual falamos até agora. Vejamos.

2 O SOFRIMENTO ESPECÍFICO

As novas formas de organização e de gestão do trabalho introduzidas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo desde meados da década de 1970, modificaram radicalmente a maneira como trabalhamos e como nos relacionamos com o trabalho. Para Ricardo Antunes (2009, p. 206, grifo do autor):

[...] foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar ter a *classe-que-vive-do-trabalho* presenciado a mais aguda crise deste século, que não só atingiu a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua *forma de ser*.

Nesse sentido, as teses pós-modernas alinhadas com o neoliberalismo e as reestruturações do capital sustentam o discurso de que as inovações introduzidas pelo progresso tecnológico e

científico teriam acabado de uma vez por todas com os problemas em torno do trabalho – aliás, mais do que isso, teriam extinto o próprio trabalho – ao substituir o embrutecimento do trabalho repetitivo e alienado das fábricas fordistas pelo trabalho flexível e “cheio de sentido” da organização toyotista. Todavia, enquanto, de um lado, os novos dispositivos tecnológicos e organizacionais da organização toyotista possibilitam às empresas uma redução da quantidade e do tempo de trabalho vivo necessário à produção de mercadorias, repercutindo em um crescimento exorbitante das taxas de desemprego, de outro, intensificam as formas e os níveis de exploração da força de trabalho daqueles que continuam trabalhando.

Giovanni Alves (2011, p. 21) expõe que, como resultado desse processo histórico, “[...] instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas.” Assim, as mudanças que passaram a ocorrer no mundo do trabalho desde a reestruturação produtiva e a virada neoliberal não apenas potencializaram os sofrimentos herdados da organização fordista como também geraram novas formas de sofrimento que são específicas da organização toyotista e da era neoliberal.

Ricardo Antunes, ao analisar as inovações introduzidas no mundo do trabalho pelo progresso tecnológico e científico demonstra que “[...] efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrente das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc.” (ANTUNES, 2009, p. 205, grifo do autor). Essa reconfiguração do trabalho tende a ocorrer porque, segundo o autor, “[...] a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista” (ANTUNES, 2009, p. 214, grifo do autor).

Portanto, não se trata da substituição do trabalho vivo pela automatização, robotização etc., do processo produtivo, menos ainda da extinção desse trabalho, como afirma o discurso pós-moderno e neoliberal, mas de uma reconfiguração do trabalho no sentido de conformar a produção às novas exigências do capital no estágio atual do seu desenvolvimento, pois, como mostra Dejours (2007), a organização do trabalho, seja ela qual for e independentemente das condições, não pode jamais dispensar o zelo do trabalhador, que, como vimos, nada mais é que o próprio trabalho concreto. Desse modo, os trabalhadores continuam assumindo, em condições cada vez mais precárias, tarefas arriscadas para a saúde, que provocam, além do sofrimento do corpo, angústia em quem trabalha.

Para melhor explicar como a nova organização e as novas ferramentas e técnicas de gestão do trabalho agridem a saúde dos trabalhadores, Gerschenfeld (2010) expõe que, nos últimos anos, foram introduzidas pelo menos três tipos de ferramentas de gestão do trabalho que estão na base de muitas doenças e transtornos mentais, inclusive de casos de suicídio, relacionados ao trabalho, quais sejam: 1) os novos métodos de avaliação do trabalho, em especial a avaliação individual do desempenho; 2) a exigência da “qualidade total”; e 3) o *outsourcing*, que tende a tornar o trabalho cada vez mais precário.

A avaliação, na sua forma contemporânea, é uma ferramenta de gestão do trabalho que mobiliza a disposição intelectual e afetiva dos trabalhadores para que aceitem colaborar com a empresa. Sob essa lógica da avaliação, os trabalhadores devem funcionar como se fossem pequenas empresas que devem prestar contas no sentido de avaliar se os investimentos realizados estão dando retorno. Todavia, como é impossível avaliar o trabalho em termos quantitativos¹, pois não há meios, instrumentos para isso, os trabalhadores são obrigados a apresentar indicadores de algo que não é possível mensurar nesses termos.

Como nota Paulo Arantes (2015), o principal objetivo da avaliação não é avaliar o trabalho, mas controlar, governar a conduta, o comportamento das pessoas no sentido de intimidá-las e, assim, torná-las cada vez mais produtivas. Nesse caso, o sofrimento se torna gerador de mais trabalho, elevando os índices de produtividade, pois, como citado acima, as pessoas devem funcionar como se fossem pequenas empresas que concorrem umas com as outras através de indicadores de todo tipo. Em decorrência disso, como ressalta Paulo Arantes (2015), “[...] as pessoas adoecem, enlouquecem,

¹ Segundo Dejours (2004), como a parte mais importante do trabalho não é visível, pois diz respeito ao processo afetivo que descrevemos na primeira parte desse texto, o trabalho não pode ser avaliado em termos quantitativos.

ficam inseguras, com medo, elas se autocontrolam, se autocontrolam pelo medo e vem aí o que nós sabemos, que é uma coisa trivial, epidêmica, que é a depressão, o suicídio, vidas arrebatadas e assim por diante”. Trata-se de uma violência interna, pois as pessoas estão sempre se autocontrolando no sentido de se adequar a esses novos critérios, os quais, segundo o autor, “são inteiramente fictícios”. Assim, como acrescenta o autor, as pessoas “colaboram de maneira fanática e atroz, para sua própria devastação pessoal, por isso que as pessoas estão mobilizadas até a extenuação nesse campo e, portanto, desmobilizadas nos outros”. Esse modo de organizar o trabalho e de envolver cognitivamente e afetivamente os trabalhadores inibe os movimentos coletivos de resistência. Nas palavras de Paulo Arantes (2015), “[...] não há força humana que faça alguém, aterrorizado nesse momento, a mudar o rumo e encarar a besta fera de frente. Ela está lá, simplesmente se desdobrando para pontuar.”

A este respeito, Silvia Viana (2012, p. 61) comenta que:

A ‘avaliação de desempenho’ é um dispositivo da gestão flexível que funciona como uma espécie de seleção ‘de dentro para fora’. Ela é apresentada pela parolagem gerencialista como ‘uma discussão franca e aberta’, na qual o empregado pode ‘exprimir-se livre e objetivamente’. De fato, trata-se de uma ‘prática ideológica e um dispositivo de sujeição’ que, mediante notas, gráficos, *rankings* e até conselhos, materializa o risco do descarte. O procedimento torna-se a prova empírica, palpável e sofrida da situação vulnerável na qual se encontram também aqueles que estão ‘dentro’. As avaliações se alastram sob formas variadas – como entrevistas, relatórios, testes, questionários, autoavaliações e até gincanas imbecis e vexatórias que, assim como nos processos de admissão, são nomeadas ‘dinâmicas’ – e aparecem nos mais diversos momentos, podendo ser ordinárias ou extraordinárias, estar presentes em reuniões ou ocorrerem ao lado da máquina de café. [...] A avaliação onipresente faz com que o contratado deva provar incessantemente ser merecedor do privilégio que é seu emprego, assim como o faz o aspirante ao mesmo privilégio.

A avaliação se torna uma ferramenta de gestão do trabalho, a qual, uma vez associada à ameaça em relação à manutenção do emprego, incentiva a competição entre os trabalhadores, gerando medo, submissão e mais trabalho. O êxito dos colegas passa a significar uma ameaça aos outros trabalhadores, destruindo os elos de solidariedade e de companheirismo que existiam entre eles. Como nota Dejours, “[...] agora é cada um por si e todos os golpes são permitidos. A deslealdade torna-se banal e a desconfiança e o medo se abatem sobre o mundo do trabalho” (DEJOURS, 2012, p. 368).

Em meio à competição, os trabalhadores tendem a se tornar cada vez mais impiedosos com os próprios colegas, que agora são seus concorrentes. Assim, quando alguém sofre alguma injustiça no trabalho, como o assédio, dificilmente alguém se manifesta ou se revolta, pois, segundo o autor, prestar auxílio a alguém que esteja nessa situação é correr o risco de perder o emprego. Nesse sentido, como enfatiza Silvia Viana, a manutenção do emprego nesse novo contexto está condicionada à “[...] capacidade de se libertar dos constrangimentos psíquicos gerados pela dor e pela compaixão. O inimigo passa a ser seu próprio juízo” (VIANA, 2012, p. 13).

Em decorrência disto, os trabalhadores tendem a ficar cada vez mais isolados e, conseqüentemente, cada vez mais fragilizados. Segundo Dejours (apud GERSCHENFELD, 2010), as pessoas que tendem a ser alvo de assédio são aquelas que têm um perfil caracterizado pelo maior envolvimento² com o trabalho. Nesse novo contexto, envolver-se exageradamente com o trabalho é algo extremamente perigoso, alerta o autor. Todavia, como exposto pelo próprio Dejours, sem um envolvimento total da subjetividade não há inteligência no trabalho.

Após a avaliação, uma segunda ferramenta de gestão do trabalho foi introduzida. Trata-se da exigência da “qualidade total”, que é estabelecida pelas empresas como um ideal, ou seja, como um objetivo que, como sabemos, não pode ser alcançado, pois, como vimos, o processo produtivo nunca funciona na prática como espera a organização prescrita do trabalho, e os gerentes e os dirigentes das empresas sabem muito bem disso. Desse modo, para garantir o ideal da “qualidade total”, as dificuldades e as falhas do processo produtivo devem ser ocultadas e o controle da qualidade passa a ser de responsabilidade dos próprios trabalhadores, o que tende a funcionar como uma ameaça. Nesse sentido, por saberem das dificuldades e das falhas do trabalho, para não se comprometerem e, com

² O envolvimento significa, para Dejours, uma forte identificação do sujeito com o seu trabalho.

isso, correrem o risco de perder o emprego, os trabalhadores se protegem seguindo as instruções, mesmo que para isso eles tenham que mentir, isto é, fazer o seu trabalho de uma forma que lhes envergonha. Como nota Dejours (apud GERSCHENFELD, 2010), “[...] o problema da qualidade total é que obriga muitos de nós a viver essa experiência atroz que consiste em fazer o nosso trabalho de uma forma que nos envergonha.”

Na organização toyotista, a subjetividade dos trabalhadores é incorporada como *parte central* do processo produtivo. Como expõe Giovanni Alves (2011, p. 111), “[...] o eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a ‘captura’ da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.” Nesse sentido, a qualidade e o aprimoramento do processo produtivo dependem necessariamente do engajamento intelectual e afetivo dos trabalhadores que são estimulados a cooperar ativamente com a produção de mercadorias.

Dejours (2007, p. 57-58), percebe que essa mobilização da disposição intelectual e afetiva dos trabalhadores ocorre por meio da ameaça de demissão.

Até alguns anos atrás, pensávamos que a mobilização subjetiva da inteligência e da engenhosidade no trabalho repousava essencialmente sobre a livre vontade dos trabalhadores. [...] Só em nossas pesquisas mais recentes foi que pudemos constatar um outro possível motor da mobilização da inteligência no trabalho. Sob a influência do medo, por exemplo, com a ameaça de demissão pairando sobre todos os agentes de um serviço, a maioria dos que trabalham se mostra capaz de acionar todo um cabedal de inventividade para melhorar sua produção.

Como enfatiza Giovanni Alves (2011, p. 125), uma vez submetido à ameaça de demissão, “[...] o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas.” Assim, as empresas desestabilizam psicológica e emocionalmente os trabalhadores, os quais, uma vez conduzidos a trabalhar sob a pressão do medo acabam cometendo erros que são usados depois como pretexto para a demissão por incompetência profissional. Dejours (2007, p. 141), acrescenta que “[...] o medo, na verdade, é sobretudo uma vivência subjetiva e um sofrimento psicológico. Tal sofrimento, quando atinge certo grau, torna-se incompatível com a continuação do trabalho.”

Nesse sentido, para continuarem trabalhando, os trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas que lhes permitem controlar o sofrimento imposto subjetivamente pelo medo. Uma vez submetido ao sofrimento no trabalho é de se esperar que o trabalhador manifeste algum tipo de desequilíbrio ou transtorno mental. Porém, segundo Dejours (2007), as pesquisas em psicodinâmica do trabalho realizadas nos últimos anos revelaram que nem sempre esse sofrimento provoca uma ruptura do equilíbrio psíquico do trabalhador, pois, contra esse sofrimento, ele emprega estratégias defensivas que lhe permitem controlá-lo. Assim, ao contrário do que esperavam os pesquisadores, os trabalhadores, em sua maioria, permanecem em um estado de normalidade, de indiferença diante do sofrimento. Contudo, vale ressaltar, essa normalidade não significa ausência de sofrimento, mas, ao contrário, ela é consequência da luta defensiva contra o sofrimento.

Portanto, as estratégias defensivas são necessárias, segundo o autor, pois funcionam como protetoras do equilíbrio mental e psíquico do trabalhador. Todavia, embora necessárias à garantia desse equilíbrio, tais defesas podem se tornar uma armadilha, insensibilizando contra aquilo que faz sofrer e contribuindo para tornar aceitável aquilo que não deveria sê-lo. Além disso, contribuem para tornar tolerável não apenas o sofrimento psíquico e mental, mas, também, um novo tipo de sofrimento, o sofrimento ético, que surge quando, por causa de seu trabalho, os trabalhadores são constrangidos a colocar o seu zelo a serviço inclusive de objetivos que sua consciência moral condena, como mentir para os clientes, colegas de equipe e subordinados para poder atingir os objetivos da empresa ou, inclusive, para garantir o próprio emprego. Nas palavras de Dejours (2007, p. 32), “[...] ser constrangido a executar mal o seu trabalho, a atamancá-lo ou a agir de má-fé é uma fonte importante e extremamente frequente de sofrimento no trabalho.”

Vale ressaltar que, nesse novo contexto, as empresas não apenas permitem, mas, mais do que isso, recomendam a mentira e a manipulação desde que os objetivos dos negócios sejam alcançados. Nesse sentido, reforça Silvia Viana (2012, p. 87), “[...] a empresa flexível é o próprio antijogo: pode-se

pegar a bola com a mão e cravar a chuteira na panturrilha do adversário; o que é categoricamente vetado é que se perca o gol.” Desse modo, sob as pressões exercidas pela ameaça de demissão e pela concorrência, todos, do chão da fábrica ao alto escalão das empresas, consentem colaborar, inclusive com atividades que são moralmente repugnantes. Como expõe Paulo Arantes (2014, p. 102-3):

[...] sob a pressão da concorrência interiorizada em seu nível histórico máximo, de um jeito ou de outro, todos acabam arregimentados para o serviço da ‘colaboração’, que não funciona se não insensibilizar seus agentes através de mil expedientes e armadilhas defensivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, segundo as considerações de Dejours acerca da relação entre trabalho e sofrimento, concluímos que, atualmente, as pessoas estão submetidas a um novo tipo de sofrimento que, em vez de contribuir para a realização de uma subjetividade emancipada no e através do trabalho, como sugere o autor ao tratar do sofrimento genérico, responsável pelo desenvolvimento da inteligência que permite encontrar as soluções convenientes para a superação da resistência do real, as conduzem à processos de alienação e estranhamento, resultando em uma subjetividade distorcida, às avessas, estranhada. Nesse sentido, as consequências das novas formas de organização do trabalho e das novas ferramentas e técnicas de gestão da força de trabalho são, de um lado, o aumento da produtividade e da riqueza, mas, de outro lado, a distorção da subjetividade.

Desse modo, se antes o sofrimento era o motor da inteligência no trabalho e resultado do confronto da subjetividade com a resistência do real, levando a pessoa à realização da sua subjetividade, hoje, o que mobiliza essa inteligência ainda tão imprescindível à organização do trabalho é o sofrimento imposto pelo medo que é provocado pela instabilidade, a insegurança, o desenvolvimento da violência no trabalho e o incentivo à competição que são expressões dos princípios neoliberais que vem sendo adotados nas últimas quatro décadas.

Esse novo tipo de sofrimento conduz os trabalhadores ao isolamento, à angústia, à depressão, resultando não apenas em um agravamento das doenças e dos transtornos mentais decorrentes do trabalho, mas no surgimento de novas patologias, sobretudo os suicídios nos próprios locais de trabalho, o que, segundo Dejours (2004), não acontecia antes da virada neoliberal, quando esse tipo de patologia era uma questão lateral. Hoje, sob o neoliberalismo, esse quadro é alterado e as doenças e os transtornos mentais decorrentes do trabalho tornam-se cada vez mais frequentes e atingem os trabalhadores de forma cada vez mais intensa.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, P. E. **Capitalismo acadêmico**. [2015]. Disponível em: <<http://www.docdroid.net/h82g/capitalismo-acadmico-reviso-final.pdf.html>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004.

_____. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 363-371, jul./set. 2012.

GERSCHENFELD, A. Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal. Entrevista a Christophe Dejours. **Público**, 1 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

VIANA, S. R. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ACIDENTES, DOENÇAS E ADOECIMENTOS RELACIONADOS AO TRABALHO ACIDENTES DE TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE ARARAQUARA-SP

Dathiê de Mello Franco*
Benatti Vera Lucia Navarro**

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa, em andamento, é conhecer em que circunstâncias ocorrem os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara-SP, e as suas consequências. A pesquisa qualitativa envolveu duas etapas. Na primeira, levantaram-se os acidentes ocorridos no período de 2010 a 2012 por meio dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho, disponíveis no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Na segunda, realizaram-se 14 entrevistas com trabalhadores acidentados. Os dados obtidos revelaram que os trabalhadores estão expostos a diversos riscos ocupacionais que podem estar relacionados aos acidentes.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho, Agroindústria canavieira, Saúde do trabalhador, Trabalhadores rurais

ABSTRACT: The purpose of this research is to understand the circumstances which lead to accidents with employees of the sugar cane agroindustry of Araraquara-SP and their consequences. The qualitative research was conducted through two phases. First, accidents which took place in this area between 2010 and 2012 were surveyed through the Occupational Accident Attendance Report, available on the Center of Reference on Worker's Health. Secondly, 14 injured workers were interviewed. The data revealed that laborers are exposed to a variety of occupational hazards that may be related to accidents.

Keywords: Labor accidents, Sugar plant agribusiness, Worker's health, Rural workers

INTRODUÇÃO

A indústria sucroalcooleira no Brasil vem crescendo ao longo das últimas décadas, com destaque para o Estado de São Paulo, com forte potencial na lavoura da cana-de-açúcar. Esse crescimento, por sua vez, despertou o interesse de estudiosos com relação a problemática que gira em torno das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores que exercem as suas atividades nas lavouras canavieiras.

Nos últimos anos, o setor sucroalcooleiro nacional passou por um momento expressivo em relação à expansão¹ da produção devido ao crescente interesse pelo álcool. As empresas nacionais e internacionais investem cada vez mais na produção do etanol (álcool), o que coloca o Brasil como um dos países mais competitivos do mundo (SILVA, 2008).

De acordo com Araújo et al. (2003), o sucesso da agricultura brasileira tem provocado grande interesse em todo o mundo. O aumento significativo da produtividade tem motivado a presença de estrangeiros para verificar a razão desse sucesso. Um dos motivos desse sucesso seriam as transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos.

Modernização diz respeito à adoção de tecnologia para elevar a produtividade na agricultura. Essa tecnologia pode ser representada por inovações biológicas (melhores variedades, por exemplo) acompanhadas pela adoção de insumos modernos: fertilizantes, defensivos e novas práticas de cultivo. As inovações mecânicas na agricultura são outra maneira de materializar a tecnologia, o que significa intensificar o uso de máquinas e implementos agrícolas (ARAÚJO et al., 2003, p. 1-5).

De acordo com Szmrecsányi (1994) diante da consolidação do processo técnico-científico ocorreram várias mudanças na agricultura: uso intensivo de agrotóxicos, a implantação de novas variedades de cana-de-açúcar e a expansão de máquinas colhedoras de cana. Segundo Alessi e Navarro (1997), Alves (2006; 2009), Novaes (2009) e Faria et al. (2000), essas transformações provocaram,

* Psicóloga e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. E-mail: dathiefranco@usp.br.

** Socióloga e Professora Associada do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. E-mail: vnavarro@usp.br.

¹ Nos anos de 1950, a cana-de-açúcar no Brasil se concentrava no Nordeste, mas com a valorização do açúcar no mercado internacional, a expansão da produção chegou a São Paulo (ALVES, 2007; NOVAES et al., 2007). Na década de 1960, o Brasil implantou um rigoroso processo de modernização das usinas. A partir da década de 1980, a produção de cana teve um aumento em decorrência da incorporação de novas técnicas de cultivo e da mecanização da lavoura.

além de aumento na produtividade, mudanças ambientais, nas condições de trabalho, no aumento da precarização das relações de trabalho, na intensificação do trabalho, acarretando o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores em função da fadiga e do cansaço.

A intensificação do trabalho tem ocasionado o aumento das doenças relacionadas ao trabalho e criado condições que conduzem ao incremento da probabilidade de acidentes que, por sua vez, acarretam profundos impactos físicos e psíquicos na vida dos trabalhadores.

De acordo com Drebes et al. (2014), ao analisar a evolução do trabalho no meio rural brasileiro, é possível perceber que os riscos ocupacionais sempre existiram, e que foram intensificados e agravados a partir da década de 1940 em virtude de diversas transformações que afetaram o ambiente do trabalho rural, provocando o aumento de ocorrências de acidentes de trabalho.

Silveira et al. (2005) destacam que entre os trabalhadores que realizam atividades arriscadas e insalubres encontram-se os rurais, que executam variadas atividades em ambientes propiciador de diversificados fatores de riscos ocupacionais. Entre eles, destacam-se os riscos físicos, pois o trabalho é realizado em locais sem abrigo, estando os trabalhadores sujeitos às intempéries e às radiações ionizantes; os químicos, em virtude dos produtos agrícolas e também da poeira do solo; os ergonômicos, devido os pesos que os trabalhadores carregam e dos diversos materiais e equipamentos que carregam ao longo do dia de trabalho; os biológicos, pela presença de animais que lhes podem causar certos ferimentos, entre outros.

Os acidentes de trabalho são um grave problema de saúde pública no Brasil. Apesar das estatísticas oficiais mostrarem a diminuição do número de acidentes, a sua ocorrência ainda é muito elevada, sem contar que na década de 1970, o Brasil recebeu o título de campeão mundial de acidentes de trabalho.

Em pesquisas realizadas no noroeste do Estado de São Paulo, por Penteadó et al. (2013), destacam que o cortador de cana convive tanto com a alta tecnologia na lavoura como com condições mais simples de plantio e corte. Os autores salientam que o número de acidentes do trabalho é muito elevado, em virtude das queimadas de cana, da postura física exigida para o trabalho braçal no corte e pela utilização das ferramentas de trabalho, como o afiado facão ou podão.

Deve-se destacar que os acidentes de trabalho na lavoura canavieira ocorrem tanto com os trabalhadores braçais quanto aqueles que exercem atividades com as máquinas agrícolas.

A modernização do setor sucroalcooleiro, impulsionada pela regulamentação das queimadas, trouxe a mecanização do plantio e do corte e, conseqüentemente, a exposição dos trabalhadores a perigos existentes nas máquinas e equipamentos que, geralmente, são concebidos sem incorporar os requisitos de segurança necessários, pois as proteções são pensadas para o trabalho prescrito em detrimento do trabalho real. Tal situação acarretou um novo perfil de acidentes, ou seja, os acidentes com máquinas de grande porte, específicas do setor (RODRIGUES, 2014, p. 21).

Os acidentes de trabalho são uma realidade no Brasil. Entendemos como acidente de trabalho aquele preconizado pela lei.

[...] que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, com o segurado empregado, trabalhador avulso, médico residente, bem como com o segurado especial, no exercício de suas atividades, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1999).

De acordo com os estudos de Teixeira e Freitas (2003), os municípios que mais registram acidentes de trabalho são aqueles que se encontram,

[...] geograficamente localizados nas áreas de maior valor comercial do Estado e as que empregam mais mão-de-obra para a atividade agrícola, onde concentram-se as atividades dos complexos agroindustriais de cana-de-açúcar e da laranja, que são as mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Campinas e Piracicaba (TEIXEIRA; FREITAS, 2003, p. 90).

De acordo com Teixeira e Freitas (2003), o Estado de São Paulo sobressai-se por ser o mais populoso do país e também por possuir um importante centro agropecuário com relação ao conjunto nacional por concentrar excelentes condições em virtude de boa qualidade do solo e do clima, o que

favorece o plantio de culturas diversificadas, como algodão herbáceo, amendoim, cana-de-açúcar, laranja, tomate, arroz, banana, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, batata-inglesa, uva e café.

As regiões, do estado de São Paulo, que mais se destacam no cultivo de cana-de-açúcar são as regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Araraquara e Bauru. Araraquara concentra as atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja e, por este fato, tem sido uma atração para os migrantes virem para o trabalho na safra. Esses trabalhadores almejam trabalhar no corte da cana-de-açúcar em busca de melhores condições de vida para sua família. Muitos desses trabalhadores são provenientes das regiões mais pobres do país, como o Nordeste e também muitos vêm da região mais pobre de Minas Gerais – o Vale do Jequitinhonha (SILVA, 2008; ALVES, 2007).

Diante desse contexto, voltados às transformações do trabalho na lavoura canavieira, é que se destacam os acidentes de trabalho. Essas transformações afetaram a saúde dos trabalhadores devido às condições e organizações do trabalho que se encontram na lavoura. Desta forma, este trabalho tem por objetivo conhecer em que circunstâncias ocorrem os acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores da agroindústria canavieira da região de Araraquara-SP, e as suas consequências.

1 MÉTODO

A pesquisa, em andamento, está sendo realizada na cidade de Araraquara-SP, e envolve duas etapas. Na primeira, levantaram-se os acidentes ocorridos no período de 2010 a 2012 por meio dos Relatórios de Atendimento ao Acidentado do Trabalho (RAAT), disponíveis no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Araraquara. Esta etapa, que se constituiu no levantamento de dados estatísticos sobre os acidentes de trabalho, teve por objetivo demonstrar a gravidade do problema e sua relevância. Tal levantamento também teve por finalidade selecionar, aleatoriamente, os participantes das entrevistas. Na segunda, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 trabalhadores acidentados, sendo nove entrevistas com mulheres e cinco com homens que sofreram algum tipo de acidente na lavoura canavieira.

Trata-se de uma pesquisa, predominantemente, de cunho qualitativo que tem como principal técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. De acordo com Minayo (2012) ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado por trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, dos valores e das atitudes. As entrevistas buscam obter dos trabalhadores sua visão sobre os acidentes de trabalho e seus determinantes.

Os critérios de inclusão dos entrevistados para esta pesquisa foram os seguintes: trabalhadores que teriam sofrido acidentes de trabalho, em atividades ligadas à agroindústria canavieira, especificamente aqueles envolvidos com a colheita da cana-de-açúcar.

O roteiro das entrevistas foi dividido por temas e buscou apreender: os tipos de acidentes de trabalho que ocorrem no meio rural; como é o processo de trabalho; as queixas de saúde física e mental; aspectos da organização e das condições do trabalho rural; os riscos que esses trabalhadores estão expostos ao exercerem suas atividades; os impactos psíquicos que um acidente pode acarretar na vida desse trabalhador. Estes temas serão analisados a partir da bibliografia selecionada.

2 RESULTADOS

2.1 Os acidentes de trabalho na lavoura canavieira

Os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa, que se referiu ao levantamento do número de ocorrências de acidentes de trabalho nos anos de 2010 a 2012, revelam que no ano de 2010 foram registrados 251 acidentes de trabalho. Em 2011, 231 acidentes e 14 foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) por serem acidentes graves, envolvendo fraturas, amputações, ferimentos cortocotusos, queimaduras e um acidente fatal. No ano de 2012 foram

registrados 198 acidentes e 18 notificados no SINAN, envolvendo fraturas, amputações, intoxicação e ferimentos cortocutuosos.

A seguir são demonstrados alguns depoimentos sobre as ocorrências dos acidentes de trabalho que acometeram os trabalhadores rurais.

Uma intoxicação. Eu lembro que foi em fevereiro [2012]. Eu estava trabalhando no serviço e eu comecei sentir vontade de vômito [estava no plantio]. Aí eu voltei pra casa. Aí no outro dia fui de novo, e volta e tudo o que eu via na minha frente, vinha o cheiro do veneno. Aí eu sentia vômito e falei pro rapaz lá: 'olha eu tô passando mal, eu não estou passando muito bem' (E1, 35 anos, operador de colheitadeira).

Ah, foi fevereiro do ano passado [2012]. Eu estava lá cortando a cana, estava limpando a cana e bateu o facão, só que eu estava de luva, só que cortou a luva com o dedo e tudo. Eu operei, fiz cirurgia, fiquei cinco dias no hospital. Estava limpando a ponta, cortando a ponta, era cana na palha. É a mais difícil. [...] Eras umas 15h, estava acabando de cortar já. Eu estava com pressa de igualar canudo, é cortar tudo a cana, acabar logo para ir embora, aí eu cortei meu dedo (E2, 43 anos, ex-cortadora de cana. Devido ao acidente provocado na lavoura, foi remanejada de função e atualmente trabalha no laboratório da usina).

Minha máquina tinha quebrado e ia desengatar e estava já escuro. Então eu apaguei os faróis da minha máquina e coloquei a mochila nas costas, só que em vez de colocar as duas alças, eu coloquei uma alça só [nas costas], do lado esquerdo do braço e fui descer de frente com a escada, e é aquela escada que tem quatro dedos de largura. E eu fui descer da máquina com as luzes todas apagadas e essa alça caiu do lado esquerdo e eu fui tentar segurar. Em vez de eu segurar com essa mão, eu fui catar com essa e meu corpo inclinou pra trás e fui, caí de uns oito degraus lá de cima. Bati, só não bati a coluna porque minha bolsa apoiou minhas costas, só que o braço atingiu o chassi da máquina e eu quebrei o braço tipo de um V assim (E3, 23 anos, trabalha no corte mecanizado).

Foi ano passado [2012]. Eu estava jogando cana, né? Que a outra pessoa vinha correndo atrás picando, e eu escorreguei num torrão e caí dentro de um buraco. Aí eu caí dentro do buraco, aí a cana caiu em cima da minha perna, aí quando ela caiu em cima da minha perna, eu não aguentei a levantar. Do ônibus me levaram pro hospital e fiquei afastada uns meses, uns dias [...], eu fiquei trabalhando, mas dentro do ônibus, né? (E4, 22 anos, cortadora de cana).

Nesses quatro breves históricos dos acidentes de trabalho, percebe-se que os acidentes dos trabalhadores rurais estão relacionados a cortes provocados pelo facão, para aqueles que executam a atividade manualmente; quedas no canavial, devido aos buracos no solo; quedas das máquinas agrícolas, quando o trabalhador desce da máquina e intoxicação provocada pelo manuseio de produtos químicos.

Nos depoimentos dos trabalhadores, também puderam ser verificados casos de doenças relacionadas ao trabalho, principalmente, problemas de lesões por esforço repetitivo, problemas na coluna, nas mãos e nos braços.

Acho que de se cortar muito, aí vai coisando, parece que alguma coisa no nervo que deu. Aí começou a formigar os dedos, adormecer, não sabe, não dormia de noite, começava a dar choque. Tinha vez que passava a noite acordado, batendo na parede, no pé da cama, pra poder coisar. Fazia de tudo, ponhava na água fria, na água quente, às vezes passava álcool, fazia de tudo pra poder parar [...] Aí marquei ortopedista, né? Aí pedi pra fazer os exames, eu fiz, aí falou que eu teria que operar. Aí não resolveu nada, voltou de novo a dor. Daí, colocou eu como serviço leve, só que mesmo assim, tem vez que começa a formigar de novo. Aí eu não sinto nada, quando eu vou lavar a roupa, alguma coisa, esse dedo trava, aí eu não aguento. O médico pediu exame, fisioterapia, tudo. [...] Eu sentia fraqueza, porque tinha hora que o facão escapava da mão, aí a minha mão estava formigando tudo, eu não conseguia mexer os dedos (E5, 39 anos, serviços gerais [bombeira] na lavoura da cana).

É importante também destacar como são percebidos os acidentes e as diversas formas de adoecimento no trabalho pelo trabalhador rural. Alguns trabalhadores ainda se sentem culpados pela ocorrência, como pode ser visto nos depoimentos.

É o bolo de terra, né? Que eu escorreguei. [...] foi falta de atenção minha, porque eu não olhei onde eu estava pisando. A culpa foi da terra e minha. Porque eu não prestei a atenção (E4, 22 anos, cortadora de cana).

O vento. [...] eu estava trabalhando, de repente veio aquele vento de vez, e cana entortou assim e na hora que eu fiz o corte, o facão pegou e escorregou em cima da cana e deu no joelho (E6, 42 anos, cortador de cana).

É porque eu estava acabando de pressa, né? Se eu tivesse cortando mais devagar não tinha cortado (E2, 43 anos, ex-cortadora de cana).

Foi do corte de cana, porque o facão era muito pesado. O cabo dele era muito comprido assim, então o que machucava muito era o cabo. Ai, como esforça muito, deu infecção, tava cheio de pus por dentro, inflamou muito (E7, 41 anos, ex-cortadora de cana. Devido aos problemas de saúde causados pelo exercício da atividade na lavoura, não exerce mais a função).

Os trabalhadores, mesmo tendo o sentimento de culpa pelas ocorrências, trazem, em seus relatos, como justificativa das causas dos seus acidentes ou problemas de saúde aspectos da organização e das condições de trabalho. Verifica-se, nos depoimentos, que os trabalhadores ressaltam as condições de trabalho, como a chuva, o vento, o solo; a preocupação com a meta a ser atingida, pois dependem da quantidade cortada para receber um salário maior; a rapidez com que executam a atividade e os movimentos repetitivos para atingirem as metas exigidas pela usina; o instrumento utilizado na lavoura, o facão, como um fator de desgaste nas mãos por ser pesado para alguns trabalhadores, como causadores de seus acidentes.

Um fator importante que a autora, Seligmann-Silva (2011), destaca é a precarização dos vínculos contratuais que provoca uma fonte de tensão emocional, no trabalhador, e uma vivência de insegurança no emprego. A precarização do trabalho existe ao lado das transformações organizacionais que impõem intensificação laboral, polivalência, grande rotatividade interna, insuficiência de pausas e intervalos interjornadas. Há também, no ambiente de trabalho, o estímulo à competição que leva à quebra dos laços de companheirismo e prejudica a cooperação e a comunicação entre companheiros, o que aumenta os riscos em momentos críticos nos quais cooperação e comunicação são essenciais para impedir acidentes e catástrofes.

No trabalho agrícola é possível relacionar alguns perigos e riscos que acometem esses trabalhadores como acidentes com ferramentas manuais, máquinas e implementos agrícolas, animais peçonhentos, exposição às radiações solares por longos períodos, exposição ao ruído e às vibrações devido aos tratores e colhedeira, divisão e o ritmo intenso de trabalho com cobrança para a produtividade, jornada de trabalho prolongada, exposição a fertilizantes e agrotóxicos, o que pode causar intoxicações graves e mortais (SILVA et al., 2005).

Os trabalhadores rurais, empregados no corte da cana-de-açúcar, enfrentam longas jornadas de trabalho. Em geral saem de casa entre 5h e 6h30min da manhã e só retornam no fim da tarde. O ritmo intenso de trabalho exige grande esforço físico e provoca prejuízos à saúde. É sabido que os cortadores de cana são acometidos por câimbras, por dores nos braços, decorrentes do esforço físico para cortar a cana, pelo cansaço e pelo risco do trabalho a céu aberto em regiões de temperatura elevada. Há também queixas, entre os trabalhadores com relação à assistência médica em caso de doença e/ou acidente de trabalho (FERREIRA et al., 2008). O ritmo intenso de trabalho, as longas jornadas e as suas condições de vida, colaboram para o desgaste físico e mental dos trabalhadores rurais.

Por meio do depoimento dos trabalhadores podemos identificar algumas características da jornada de trabalho na lavoura canavieira:

Nós sai de casa 5h20 min. É das 7h às 15h40 min. [...] de segunda a sábado. Eu levanto 4h. Ai, eu arrumo a marmita, me troco, às vezes se dá tempo, eu ponho roupa pra bater, vou lavar a louça, aí depois que eu pego e saio. [...] às vezes eu tomo, às vezes não [café da manhã em casa]. Ai toma na hora que está indo. [...] aí para o serviço 15h40 min. A gente chega aqui numa base de 16h30 min. e 17h. Agora, quando é longe, é uma base de 18h. (E5, 39 anos, serviços gerais. [bombeira] na lavoura da cana).

Outras pesquisas, como as de Rumin (2004) e Galiano (2010) destacam essa realidade na jornada de trabalho do trabalhador. A maioria dos trabalhadores faz a refeição logo no caminho para a lavoura.

O trabalho na lavoura envolve um desgaste físico no corpo do trabalhador. Nos depoimentos os trabalhadores relataram que já no ônibus, no trajeto para o trabalho no campo, eles tomam café e comem um pouco da marmita, antes mesmo do horário de almoço estabelecido pelo fiscal.

Tomava no ônibus, antes de começar, café, pão. Você vai comendo no ônibus, porque chega lá 7h, tem que pegar e trabalhar, porque tem vez que passa da hora, né? Você tem que comer no ônibus [...] eu comia um pouco da comida e depois no almoço eu comia o resto. (E2, 43 anos, ex-cortadora de cana).

De acordo com Alessi e Navarro (1997), a justificativa para os trabalhadores realizarem a refeição antes mesmo da jornada é devido ao fato,

[...] de o trabalhador ter que levantar-se muito cedo, cumprir uma primeira jornada de trabalho em sua moradia, acrescido do tempo gasto com seu transporte até o local de trabalho, faz com que alguns deles, assim que chegam à lavoura, alcemem antes mesmo de iniciarem o trabalho. Outros ainda, realizam tal refeição pouco tempo após o início da jornada e alguns costumam fazê-lo por volta das 11 horas. Tais diferenças apontam para diferentes estratégias adotadas pelos cortadores de cana para prepararem seus corpos para suportarem as agruras de seu trabalho (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 117).

Durante a jornada, os trabalhadores realizam uma pausa para o almoço. De acordo com Novaes (2007), os trabalhadores do corte da cana não repõem as energias que o corpo perde durante a execução da atividade. A alimentação desses trabalhadores é insuficiente considerando o esforço que despendem no trabalho.

Ai, varia, feijão com arroz, carne, às vezes peixe, frango, verdura. Tem que comer bastante, senão não aguenta não. [...] É no ônibus mesmo, porque no ônibus, tem uma cobertura do lado assim, que eles puxam que fica uma sombra lá, cheia de cadeira e sombra e tal (E6, 42 anos, cortador de cana).

Os trabalhadores do turno da noite, aqueles que operam as máquinas agrícolas, também possuem pausas para uma refeição na jornada de trabalho. A pausa para realizar a refeição é no horário das 20h quando no horário de verão, e às 19h quando permanece o horário normal.

No horário de janta desses trabalhadores, percebe-se, em seus depoimentos, que eles não optam por comida, como os trabalhadores do turno diurno, mas preferem consumir frutas, bolachas, chocolates e balas.

Eu levo uma banana, maçã, levo uma bolacha, às vezes, levo um pastel, um pão com presunto. Tem que levar alguma coisa pra comer, mesmo se eu não for comer; mas tem que levar. Levo chocolate na mochila, às vezes levo bala. [...] às vezes me dá fome. Tem dia que eu fui e não comi nada, só tomo café, mas levo todo dia. Eu fico com medo de me dar fome, aí eu começo a ficar com fome, fraco, me dá fraqueza, começo a tremer, aí eu preciso comer, porque o médico disse que eu tenho que comer em duas em duas horas (E1, 35 anos, operador de colheitadeira).

Por meio dos relatos, os trabalhadores revelaram as percepções que eles têm do ambiente de trabalho na lavoura canavieira. Os trabalhadores possuem percepções diferentes quanto às condições de trabalho.

No depoimento abaixo, há a revelação de um ambiente de trabalho ruim devido ao sol e ao cuidado para com a pele. O calor do sol, em dias quentes, é prejudicial e acaba desgastando muito a saúde do trabalhador, tornando o trabalho algo sofrido e não prazeroso.

Ah, muito triste viu? Muito horrível. Ficar tomando sol aí acaba com a pele, tem que ficar passando protetor. [...] porque esse tempo assim de frio não é ruim, é gostosinho, mas no tempo do calor não é fácil não. As pessoas têm até câimbra, fica ruim cortar cana com esse solzão. Cortando cana, o sol queima de mais, né? É quente demais (E2, 43 anos, ex-cortadora de cana).

Nesse outro depoimento é ressaltado aspectos bons e ruins no trabalho na lavoura. Destaca-se como importante no ambiente de trabalho as relações interpessoais, como algo positivo, mas ressalta aspectos que precisam ser melhorados, principalmente, no que diz respeito às máquinas agrícolas em prol da segurança do trabalhador.

Tem coisas boas e ruim, né? [risos]. Acho que bom é que trabalha todo mundo unido. As máquinas são até boas, não poderia dizer que é ruim, né? Mas tem muita coisa lá que deveria melhorar, pela nossa segurança, pelo fato de você subir escada, tem plantadora, tem quatro plantadoras novas que tem até uma escada melhor e tem plantadora que tem quatro dedos de degrau pra subir e na chuva é perigoso pra subir. E fora as condições de veneno que a gente trabalha com veneno, adubo e eu acho que essa parte é ruim. [...] aliás de ter todos os EPIs [equipamento de proteção individual] (E3, 23 anos, trabalha no corte mecanizado).

As principais queixas que os trabalhadores salientam acerca do ambiente de trabalho são com relação ao sol, a chuva, aos animais peçonhentos, a falta de pausas, as condições do banheiro e a queima da cana. O desgaste físico e psíquico que o trabalhador sente no dia a dia de trabalho é prejudicial à sua saúde, e alguns relatam que há trabalhadores que não aguentam as altas temperaturas do sol e, muitas vezes, desmaiam.

A chuva é outro fator destacado pelos trabalhadores como prejudicial à saúde. Alguns relatam que trabalham, na lavoura, em dias de chuva e outros afirmaram que ficam esperando a chuva diminuir ou parar para voltarem ao canavial. Os trabalhadores rurais esperam a ordem dos fiscais que decidem a hora que o trabalhador voltará para a lavoura.

Antes do sindicato entrar com essa hora de chuva, você tinha que trabalhar de baixo de chuva. Então, eu peguei essa época. Eu trabalhava de baixo de chuva porque eu precisava de ganhar. É bastante gente se cortava lá na chuva, bastante gente (E8, 52 anos, ex-cortadora de cana).

Atualmente, os trabalhadores manuais, em algumas usinas, não trabalham quando está chovendo ou apenas não trabalham quando a chuva está muito forte.

Silva (1999, p. 88) observou, em pesquisas de campo realizadas na lavoura canavieira, que “[...] apesar da chuva intensa, eles permaneceram até as 16h30 no canavial. Conciliaram o trabalho com as corridas ao caminhão para se protegerem da chuva, durante todo o dia. Se eles voltassem antes do horário, não receberiam o dia.”

Uma das características do mundo do trabalho tem sido a intensificação da exploração da força de trabalho. Os trabalhadores rurais têm metas a serem atingidas na lavoura da cana-de-açúcar, e isso leva a modificações nas condições de trabalho, no que tange às formas de organização e controle sobre o processo de trabalho sob os trabalhadores.

Os trabalhadores rurais, que recebem o salário por produção, destacam um ritmo intenso no trabalho, pois acabam se esforçando mais na lavoura para atingir a meta que a usina exige, mas também para receber um salário melhor.

Nós ganhava por produção, quanto mais você se esforça mais você ganha, só que você tem maior desgaste físico no corpo (E1, 35 anos, operador de colheitadeira).

Era por produção. [...] ah lá, você tinha que fazer o tanto lá, se você fizesse, você ganhava, senão não ganhava. Então, tem que se matar (E7, 41 anos, ex-cortadora de cana).

Os elevados padrões de produtividade, exigido dos trabalhadores, está diretamente ligado à forma de remuneração do trabalho e traz consequências importantes para as suas condições de saúde.

A remuneração por produção, um dos mais perversos mecanismos de exploração desses trabalhadores, implica na intensificação do ritmo de trabalho e no maior desgaste do trabalhador. A existência de metas de produção que estabelecem o corte de 10 a 12 toneladas de cana ao dia, além de estimular a competitividade entre os trabalhadores em benefício das usinas, é também maneira ‘eficiente’ de selecionar os mais aptos a suportarem este tipo de trabalho (GALIANO; VETTORASSI; NAVARRO, 2012, p. 62).

O ritmo intenso de trabalho também é relatado pelos trabalhadores que manuseiam as máquinas agrícolas na lavoura canavieira. Esses trabalhadores também têm metas a serem entregues para as usinas.

Em estudos realizados por Scopinho et al. (1999), relatam que no corte manual, o rendimento do trabalhador depende de sua agilidade e a forma de pagamento por produção é utilizada como um meio de intensificar o ritmo do trabalho. Já no corte mecanizado, o ritmo do trabalho é intensificado pelo uso da máquina, o que permite remunerar por tempo e não por produção.

O ritmo intenso de trabalho durante a jornada de trabalho torna-se prejudicial à saúde. O trabalho no corte da cana exige muito esforço físico do trabalhador, o que acarreta um desgaste físico do corpo, devido ao esforço e o ritmo intenso do corte, somados às condições de trabalho, principalmente, no verão, quando os dias são mais quentes, desgastam a sua saúde.

No corte é muito puxado, porque se a gente não tiver fôlego, não tiver paciência, tiver pressão baixa, ela vai cair; se ela puxar muito e a pessoa não aguentar, ela vai cair (E4, 22 anos, cortadora de cana).

É canseira tem, a canseira é sem medida, mas só que pelo fato deu já ser desde criança no sol e na chuva, eu aguentava, eu tô vendo o prejuízo disso agora, que agora a idade vai chegando, o corpo está cansado, é dor ali, é dor aqui, é dor acolá. Os problemas vai juntando, mas quando você é novo você aguenta. Eu não achava que eu ia [adoecer] (E8, 52 anos, ex-cortadora de cana).

A pressão no trabalho foi relatada pela maioria dos trabalhadores, tanto para aqueles que exercem suas atividades manualmente como aqueles que manuseiam as modernas máquinas agrícolas. Os trabalhadores eram ameaçados constantemente, pelos empreiteiros ou fiscais da lavoura, caso não atingissem a meta exigida pelas usinas. A pressão que os trabalhadores sofrem das usinas é com relação à produtividade, ou seja, há uma maior preocupação, por parte da organização, com a quantidade de cana que está sendo cortada no dia. Mesmo com a mecanização na lavoura, as usinas continuam exigindo uma maior quantidade de cana, mesmo que as máquinas quebrem, e precisam ser consertadas, há ainda a pressão para que elas sejam reparadas e que o volume de cana-de-açúcar não diminua.

Os trabalhadores sofrem a pressão no trabalho diariamente e são ameaçados a perderem seus empregos quando não atingem a metragem de cana cortada.

Assim, chegava no final do mês, se você não atingisse sua meta, aí eles mandavam embora porque não tinha rendimento, né? (E3, 23 anos, trabalha no corte mecanizado).

De acordo com Rumin (2004), Rumin, Navarro e Periotto (2008), a ação combinada da intensificação do trabalho e do aumento da dificuldade na execução da tarefa podem acarretar para o trabalhador maior vulnerabilidade para as ocorrências de acidentes. Os autores afirmam que mesmo quando o trabalho não ocasiona danos físicos, ele deixa suas marcas por meio do sofrimento psíquico, através das exigências da organização do trabalho.

O controle do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar é feito através de uma organização rígida do processo de trabalho. Segundo Silva (1999, p. 202):

[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a mediação da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. Forma-se, assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. Essa combinação ocorre graças aos mecanismos de controle criados no próprio processo de trabalho.

2.2 As repercussões dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores rurais

Nos depoimentos, os trabalhadores salientaram diversas formas de adoecimento, tanto física como psíquica, que o trabalho na lavoura canavieira acarreta na sua saúde. Eles destacaram os problemas de coluna; as lesões por esforços repetitivos; câimbras durante a execução da atividade; queda de pressão; envelhecimento da pele, provocado pelo sol; intoxicações por agrotóxicos; lesões no corpo em virtude de acidente de trabalho; cansaço físico; estresse; alterações no organismo devido ao trabalho no turno da noite, etc.

Ataca muito a coluna, os braços das pessoas, não só eu, mas tem muita gente aí com o mesmo tipo de problema que eu tenho no braço. A coluna dá bastante, problema na coluna. Dá muito, dá bastante. [...] tive, fiz tratamento um bom tempo com o doutor (E7, 41 anos, ex-cortadora de cana).

Os trabalhadores sentem os reflexos do trabalho em sua saúde, em forma de desgaste físico e psíquico. A intensificação do trabalho, as precárias condições na lavoura, a pressão e o controle rígido da organização do trabalho deixam os trabalhadores vulneráveis às ocorrências de acidentes e diversos adoecimentos tanto físicos como psíquicos.

Eu adoeci muito aqui já, eu já entrei em depressão aqui, devido ao lugar, fiquei oito meses afastado com depressão, depois tive que fazer uma cirurgia do estômago, não queria comer, aí eu tive um problema e tive que fazer cirurgia e tudo isso eu penso, se eu tivesse por lá, eu não teria passado nada por isso [o trabalhador quis dizer se estivesse na cidade de origem, no interior da Bahia, não teria adoecido] (E1, 35 anos, operador de colheitadeira).

De acordo com Seligmann-Silva (1994),

[...] os danos decorrentes de situações de trabalho podem efetivamente atingir o substrato orgânico da mente. Isto pode acontecer, seja em acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos que podem exercer a ação destrutiva ou prejudicar os processos bioquímicos do sistema nervoso, assim ocasionando déficits intelectuais ou transtornos de ordem psicoafetiva (SELIGMANN-SILVA, 1994, p.78).

Seligmann-Silva (1994) ainda salienta que a fadiga mental é indissociável da fadiga física, por esse motivo é adotada a expressão cansaço geral. Nos casos em que o cansaço se acumula ao longo do tempo, surgem quadros de fadiga crônica ou patológica, marcada pelos distúrbios, pela irritabilidade, pelo desânimo, por dores diversas e perda de apetite.

Os acidentes, segundo Seligmann-Silva (2011) podem ter repercussões psíquicas bastante negativas e um papel destacado na constituição do desgaste e do sofrimento psíquico e também de diferentes transtornos mentais.

Ah, dá muita tristeza isso aí. [...] ah, a gente fica meio sentido de ver aquilo. Acidente feio, fica marcado na cabeça, passa bastante tempo. Até hoje eu lembro, é recente, não tem um ano ainda (E6, 42 anos, cortador de cana).

Os trabalhadores que sofreram acidentes na lavoura passam por momentos difíceis no retorno ao trabalho, além de o acidente trazer sérias implicações na vida, pois repercute sobre as outras esferas da vida do indivíduo, como nas tarefas domésticas, no lazer, nas relações sociais e no trabalho, muitos necessitam de tratamentos médicos, como cirurgia, fisioterapia que implicam em longos meses de afastamento.

Eu fiquei parada seis meses e aí quase pra entrar já no serviço, eu fiz fisioterapia, acho que foi 20 dias de fisioterapia. [...] Terrível, porque no começo eu dependi muito [...] pra tomar banho eu não conseguia, só com uma mão, não conseguia mexer muito o braço, então eu dependia muito da minha mãe, da minha irmã, mas foi terrível. Já não conseguia limpar a casa, mesmo pelo fato de ser o braço esquerdo, mas dificulta muito a gente, né? Fiquei chateada (E3, 23 anos, trabalha no corte mecanizado).

O afastamento do trabalho também produz dúvidas no trabalhador, pois além de ainda estar sensibilizado com a ocorrência do acidente, este sente medo da perda do emprego e do retorno ao trabalho, sem saber se conseguirá realizar a sua atividade novamente.

Outra adversidade que o trabalhador deve encontrar, quando sofre um acidente ou é acometido por alguma doença relacionada ao trabalho, é o reconhecimento de seu acidente e de seu adoecimento pela organização do trabalho. O sofrimento do trabalhador também vem seguido da trajetória que ele deverá percorrer para estabelecer o nexos do acidente e poder realizar algum tipo de tratamento para restabelecer a sua saúde.

O acidente de trabalho não lesa apenas fisicamente o trabalhador, mas também “[...] a brutalidade da qual revestido não se resume apenas ao acidente em si e as circunstâncias em que ele

ocorre, mas se estende ao longo processo de tratamento e a trajetória institucional que o acidentado é obrigado a percorrer” (COHN et al., 1985, p. 52).

Depois da operação fiquei afastada cinco anos depois. [...] fazia perícia [no Instituto Nacional de Seguro Social], aí liberava, eu ia de novo, mas eu não conseguia trabalhar. [...] ia fazer perícia, só olhava a minha mão, perguntava como eu estava. 'Ah, não tá boa', mas não estava mesmo. Aí eu estava fazendo fisioterapia, aí eles iam dando a cada três, quatro meses, tinha uns que dava um [mês], tinha um que dava quatro, o outro dava seis [meses de afastamento]. Porque nunca era o mesmo [médico perito], sempre era um diferente. Aí, teve um dia que um médico que resolveu mandar eu ir trabalhar, acho que ele queria fazer um teste, sei lá. Eu deveria não ter voltado, deveria ter abrido de novo. Aí eu peguei e voltei a trabalhar, né? [...] aí eu voltei, eu já estava cansada daqui [de ficar sem o trabalho], aí perdi tudo (E7, 41 anos, ex-cortadora de cana).

A volta do acidentado ao trabalho, segundo Seligmann-Silva (2011), deveria sempre haver, por parte dos companheiros e dos gestores, a consciência de que o acidente ocasiona um estado de maior vulnerabilidade psicológica, que envolve maior sensibilidade na esfera afetiva “[...] dos sentimentos e emoções -, estado que precisa ser respeitado, para que possa vir a ser superado e não se torne uma via de transtorno psíquico” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 306).

Após o afastamento, o trabalhador se sente inseguro para voltar a realizar suas atividades. A falta de reconhecimento de seu adoecimento deixa-o mais vulnerável, intensificando seu sofrimento.

Não me senti valorizada não. Porque é assim, eles precisaram da gente quando tava bem, trabalhando, a partir da hora da doença, te mandam pra rua, que nem um cachorro pra rua. A gente não serve mais. E não era pra ser assim (E7, 41 anos, ex-cortadora de cana).

O trabalho do cortador é sofrido, e não tem valor, né? Se fosse ver, o povo da roça era para ganhar bem. É um trabalho muito sofrido. A gente vê esses políticos, não faz nada e ganha tanto dinheiro. Esses jogadores ganham tanto dinheiro [...] desgastante e não ganha quase nada (E2, 43 anos, ex-cortadora de cana).

A insatisfação do trabalhador com o seu trabalho é uma das formas de sofrimento psíquico no trabalho. Além de todo o sofrimento marcado pela violência no trabalho, das precárias condições que os trabalhadores enfrentam no ambiente de trabalho, dos acidentes e adoecimentos que os acometem e da pressão e o controle da organização do trabalho, o sofrimento psíquico do trabalhador é ainda mais agravado pela existência do sentimento de perder o seu emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo possibilitou a compreensão da problemática dos acidentes de trabalho vivenciada pelos trabalhadores rurais, sob os aspectos da organização e condições do trabalho. A lavoura canavieira tem passado por profundas transformações em seu processo de trabalho.

Os dados da pesquisa demonstram que o quadro de transformação que vem ocorrendo, nas últimas décadas, somado a intensificação do trabalho e as precárias condições no ambiente laboral é determinante nas ocorrências de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Mesmo quando o trabalho não ocasiona nenhum dano físico ao trabalhador, ele deixa suas marcas por meio do sofrimento psíquico devido às exigências da organização do trabalho, provocando o cansaço, a fadiga, o estresse e quadros de depressão para o trabalhador, além do sentimento de insatisfação e desvalorização no trabalho.

Os acidentes de trabalho atingem tanto os trabalhadores manuais quanto os operadores de máquinas agrícolas. A maioria dos acidentes que era antes provocado pelo facão, como ferimento cortocontuso; por quedas, devido a instabilidade do solo; por picadas por animais peçonhentos; por queimada, provocando queimaduras no corpo do trabalhador, etc; hoje, com a modernização tecnológica, vemos ocorrências de acidentes na lavoura com tratores e máquinas agrícolas, como queda do trabalhador em cima das máquinas, provocando fraturas e entorse nos membros superiores e inferiores; atropelamento de trabalhadores no canavial; acidentes envolvendo conserto de máquinas; além de problemas relacionados à postura inadequada, pois o trabalhador passa a maior parte do

tempo sentado na cabine das máquinas, o que provoca lesões na coluna, tronco e pescoço. E também lesões nos braços, devido ao movimento repetitivo para manusear a máquina.

O intenso ritmo de trabalho na lavoura canavieira repercute na saúde do trabalhador rural. A movimentação durante a jornada de trabalho que o trabalhador faz no canavial é um componente de desgaste físico do seu corpo. Além desse desgaste físico, os trabalhadores também sofrem o desgaste psíquico por meio das exigências do trabalho, da pressão por produzir mais, da cobrança por faltarem por motivos de saúde e da qualidade do trabalho que realizam.

Os acidentes e adoecimentos pelo trabalho trazem repercussões físicas e psíquicas na vida do trabalhador, pois muitos não conseguem retornar à atividade que executavam antes do acidente e nem tampouco conseguem realizar outras atividades no dia a dia, por exemplo, a atividade doméstica.

REFERÊNCIAS

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na Região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13 (supl.2), p. 111-121, 1997.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. Indo direto ao ponto. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 153-178, 2009.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: _____; NOVAES, J. R. (Orgs). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: Edufscar, 2007.

ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E.; BARROS, A. L. M. et al. **O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: Relatório final do projeto contribuição da Fapesp à agricultura do Estado de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 2003.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Conceito, definições e caracterização do acidente do trabalho, prestações e procedimentos. 1999. Disponível em:** <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/4_101112-101538-142.pdf>. **Acesso em: 30 mar. 2015.**

COHN, A.; KARSCH, U. S.; HIRANO, S. et al. **Acidentes do trabalho: uma forma de violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DREBES, L. M.; SCHERE, S. B.; GONÇALVES, J. R. et al. Acidentes típicos do trabalho rural: um estudo a partir dos registros do hospital universitário de Santa Maria-Rs, Brasil. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 4, p. 3467-3476, 2014.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G. et al. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 115-128, 2000.

FERREIRA, L. L.; GONZAGA, M. C.; DONATELLI, S. et al. **Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara**. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2008.

GALIANO, A. de M. **Trabalho e migração: estudo com jovens trabalhadores no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP)**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

_____; VETTORASSI, A.; NAVARRO, V. L. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 51-64, 2012.

- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- NOVAES, J. R. P. (Coord.). **Cortadores de cana do interior do estado de São Paulo**. Relatório das Situações-Tipo Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Polis, 2007.
- _____. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 59, n. 21, p. 167-177, 2007.
- _____. Trabalho nos canaviais - os jovens entre a enxada e o facão. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 105-127, 2009.
- PENTEADO, A. C. A.; SANCHES, F. P. P.; CASTELANE, R. G. al. Ocorrência de acidentes de trabalho com trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, **CuidArte Enfermagem**, v. 7, n. 1, p. 51-58, 2013.
- RODRIGUES, D. A. **Acidentes graves e fatais no trabalho de corte mecanizado de cana-de-açúcar: o olhar através do método mapa**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)- Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2014.
- RUMIN, C. R. **Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do município de Pacaembu-SP**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas)- Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.
- _____; NAVARRO, V. L.; PERIOTO, N. W. Trabalho e saúde no agrobusiness paulista: estudo com colhedores manuais de cana-de-açúcar da região oeste do Estado de São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 193-207, 2008.
- SCOPINHO, R. A.; EID, F.; VIAB, C. E. F. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 147-161, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, J. M. da; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P. et al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005.
- SILVA, M. A. de M. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, Artigo 1, p. 1-31, 2008.
- _____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVEIRA, C. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; MARZIALE, M. H. P. et al. Acidentes de trabalho entre trabalhadores rurais e da agropecuária identificados através de registros hospitalares. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 120-128, 2005.
- SZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira do estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 10, p. 73-82, 1994.
- TEIXEIRA, M. L. P.; FREITAS, R. M. V. de. Acidentes do trabalho rural no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 81-90, 2003.

A SUBNOTIFICAÇÃO DOS AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES (AS) E COLETIVA NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP): UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA (2007-2014)*

Fernando Mendonça Heck**

RESUMO: A expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema é marcante, sobretudo nos últimos dez anos. Entender esse processo necessita, para além do discurso empresarial do progresso e desenvolvimento, da compreensão dos conflitos territoriais e suas consequências para a saúde dos trabalhadores(as) e coletiva. Por isso, o objetivo deste artigo é demonstrar como a subnotificação está presente no registro das intoxicações exógenas para a região e apontar a necessidade de problematizar tais bancos de dados. É necessário ter claro que eles, quando utilizados por si só sem o acompanhamento de metodologias qualitativas, contribuem para manutenção da invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Agrohidronegócio, Banco de dados

ABSTRACT: *The expansion of sugarcane agribusiness on Pontal do Paranapanema is remarkable especially in the last ten years. To understand this process it's necessary, besides the business discourse of progress and development, the understanding of territorial conflicts and its consequences for workers and collective health. Therefore, the aim in the article is to demonstrate how the underreporting is present in the report of exogenous notifications for the region and point to the need to problematize such databases. It is necessary to understand that they contribute to maintenance of social invisibility of work-related diseases, when they are used themselves without the accompaniment of qualitative methodologies.*

Keywords: Labor, Agribusiness, Database

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto dos primeiros resultados oriundos da pesquisa em bancos de dados que notificam agravos à saúde dos trabalhadores. Em decorrência, essa discussão é parte de um projeto temático maior e que tem por objetivo principal compreender a expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-SP, e a estreita relação entre os conflitos em torno da apropriação privada da terra e água, e os impactos na saúde dos trabalhadores(as), ambiental e coletiva. Portanto, a pesquisa dos bancos de dados é apenas uma parte dos objetivos que pretende alcançar esse grande projeto.

Assim, nosso intuito no artigo é discutir a problemática dos bancos de dados, verticalizando para as informações sobre intoxicações exógenas notificadas junto ao Sistema de Informação de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), para o recorte territorial dos 45 municípios da região de saúde do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Presidente Prudente.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira, procuramos resgatar o debate crítico sobre os bancos de dados que notificam agravos à saúde dos trabalhadores ressaltando seus limites e possibilidades. Em seguida, apresentamos as informações para as intoxicações exógenas no Pontal do Paranapanema e tecemos as devidas considerações a partir das mesmas. Por fim, no último item e nas considerações finais, procuramos esboçar algumas críticas aos bancos de dados apontando para a prevalência da subnotificação dos registros de intoxicação exógena no Pontal do Paranapanema e apontando para importância das metodologias qualitativas e da perspectiva teórica da determinação social das doenças.

1 BANCOS DE DADOS SOBRE AGRAVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR: UM DEBATE CRÍTICO

No Brasil, as notificações de agravos à saúde dos trabalhadores são registradas nos bancos de dados oficiais como: Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); Ministério

* Esse texto é produto das ações coletivas de pesquisa, especificamente da equipe de coleta de banco de dados em saúde do trabalhador, oriundas das ações em curso do Projeto Temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental." (Processo: 2012/23959-9), sob a coordenação do Prof. Antonio Thomaz Junior.

** Doutorando em Geografia e Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) e do Coletivo CETAS de Pesquisadores. Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Avançado Tupã. E-mail: fernandomheck@gmail.com.

do Trabalho e Emprego (MTE), nos quais reina a absoluta subnotificação, desintegração e desencontro das informações (WALDVOGEL, 2011; ALMEIDA, 2011). Além disso, as distintas metodologias empregadas na constituição de cada um dos bancos de dados, também, mostram abruptas diferenças nas estatísticas apresentadas sobre as notificações. Isso significa que as informações existentes não são, por si mesmas, absolutamente confiáveis e jamais podem ser utilizadas como um retrato fiel das condições de trabalho no Brasil.

Não bastasse isso, mesmo com os profícuos avanços ocorridos a partir da consolidação do campo saúde do trabalhador desde pelo menos a década de 1980, onde se rejeitou a perspectiva da individualização e culpabilização dos trabalhadores (as) pelos agravos sofridos, ainda há interpretações sobre os mesmos como resultado de atos inseguros e falhos (MENDES, DIAS, 1991; MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA 1997; LACAZ 2007; LOURENÇO, 2009). Ou seja, além de presenciarmos a subnotificação dos agravos sofridos no trabalho, os mesmos ainda são considerados, em muitos casos, culpa dos próprios trabalhadores(as). Em decorrência, ao entendê-los como fatos “acidentais”, é abandonada a relação destes com o contexto da determinação social das doenças, cabendo apenas a interpretação do fenômeno como algo eminentemente biológico, individual de relação unívoca e unicausal (MINAYO-GOMEZ, THEDIM-COSTA, 1997).

Os efeitos do sub-registro e da culpabilização dos sujeitos pelos agravos sofridos no trabalho, são elementos perversos e que colocam na invisibilidade os acidentes, doenças, mutilações, contaminação e intoxicação que atingem as mulheres e homens que vivem do trabalho. Isso porque ao não sintonizá-los, a lei geral da acumulação capitalista, isto é, ao desenvolvimento produtivo/destrutivo do capital se obscurece uma das tendências objetivas do processo de acumulação capitalista, que é a aniquilação da saúde dos trabalhadores. Ao exemplificar os efeitos da apropriação do trabalho não pago a partir da mais-valia absoluta escreveu Marx (1983, p. 212):

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

Com isso o autor mostra já no século XIX que os agravos à saúde dos trabalhadores não se tratam de acontecimentos fortuitos, mas estão intrinsecamente relacionados à própria lógica das relações de produção da sociedade burguesa. Ou seja, o desenvolvimento histórico de tais relações de produção funda-se na apropriação privada do trabalho não pago (extração da mais-valia), e na busca constante dos capitalistas em “reduzir custos de produção” e, em decorrência, aumentar a taxa de lucro. Através de mecanismos como o prolongamento das jornadas de trabalho (a produção da mais valia absoluta), ou com o revolucionamento constante no processo de trabalho, emprego de máquinas, etc., que diminuem a quantidade de horas de trabalho necessário e aumentam a taxa de lucro do capitalista sem necessidade de prolongamento da jornada de trabalho, acirrando a velocidade e intensidade do trabalho (mais valia relativa), Marx pôde apresentar um constructo teórico que fundamenta a tese na qual adoecer no trabalho torna-se uma regra e tendência objetiva-estrutural da sociedade capitalista e não uma exceção ou ocorrência acidental (PERPETUA, THOMAZ JUNIOR, 2014).

Portanto, a crítica ao entendimento individual sobre os agravos à saúde dos trabalhadores já se encontra desde o século XIX em Marx. Esse é o ponto de partida para compreender os agravos à saúde dos trabalhadores na contemporaneidade, pois, tem razão Alves (2013, p. 14) quando diz que “[...] o adoecimento laboral é a explicitação contingente, no plano da singularidade do homem singular, das contradições insanas da sociedade burguesa.”

No mesmo sentido, o ato de não notificar tais ocorrências impede o entendimento aprofundado desse assunto, pois, transparece que não há problemas reais, já que não existem os registros. Porém, é preciso compreender a metodologia da coleta de informações dos bancos de dados oficiais e também, por exemplo, a partir de metodologias qualitativas, abarcar as estratégias do capital para não registrar os agravos. Além disso, é preciso compreender que tanto a individualização quanto a subnotificação

contribuem decisivamente para o não questionamento da *produção destrutiva do capital*¹ e para a manutenção da sua hegemonia.

Sem um olhar mais profundo, histórico e que busque distinguir as aparências das essências como bem ensinou Marx, pode-se concluir erroneamente seguindo os dados – conforme veremos nos exemplos a seguir – que o problema dos acidentes e doenças do trabalho no Brasil não é importante, pois nas informações constam poucos registros e por serem escassos podem ainda ser considerados como resultado dos atos descuidados dos trabalhadores.

No entanto, há que se perceber os reais motivos da escassez de registros, o que nos leva a necessidade de compreender como funcionam as notificações e sua metodologia de coleta de dados. Isso significa desvendar não apenas as informações registradas, mas, a forma como as mesmas foram coletadas, pois é aí que se encontram um dos imbróglios do sub-registro.

Se pegarmos o exemplo dos bancos de dado da Previdência Social (Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho - AEAT) e do Ministério da Saúde (Sistema de Informação de Agravos e Notificação – SINAN), que são os mais completos com relação aos agravos sofridos no trabalho, perceberemos diferenças de metodologia da coleta de informações. O primeiro abarca as informações de acidentes e doenças relacionados ao trabalho a partir das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) bem como, a partir de 2006, da aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico² (NTEP) onde não necessita da emissão de CAT. Seu principal limite continua sendo o registro apenas dos agravos que estão relacionados ao mercado de trabalho formal. Num país onde um grande contingente de homens e mulheres vive à margem da formalidade³ esse se torna um dos principais limites para a aproximação com a realidade dos agravos à saúde dos trabalhadores(as).

Diferentemente, o SINAN parte de uma concepção universal por estar vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), e registra os agravos a partir da Ficha Individual de Notificação (FIN) que é preenchida pelas unidades assistenciais para cada paciente com suspeitas de problemas de saúde. Este instrumento deve ser encaminhado pelos serviços de informação e vigilância epidemiológica das Secretarias Municipais devendo ser repassados semanalmente para as Secretarias Estaduais de Saúde. Quando não há confirmação da doença as unidades assistenciais precisam preencher o formulário de notificação negativa. Também, existe a Ficha Individual de Investigação (FII) um roteiro de investigação que permite a identificação da fonte de infecção e os mecanismos de transmissão da doença. O objetivo desse banco de dados é fornecer subsídios para as explicações causais dos agravos e indicar os riscos aos quais as pessoas estão sujeitas contribuindo para identificar a realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Porém, a prática frequente de estratégias de subnotificação praticadas pelas empresas, assim como, o preenchimento incorreto das fichas que impedem o entendimento da relação entre o agravo e à ocupação laboral, limitam e muito os objetivos do SINAN em oferecer subsídios absolutamente confiáveis para a realidade epidemiológica das regiões de saúde.

Procurando explicitar a subnotificação presente nos dados da Previdência Social, Binder e Cordeiro (2003) mostram que apenas um quinto dos acidentes de trabalho no município de Botucatu-SP foram devidamente registrados. Tal constatação partiu de uma análise que se pautou na aplicação

¹ Conceito trabalhado por István Mészáros (2002; 2007; 2009) onde o autor procura se opor às ideias de destruição produtiva, destruição criadora (Schumpeter), pois, na atual fase descendente de desenvolvimento do capital vivenciamos a crise estrutural e não mais cíclica, onde a prevalência de guerras suicidas, a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias e a destruição irreversível da natureza (que é a própria destruição da humanidade), são elementos significativos que caracterizam a produção destrutiva do capital. Ademais, se focarmos esse conceito no diálogo com as consequências para a saúde dos trabalhadores perceberemos que a apropriação privada do trabalho não pago é o atributo fundante dos inúmeros agravos à saúde nas mais variadas inserções laborais, características do desenvolvimento destrutivo do capital (HECK, 2013).

² Ao estabelecer a notificação dos agravos entre a atividade econômica e o agrupamento respectivo da doença a partir da Classificação Internacional das Doenças (CID), mesmo onde há inexistência das CAT's, há uma melhora nas notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores. Para maiores detalhes consultar Oliveira (2008).

³ Há muitos estudos importantes sobre esse assunto dos quais destacamos Antunes (2009) que procura abarcar a heterogeneidade da classe trabalhadora contemporânea que na sua concepção compreende os trabalhadores produtivos e improdutivos e até mesmo os informais/desempregados, etc. Também, sobre a relevância da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, consultar Pochmann (2001).

de questionários para a população e comparação com os registros efetivamente consolidados a partir das CATs, onde prevaleceu 80% de sub-registros. Estes números, segundo os autores, estão relacionados às falhas da legislação previdenciária do Brasil que exclui cerca de 50% da força de trabalho dos registros⁴ e da forte dependência do sistema de informação ao ato voluntário do empregador.

Outra análise do mesmo banco de dados é de Lourenço (2011) que nos oferece um bom argumento para pensar os limites de tais informações. No ano de 1988, o número de óbitos relacionados ao trabalho sofre uma brusca queda com relação ao ano anterior (quase mil casos). Uma reflexão apressada concluiria que isso seria reflexo da melhoria nas condições de trabalho. Porém, a autora demonstra que tal redução pode estar mais relacionada com a reestruturação produtiva e o posterior desemprego, colocando inúmeros trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, do que com qualquer melhora nas condições de trabalho. Como os dados da Previdência Social não abrangem os trabalhadores(as) informalizados(as) tal redução pode estar mais relacionada às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, intensificando a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho formal, do que com uma melhoria nos ambientes de trabalho.

No Pontal do Paranapanema, as investigações da equipe de pesquisa qualitativa do projeto temático têm coletado informações como “banhos de veneno” no qual o trabalhador não foi encaminhado para o serviço público de saúde após o contato direto com agrotóxicos. Além disso, os assentamentos rurais encontram-se nas bordas das lavouras plantadas com cana e há inúmeras constatações de prejuízos à saúde e aos cultivos que nem sempre são devidamente notificadas. Percebe-se então que há uma tendência geral para a subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores.

Neste sentido, é sustentável a tese na qual o problema da subnotificação e do desencontro das informações é político⁵. Seu corolário é entender que a utilização desses dados quantitativos por si só, são pouco confiáveis para estabelecer relações diretas de causa-efeito entre o número das notificações e a realidade social do trabalho. Até mesmo, de posse destas informações é possível “falsear” a real face das condições de trabalho, já que os números podem indicar que não existem muitas notificações de agravos à saúde dos trabalhadores. Contudo, isso não significa abandonar tais fontes de informação, mas, sim trabalhar com as mesmas numa perspectiva crítica ressaltando seus limites e possibilidades e tendo por objetivo abarcar o contexto mais complexo da determinação social das doenças na sua relação direta com a produção destrutiva do capital.

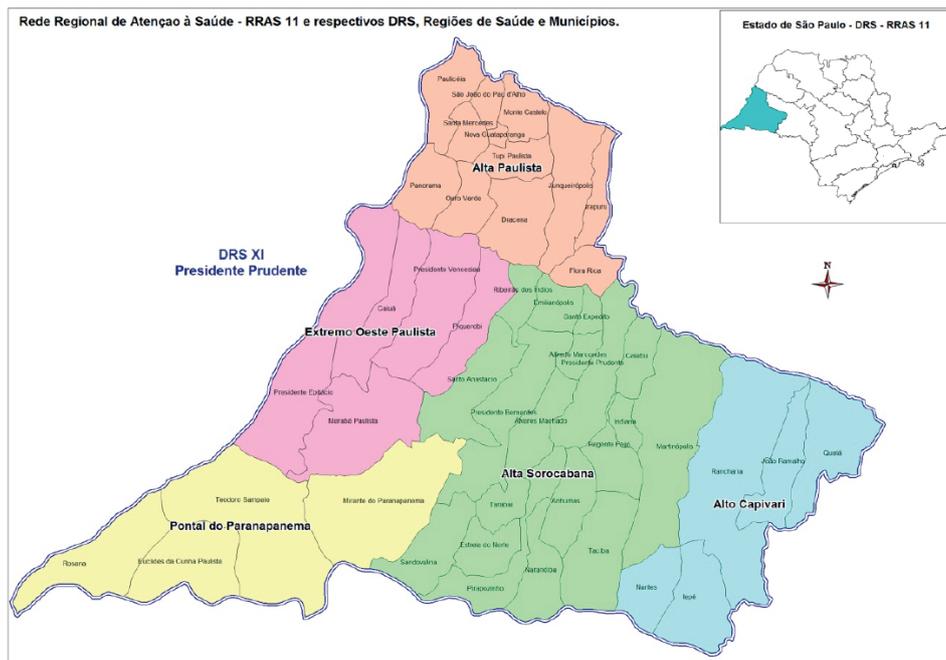
2 INTOXICAÇÕES EXÓGENAS (AGROTÓXICOS E DEMAIS PRODUTOS QUÍMICOS) NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP

A tendência geral do sub-registro também se faz presente para os 45 municípios da região de saúde do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Presidente Prudente. Esse é o recorte territorial que estamos trabalhando no âmbito do projeto temático (Mapa 1).

⁴ Os autores fazem referência à exclusão das informações das estatísticas da Previdência Social de determinadas atividades como funcionários públicos civis e militares estatutários, trabalhadores informais, trabalhadores previdenciários autônomos, empregados domésticos e proprietários.

⁵ Dizemos isso porque muitas vezes não existem notificações pelo fato de que determinados profissionais da saúde e da Previdência Social assumem a posição de receio ao indispor-se com o capital do campo e da cidade, ou ainda, pela própria não notificação dos agravos à saúde por parte do empresariado e outros órgãos competentes. Ou seja, o ato de “notificar” os agravos está relacionado às relações de poder e, portanto, é um problema político sério e que deve ser enfrentado por um verdadeiro movimento social a favor da prevenção onde as consequências dos acidentes e doenças do trabalho ganhem visibilidade pública (ALMEIDA, 2011).

MAPA 1 – Recorte Territorial da Pesquisa



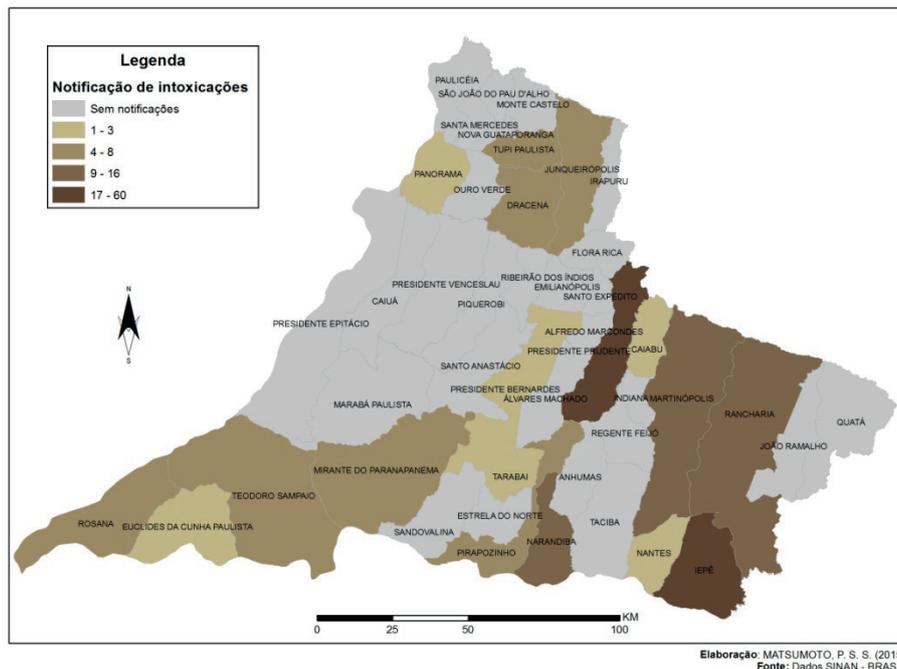
Fonte: SÃO PAULO (2016).

Os dados que coletamos no SINAN são relacionados a duas fontes de intoxicação exógena: 1) dados gerais e 2) relacionados ao trabalho. No primeiro caso, refere-se às intoxicações por produtos químicos em geral e no segundo aquelas que estão diretamente relacionadas ao exercício laboral.

Com relação às intoxicações exógenas gerais, houve 2349 casos registrados para os 45 municípios do recorte da pesquisa no período de 2007 a 2014 (Mapa 2). Doze municípios não apresentaram quaisquer dados e no restante Presidente Prudente notificou 38% dos casos seguido por Rancharia (17%), Iepê (9%), Rosana/Presidente Epitácio (5%) e Junqueirópolis (4%). Os demais municípios apresentaram dados abaixo de 100 registros, isto é, menos de 4% do total.

As notificações agudas de única vez equivaleram 74% dos casos; aguda repetida 14%; crônica 1,5%; e aguda sobre crônica 1,27%. No caso das intoxicações agudas sobre crônicas, de maior gravidade, percebe-se que o município de Iepê teve 13 notificações, um caso a mais do que Presidente Prudente, embora sua população seja de pouco mais de 8000 habitantes.

MAPA 3 – Notificações por intoxicação exógena relacionada ao trabalho (2007-2014)

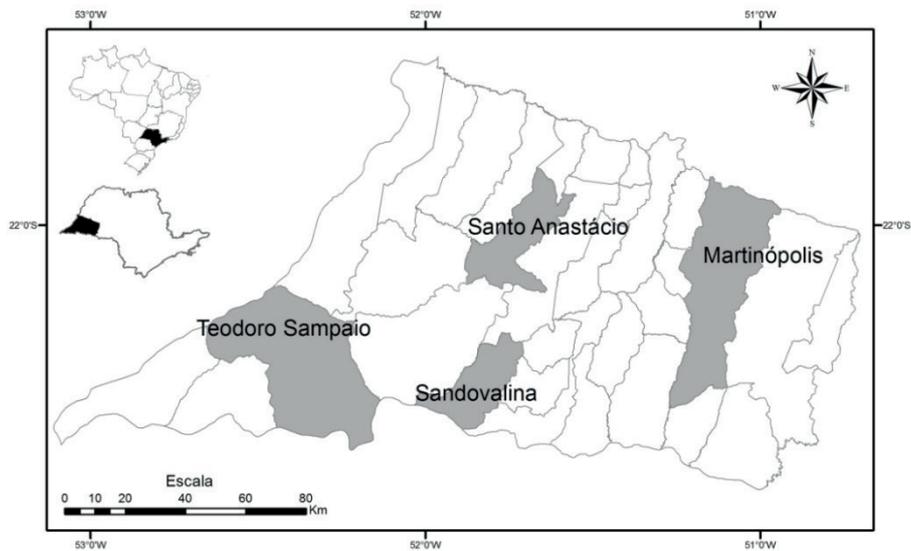


Fonte: SINAN (2016).

O município de Iepê registrou 33% de todos os casos, seguido de Presidente Prudente (19%), Rancharia (8%), Martinópolis (5%) e Narandiba (5%), sendo que o restante ficou abaixo dessa última taxa percentual. Em Iepê, 65% dos registros estão relacionados aos trabalhadores da cana de açúcar, pouco mais de 12% aos trabalhadores agropecuários em geral, e 16% não registraram a ocupação. Os outros 7% estão quase todos relacionados às ocupações da categoria trabalhadores(as) agropecuários. A prevalência dessas notificações no pequeno município está relacionada a um episódio em específico no ano de 2008 quando houve uma pulverização aérea que atingiu os trabalhadores(as). Ou seja, o quadro da subnotificação faz com que episódios específicos confirmem aos dados uma relevância que na realidade objetiva nem sempre existe. Por isso, é necessário o olhar crítico sobre a utilização de tais informações.

Porém, ao focar os quatro municípios selecionados para as pesquisas de campo no ano de 2015 (Mapa 4) o quadro de notificações é baixíssimo, equivalendo a apenas catorze. Martinópolis teve 10 casos registrados e Teodoro Sampaio quatro. Sandovalina e Santo Anastácio não possuem nenhum registro de intoxicação exógena no período de 2007-2014. E, quando passamos a observar os registros por ocupação encontramos 7 casos relacionados aos técnicos agrícolas em Martinópolis e no restante não há informações sobre a atividade profissional.

MAPA 4 – Localização dos municípios selecionados para os trabalhos de campo em 2015



Fonte: SINAN (2016).

Não obstante, o estudo dos dados do SINAN tem possibilitado verificar os limites desse banco de dados e a necessidade de, na pesquisa, aprofundar as metodologias qualitativas para confrontar as informações estatísticas.

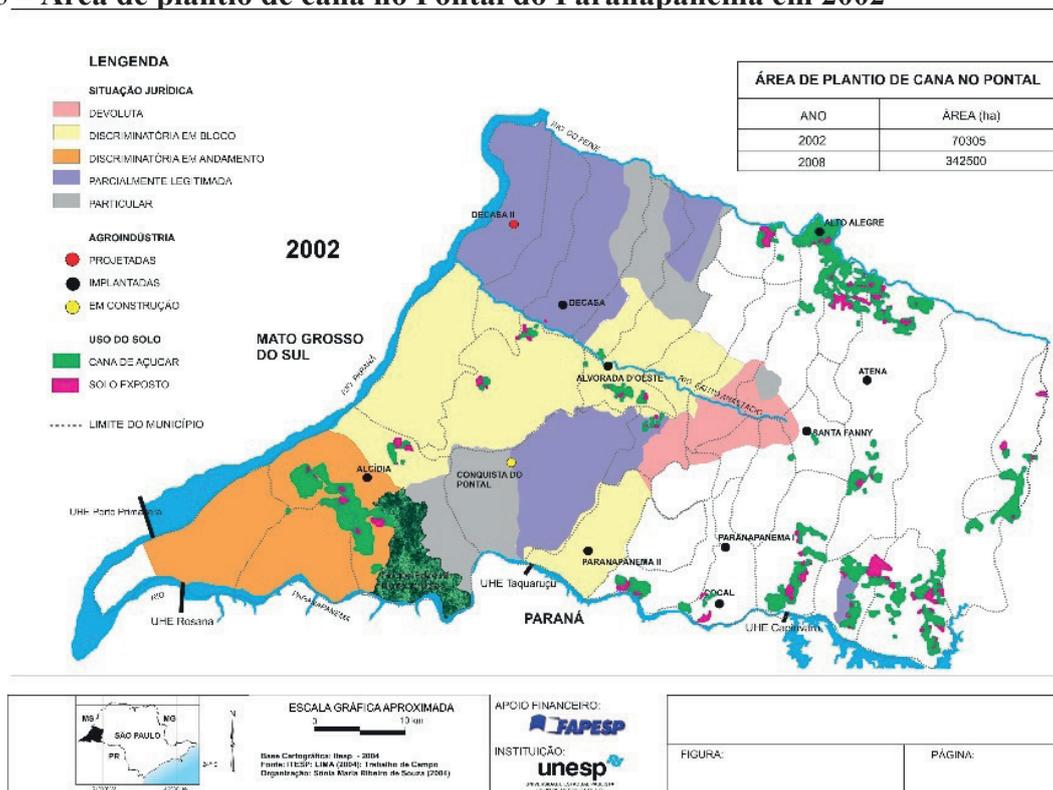
3 A NECESSÁRIA VISIBILIDADE DOS AGRAVOS A SAÚDE DOS TRABALHADORES(AS)!

Se seguirmos pura e simplesmente a aparência dos dados suas indicações podem levar ao mascaramento da realidade social do trabalho no Pontal do Paranapanema (SP). Como imaginar que, no país campeão mundial no consumo de agrotóxicos desde 2008 (ABRASCO, 2015), onde nas culturas do agronegócio (milho, soja e cana) há 70% do consumo de agrotóxicos do Brasil (ROSA, PESSOA, RIGOTTO, 2011), predomine no Pontal do Paranapanema baixíssimos registros de intoxicações relacionadas ao trabalho?

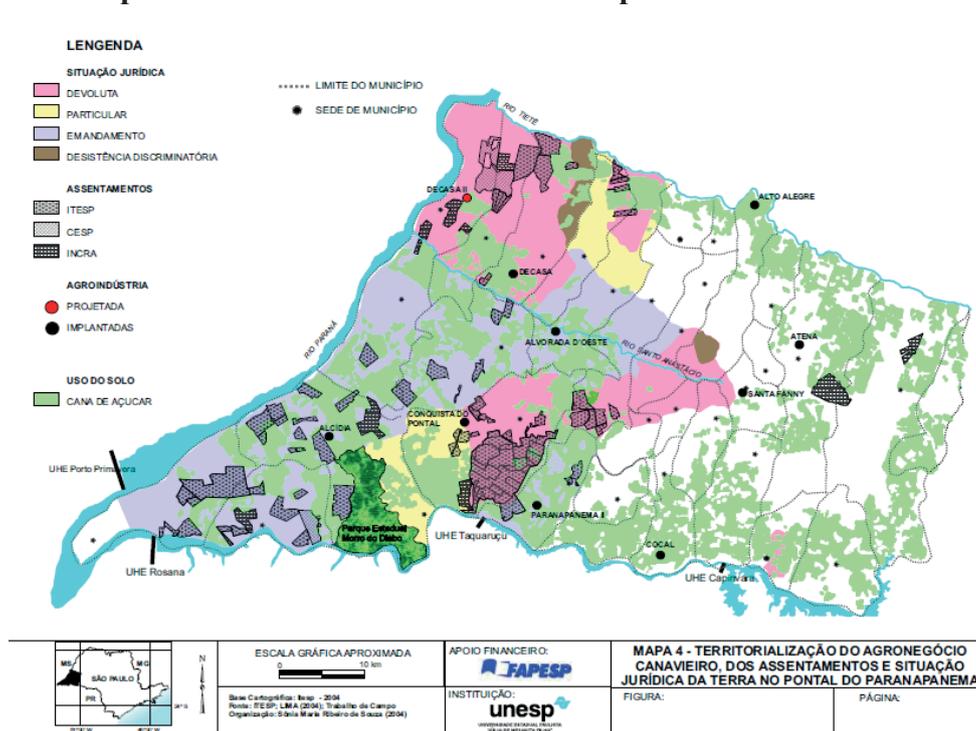
Raquel Rigotto nos aponta o passo inicial para compreender tal realidade, pois segundo a autora, baseando-se em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada caso notificado com relação aos agrotóxicos existem pelo menos 50 sem notificações. Além disso, as constatações da pesquisa de campo do projeto temático têm mostrado que há na região a presença da pulverização aérea que tem causado nos assentamentos rurais próximos aos canaviais a perda de produções agrícolas, do bicho-da-seda e a intoxicação de trabalhadores(as).

A expansão dos cultivos de cana de açúcar na região alcançou em dez anos um crescimento exponencial (Mapa 5 e 6). O avanço dos canaviais dá-se numa região marcada pelos conflitos fundiários, onde a grilagem de terras é uma realidade que dá fundamento às disputas territoriais (FELICIANO, 2009; BARRETO, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2014). Ademais, a tentativa de legalizar as terras por parte dos latifundiários é demarcada, sobretudo, pelo arrendamento das terras com pendências jurídicas para os canaviais (Mapa 7). Esse também é um assunto a ser investigado na pesquisa que se encontra em andamento.

MAPA 5 – Área de plantio de cana no Pontal do Paranapanema em 2002



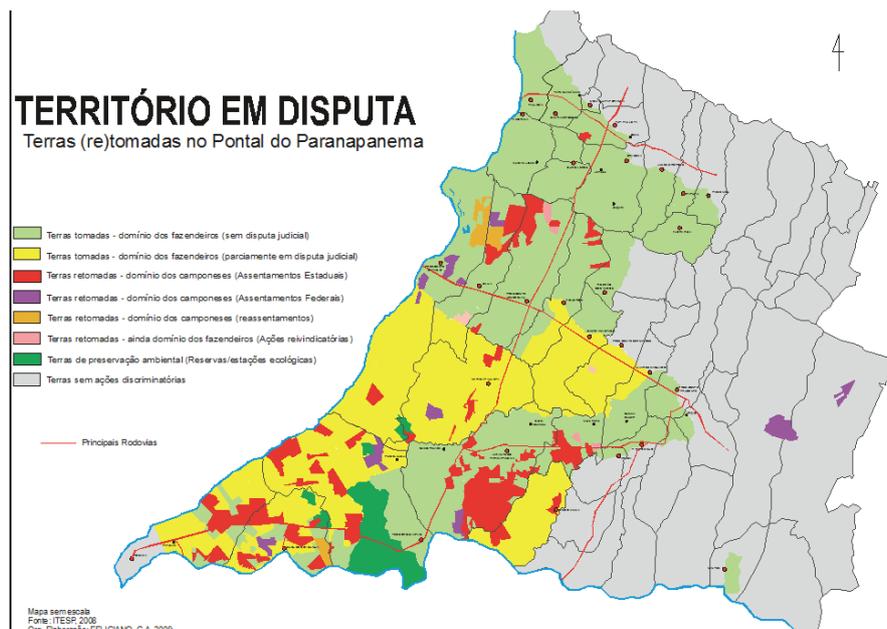
MAPA 6 – Área de plantio de cana no Pontal do Paranapanema em 2012



Em síntese, numa região com 470.000 hectares plantados com cana de açúcar, boa parte dos mesmos em terras com pendências jurídicas, onde a pulverização aérea é uma prática recorrente⁶, e, também marcada pela presença dos assentamentos rurais com cerca de 5.900 famílias assentadas em 140.000 hectares, os quais “cercados” pelos canaviais (Mapa 6), fica difícil acreditar que em 8 anos só tenham ocorrido pouco mais de 2.300 intoxicações exógenas.

⁶ Tanto é que no município de Sandovalina-SP foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com as usinas ampliando a distância de aplicação em relação aos criadores de bicho-da-seda e produtores de hortaliças para 2000 metros – o mínimo previsto na legislação é 500 metros (SÃO PAULO, 2012).

MAPA 7 – Situação jurídica das terras no Pontal do Paranapanema



Isso porque temos percebido que cresceu significativamente a área plantada com cana e, pelo seu viés químico-dependente, avança também o consumo dos agrotóxicos.

As perdas de produção agrícola e do bicho-da-seda, a contaminação da água e humana nos assentamentos são exemplos, que foram inclusive objeto de uma audiência pública no ano de 2012 em Teodoro Sampaio-SP, e nos indicam que a realidade dos agrotóxicos no Pontal do Paranapanema é séria e preocupante. Contudo, se partirmos dos dados registrados no SINAN não vislumbraremos tal problemática, pois, por si só não indicam tamanho obstáculo dada à presença da subnotificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa com os bancos de dados não chegaram necessariamente em uma “novidade”, mas, sim numa reafirmação daquilo que já foi denunciado por outros autores sobre a intensa subnotificação dos agravos decorrentes do trabalho. Os dados sobre intoxicação exógena são evidências marcantes desse quadro de sub-registro, que continua a colocar na invisibilidade social as doenças e agravos à saúde dos trabalhadores(as) e coletiva. Outra conclusão possível de ser apontada se refere ao preenchimento inadequado das fichas de notificação. O campo “ocupação”, como verificamos, é muito pouco preenchido nas mesmas, pois em mais de 56% das intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho para o Pontal do Paranapanema essa informação está ausente. Isso tem uma consequência política importante, pois fica difícil correlacionar efetivamente os agravos e suas respectivas atividades laborais, camuflando a relação entre estes agravos e a ocupação laboral. Ainda, constata-se que todos os casos de intoxicação na região, bem como, para todo o estado de São Paulo não apresentam o agente tóxico especificado. Verifica-se a partir dos critérios da Classificação Internacional de Doenças (CID) que tais agravos por intoxicação constam como: Efeito tóxico de outras substâncias e as não especificadas (T.65) – Substância não especificada (T.65.9). Isso complica ainda mais o entendimento dos poucos agravos que são notificados, pois na minoria dos casos aparece a informação da ocupação laboral.

Por esse motivo, obviamente, torna-se essencial à pesquisa de campo e a realização de entrevistas com trabalhadores(as), assentados de reforma agrária, sindicalistas, entre outros, a partir das metodologias qualitativas de pesquisa. Somente assim, conseguiremos questionar os bancos de dados e qualificar a nossa discussão, buscando tornar visíveis os agravos à saúde como parte do desenvolvimento destrutivo das forças produtivas no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (THOMAZ JUNIOR et al., 2012).

As entrevistas realizadas com 127 trabalhadores apontam que houve acidentes de trabalho com agrotóxicos relacionados ao setor canavieiro, e que não foram devidamente encaminhados para o hospital. Num desses, o trabalhador literalmente “tomou um banho de veneno” e ficou apenas no ambulatório da própria usina não sendo encaminhado para o serviço público de saúde. Também, percebe-se que as percas de produção agrícola nos assentamentos, que continuam a ocorrer e estão diretamente relacionadas à produção destrutiva do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, são indícios dos efeitos destrutivos dos agrotóxicos para saúde ambiental.

Essas são importantes verificações iniciais que devem alertar-nos para as estratégias da não notificação dos acidentes de trabalho envolvendo a contaminação com agrotóxico, como também para os problemas sociais vivenciados pelos assentados que estão perdendo suas produções, ajudando a questionar a parca existência de registro de intoxicações e apontando para o limite da utilização destes como retratos fiéis dos agravos à saúde presentes na região. Ou seja, os bancos de dados são insuficientes para pesquisas que estejam verdadeiramente interessadas na compreensão das consequências para a saúde humana e ambiental a partir da expansão do agrohídronegócio canavieiro.

Além disso, é possível constatar ainda a perda da biodiversidade correlacionada com a monocultura da cana, como indicam os primeiros levantamentos biogeográficos que apontam para a redução de insetos próximos dos canaviais. Casagrande et. al. (2015) avaliaram a similaridade das comunidades de flebotomíneos do interior de floresta e da borda com atividade canavieira e constataram que a similaridade entre as espécies do interior (preservado) com a borda (com atividade canavieira) são diferentes, com um índice de 0,44. Este resultado aponta que as transformações no espaço geográfico têm gerado agravos à saúde ambiental, relacionado à perda da biodiversidade, que elimina predadores naturais dos vetores dos microorganismos causadores das doenças e cria a possibilidade de novas infestações.

Todas essas constatações iniciais como: 1) a permanência da subnotificação nos bancos de dados; 2) as estratégias do capital para burlar o registro dos agravos; 3) as perdas de produção dos assentados; 4) a perca da biodiversidade; são passos iniciais importantes para compreensão da essência dos problemas que envolvem a expansão do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) e para a problematização das informações estatísticas disponibilizadas pelos bancos de dados oficiais.

Nesse sentido, ainda é preciso ressaltar que, a compreensão da determinação social das doenças continua sendo a referência *sine qua non* para o entendimento adequado das consequências destrutivas do agrohídronegócio, pois, entende a complexidade e a multicausalidade da ocorrência dos agravos, abarcando critérios mais apropriados para apreensão do fenômeno em estudo, principalmente por não individualizar a existência dos agravos e reivindicar a necessidade de uma visão mais abrangente sobre tais ocorrências, ressaltando, dentre outros, o papel do modo de produção capitalista como categoria analítica fundamental para entender as consequências para a saúde humana e ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. Acidentes de trabalho e a repolitização da agenda da saúde do trabalhador. In: MINAYO GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ALVES, G. Prefácio: o adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In: LOURENÇO, E. A. S. NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

BINDER, M. C. P.; CORDEIRO, R. Sub-registro de acidentes do trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.37, n.4, p.409-416, 2003.

CASAGRANDE, B. et al. Avaliação de flebotomíneos encontrados no interior e na borda do Parque Estadual do Morro do Diabo, município de Teodoro Sampaio-SP, Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15., 2015. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

LACAZ, F. A. C. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, 2007.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador**: a experiência de Franca. Franca: UNESP, 2009.

_____. Agravos à saúde dos trabalhadores: alguns nós críticos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n.1, p.3-33, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, sup.2, p.21-32, 1997.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 5, n. 25, p.341-349, 1991.

OLIVEIRA, P. R. A. **Nexo técnico epidemiológico – NTEP e o fator acidental de prevenção – FAP**: um novo olhar sobre a saúde do trabalhador. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. A relevância do conceito de território na análise da relação capital/trabalho e de seus descobrimentos para a saúde dos trabalhadores. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 9., 2014. Marília-SP. **Anais...** Marília: RET, 2014.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROSA, I. F.; PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Introdução: Agrotóxicos, saúde humana e os caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. São Paulo: Expressão Popular: 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. **Humanização**: informações gerais. [2016]. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/humanizacao/homepage/aceso-rapido/grupos-macrorregionais-da-politica-estadual-de-humanizacao/3-centro-oeste-presidente-prudente-marilia-e-bauru/informacoes-gerais>> Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo. **Ata de audiência pública**. [2012]. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/Audiencias_Publicas/Ata%20-%20Audi%3%Aancia%20P%3%BAblica%20-%20IC%2030-09.pdf> Acesso em: 12 out. 2015.

THOMAZ JUNIOR, A.; GUIMARÃES, R. B.; LEAL, A. C. et al. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova**, Barcelona, v. 418, n. 30, p.1-13, 2012.

_____. Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.15, n.2, 2014.

WALDVOGEL, B. C. Quantos acidentes do trabalho ocorrem no Brasil? Proposta de integração de registros administrativos. In: MINAYO GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO: CASOS NOTIFICADOS AO SINAN, NO ESTADO DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2006 A 2012

Ana Claudia C. Mendonça Semêdo*

RESUMO: O presente artigo é resultado de um estudo descritivo, de natureza casuística, que analisou os casos de notificação à base de dados do Ministério de Saúde, através do Sistema de Informações de Notificações de Agravos (SINAN), acerca dos Transtornos Mentais e Comportamentais Relacionados ao Trabalho (TMRTs), quanto à faixa etária, raça, escolaridade, sexo, subclassificação dos TMRTs, e por ocupação, no período de 2006 a 2012, no estado da Bahia. A discussão crítica construída através deste estudo científico evidenciou quão prejudicial são as subnotificações dos adoecimentos de TMRTs, considerando a intensificação de condições precárias de trabalho motivadas pela reestruturação produtiva.

Palavras-chave: Trabalho, Adoecimento, Saúde mental, Subnotificação

ABSTRACT: *This article is the result of a descriptive study, case by case nature, which analyzed the cases notified to the Ministry of Health database through the System Notifications Information Diseases (SINAN), about mental and behavioral disorders related to work (TMRTs), as to age, race, education, gender, sub-classification of TMRTs, and occupation, in the period from 2006 to 2012 in the state of Bahia. The critical discussion built through this scientific study showed how damaging are the underreporting of illnesses of TMRTs considering the intensification of poor working conditions motivated productive restructuring.*

Keywords: Labor, Illness, Mental Health, Underreporting

INTRODUÇÃO

A invisibilidade do adoecimento do trabalhador em decorrência do trabalho se apresenta como um dos aspectos menos favoráveis e mais desafiadores para o estudo e avanço no campo da saúde mental na saúde do trabalhador. São os Transtornos Mentais e Comportamentais Relacionados ao Trabalho (TMRTs), os tipos de adoecimentos cujos sinais são subjetivos, e, por isso, requer atenção das políticas públicas e comunidades de pesquisa da área de saúde do trabalhador.

Nesse sentido, observa-se uma incoerência entre a quantidade de notificações concernentes aos transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho e os vínculos empregatícios formais na sociedade baiana: em números absolutos para o ano de 2012, foram 51 casos de notificações para este tipo de adoecimento para 2.265.618 números de empregos (formais) em 31/12/2012, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Tal realidade motivou a construção do presente trabalho cujo objetivo é a apresentação dos casos de TMRTs, registrados no Sistema de Informações de Notificações de Agravos (SINAN), relativos ao período de 2006 a 2012.

Encontram-se estudos referentes aos impactos causados pelas relações de trabalho para os transtornos mentais e comportamentais em diversos autores, como Glina e Rocha (2010), Silva-Júnior e Frida Fisher (2013), Anadergh Barbosa-Branco (2011) e como Seligmann-Silva, Hespanhol Bernardo, Maeno e Kato (2010), que discutem a repercussão das mudanças do mundo do trabalho para a subjetividade humana e o escasso investimento na investigação da relação trabalho e TMRTs. Para a construção deste trabalho, utilizou-se Dejours (1992), Seligmann-Silva (2011), dentre outros autores da Sociologia do Trabalho, e protocolos do Ministério da Saúde.

Provavelmente, por consequência dos baixos números de notificações também não é largo os estudos sobre transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho no estado da Bahia, a partir dos sistemas de informações disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Isso expressa maior gravidade ao se refletir sobre os impactos dessas subnotificações para a construção de políticas públicas de saúde mental relacionado ao trabalho.

Por tais considerações, o presente trabalho é um estudo descritivo de base casuística, que tem o objetivo de descrever os casos notificados à base de dados do Ministério de Saúde

* Assistente Social na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). Doutoranda em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social – UFBA. Especialista em Epidemiologia em Saúde do Trabalhador – UFBA.

supramencionada quanto à faixa etária, raça, escolaridade, sexo, subclassificação de transtornos mentais e comportamentais segundo o CID-10, e por ocupação, no estado da Bahia de 2006 a 2012.

1 OBJETIVO GERAL

Descrever os casos de notificação do SINAN por transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho (TMRTs), no período de 2006 a 2012, no estado da Bahia.

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Calcular a frequência absoluta e relativa dos casos de TMRTs notificados ao SINAN no período de 2006 a 2012, do estado da Bahia;
- Descrever os casos notificados do SINAN de TMRTs, por variáveis sócio demográficas e ocupacionais;
- Demonstrar a evolução dos casos notificados no período de 2006 a 2012.

3 METODOLOGIA

Este estudo descritivo, de desenho casuístico, foi construído a partir da base dados do Ministério da Saúde cujo sistema SINAN, regulamentado em 1998 - tem como objetivo “coletar e disseminar” os agravos à saúde relacionados ao trabalho e as doenças de notificação compulsória, estabelecida na Portaria GM/MS n. 104, de 25/01/11, para subsidiar a construção de políticas públicas na área de saúde do trabalhador, com base nas informações de vigilância epidemiológica.

Baseou-se no significado dos TMRTs determinados pelo Protocolo para o Diagnóstico, Acompanhamento e Vigilância dos Agravos à Saúde Mental Relacionados ao Trabalho, de 28/03/2005, e do Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde (2001). Segundo tais referências, os TMRTs são decorrentes da contribuição do trabalho para alteração da saúde mental dos trabalhadores a partir da exposição a determinado agente tóxico ou decorrente de fatores associados à organização do trabalho: respectivamente, relativos às alterações combinadas “[...] com comprometimento das funções cerebrais (perda da memória, dispraxias, disartria, desorientação espacial, alucinações visuais, etc.)”, ou relativos aos contextos de trabalho como sobrecarga de trabalho, política de gestão de pessoas, ameaça de perda de emprego, desemprego, “[...] assédio moral no trabalho processo de comunicação moldado pela cultura organizacional”, entre outros aspectos da organização do trabalho que podem estar inter-relacionados (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 161).

A partir desses referenciais conceituais, foram descritos os transtornos mentais e comportamentais codificados no capítulo cinco da décima revisão do Código Internacional de Doenças (CID), que estão na subclasse CID F 00-99. Nesse universo de tipos de adoecimentos, foram incluídos àqueles relacionados ao trabalho que estão distribuídos na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde, aprovado pela Portaria n. 1339/GM de 18/11/1999.

Para tanto, observou-se as seguintes variáveis descritoras: a faixa etária (entre 12 a 22, 23 a 33, 34 a 44, 45 a 55 e 56 a 59 anos), raça (entre as classificações branca, preta, amarela, parda e indígena), escolaridade (classificada em analfabeto, fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto e ensino médio completo), sexo (entre a classificação masculina e feminina), por subclasse do Código Internacional de Doenças (CID) (por especificidade dos transtornos mentais e comportamentais) e por ocupação.

Para interpretação dos dados, foram verificadas as frequências absolutas e relativas (aproximadas) por ano de notificação de acordo com os tipos de transtornos mentais e comportamentais. De igual forma, foram apuradas as frequências de cada variável descritora relativa à idade, sexo, raça, escolaridade e ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), estabelecida pela Portaria nº 397, de 09/10/2002, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especificando-se “T= total de casos por ano” e “P = percentual”. Tipos de TMRTs não incluídos na classificação

F00-F99 ou na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, ou ainda casos isolados de ocupação foram categorizados em “outros casos”.

Importa registrar que este trabalho foi desenvolvido com base em dados secundários cujas informações são de natureza pública, sem dados de identificação no que concerne aos indivíduos. Dessa forma, não foi necessário submeter ao comitê de ética, em consonância e cumprimento com o que versa a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

4 RESULTADOS

De acordo os dados observados, não foram encontrados notificações de casos de TMRTs no ano de 2006. Por este motivo, os dados foram apresentados a partir do ano de 2007. No total, foram 213 notificações no período de 2007 a 2012 (Figura 1). Verificou-se um aumento dos TMRTs, de culminância no ano de 2011, com 29,58% do total de casos notificados no período de 2007 a 2012. Apesar dessa linha de evolução, observou-se um decréscimo no ano de 2012, com 23,94% dos casos.

Dentre as notificações, observou-se que no ano de 2007 apenas cinco (5) casos foram informados ao SINAN, sendo três (3) casos de Estado de stress pós-traumático (F43.1), conforme tabela 1. No ano de 2008, o Estado de stress pós-traumático alcançou maior número, com 35% do total para este ano. Os Episódios depressivos (F 32) e o Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos (F32.2) totalizaram 30% dos casos de 2008. Em 2009, os Episódios depressivos permaneceram com o maior número de notificações, com 23, 81%. Em seguida, aparece o Estado de stress pós-traumático e outros transtornos neuróticos não especificados (F 48.8) com 9,52% cada. Em 2010, o Estado de stress pós-traumático também concentra o maior número, com 21,87% dos casos, as Reações ao stress grave e transtornos de adaptação (F 43 e F43.2) demonstram 18,75% dos casos, seguidas do Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos com 9,37%. Em 2011, o Estado de stress pós-traumático ocupou 28,57% dos casos, os Episódios depressivos (F32 e F32.2) 17,46%, e as Reações ao stress grave e transtornos de adaptação alcançou 14, 28% das notificações para esse ano. Em 2012, o Estado de stress pós-traumático se mantém na liderança das notificações, com 21,57%, seguido das Reações ao stress grave e transtornos de adaptação com 17,65%.

Além das especificações de TMRTs, verificou-se a permanência do maior número de notificações entre as idades de 34 a 44 anos (tabela 2), alcançando 57,14% no ano de 2009, com exceção para os anos de 2007 e 2012 em que o maior percentual ocorreu entre 45 e 55 anos. Quanto ao sexo, constatou-se que os casos de TMRTs estão distribuídos sem importante distância entre os percentuais, observando-se a manutenção do maior número de casos para o sexo masculino até o ano de 2009, com 52,38% dos casos. Nota-se que a maioria dos casos estão informados como pertencentes à raça parda, que mantém o maior percentual na evolução dos anos (60%, 80%, 56,25%, 39,68%), à exceção do ano de 2009 no qual a raça branca predomina, com 35,71%. As notificações, segundo a escolaridade, demonstram uma concentração no ensino fundamental incompleto que se mantém com a evolução dos anos, alcançando 100% e 90% nos anos de 2007 e 2008, respectivamente.

No que concerne às ocupações dos indivíduos, no ano de 2007, 40% dos casos exerciam a atividade de cobrador de transportes coletivos (exceto trem), conforme Tabela 3. Em 2008, 30% dos casos foram motoristas de ônibus e caminhão que apresentou números representativos na evolução dos anos, demonstrando 14,28% no ano de 2009. Em seguida, nesse mesmo ano, os cobradores de transportes coletivos (exceto trem) e os professores do ensino infantil, fundamental e médio ocuparam 9,52% dos casos, cada um. Em 2010, a atividade de gerente comercial, administrativo e de cobrança representaram 18,75% dos casos, seguidos dos cobradores de transportes coletivos (exceto trem), dos motoristas de ônibus e caminhão e dos operadores de telemarketing, com 9,37% dos casos para cada um. Em 2011, os caixas de banco e os vendedores em comércio atacadista ocuparam 7,94% das

notificações. Já no ano de 2012, os professores do ensino infantil, fundamental e médio apresentaram 17,65% dos casos, e os motoristas de ônibus e caminhão 13,72% das notificações.

5 DISCUSSÃO

Apesar dos dados coletados, deve-se ter prudência na interpretação dos resultados, considerando que muitas informações foram omitidas, o que levou a inclusão de muitas notificações na categoria “não informados” ou “outros casos”. A partir disso, pode-se verificar uma permanência das notificações, ao longo dos anos, referentes aos episódios depressivos, ao estado de stress pós-traumático e às reações ao stress grave e transtornos de adaptação. No que se refere aos episódios depressivos, conforme esclarece o Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde (2001), em que o comportamento dos indivíduos está associado à baixa autoestima e autoconfiança, sintomas de ansiedade, dificuldade de concentração, ideias pessimistas quanto aos projetos de vida, entre outros sinais, a relação com o trabalho pode ser sutil e camuflada em se tratando de ausência de equipe psicossocial de saúde adequada para acompanhamento e diagnóstico no ambiente de trabalho. Já o estado de stress pós-traumático, que se caracteriza como uma “[...] resposta tardia e/ou protraída a um evento ou situação estressante de curta ou longa duração”, pode ser classificado no Grupo I da Classificação de Shilling, “[...] em que o trabalho desempenha papel de causa necessária” (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001). As reações ao stress grave e transtornos de adaptação não estão incluídas na relação dos TMRTs do Ministério da Saúde, entretanto se caracterizam enquanto reação a um stress persistente, fator causal primário e essencial para este transtorno, interferindo nos mecanismos de adaptação do indivíduo, provocando dificuldades para o funcionamento social, segundo a CID-10. Tal fator causal pode estar relacionado à ocorrência específica a um acidente fatal, ou à organização do trabalho e possíveis relações sociais corrosivas do ambiente laboral, tais como: violência psicológica e discussões agressivas no exercício do trabalho, situação de assédio moral, de alta exigência de demandas humanamente impossíveis de serem cumpridas, e de alta e negativa competição por cargos, sobrecarga de trabalho, entre outras.

Nessa concepção, o trabalho pode ser ressignificado, enquanto fator destrutivo que compromete a saúde dos trabalhadores, uma vez que as características de exigência por resultados e de exploração são duas condições estruturantes para o padrão de progresso mercadológico, conforme esclarece Ricardo Antunes (2011). Para a compreensão desse cenário, tem-se a Sociologia do Trabalho enquanto a disciplina que estuda as novas configurações do trabalho decorrentes dos efeitos da reestruturação produtiva em tempos contemporâneos - sistema complexo que interfere e se relaciona com as condições de trabalho precárias, na proporção em que aumenta a exploração e flexibiliza as formas de acumulação de capital.

Edith Seligmann-Silva (2011) esclarece como os diferentes modelos de organização do trabalho produzem metáforas que geram reflexos humanos, alcançando a sociabilidade e a subjetividade dos trabalhadores. Trata-se de metáforas artificiais assumidas como realidades que consolidam estratégias de dominação, causando “perversa manipulação psicológica”. Christophe Dejours (1992, p. 118) explica que as “[...] neuroses, psicoses e depressões em situação de trabalho são compensadas [...] pela utilização de sistemas defensivos” que dissimulam o adoecimento, por isso, há dificuldade de compreendermos as manifestações dos TMRTs. Entretanto, o autor afirma que “[...] toda descompensação psiconeurótica, provavelmente, traduz-se por uma queda do desempenho produtivo”, sendo os critérios de rendimentos importantes sinalizadores dos TMRTs. (DEJOURS, 1992, p. 118).

Com relação à população acometida pelos TMRTs, constatou-se que a maioria dos casos foram notificados para indivíduos maiores de 34 anos de idade, até o limite da faixa etária para o período ativo de trabalho. As mulheres tiveram um aumento nos casos notificados a partir do ano de 2010, o que pode ser reflexo do aumento constante de sua inserção no mercado de trabalho. As raças parda e branca com escolaridade baixa, do ensino fundamental incompleto, tiveram o maior percentual de TMRTs, representando um contrassenso no que se refere à maioria da população negra em Salvador da Bahia, podendo o resultado ser devido à miscigenação da nossa realidade, ou à

ausência de reconhecimento da afro descendência, ou mesmo o quantitativo baixo de notificações coletadas. Quanto à ocupação, verificou-se uma permanência das notificações para os motoristas de ônibus e caminhão e para os professores do ensino infantil, fundamental e médio. Tal resultado corresponde à forte carga de stress vivenciada pelos motoristas de ônibus no que concerne ao risco de violência social e de trânsito, bem como a responsabilidade do serviço público de deslocamento dos passageiros. Por outro lado, a atividade dos professores tem se tornado objeto de estudo e investigação, dadas as condições de exploração do trabalho, o que corresponde aos dados encontrados.

6 CONCLUSÃO

A construção deste estudo descritivo, mesmo diante do quantitativo de escassas notificações ao SINAN, deve-se a necessidade de descrever e demonstrar quão prejudicial são as subnotificações dos adoecimentos de TMRTs, considerando a intensificação de condições de trabalho precárias frente às transformações impostas pela reestruturação produtiva e pelos padrões de exigência das empresas e do mercado em busca por acumulação de lucro. Conforme esclareceu Dejours (1992), os efeitos deletérios para o indivíduo em labor são, em geral, ocultados por estratégias defensivas que mascaram os respectivos adoecimentos.

Constatam-se, então, dois fatores agravantes: os trabalhadores retardam, e agravam, conseqüentemente, o processo de tratamento da saúde, e as empresas, por sua vez, mascaram os adoecimentos relativos aos TMRTs com as subnotificações, desacreditando nos impactos para a subjetividade e construindo metáforas artificiais e imagens de distorção da realidade, com interpretações discursivas acerca do *trabalhador-modelo*, ao invés da promoção em ações de saúde do trabalhador.

Em decorrência desta realidade, as notificações somente foram iniciadas a partir do ano de 2007, provavelmente, devido ao incentivo causado pelos movimentos de criação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), metodologia da Previdência Social construída a partir de estudo epidemiológico que tem o objetivo de correlacionar à doença a atividade laboral por meio de sistemas de informação, com base na CID-10 e Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Dada às condições desumanas, “corrosivas”, conforme afirma Richard Sennett (2010), e precárias que se repercutem na subjetividade dos indivíduos, ao considerar a saúde/adoecimento dos trabalhadores enquanto indicador desse contexto agressivo, estruturado por meio de modelo da organização do trabalho e corroborado por relações de poder, não há mais espaço para discurso abstrato acerca da complexidade do diagnóstico dos TMRTs. Pelo contrário, as subnotificações dos TMRTs são problemas de saúde de pública relevância que carecem de:

→ampliação dos serviços psicossociais nas equipes de saúde e segurança do trabalho nas organizações;

→maior interação entre o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Saúde e a Previdência Social para a implementação de programas intersetoriais em prol da saúde dos trabalhadores e de fiscalização das subnotificações;

→maior incentivo público para pesquisas e estudos relativos às manifestações dos TMRTs, para todas as relações de trabalho, além do mercado formal de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília-DF: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114).

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID**. 10 revisão. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2012. V. 1.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 15. ed. Rio Janeiro: Record, 2010.

APÊNDICES

TABELA 1: *Frequências absolutas e relativas dos casos de TMRTs de 2007 a 2012, por especificação do CID F, no estado da Bahia.*

| Especificação do CID F | 2007T=5 P=100% | | 2008T=20 P=100% | | 2009T=4 P≈100% | | 2010T=32 P=100% | | 2011T=63 P=100% | | 2012T=51 P=100% | |
|--|-------------------|----|--------------------|----|-------------------|-------|--------------------|-------|--------------------|-------|--------------------|-------|
| F102 - Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa - Síndrome da dependência | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| F20 - Esquizofrenia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,96 |
| F30 - Episódio maníaco | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 3,17 | - | - |
| F31 - Transtorno afetivo bipolar | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | - | - | 1 | 1,96 |
| F311 - Transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco sem sintomas psicóticos | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | - | - |
| F32 - Episódios depressivos | - | - | 3 | 15 | 10 | 23,81 | 1 | 3,12 | 6 | 9,52 | 1 | 1,96 |
| F321 - Episódio depressivo moderado | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | - | - | 1 | 1,96 |
| F322 - Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos | - | - | 3 | 15 | 3 | 7,14 | 3 | 9,37 | 5 | 7,94 | 2 | 3,92 |
| F323 - Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 1 | 1,59 | 1 | 1,96 |
| F33 - Transtorno depressivo recorrente | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | 1 | 1,96 |
| F331 - Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| F332 - Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | - | - | - | - |
| F333 - Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 3,17 | - | - |
| F40 - Agorafobia | - | - | 1 | 5 | 2 | 4,76 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| F401 - Fobias sociais | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | - | - |
| F41 - Outros transtornos ansiosos | - | - | - | - | 2 | 4,76 | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | 3 | 5,88 |
| F412 - Transtorno misto ansioso e depressivo | - | - | - | - | 2 | 4,76 | 2 | 6,25 | 2 | 3,17 | 7 | 13,72 |
| F42 - Transtorno obsessivo-compulsivo | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | - | - |
| F422 - Forma mista com ideias obsessivas e comportamentos compulsivos | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| F43 - Reações ao stress grave e transtorno de adaptação | 1 | 20 | 1 | 5 | 2 | 4,76 | 4 | 12,50 | 9 | 14,28 | 9 | 17,65 |
| F431 - Estado de stress pós-traumático | 3 | 60 | 7 | 35 | 4 | 9,52 | 7 | 21,87 | 18 | 28,57 | 11 | 21,57 |
| F432 - Transtornos de adaptação | - | - | 1 | 5 | 1 | - | 2 | 6,25 | 2 | 3,17 | 3 | 5,88 |

| Especificação do CID F | 2007T=5 P=100% | | 2008T=20 P=100% | | 2009T=4 P≈100% | | 2010T=32 P=100% | | 2011T=63 P=100% | | 2012T=51 P=100% | |
|--|-------------------|----|--------------------|----|-------------------|------|--------------------|------|--------------------|-------|--------------------|------|
| | | | | | | | | | | | | |
| F439 - Reação não especificada a um stress grave | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| Continua... | | | | | | | | | | | | |
| F488 - Outros transtornos neuróticos não especificados | - | - | 1 | 5 | 4 | 9,52 | - | - | - | - | 1 | 1,96 |
| F512 - Transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não orgânicos | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | - | - | - | - |
| F629 - Modificação duradoura da personalidade não especificada | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | - | - |
| F70 - Retardo mental | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | - | - | - | - |
| F82 - Transtorno específico do desenvolvimento motor | - | - | 1 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| F92 - Transtornos mistos de conduta e das emoções | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| F99 - Transtorno mental não especificado em outra parte | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | 5 | 9,80 |
| Z730 - Problemas relacionados com a organização do modo de vida | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 3,17% | 3 | 5,88 |
| Não informados | 1 | 20 | 2 | 10 | 4 | 9,52 | 2 | 6,25 | 3 | 4,76 | 1 | 1,96 |
| Outros casos | - | - | - | - | 3 | 7,14 | 2 | 6,25 | 1 | 1,59 | - | - |

Fonte: Ministério da Saúde. SINAN, 2007-2009.

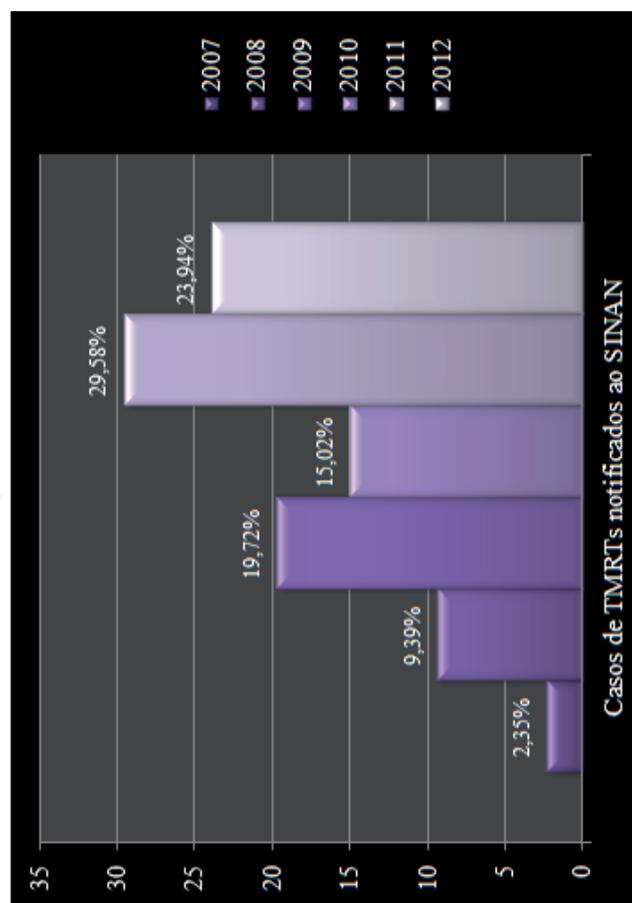
TABELA 2: Frequências absolutas e relativas dos casos de TMRTs por idade, sexo, raça, e escolaridade de 2007 a 2012, no estado da Bahia

| Variável | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|------------------------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| | T=5 | P=100% | T=20 | P=100% | T=42 | P=100% | T=32 | P=100% | T=63 | P=100% | T=51 | P=100% |
| Idade (anos) | | | | | | | | | | | | |
| 12 a 22 | - | - | 2 | 10 | 1 | 2,38 | 2 | 6,25 | - | - | - | - |
| 23 a 33 | - | - | 4 | 20 | 7 | 16,67 | 7 | 21,87 | 9 | 14,28 | 8 | 15,69 |
| 34 a 44 | 1 | 20 | 7 | 35 | 24 | 57,14 | 13 | 40,62 | 29 | 46,03 | 19 | 37,25 |
| 45 a 55 | 4 | 80 | 6 | 30 | 9 | 21,43 | 10 | 31,25 | 21 | 33,33 | 23 | 45,09 |
| 56 a 59 | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 2 | 3,17 | - | - |
| Acima de 60 anos | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| Não informado | - | - | 1 | 5 | - | - | - | - | 1 | 1,59 | 1 | 1,96 |
| Sexo | | | | | | | | | | | | |
| Feminino | 2 | 40 | 6 | 30 | 20 | 47,62 | 17 | 53,12 | 34 | 53,97 | 25 | 49,01 |
| Masculino | 3 | 60 | 14 | 70 | 22 | 52,38 | 15 | 46,87 | 29 | 46,03 | 26 | 50,98 |
| Raça | | | | | | | | | | | | |
| Preta | - | - | 4 | 20 | 2 | 4,76 | 3 | 9,37 | 8 | 12,7 | 2 | 3,92 |
| Amarela | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Indígena | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parda | 3 | 60 | 16 | 80 | 12 | 28,57 | 18 | 56,25 | 25 | 39,68 | 27 | 52,94 |
| Branca | 2 | 40 | - | - | 15 | 35,71 | 7 | 21,87 | 7 | 11,11 | 15 | 29,41 |
| Não informado | - | - | - | - | 13 | 30,95 | 4 | 12,5 | 23 | 36,51 | 7 | 13,72 |
| Escolaridade | | | | | | | | | | | | |
| Analfabeto | - | - | - | - | 1 | 2,38 | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | 2 | 3,92 |
| Fundamental incompleto | 5 | 100 | 18 | 90 | 34 | 80,95 | 30 | 93,75 | 56 | 88,89 | 43 | 84,31 |

| Variável | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|----------------------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| | T=5 | P=100% | T=20 | P=100% | T=42 | P=100% | T=32 | P=100% | T=63 | P=100% | T=51 | P=100% |
| Fundamental completo | - | - | 1 | 5 | 3 | 7,14 | 1 | 3,12 | 2 | 3,17 | 2 | 3,92 |
| Médio incompleto | - | - | 1 | 5 | - | - | - | - | 1 | 1,59 | 1 | 1,96 |
| Médio completo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Não informado | - | - | - | - | 4 | 9,52 | - | - | 3 | 4,76 | 3 | 5,88 |

Fonte: Ministério da Saúde. SINAN, 2007-2009.

FIGURA 1: Evolução dos casos de TMRIs de acordo com o total de notificações de 2007 a 2012



Fonte: Ministério da Saúde. SINAN, 2007-2009.

TABELA 3: Frequências absolutas e relativas dos casos de TMRs segundo a ocupação de 2007-2009 - Bahia.

| Ocupação (CBO) | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|--|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| | T=5 | P=100% | T=20 | P=100% | T=42 | P=100% | T=32 | P=100% | T=63 | P=100% | T=51 | P=100% |
| Cobrador de transportes coletivos (exceto trem) | 2 | 40 | 2 | 10 | 4 | 9,52 | 3 | 9,37 | - | - | 1 | 1,96 |
| Motoristas de Ônibus e Caminhão | 1 | 20 | 6 | 30 | 6 | 14,28 | 3 | 9,37 | 3 | 4,76 | 7 | 13,72 |
| Professores do ensino infantil, fundamental e médio | - | - | - | - | 4 | 9,52 | 2 | 6,25 | 2 | 3,17 | 9 | 17,65 |
| Gerente de Produtos Bancários | 1 | 20 | - | - | 1 | 2,38 | 1 | 3,12 | - | - | 4 | 7,84 |
| Agente Comunitário de Saúde | - | - | 1 | 5 | - | - | 1 | 3,12 | 4 | 6,35 | 2 | 3,92 |
| Agente de Segurança Penitenciária | 1 | 20 | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | - | - |
| Vendedor em Comércio Atacadista | - | - | 2 | 10 | - | - | 1 | 3,12 | 5 | 7,94 | 1 | 1,96 |
| Administrador | - | - | 1 | 5 | 2 | 4,76 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| Profissionais de Enfermagem | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 3 | 4,76 | 1 | 1,96 |
| Operador de Telemarketing | - | - | - | - | 1 | 2,38 | 3 | 9,37 | 1 | 1,59 | - | - |
| Caixa de Banco | - | - | - | - | 1 | 2,38 | 2 | 6,25 | 5 | 7,94 | 2 | 3,92 |
| Vendedor Ambulante | - | - | - | - | - | - | 2 | 6,25 | 1 | 1,59 | - | - |
| Assistente Administrativo | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 4 | 6,35 | 2 | 3,92 |
| Acabador de Calçados | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | 1 | 1,96 |
| Chefe de Serviços Bancários | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| Receptionista em geral, Auxiliar de Pessoal, Atendente | - | - | 1 | 5 | 2 | 4,76 | - | - | 4 | 6,35 | 2 | 3,92 |
| Gerente Comercial, Administrativo, e de cobrança | - | - | - | - | 1 | 2,38 | 6 | 18,75 | 2 | 3,17 | 2 | 3,92 |
| Trabalhador da Manutenção de Edificações | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |
| Empregado Doméstico nos Serviços Gerais | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | - | - | 1 | 1,96 |
| Agente de Segurança Ferroviária | - | - | - | - | 1 | 2,38 | 1 | 3,12 | 2 | 3,17 | 2 | 3,92 |
| Promotor de Vendas | - | - | - | - | 1 | 2,38 | - | - | 1 | 1,59 | - | - |

| Ocupação (CBO) | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|-------------------------------------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| | T=5 | P=100% | T=20 | P=100% | T=42 | P=100% | T=32 | P=100% | T=63 | P=100% | T=51 | P=100% |
| Operador de Caixa | - | - | - | - | - | - | 1 | 3,12 | 1 | 1,59 | 2 | 3,92 |
| Chefe de Contabilidade Técnico | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1,59 | 1 | 1,96 |
| Operador de Máquinas Fixas em geral | - | - | 1 | 5 | - | - | - | - | 1 | 1,59 | 1 | 1,96 |
| Não informados | - | - | - | - | - | - | - | - | 7 | 11,11 | 4 | 7,84 |
| Outros casos | - | - | 6 | 30 | 11 | 26,19 | 6 | 18,75 | 13 | 20,63 | 6 | 11,76 |

Fonte: Ministério da Saúde. SINAN, 2007-2009.

SUICÍDIO TENTADO E CONSUMADO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO EM SÃO JOÃO DEL REI E REGIÃO

Tatiana Detomi Ramos*

Luiz Gonzaga Chiavegato Filho**

RESUMO: Investigou-se, entre 2002 e 2012, as relações entre tentativas e mortalidade por suicídio e ocupação em São João Del Rei/MG e região. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e correlacional. A população-alvo foi composta por sujeitos que tentaram ou consumaram suicídio registrados na região de São João Del Rei-MG. Considerou-se para essa pesquisa um nível de significância $P < 0,05$. Durante esse período foram registradas 1001 ocorrências de suicídios tentados (13,6) e consumados (86,4). As variáveis estatisticamente significativas encontradas foram sexo, idade, ocupação, natureza do suicídio e o bairro da ocorrência. Evidenciou-se como o suicídio é um fenômeno complexo e multicausal.

Palavras-chave: Suicídio tentado, Suicídio consumado; Trabalho

ABSTRACT: Was investigated between 2002 and 2012, relations between attempts and suicide mortality and occupation in Sao Joao Del Rei / MG and region. It is a study of descriptive and correlational nature. The target population consisted of individuals who attempted or consummated suicide recorded in the region of São João Del Rei-MG. It was considered for this research a significance level $P < 0.05$. During this period were recorded in 1001 instances of attempted suicides (13.6) and consummate (86.4). Statistically significant variables were gender, age, occupation, suicide nature and the occurrence neighborhood. It was evident as suicide is a complex and multiple causes phenomenon.

Keywords: Suicide attempted, consummate suicide; Work

INTRODUÇÃO

O suicídio, de acordo com documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001, 2000), é considerado, atualmente, como um importante problema de saúde pública no mundo inteiro. Está entre as dez principais causas de morte na população mundial em todas as faixas etárias, ocupando o terceiro lugar no grupo com idade entre 15 e 34 anos. A taxa de prevalência mundial de suicídio é estimada em torno de 16 por 100 mil habitantes. Com variações conforme sexo, idade e país.

De acordo com a OMS (2002), as principais características associadas ao suicídio são fatos relacionados ao suicídio na família, forte ideiação suicida, experiências anteriores de suicídio, exiguidade de apoio social, transtornos mentais (principalmente depressão e abuso/dependência de álcool e drogas), eventos estressantes e características sociodemográficas, tais como pobreza, desemprego e baixo nível educacional.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde (2006), o número absoluto de ocorrências de mortes por suicídio é elevado, são 7.987 casos em 2004 e 8.550 em 2005, o que nos coloca entre os dez países com o maior número ocorrências. No entanto, conforme o estudo desenvolvido por Mello-Santos, Bertolote e Wang (2005), a taxa média de mortalidade anual por suicídio oscila entre 4 a 6 mortes por 100 mil habitantes. Essa taxa é considerada relativamente baixa quando comparada com as taxas de outros países. Ao longo dos anos, os idosos apresentaram as taxas de mortalidade mais altas. Porém, em números absolutos, nota-se que os casos de suicídio entre população jovem crescem cada vez mais.

No período de 1980 a 1999, os Estados brasileiros com maiores taxas de mortalidade por suicídio foram, em ordem decrescente, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. A taxa de mortalidade do primeiro variou entre 8 e 10 mortes por 100 mil habitantes, enquanto que o segundo apresentou uma taxa entre 7 e 8,5 por 100 mil habitantes. Por fim, o Estado do Paraná verificou-se uma taxa média de 7,1 suicídios por 100 mil habitantes (MENEGUEL et al., 2004).

Porém, como alertam alguns pesquisadores, no Brasil existem poucas análises epidemiológicas de séries históricas de suicídio e mesmo entre os estudos já realizados é preciso considerar algumas importantes limitações que são recorrentes. A primeira delas é a subnotificação e a outra é a baixa qualidade das informações contidas nos certificados de óbito, fatores estes que podem provocar

* Psicóloga e Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. Psicóloga do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). E-mail: tatidetomi@yahoo.com.br.

** Professor orientador. Psicólogo e Doutor em Psicologia e Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei-MG (UFSJ). E-mail: lgcfilho@ufs.edu.br.

uma subestimação de mortes por suicídio (MARÍN-LEÓN, BARROS, 2003; MINAYO, 2005; LOVISI et al., 2009).

Especificamente no município de São João Del Rei e região, de acordo com dados levantados junto ao 38º Batalhão Polícia Militar de Minas Gerais, entre os anos de 2009 e 2011, ocorreram em média 9 óbitos por suicídio, o que perfaz uma taxa de mortalidade de 10,7 por 100 mil habitantes. Pelos parâmetros definidos por Diekstra e Guilbinat¹ (1993), para dimensionar o risco de morte devido ao suicídio, São João Del Rei e região apresentam risco médio. Entretanto, entende-se tratar de uma taxa de mortalidade alta e preocupante quando se verifica que o valor encontrado é mais alto do que os dados apresentados acima e representa quase o dobro do verificado no Estado de Minas Gerais, que, no mesmo período, apresentou uma taxa de 5,8 óbitos por 100 mil habitantes.

Em estudo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2011), no período de 2008 a 2010 ocorreram 1090 óbitos por lesão autoprovocadas intencionalmente, o que representa uma taxa de mortalidade de 5,6 óbitos por 100 mil habitantes. Segundo o mesmo estudo, nesse mesmo período, na microrregião de Barbacena aconteceram 16 óbitos por suicídios, sendo que a taxa média de mortalidade ficou em 7,1 por 100 mil habitantes. No entanto, os mesmos dados analisados segundo sexo, apontam para uma taxa de mortalidade de 12,7 entre os homens e 1,7 entre as mulheres. Talvez, essa diferença esteja relacionada com a precarização e degradação dos ambientes de trabalho, como mencionado anteriormente.

No que se refere às tentativas de suicídio, ainda com base nos dados do 38º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, no município de São João Del Rei e região registrou-se, em números absolutos, 35 tentativas de suicídio em 2009 e 82 tentativas em 2011, ou seja, um crescimento de mais de 200%. Nesse mesmo período, notou-se uma ligeira queda do número de tentativas de suicídio no Estado de Minas Gerais, passando de 3822 registros em 2009 para 3641 registros em 2011. Calcula-se, segundo a OMS (2002) que as tentativas de suicídio sejam 20 vezes mais frequentes que o ato consumado.

Vale ressaltar ainda que é possível encontrar mais ocorrências tanto de tentativas, quanto de suicídio consumado em São João Del Rei e região se forem consideradas as limitações apresentadas para esse tipo de análise e a possibilidade de encontrar mais casos em outros bancos de dados, como o do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e da Secretaria de Saúde do Município.

Desse modo, evidenciaram-se a necessidade de novas investigações epidemiológicas que aprofundem a compreensão desse fenômeno especificamente em nossa região e permitam a identificação dos grupos de alto risco, promovendo o desenvolvimento de estratégias de intervenção específicas para prevenção de comportamentos suicidas.

1 SUICÍDIO E TRABALHO

Nos últimos anos se observa um número crescente de registros de suicídios relacionados ao trabalho. O que pode justificar esse aumento é a nova configuração do mundo do trabalho. De um lado o desejo por um trabalho estável e formal em contrapartida o que se encontra é um aumento de contratações de trabalho terceirizado, subcontratos e o trabalho informal, fatores que corroboram o suicídio tentado e consumado (LEWIS; SLOGGETT, 1998; VIANA, et al, 2008; VENCO; BARRETO, 2010; FREITAS, 2011; FINAZZI-SANTOS, SIQUEIRA, MENDES, 2010; FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; LIMA, 2010). Além das questões do trabalho e outros fatores que influenciam as taxas de mortalidade por suicídio são os aspectos sociodemográficos, culturais e regionais e a forma de coleta e registro dos dados (OMS, 2002; PALLARES; BAHLS, 2003).

Em estudo longitudinal com população masculina inglesa, Lewis e Sloggett (1998) destacaram o desemprego como a variável associada de forma mais importante ao suicídio; doença crônica, presença de incapacidade e estar aposentado também apresentaram associação significativa. Os autores alertaram para a possibilidade de que os transtornos mentais são um fator de confusão para

¹ Conforme Diekstra e Guilbinat (1993), considera-se risco baixo, as taxas de mortalidade com menos de cinco óbitos por 100 mil habitantes; risco médio, taxas ≥ 5 e < 15 óbitos; risco alto, ≥ 15 e < 30 óbitos; e risco muito alto, ≥ 30 óbitos por 100 mil habitantes.

essas associações, uma vez que normalmente desconsideram-se os determinantes desta afecção, que eventualmente pode ser o próprio trabalho ou ausência deste.

Conforme algumas pesquisas, a organização do trabalho e suas formas de gestão, baseadas na concorrência e práticas individualizantes, encontram-se na base de sustentação da decisão do suicídio ocasionado pelo trabalho. As características da empresa moderna impõem o alcance de metas sempre variáveis, a intensificação do trabalho, a ausência de orientações claras e de formação específica para uma nova organização do trabalho e para a utilização de novas tecnologias. Tais fatores configuram um tipo de precariedade subjetiva onde cada trabalhador não encontra os meios necessários para realização da sua atividade (DEJOURS, BÈNGUE, 2009; VENCO; BARRETO, 2010; FINAZZI-SANTOS, SIQUEIRA, MENDES, 2010).

As novas formas de gestão desestabilizam e desestruturam os coletivos de trabalho e, com isso retira do trabalhador a possibilidade de construção de estratégias para transformar a realidade, exigindo cada vez mais que eles criem novas formas de adaptação para dar conta das atividades prescritas. Entretanto, muitas vezes, diante da impossibilidade de dar sentido à própria atividade, o suicídio aparece como alternativa para acabar com o sofrimento que, aos poucos, se torna insuportável diante da fragilidade e vulnerabilidade que a solidão provoca no ser humano (GAULEJAC, 2007; FINAZZI-SANTOS, SIQUEIRA, MENDES, 2010).

De todo modo, a relação entre suicídio e trabalho ainda está pouco explícita e documentada, apesar do papel fundamental do trabalho na constituição de nossa identidade pessoal, social e profissional. Sabe-se que o trabalho é uma atividade essencialmente humana, que confere sentido à vida, fortalece a identidade e a dignidade de trabalhador, além de ser fonte de reconhecimento e autoestima (VENCO, BARRETO, 2010; LIMA, 2010; FREITAS, 2011).

2 MÉTODO

Esse estudo pretendeu analisar, por meio de um estudo descritivo e correlacional, as características epidemiológicas das tentativas e da mortalidade por suicídio em uma série histórica de dez anos, entre 2002 e 2012. Trata-se de investigar as relações entre variáveis, tal como elas ocorrem naturalmente, dentro de um único intervalo de tempo (SELLTIZ, WRIGHTSMAN, COOK, 1976; CONTANDRIOPOULOS et al., 1994).

A população-alvo da presente pesquisa foi composta por sujeitos, de ambos os gêneros, que tentaram ou consumaram suicídio durante os anos de 2002 a 2012 e que tenha sido registrado na região de São João Del Rei-MG. Os dados foram coletados, na 189ª Cia/PM pertencente ao 38º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, e no 2º Pelotão da 2ª Companhia de Bombeiro Militar de Minas Gerais. Não foi retirada amostra da população-alvo, tendo em vista que os dados já estavam disponíveis em banco boletins de ocorrências. Trabalhando com toda a população-alvo torna-se possível generalizar os resultados, garantindo a validade externa da pesquisa, para essa população.

As variáveis que foram utilizadas para análise são ocupação da vítima, sendo dividido entre ativos e não ativos; escolaridade, estado civil, sexo, idade, local em que o ato ocorreu, o bairro e a natureza do suicídio, que é a forma que a vítima utilizou para tentar ou consumir o ato.

Para análise da pergunta inicial desta pesquisa foi utilizado o teste de “Comparação de grupos com dados em categorias”, pois os dados estão computados sob forma nominal. Neste caso, o pesquisador terá dados em forma de porcentagens de suicídios consumados e tentados. A análise estatística será feita pelo teste de Qui-quadrado (DANCEY, REIDY, 2006) para comparar as porcentagens obtidas nos dois subgrupos (tentado e consumado) e verificar se há uma diferença estatisticamente significativa entre eles em relação ao tipo de ocupação.

Os dados coletados foram organizados no programa *Statistical Program for Social Sciences* (SPSS-PC), na versão 19.0. A partir deste, serão realizadas as análises estatísticas, considerando um nível de significância $P < 0,05$.

3 RESULTADOS

Primeiramente, serão expostos os resultados das análises estatísticas descritivas, tabela 1, sobre as características sociodemográficas dos sujeitos que tentaram ou consumaram o suicídio na região de São João Del Rei. Em seguida, serão apresentados os resultados das análises estatísticas univariadas, em relação ao tipo de suicídio dessa pesquisa.

3.1 Análise descritiva

Em relação a porcentagem de registros de cada instituição que cedeu os dados em função do tipo de suicídio, tentado ou consumado, 47,3% das ocorrências foram coletadas dentro da instituição Bombeiros Militar (BM) e 52,7% na Polícia Militar (PM). Das ocorrências registradas pelos BM, 92,2% são de suicídio tentado e apenas 7,4% de suicídio consumado. Isso é justificado pelo fato de quando existe um corpo é necessário que compareça a perícia para confirmar que não se trata de um crime violento, e por isso muitas vezes não é feito a ocorrência pelos BM. Dentro dos dados da PM 19,1% foram casos de suicídio consumado e 80,9% de suicídio tentado. No total 13,6% dos casos registrados são suicídio consumado e 86,4% suicídio tentado.

TABELA 1: Caracterização amostral segundo o tipo de suicídio

| | Suicídio tentado | Suicídio consumado | pa |
|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------|
| Sexo (n=1001) | | | |
| Masculino | 82 (37,8) ^b | 327 (60,3) | < 0,01* |
| Feminino | 54 (62,2) | 592 (39,7) | |
| \ | 179 (21,0) | 15 (11,6) | < 0,01* |
| | 490 (57,6) | 73 (56,6) | |
| | 158 (18,6) | 28 (21,7) | |
| | 24 (2,8) | 13 (10,1) | |
| Estado Civil (n=726) | | | |
| Acompanhado | 35 (38,5) | 232 (36,5) | 0,402 |
| Não acompanhado | 56 (61,5) | 403 (63,5) | |
| Escolaridade (n=586) | | | |
| Analfabeto | 9 (1,7) | 0 (0) | 0,726 |
| Alfabetizado | 295 (55,1) | 30 (58,8) | |
| Ensino Fundamental | 138 (23,5) | 11 (21,6) | |
| Ensino Médio | 97 (16,6) | 8 (15,7) | |
| Ensino Superior | 17 (2,9) | 2 (3,9) | |
| Tipo de trabalho (n=496) | | | |
| Ativo | 181 (45,4) | 57 (58,8) | 0,012* |
| Não ativo | 218 (54,6) | 40 (41,2) | |

a) cálculo segundo teste de qui-quadrado de Pearson e Likehoo dratio.

b) dados expressos em valores absolutos e relativos.

c) acompanhantes são considerados casados e amigos e não acompanhante considerados solteiros, viúvo(a) e divorciado(a).

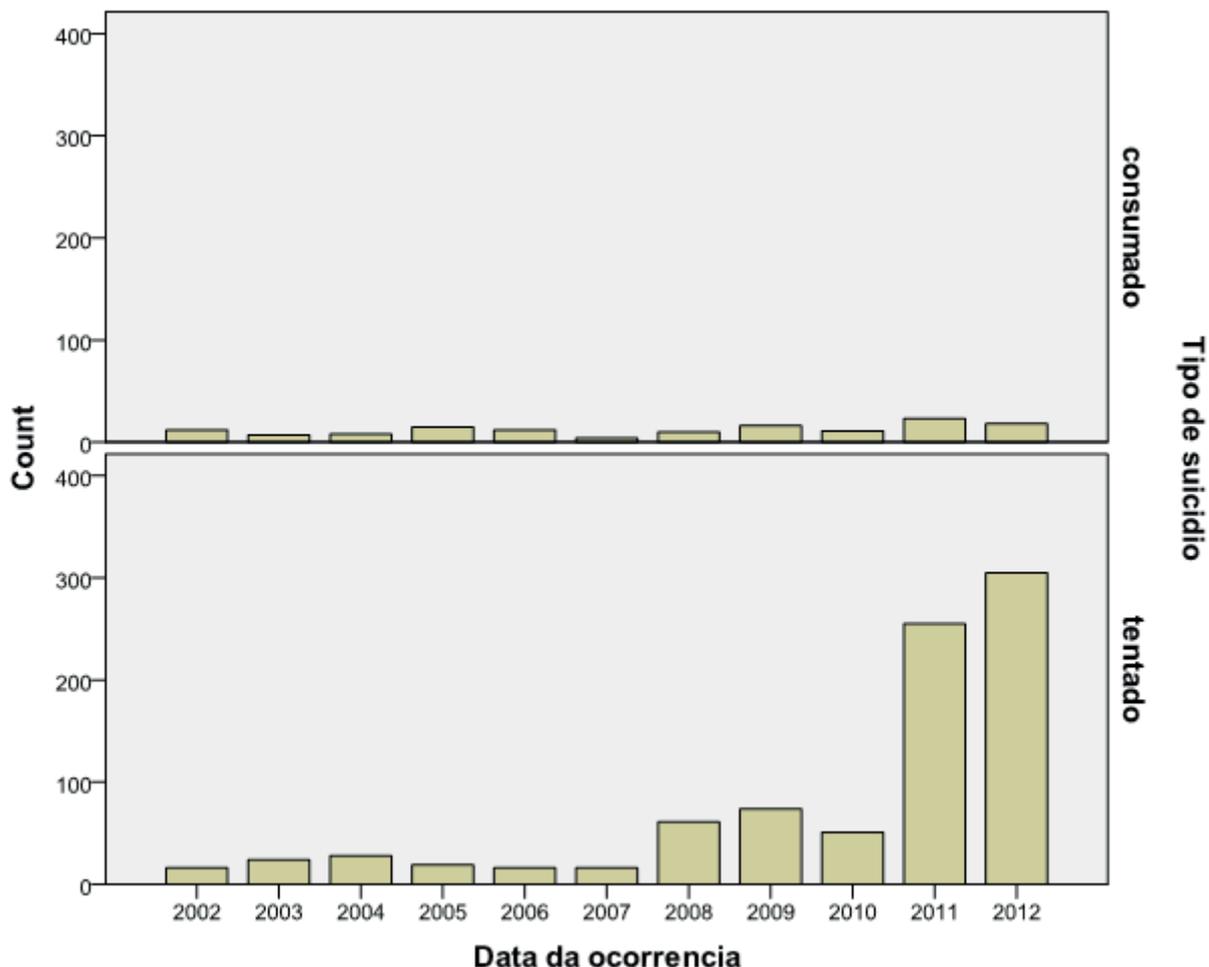
d) as etapas foram classificadas como não concluída e concluída.

3.2 Data da ocorrência

Como pode ser observado no gráfico 1, é crescente o número de tentativas de suicídio a cada ano em São João Del Rei. Em 2002 foram 16 casos e em 2012 305 registros, quase 20 vezes mais.

O número de registros de suicídio consumado, já não tem um ritmo de crescimento constante. Os anos de 2002, 2005 e 2006 foram os que tiveram maiores taxas de suicídio consumado com 42,9%, 44,1% e 42,9% respectivamente. De forma geral o número de registros de caso de suicídio, seja ele consumado ou tentado, em 2011 e 2012 teve um aumento que pode ser explicado pela criação da Unidade de Pronto Atendimento em São João Del Rei (UPA-SJ) em 2010, pois a instituição, ao receber casos que eram levados por familiares chama a PM para fazer o registro da ocorrência.

GRÁFICO 1 - Data da ocorrência em relação ao tipo de suicídio



3.3 Sexo em função do tipo de suicídio

Em relação ao sexo, conforme mostra a tabela 1, das ocorrências sobre suicídio, 40,9% são do sexo masculino e 59,1% feminino. Entre os suicídios consumados, os homens aparecem em sua maioria com 60,3% contra 39,7% das mulheres. Nas tentativas de suicídio isso é contrário, as mulheres aparecem como maioria com 62,2% contra 37,8% dos homens.

3.4 Idade

A média geral de idade da população alvo da pesquisa foi de 32,10. Sendo que entre os registros de suicídio consumado a média de idade é de 37,01, e entre os suicídios tentados a média de 31,26 anos. A idade mínima foi de 10 anos e a máxima de 90. Dentre as 1001 ocorrências registradas, 21 delas não apresentavam informação dessa variável. Como pode ser visto na tabela 1, a faixa etária com menor prevalência foi de 20 a 39 anos com 57,6% nas ocorrências de suicídio tentado e 56,6% nas ocorrências de suicídio consumado. Seguido da faixa etária de 40 a 59 anos, com 18,6% em

suicídios tentados e 21,7% consumados. Os idosos, acima de 60 anos, foram as menores taxas com 2,8% em suicídio tentados e 10,1% suicídio consumado.

3.5 Estado Civil

A tabela 1, mostra que as maiores taxas de suicídio tentado foi registrado com pessoas não acompanhadas, solteiro, divorciado ou viúvo, com 61,5% contra 38,5% das pessoas acompanhadas, casadas ou amasiadas. Isso acontece também em relação as ocorrências de suicídio consumado com taxas de 63,5% de pessoas não acompanhadas contra 36,5% de pessoas acompanhadas.

3.6 Escolaridade

A tabela 1 mostra que os registros de escolaridade só apareceram em 586 das ocorrências de suicídio, o que corresponde a 58,54%. Em suicídio tentado os alfabetizados aparecem em primeiro lugar com 55,1%. Seguido de pessoas com ensino fundamental com 23,5%. Em suicídio consumado, os primeiros lugares ficam com alfabetizados, 58,8% e pessoas com ensino fundamental, 21,6%. As menores taxas são de pessoas analfabetas com 0% em suicídio consumado e 1,7 em suicídio tentado.

3.7 Ocupação

A tabela 1 apresenta os dados de ocupação em função ao tipo de suicídio. Apenas 50,04% das ocorrências registradas tinham a informação de ocupação da vítima. As ocupações que tem mais registros de ocorrência são do lar, com 21,8%; em seguida vem estudante com 15,6%. Aposentados representam 8,2% e desempregados 5,6% da população que tenta ou consuma o suicídio. Em relação ao suicídio tentado as ocupações que tem valores mais expressivos são do lar, com 23,8% e estudante com 17,8%. Já em relação do suicídio consumado em primeiro lugar estão os aposentados juntamente com a ocupação do lar com 13,4%; seguidos de pedreiros com 9,3% e desempregados com 8,2%. Ao analisar por tipo de trabalho, levando em consideração as pessoas que estão ativas e não ativas, em suicídio tentado temos maior taxas entre os não ativo com 54,6%. Já em suicídio consumado a maior taxa fica com os ativos com 58,8%.

3.8 Bairro da Ocorrência

Em relação ao bairro em que foi registrado a ocorrência, apenas 89,71% tinham essa variável preenchida. De acordo com os registros, os bairros com maiores índices de suicídio tentado ou consumado são Caeiras com 15,1% seguido de Matosinhos com 9,5%. As tentativas de suicídio são mais comuns nos bairros Caeiras com 16,4%, seguido de Matosinhos com 9,5%, Centro com 7,3%, Tejuco com 6,9% e Fábricas com 6,8%. Os suicídios consumados foram mais frequentes nos bairros da Colônia com 9,9%, seguido de Matosinhos com 9,2% e Centro, Tejuco e Caeiras todos com 7,6%.

3.9 Local da Ocorrência

Em relação aos locais em que as ocorrências de suicídio aconteceram, 78,6% aconteceram na casa da vítima e, em segundo lugar, em via pública com 15,8%. Com 2,8%, 0,8%, 0,7%, 0,5%, 0,3%, 0,2% e 0,1% estão, respectivamente, os seguintes locais: presídio, hotéis, trabalho da vítima, casa de familiar, escola, hospitais e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em tentativas de suicídio esse quadro permanece o mesmo, sendo casa da vítima 79,8% dos casos e via pública 14,9%, presídio com 2,9%, trabalho da vítima e hospitais com 0,7%, casa de familiar e hotéis com 0,6%, escola com 0,2

e CAPS com 0,1%. Para suicídio consumado, 71,9% aconteceram na casa da vítima e 21,5% em via pública, 2,2% em hotéis, 0,7% em trabalho da vítima, escolas e hospitais.

3.10 Natureza do suicídio

De forma geral, os meios mais utilizados registrados nesses dados são por psicotrópicos com 35,2%, seguido de enforcamento com 16,6%, outros tipos de medicamentos com 14,4% e por uso de pesticida com 11,7%. As tentativas de suicídio normalmente aconteceram com uso de psicotrópicos com 38,8%, uso de outros tipos de medicamentos não especificados com 15,8%, pesticidas com 12,6%, enforcamento com 9,9% e objeto cortante ou penetrante com 8,4%. Os suicídios consumados aconteceram em sua maioria por enforcamento com 58,8%, seguido de uso de psicotrópicos com 11,8% e disparo de arma de fogo com 8,1%.

3.11 Análises Univariadas do tipo de suicídio

A seguir, serão apresentados os resultados das análises estatísticas univariadas, em relação ao tipo de suicídio, cujo objetivo foi identificar se há diferença significativa das características sociodemográficas das vítimas e tipo de suicídio. Como pode ser visto na tabela, as variáveis sexo, faixa etária, tipo de trabalho, bairro e natureza do suicídio apresentaram diferenças significativas. Isso mostra que o tipo de suicídio depende dessas variáveis, mas não podemos dizer que se estabelece relação de causa-efeito.

TABELA 3 - Verificação das variáveis sócio demográficas em função do tipo de suicídio

| Variável | Valor de p |
|-----------------------------|---------------------|
| Sexo | <0,01* ^a |
| Faixa Etária | <0,01* ^a |
| Estado Civil | 0,402 ^a |
| Escolaridade | 0,726 ^a |
| Tipo de Trabalho | 0,012* ^a |
| Bairro | <0,01* |
| Local em que ocorreu o fato | 0,159 |
| Natureza do suicídio | <0,01* |

* $p < 0,05$

^a cálculo segundo teste de qui-quadrado de Pearson e Likelihood ratio

4 DISCUSSÃO

Os resultados encontrados neste estudo possibilitaram avaliar o perfil sociodemográfico da população que tentou e consumou o suicídio na região de São João Del Rei nos anos de 2002 a 2012. Durante esse período 1001 ocorrências de suicídio tentado e consumado foram registradas, 13,6% foram consumados e 86,4% suicídios tentados.

Em relação ao sexo, no total das ocorrências sobre suicídio, 40,9% são sujeitos do sexo masculino e 59,1% feminino. Entre os suicídios consumados, os homens são a maioria com 60,3% contra 39,7% das mulheres. Nas tentativas de suicídio essa tendência se dá ao contrário, as mulheres aparecem como maioria com 62,2% contra 37,8% dos homens. Estes valores são semelhantes aos encontrados em algumas pesquisas nessa área, que colocam pessoas do sexo masculino com maior prevalência em ocorrência de suicídio. Mello-Santos, Bertolote e Wang (2005) buscaram descrever as taxas de suicídio do Brasil nas últimas décadas, bem como compará-las com a situação epidemiológica mundial. Utilizaram o Banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), cobrindo o período de 1980 a 2000. E perceberam que a taxa global de suicídio no Brasil cresceu 21% em 20 anos. Os homens se suicidaram de 2,3 a 4 vezes mais que as mulheres e os

idosos acima de 65 anos apresentaram as maiores taxas de suicídio. Já a pesquisa de Marín-León e Barros (2003) visou descrever a tendência da mortalidade por suicídio e o perfil sociodemográfico e identificou diferenças de sexo e nível socioeconômico. Analisando os Dados das estatísticas oficiais de mortalidade do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério de Saúde, relativos ao período de 1976 a 2000. E obteve como resultado que a sobre mortalidade masculina foi superior a 2,7 suicídios masculinos para cada suicídio feminino.

A média geral de idade das ocorrências analisadas foi de 32,10. Sendo que entre os registros de suicídio consumado a média de idade é de 37,01, e entre os suicídios tentados a média de 31,26 anos. A idade mínima foi de 10 anos e a máxima de 90. Como pode ser visto, foi menor se comparado com as pesquisas de Viana et al. (2008) e Marín-León e Barros (2003), que mostraram que em 1980-1985 as maiores taxas foram observadas nos adultos de 55 anos e mais. Viana, Zenkner e Sakae (2008) propuseram descrever e avaliar a incidência de suicídio em indivíduos procedentes da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), no período de 2001 a 2005. Por meio de todos os suicídios registrados no Instituto Médico Legal (IML) de Tubarão, SC, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005, com sujeitos de 17 a 85 anos. Encontrando que a idade média dos suicidas pesquisados ficou em 44 anos, com predomínio do sexo masculino (79,6%). Porém confirma os dados encontrados por Santos, Bertolote e Wang (2005) que afirmam que considerando a idade como fator de risco para suicídio, as taxas para ambos os sexos são mais altas na idade adulta e na velhice. Como pode ser confirmado pela presente pesquisa, entre os adultos jovens (20 a 39 anos) e adultos meia idade (40 a 59 anos) estão as maiores taxas de suicídio consumado com 78,3% e tentado com 76,2%. Porém encontrou o resultado contrário em relação aos idosos, já que estes têm os menores valores tanto em suicídio tentado com 2,8% e consumado com 10,1%.

Nos últimos 15 anos, tanto no Brasil quanto nos demais países, observou-se aumento progressivo de tentativas de suicídio e suicídios consumados entre adolescentes e adultos jovens, como pode ser confirmado pela presente pesquisa quando analisado o gráfico de prevalência de suicídio por ano, tornando-se uma tendência global e apresentando-se como a terceira causa de morte dos 15 aos 34 anos, só perdendo para homicídios e acidentes, e em alguns países chegando a ser a primeira causa de morte nessa população. Tal condição pode ser explicada pela tendência crescente no mundo do trabalho, apontada por Antunes e Alves (2004, p. 339), de exclusão dos jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho e que, “[...] sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural”.

O estado civil, apesar de não ter tido diferença estatisticamente significativa nessa pesquisa, o que pode ter acontecido por ter sido uma variável com pouco registro, já que apenas 72,52% das ocorrências apresentaram essa informação, tem sido apontado pela literatura como variável que pode ter relação com o suicídio. Entre os suicídios tentados, 61,5% das ocorrências são de pessoas consideradas não acompanhadas, que engloba os solteiros, divorciados e viúvos. Entre os registros de suicídio consumado as maiores taxas também estão com os não acompanhados com 63,5%. Segundo Viana, Zenkner e Sakae (2008), a prevalência de suicídio é maior entre os indivíduos que não possuem companheiros, entre eles estão os divorciados, os solteiros e os viúvos. “Os solteiros apresentam índices ainda mais altos quando jamais foram casados, chegando ao risco até duas vezes maior do que as pessoas casadas” (VIANA, ZENKNER, SAKAE, 2008, p. 39). Entre os viúvos o efeito também é considerável, o que pode ser constatado pelo o grande número de suicídios ocorrido logo após a morte do cônjuge. O isolamento social, a perda de um ente querido ou a ruptura de uma relação afetiva podem desencadear pensamentos e até o ato suicida, cuja incidência é maior nas mulheres sem filhos (SILVA et al., 2006).

Apesar de apenas 50,04% das ocorrências registradas terem a informação de ocupação da vítima, essa é uma variável que apresentou diferença estatisticamente significativa. Ao ser analisada como tipo de trabalho, os ativos representam 45,4% nos suicídios tentados, e 58,8% nos suicídios consumados. Os não ativos representam 54,6% dos suicídios tentados e 41,2% dos suicídios consumados. Ceccon et al. (2014), realizaram uma pesquisa em seis metrópoles brasileiras para relacionar a mortalidade por suicídio com indicadores de saúde e trabalho, a qual mostra que na

cidade de São Paulo foi possível observar associação inversa do suicídio com desemprego, embora essa relação não seja significativa. Indicando que trabalhos precarizados e estressantes, onde existe sobrecarga e sofrimento emocional é mais adoeceador, e coloca o trabalhador em uma situação em que perde a vontade de viver, que ficar desempregado. O trabalho, inserido na atual política neoliberal, está se configurando em um quadro de terceirização e subcontratação de mão-de-obra, que gera grande sofrimento psíquico que pode chegar ao ponto máximo que leva ao suicídio devido a precarização das relações de trabalho, ampliação da jornada, fechamento de indústrias e desemprego (CECCON et al., 2014).

As ocupações que tem mais registros de ocorrência são do lar, com 21,8%; em seguida vem estudante com 15,6%. Aposentados representam 8,2% e desempregados 5,6% da população que tenta ou consome o suicídio. Em relação ao suicídio tentado as ocupações que tem valores mais expressivos são do lar, com 23,8% e estudante com 17,8%. Já em relação do suicídio consumado em primeiro lugar estão os aposentados juntamente com a ocupação do lar com 13,4%; seguidos de pedreiros com 9,3% e desempregados com 8,2%. Esses dados vêm ao encontro de outros estudos que mostram que outro aspecto relevante no risco de suicídio e a situação profissional, pois apontam o desemprego e pessoas que se encontram em situações de trabalho precarizado terem risco aumentado. Como também, mudanças na situação socioeconômica mostram-se relacionadas ao evento (VIANA, ZENKNER, SAKAE, 2008). Em estudo longitudinal com população masculina inglesa, Lewis e Sloggett (1998) também destacaram o desemprego como a variável associada de forma mais importante ao suicídio e a aposentadoria como variável de possível influência.

De forma geral, os meios mais utilizados registrados nesses dados são por psicotrópicos com 35,2%, seguido de enforcamento com 16,6%, outros tipos de medicamentos com 14,4% e por uso de pesticida com 11,7%. As tentativas de suicídio normalmente aconteceram com uso de psicotrópicos com 38,8%, uso de outros tipos de medicamentos não especificados com 15,8%, pesticidas com 12,6%, enforcamento com 9,9% e objeto cortante ou penetrante com 8,4%. Os suicídios consumados aconteceram em sua maioria por enforcamento com 58,8%, seguido de uso de psicotrópicos com 11,8% e disparo de arma de fogo com 8,1%. Esses valores confirmam os dados encontrados na literatura.

[...] diversos são os meios utilizados para o ato suicida, dependendo também de fatores socioeconômicos, culturais e políticos, como leis de porte de arma ou controle de venda de substâncias tóxicas. Pode-se também observar que os homens geralmente utilizam meios mais violentos do que as mulheres para executar o ato (VIANA, ZENKNER, SAKAE, 2008, p. 40).

A forma mais utilizada no Brasil é o enforcamento, chegando a 71% dos suicídios no estado de Santa Catarina nos anos de 1996 a 2001 do total de 2.064 suicídios. Em seguida, utilizado em sua maioria por homens, está a morte por uso de arma de fogo. Em menores registros estão as intoxicações exógenas, que são registros de superdosagem de medicamentos, envenenamento por uso de agrotóxicos, ingestão de produtos de limpeza, que na maioria das vezes não consuma o ato do suicídio mas pode deixar sequelas graves. Esses registros são mais comuns entre as mulheres (MARÍN-LEÓN, BARROS, 2003).

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo possibilitaram acesso a dados epidemiológicos relativos à tentativa e mortalidade por suicídio em São João Del Rei e região, que é considerada uma cidade com taxa de mortalidade média, e representa um avanço significativo para determinar a magnitude do problema. Ele permite a identificação de grupos de alto risco, possibilitando assim desenvolvimento de estratégias de intervenção visando a redução desses índices.

Deve-se ressaltar que as informações sobre comportamento suicida no Brasil ainda é muito difícil de ser encontrada. Como pode ser visto em algumas variáveis desse estudo a forma como é registrado as ocorrências, sem que tenha as informações sobre a vítima de forma completa dificulta a pesquisa. Outra dificuldade para que se tenha estudos mais aprofundados sobre esse tema é a subnotificação. Falar sobre suicídio ainda é um tabu para muitas pessoas. Muitas ocorrências são maquiadas como sendo acidentes, intoxicação exógena não intencional por vergonha da própria família.

Ter como resultado uma diferença estatisticamente significativa com variáveis sociais como ocupação é importante para que se perceba que o suicídio não é um fenômeno que deve ser visto apenas como de responsabilidade individual, mas também como um problema social. O trabalho ou até mesmo a ausência dele pode ser causa de adoecimento psíquico levando ao máximo do desespero, o suicídio. A perda de sentido da atividade a deixa artificial. É necessário que o sujeito se reconheça na ação para que o trabalho tenha função psicológica para o trabalhador. Muitas vezes os conflitos no trabalho deixam os sujeitos diante de dilemas, ocasionando sofrimento e quadros psicopatológicos. Isso pode ocorrer em contextos de trabalho que inviabiliza a superação das barreiras colocadas na tarefa. (CLOT, 2010).

Ressalta-se a importância de novos estudos que aprofundem as evidências encontradas em determinadas categorias e na faixa etária da amostra analisada da provável relação entre trabalho e suicídio.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

CECCON, R. F.; MENEGHEL, S. N.; TAVARES, J. P. et al. Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2225-2234, 2014.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte. Fabrefactum, 2010.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. **Saber preparar uma pesquisa**. Tradução de Silvia Ribeiro de Souza. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1994.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicide et travail: que faire?** Paris: PUF, 2009.

DIEKSTRA, R. F. W.; GULBINAT, W. The epidemiology of suicidal behavior: a review of three continents. **World Health Statistics Quarterly**, n. 46, p. 52-68, 1993.

FINAZZI-SANTOS, M. A.; SIQUEIRA, M. V. S; MENDES, A. M. Tentativas de suicídio de bancários no contexto das reestruturações produtivas. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 925-938, set./out. 2010.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FREITAS, M. E. Suicídio, um problema organizacional. **GVexecutivo, São Paulo**, v.10, n.1, p. 54-57, jan./jun. 2011.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2007.

LEWIS, G.; SLOGGETT, A. Suicide, deprivation, and unemployment: record linkage study. **BMJ**, v. 317, p 1283-1286, 1998.

LIMA, M. E. A. Réplica 2 - Réplica ao Artigo “Tentativas de suicídio entre bancários no contexto de reestruturação produtiva”. **RAC**, Curitiba, v. 14, n.5, p. 949-955, set./out. 2010.

LOVISI, G. M.; SANTOS, S. A.; LEAGY, L. et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v 31, p 586-593, 2009.

- MARÍN-LEÓN, L.; BARROS, M. B. Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. **Revista de Saúde Pública, São Paulo**, v. 3, n. 3, p. 357-363, 2007.
- MELLO-SANTOS, C.; BERTOLOTE, J.M.; WANG, Y.P. Epidemiology of suicide in Brazil (1980-2000): characterization of age and gender rates of suicide. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 27, n. 2, p 131-134, 2005.
- MENEGHEL, S. N.; VICTORA, C. G.; FARIA, N.M. X. et al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública, São Paulo**, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.
- MINAS GERAIS. (Estado). Superintendência de Epidemiologia. **Análise da situação de saúde da microrregião barbacena**. Belo Horizonte, 2011.
- MINAYO, M. C. Suicídio: violência auto-infligida. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Impactos da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 15 ago. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html> Acesso em: 12 mar. 2016.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Multisite Intervention Study on Suicidal Behaviours (SUPRE-MISS): protocol of SUPRE-MISS**. Geneva: World Health Organization, 2002.
- PALLARES, P. A.; BAHLS, S. O suicídio nas civilizações: uma retomada histórica. **Revista Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal**, v 27, p 84-85, 2003.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1976. v. 1.
- SILVA, V. F.; OLIVEIRA, H. B.; BOTEGA et al. Fatores associados à ideação suicida na comunidade: um estudo de caso-controle. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 1835-43, 2006.
- VENCO, S.; BARRETO, M. O sentido social do suicídio no trabalho, **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 108, p 1-8, 2010.
- VIANA, G. N.; ZENKNER, F. M.; SAKAE, T. M. et al. Prevalência de suicídio no Sul do Brasil, 2001-2005. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 57, 1, p. 38-43, 2008.

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NOS FRIGORÍFICOS DE BARRETOS: O ANTAGONISMO DA SUPEREXPLORAÇÃO*

Alcides Pontes Remijo**

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar as relações de trabalho e saúde dos trabalhadores dos frigoríficos do município de Barretos, SP. Os frigoríficos instalados no Brasil vêm ganhando mercado mundial e adquirindo inúmeras filiais no exterior. Ao mesmo tempo em que as empresas instaladas no Brasil ganham mercado internacional, os trabalhadores adoecem em decorrência do excesso de trabalho e/ou se acidentam, formando uma massa de pessoas inválidas, ou inaptas para o trabalho. As análises sobre essa contradição são explicadas pela saúde do trabalhador, a nossa proposta pretende comprovar que é objetivação da superexploração do trabalho.

Palavras-chave: Acumulação capitalista, Saúde do trabalhador; Superexploração do trabalhador, Doenças laborais

ABSTRACT: *The present study aims to expose analysis of labor relations and health involving workers of the city of Barretos refrigerators. Refrigerators installed in Brazil are gaining world market by acquiring numerous branches abroad. At the same time the companies installed in Brazil gain international market, workers become ill due to overwork and / or are injured, forming a mass of broken or unfit for work people. The analysis of this contradiction can be explained by occupational health, our proposal intends to prove that objectification is the category of overexploitation.*

Keywords: *Capitalist accumulation, Occupational health, Overexploitation of worker, Industrial diseases*

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. A dissertação teve o objetivo de discutir o processo de adoecimento dos trabalhadores dos frigoríficos instalados no município de Barretos, no estado de São Paulo. O pesquisador como membro da classe trabalhadora conhecia a realidade cotidiana dos trabalhadores em frigoríficos, com amigos, conhecidos, vizinhos e chegou até a laborar neste local, mesmo por muito pouco tempo. A pesquisa de mestrado subsidia-se na análise dos dados coletados a partir de aplicação de questionário a 311 trabalhadores.

A pesquisa comprovou a tese de adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos, contudo, ainda estaríamos na aparência do fenômeno, mas a realidade é composta de aparência e essência para obter esse movimento histórico sob a perspectiva de totalidade. A compreensão desta relação de adoecimento e trabalho foi necessário buscar o movimento do capital na sua forma capitalista. Desta maneira, é necessário um estudo bibliográfico acerca do modo de produção capitalista sob o prisma da teoria marxiana e marxista.

A totalidade é composta pela Universalidade (conjunto das relações sociais) singularidade e (elementos comuns a objetos próximos) e a particularidade (elementos mais simples) buscando elemento de mediação a como a singularidade percorreu um estudo bibliográfico, acerca do mundo do trabalho e saúde do trabalhador. Assim, buscamos documentos encontrados nos autos de atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e denúncias de jornais, artigos acadêmicos, trabalhos monográficos e notícias veiculadas na internet que apontam más condições de trabalho em frigoríficos.

A intensão de dar mais concretude à pesquisa documental foi materializada na realização de 311 entrevistas com trabalhadores de frigoríficos em Barretos. As trabalhadoras e trabalhadores entrevistados laboravam na empresa Minerva (abatedouro), e na unidade do grupo JBS Friboi (indústria e desossa) e Minerva Dawn Farms (indústria de alimentos prontos). Esse questionário foi aplicado na porta das fábricas no final do expediente ao longo do segundo semestre de 2012.

O movimento do desenvolvimento do capitalismo, sua expansão e crise foi abordada não de uma forma apologética (defesa irrestrita do capitalismo), mas pela crítica da economia política. Através deste prisma chegamos a observar que atual crise não é mais uma crise cíclica, mas se constitui na crise estrutural do capital, a qual as suas capacidades de expansão ficam limitadas em decorrência das últimas transformações produtivas que provocou a queda da tacha de lucro. A nova conjuntura

* O artigo é um resumo da Dissertação apresentada no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do professor Dr. Ricardo Lara.

** Alcides Pontes Remijo é Mestre em Serviço Social pela da Universidade Federal de Santa Catarina, docente da Universidade Federal de Goiás no Departamento de Serviço Social, e um dos coordenadores do Grupo de Ontologia Crítica e Mundo do Trabalho.

inviabiliza as possibilidades de políticas conciliatórias de concessão à uma parte do proletariado (neste caso nos países Imperialistas), e altas taxas de lucros (para os monopólios) com ciclos de crescimentos relativamente longos de 7 a 10 anos ou mais sem crise. A crise estrutural tem como marco o fim da **última** onda de expansão do capitalismo, que foi do pós segunda guerra de 1945 a 1970. A partir deste período, ocorreu, ao menos, três mudanças visando estancar a crise estrutural: no Estado, na Ideologia e no mundo do trabalho. Para nosso objeto é fundamental observar duas tendências, da precarização do mundo do trabalho, cujo traço essencial é o marco da flexibilização do trabalho via perda de direitos trabalhistas e sociais, e as formas organizacionais como o toyotismo, outra tendência que faz parte do mundo do trabalho é a intensificação do trabalho em todos os ramos produtivos.

O resultado da intensificação do trabalho manifesta-se em inúmeras formas de doenças relacionadas ao trabalho, como LER/DORT¹, doenças que atingem diretamente a capacidade física do trabalhador – seus membros. Além de outras doenças que a classe trabalhadora está submetida pelos novos modelos de controle da força de trabalho, que afetam, sobretudo, **a saúde mental**. Portanto, as doenças físicas e psicológicas estão em uma determinação recíproca, ou seja, interligadas. A pesquisa sobre a saúde do trabalhador, não pode copiar modelos de interpretação positivista que visa adequar o trabalhador em locais insalubres por natureza, bem como mascarar o conflito de classe com seu mote principal a intensificação, e ou, extensão da jornada de trabalho. É preciso superar a imediatividade da realidade das doenças do trabalho como manifestação inerente do antagonismo entre capital e trabalho, desse modo, a superar a aparência e buscar a essência deste movimento, daí que não se pode prescindir da crítica da econômica política, ou seja a crítica de Marx ao capitalismo.

Ao buscar as tendências gerais do capitalismo na atualidade será preciso demarcar as especificidades do capitalismo no Brasil não podemos seguir padrões prontos de desenvolvimento capitalista com uma interpretação eurocêntrica. Afirmamos que o mundo do trabalho na América Latina tem particularidades que as distinguem, por isso, nossa pesquisa buscou dialogar com essas determinações próprias. Por isso iremos dialogar com alguns autores clássicos do pensamento crítico brasileiro, dentre eles: Florestan Fernandes (2008), Ruy Mauro Marini (2009) e Antunes (2012).

1 O PERFIL DOS TRABALHADORES DOS FRIGORÍFICOS DE BARRETOS-SP

A grande maioria dos trabalhadores são pessoas jovens, como revela a Tabela 1.

TABELA 1 - A faixa etária dos trabalhadores (as) nos frigoríficos

| Faixa etária | Quantidade | Porcentagem |
|-----------------|------------|-------------|
| De 18 a 25 anos | 87 | 27,97 |
| De 26 a 30 anos | 54 | 17,36 |
| De 31 a 35 anos | 54 | 17,36 |
| De 36 a 40 anos | 22 | 7,08 |
| De 41 a 45 anos | 20 | 6,44 |
| De 46 a 50 anos | 59 | 18,97 |
| De 56 a 60 anos | 23 | 7,40 |
| Mais de 60 anos | 4 | 1,28 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

Os dados revelam que 62,69% dos trabalhadores empregados nos frigoríficos em Barretos têm de 18 a 35 anos, ou seja, é uma força de trabalho jovem, isto se deve sobretudo, à própria característica destas empresas de demandar muito trabalho manual, como será demonstrado na sessão subsequente, exigindo agilidade e resistência física para o trabalho repetitivo e de sobrecarga muscular dos membros superiores.

¹ Lesão por Esforço Repetitivo (LER); Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT).

Ao observar os índices de habitantes em Barretos observa-se que a faixa etária de 18 a 35 compõe cerca de 37.881 dos 112.101 habitantes (PREFEITURA..., 2013), traduzindo em percentuais tem-se 33,8% da população, demonstrando que os frigoríficos tende a contratar esse perfil de trabalhadores jovens.

Em relação a escolaridade da força de trabalho nos frigoríficos, observa-se que quase não há necessidade de uma força de trabalho muito qualificada, por exigir um trabalho, sobretudo, braçal. A Tabela 2, retrata as características da força de trabalho empregada nos frigoríficos em Barretos, quanto ao nível de escolaridade:

TABELA 2 - Escolaridade dos Trabalhadores dos Frigoríficos

| Escolaridade | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------------|-------------------|--------------------|
| Não Alfabetizados | 0 | 0 |
| 1º grau incompleto | 46 | 14,79 |
| 1º grau completo | 55 | 17,68 |
| 2º grau incompleto | 55 | 17,68 |
| 2º Grau completo | 98 | 31,52 |
| Superior incompleto | 20 | 6,43 |
| Superior completo | 26 | 8,36 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

Observa-se que 14,79% não concluíram o ensino fundamental. Entretanto, os trabalhadores que cursaram o ensino médio e superior completo e incompleto totaliza 46, 31%, o que aproxima dos dados gerais do Brasil, para os quais o ensino médio foi concluído por 50,2% (R7 NOTÍCIAS, 2012). Segundo o mesmo portal, cerca de 11% da população brasileira chega a cursar o nível superior; nos frigoríficos de Barretos esse índice chega a 14,79% acima da média nacional (R7 NOTÍCIAS, 2012). A conclusão é que, em relação ao país, a força de trabalho nos frigoríficos de Barretos não pode ser considerada desqualificada. Após apresentar alguns dados que permitam conhecer um pouco do perfil dos trabalhadores e trabalhadoras, agora vamos adensar mais uma categoria: a relação do trabalho com sua produção e o desgaste da força de trabalho como consequência necessária da relação dos trabalhadores com a produção.

2 MOENDO GENTE: O PRODUTO OCULTO DOS FRIGORÍFICOS

A Tabela 3, apresenta o índice de afastamento do trabalho em decorrência de algum problema de saúde:

TABELA 3 - Quantidade de afastamento dos Trabalhadores

| Se os trabalhadores afastaram-se | Quantidade | Porcentagem |
|---|-------------------|--------------------|
| Sim | 70 | 22,50 |
| Não | 241 | 77,50 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

Aqui, vale uma ressalva acerca da aplicação dos questionários para a coleta de dados: muitos trabalhadores sofreram acidentes de trabalho e relataram que não foram afastados do trabalho. Os trabalhadores compreendem que o afastamento é sinônimo de auxílio-doença no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não considerando os dias de trabalho que ficam com atestados médicos compensados pela empresa. Para não distorcer ou induzir o trabalhador a mudar suas respostas optou-se por considerar a resposta apresentada pelos entrevistados. Como se pode observar em dados secundários extraídos do INSS e do Repórter Brasil:

Com 1.850 empregados, JBS de Barretos registrou 496 afastamentos por problemas físicos e psíquicos no primeiro semestre de 2011, diz MPT. Após inspecionar em julho de 2011 a planta frigorífica da JBS localizada em Barretos, no Noroeste do estado de São Paulo, o Ministério Público do Trabalho (MPT) levantou dados preocupantes sobre os problemas de saúde enfrentados pelos empregados da unidade. De acordo com o órgão federal, dos aproximadamente 1.850 funcionários da empresa, 14% estão permanentemente afastados do trabalho devido a acidentes – e sobrevivem graças ao benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, só no primeiro semestre de 2011, registraram-se impressionantes 496 pedidos de afastamentos temporários (aqueles com menos de 15 dias) por conta de distúrbios psíquicos e problemas esquelético-musculares. Se nada for feito para alterar a organização do trabalho na unidade de Barretos, o MPT projeta que, nos próximos dois anos, cada empregado se afastará em média sete vezes do serviço; que 100% dos funcionários enfrentarão problemas de ‘natureza osteomuscular não traumática’; e que um em cada seis serão acometidos de transtornos psíquicos. Todos esses dados levaram o MPT a mover uma Ação Civil Pública (ACP) contra a companhia de alimentos com o objetivo de melhorar as condições de trabalho na unidade de Barretos. Segundo o texto da ação, as provas colhidas no curso da inspeção realizada em 2011 ‘evidenciam a sujeição do trabalhador ao ritmo imposto pela esteira ou pela nória, a invariabilidade da atividade, a alta repetitividade dos movimentos, as manifestas inadequações posturais, a exigência de força (de moderada a forte), a ausência de alternância de posturas (em pé e sentido), o labor em ambiente artificialmente frio, o ruído, a umidade e o contato com agentes biológicos’. Para minimizar os riscos à saúde dos funcionários da empresa, o Ministério Público do Trabalho pede que a JBS conceda 20 minutos de intervalo a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo para os empregados lotados em ambientes ‘artificialmente refrigerados’, com temperaturas abaixo de 15°C. O Ministério Público do Trabalho também exige uma indenização por danos morais coletivos de R\$ 20 milhões. Apesar de o mérito do processo ainda não ter sido julgado, o MPT obteve já em 2012 um mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que obriga a JBS de Barretos a conceder as pausas de 20 minutos aos trabalhadores dos ambientes artificialmente refrigerados. De acordo com a magistrada Mariane Khayat, a medida judicial é importante por que ‘há fundado receio de dano irreparável [à saúde dos trabalhadores], pois a prestação de serviços nos referidos ambientes de trabalho é claramente nociva à saúde dos trabalhadores da reclamada (REMIJO 2013 p. 61).

Os índices de adoecimentos coletados em nossa pesquisa são de 22,50%, portanto, não se diferenciam muito dos 14% de trabalhadores afastados permanentemente demonstrando o quanto é insalubre o trabalho dos frigoríficos, apontando que alguns dados em relação à saúde dos Trabalhadores sempre ocorrem com algumas variações em decorrência da subnotificação.² A tabela 4, auxilia a compreensão do estado crônico de doenças do trabalho:

TABELA 4 - Quantidade de Trabalhadores envolvidos em acidente no Trabalho

| Se os trabalhadores acidentaram-se no trabalho | Quantidade | Porcentagem |
|--|------------|-------------|
| Sim | 64 | 20,57 |
| Não | 247 | 79,43 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

² As subnotificações para os pesquisadores que estudam a saúde do trabalhador ocorrem quando é desvinculado o acidente ou adoecimento do trabalhador com a sua atividade laboral. Para ilustrar nossos argumentos citamos uma passagem que demonstra claramente esse caso: “[...] a Auxiliar de Enfermagem do CEREST referiu: ‘Às vezes, eu observo que vem aqui uma Coladeira de Peças em Calçados, fala da sua dor para o doutor, mas ele pergunta assim: ‘em casa você lava roupa, torce roupa, pega criança?’”. (LOURENÇO, 2009, p. 222-223, grifos nossos). Esse caso é emblemático de subnotificação, pois a trabalhadora fica oito horas durante o dia realizando movimentos repetitivos colando peças de couro para a montagem de sapatos e para o médico o problema se reduz a pegar criança ou torcer a roupa, as quais são atividades com duração mínima de tempo em relação ao tempo que permanece na fábrica ou nas bancas realizando o mesmo movimento durante toda uma jornada de trabalho (LOURENÇO, 2009).

Os índices de acidentes de trabalho é de aproximadamente 20%, ou seja, é próximo aos 22,50% dos que já se afastaram do trabalho, o que demonstra a gravidade do caso. Lembra-se que o Ministério do Trabalho já havia destacado, pela magistrada Mariana Khayat, o total de 14% de trabalhadores afastados por tempo indeterminado pelo INSS, reendossando que sempre ocorre as subnotificações dos agravos à saúde dos trabalhadores, num processo de difícil identificação do nexos causal entre trabalho e acidente. A diferença entre o índice de 14% da força de trabalho afastada e os 22,50% de nossa pesquisa evidencia que muitos trabalhadores permanecem no emprego mesmo doentes. Além do histórico fato de, muitas vezes, as perícias médicas do INSS negarem os afastamentos por LER/DORT, ainda há o despreparo de muitas equipes de saúde em não relacionar os problemas de saúde com o trabalho.

Durante este estudo, buscou-se romper com as barreiras que escamoteiam a realidade vivenciada pelos trabalhadores no que diz respeito às suas condições de saúde. Ou seja, para evitar a subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores foi perguntado a eles se sofria de algum sintoma de dores em “nervos”, popularmente conhecidos como as “juntas”, e/ou “coluna”. Os incômodos poderiam ser durante a jornada de trabalho, ou após a jornada, como se ilustra na Tabela 5:

TABELA 5 - Quantidade de Trabalhadores que sentem dores durante ou após a jornada de trabalho

| Os trabalhadores sentem dores | Quantidade | Porcentagem |
|-------------------------------|------------|-------------|
| Sim | 122 | 39,23 |
| Não | 189 | 60,77 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013), a partir do questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

A Tabela 5 evidencia que 39,23% dos trabalhadores dos frigoríficos de Barretos sofrem de dores, excesso de fadiga e outros desconfortos. Este nível de sofrimento pode sugerir que estes trabalhadores estão em estado de acidente de forma permanente.

É preciso compreender o processo e as relações de trabalho nestes ambientes, cuja desumanização oriunda da nova divisão do trabalho e da acumulação flexível, mantém nos frigoríficos uma organização do trabalho subsidiada na estrutura fordista, mas incorpora novas técnicas de gerência de gestão do trabalho, as quais manipulam a captura da subjetividade reforçando o corporativismo e individualismo, sendo comum a adesão por parte dos trabalhadores aos planos de Participação nos Lucros e Resultados, entre outras formas de captura da subjetividade.

A nova gestão e organização do trabalho provoca inúmeros reflexos nas condições de saúde, não somente pela fadiga, mas também pelo acúmulo de funções como a gerência e controle da produção. Ademais os atendimentos de saúde do trabalhador realizada pela medicina do trabalho tendem a culpar os próprios trabalhadores pelas ocorrências de acidentes e adoecimentos. Em suma, os maus tratos dados ao gado não se restringem aos animais, uma vez que as capacidades produtivas dos trabalhadores vêm sendo consumidas, para depois serem descartados.

O tratamento dado aos animais e trabalhadores é desumano. As idas ao sanitário são controladas, não existe água fresca ou potável próxima aos setores da linha de produção, os afastamentos decorrentes de lesões por esforço repetitivo, doenças osteomusculares (DORT) e psíquicas (stress e depressão) são frequentes. As patologias vão de pneumonia pela exposição ao frio a lombalgias pela posição no trabalho, os casos mais comuns. Mas ocorrem também otites pelo alto nível de ruído, e dores generalizadas pelo corpo, principalmente braços e costas. Os casos de depressão acontecem porque os trabalhadores ficam neste ambiente insalubre por cerca de dez horas, sem ver a luz do sol e sob forte pressão da produção. [...] Em outro frigorífico na região foram registradas três mortes de trabalhadores nos últimos anos. E em uma delas o trabalhador caiu dentro do triturador de carne. No Frigorífico Minerva não há registro de morte, mas os acidentes acontecem, principalmente com cortes por facas. A carne continua seguindo o trajeto e sendo retalhada e separada para outras seções. A linha de produção é contínua e no andar de baixo é feita a triagem para os setores de desossa, bucharia e triparia,

estes dois últimos os mais quentes e de cheiro mais forte. [...] No térreo fica a câmara fria, onde são movimentadas as caixas com carnes já embaladas e as peças para embalagem e armazenamento. No armazém a temperatura chega a 35 graus negativos e os operadores de empilhadeiras e carregadores trabalham com pesados capotes para proteção contra o frio. Gripe e pneumonia são comuns para o pessoal que trabalha neste setor. Finalmente a carne é transportada para grandes caminhões com baú frigorífico que levam o produto para o mercado consumidor, no Brasil e exterior. O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai intensificar as fiscalizações dos frigoríficos em todo interior de São Paulo. O objetivo é criar procedimentos que reduzam a insalubridade e periculosidade dos trabalhadores neste setor (REMIJO; LARA, 2012, p. 109-110).

Como se pode observar, as doenças e acidentes de trabalho são comuns nos frigoríficos de Barretos, sendo necessário considerar que há um movimento predominante que aponta condições análogas em todos os frigoríficos do Brasil. O “estado de acidente” e adoecimento é imanente a esse ramo produtivo (INACIO, 2012). A própria estrutura dos frigoríficos coloca muitos trabalhadores sob condições de frio excessivo como são exemplos as câmaras frias; calor escaldante nas salas de cozimento e caldeiras; exercício repetitivo como nas desossas e empilhagem de caixas; além da carga física exigida para o ato de carregar caixas e peças pesadas e da exposição aos instrumentos cortantes como facas, ganchos, serras etc.

Não se trata apenas de condições insalubres do local de trabalho e do processo laboral, que incidem sobre a saúde e vida dos trabalhadores deste setor, mas a combinação de excesso de trabalho, condições precárias de trabalho, pressão para cumprir metas e local insalubre. Comprovado pelo depoimento do presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (CONTAC), Siderlei de Oliveira:

No ano passado, o setor das indústrias de alimentação alcançou primeiro lugar nas estatísticas de acidentes de trabalho, com 48.424 casos registrados, de acordo com o Ministério da Previdência Social. O número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho cresce nesse setor, porque as empresas elevaram suas metas de produção sem ampliar o número de trabalhadores. Os trabalhadores estão num ritmo insuportável. A máquina dita o ritmo de trabalho no setor agrícola. O trabalhador faz esforço físico repetitivo, durante 8 horas e em ambiente de baixa temperatura. A combinação disso é uma série de lesões graves, nos tendões, nos ombros, nos membros superiores (Depoimento de Siderlei de Oliveira apud REMIJO, 2013 p. 65).

3 NA APARÊNCIA O ACIDENTE E/OU A DOENÇA NA ESSÊNCIA A SUPEREXPLORAÇÃO

As denúncias sobre a situação da classe trabalhadora nos frigoríficos do Brasil, como observado neste estudo, mostra quão degradante são as condições de trabalho neste setor, como afirma Inácio (2012), os trabalhadores estão em permanente estado de acidente e ou doenças laborais.

Ao transcender a aparência das relações de trabalho nos frigoríficos e buscar a sua real compreensão defronta-se com a exploração da força de trabalho, cuja ampliação é atingida ao máximo, mesmo que para isso sejam degradadas as fontes de riqueza fundamentais a natureza e a força de trabalho. A extração da mais-valia, como uma categoria concreta do trabalho sob os auspícios do capitalismo se tornou modo de produção predominante³, isso não significa que ocorre da mesma maneira em todos os países, uma vez que existem algumas características particulares dessa objetivação nos vários países a depender das suas peculiaridades econômica, sociais e políticas.

Os traços que diferenciam o capitalismo europeu dos Estados Unidos não se dão do mesmo modo na América Latina. O continente latino-americano, e o Brasil é um caso emblemático, a classe trabalhadora é paga abaixo do valor o que provoca inúmeros reveses para a classe trabalhadora. A força de trabalho como uma mercadoria especial está sob esta contingência de estar em relação com o capital, por isso, pode ser paga no valor, acima do seu valor e também abaixo do valor. O que não contraria as afirmações de Marx, onde muitos afirmam que a teoria do valor de Marx assevera que

³ Compreendemos que após o Imperialismo ocorreu a mundialização do capitalismo a quase todos quadrantes do mundo.

a força de trabalho é paga sempre pelo valor, no capítulo da lei geral da acumulação, Marx (1998), destaca que havendo uma superpopulação relativa em abundância os salários tendem a cair, muitas vezes, abaixo do valor da reprodução da força de trabalho. Aqui, é fundamental as lutas de classes como elemento importante para análise, pois, a organização dos trabalhadores podem obter conquistas mesmo que em condições desfavoráveis.

A revolução burguesa no Brasil carrega elementos que diferenciam largamente do centro do capital. As revoluções clássicas rompem com o passado e fundam uma nova sociedade. No Brasil, tendeu a repetir em larga medida a dominação sob o patrimonialismo, o mandonismo, herdadas do período colonial inclusive aprofundando a heteronomia em relação aos países do centro do capitalismo. A revolução burguesa no Brasil ao contrário da Europa e Estados Unidos que realizaram uma revolução e instaurou uma democracia (burguesa), no Brasil a democracia não foi instaurada, mas se afirmou por meio de uma autocracia, que se concretiza com o regime militar no poder em 1964, mas, é preciso considerar que a classe trabalhadora brasileira sempre foi cerceada em suas instancias de organização, por exemplo, a instauração do sindicalismo de Estado que atrelou os sindicatos na instancias do Ministério do Trabalho e Emprego. Nas palavras de Fernandes (2008):

A que necessidades econômicas, sociais e políticas respondem essa máquina de opressão de classe institucionalizada! As conexões diretas e indiretas, mencionadas acima, indicam claramente que essa forma de dominação burguesa constitui a verdadeira chave para explicar a existência e o aperfeiçoamento da versão que nos coube do capitalismo, *o capitalismo selvagem*. O *capitalismo possível* na periferia, na era da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as ‘empresas multinacionais’ e as burguesias das ‘nações em desenvolvimento’ – um capitalismo cuja realidade permanente vem a ser a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesias e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas. Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, de outro. Enfim, um capitalismo em que as relações de classe retornam ao passado remoto, como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de ‘nações’ distintas, reciprocamente fechados e hostis, numa implacável guerra civil latente (FERNANDES, 2008, p. 353-354, grifos do autor).

A classe trabalhadora na medida em que sua organização e luta é limitada às reivindicações possíveis dentro dos ardis do capital. O resultado prático é a superexploração do trabalho, que no Brasil pode ser visto no valor do salário mínimo, o qual é de R\$ 788,00 enquanto o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que o salário mínimo de um trabalhador para reproduzir a si mesmo e sua família deveria ser R\$ 3.100,00 aproximadamente.

Ao analisar essa contradição entre capital e trabalho o pagamento da força de trabalho pode ser paga abaixo do seu valor, ou seja, um equivalente suficiente para pagar as necessidades individuais e de sua família. Para ilustrar melhor nossas assertivas sobre a tese da superexploração incorporamos algumas indicações que Ruy Mauro Marini (2009):

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o *baixo nível de desenvolvimento de forças produtivas* na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. [...] Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo *fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro: no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2009, p. 156, grifos do autor).

Aqui, seria preciso explicar um pouco as categorias da lei do valor trabalho. A mercadoria (neste caso a carne bovina) seu valor e o tempo socialmente necessário para sua produção. Esse valor tem uma parte que repõe o capital constante, matéria prima, máquinas, galpões, energia elétrica etc., outra parte é a capital variável parte do capital capaz de criar um novo valor. Esse novo valor é apropriado e por meio dele se paga o equivalente a mercadorias necessárias ao trabalhador para se reproduzir e outro é apropriado na forma de mais-valia pelo empregador. As lutas de classes entre capital e trabalho tem como ponto central a busca de um lado buscar ampliar parte deste novo valor para os trabalhadores ou para os capitalistas. Os burgueses tradicionalmente buscaram ou aumentar a jornada de trabalho o nome deste procedimento é a extrair mais-valia absoluta, outro procedimento foi incrementar a produção sendo capaz de produzir com mesma quantidade de trabalho muito mais mercadoria de consumo direto dos trabalhadores, Marx chamou de mais-valia relativa. O que Marini (2009) aponta que as burguesias latino-americanas buscam uma “nova” forma de extração de mais-valia com a superexploração do trabalho com pagamento abaixo do valor da força de trabalho.

Em consequência do débil mercado interno, a industrialização latino-americana teve uma particularidade interessante: buscou-se no continente, ao mesmo tempo, o suprimento de parte do mercado interno (que já existia antes da industrialização), para utilizar uma expressão antiga, pela “substituição de importação”. Contudo, o intuito principal da economia era a exportação, e os produtos que antes eram exportados *in natura* passaram agora a serem exportados após a industrialização, como expressam os casos lapidares da indústria têxtil e dos frigoríficos. A indústria nacional e, conseqüentemente, sua burguesia, buscou atender uma expectativa do mercado interno e não criar novas necessidades, criando novos mercados para seus produtos de forma empreendedora, como fez a burguesia no exterior (na Europa e depois nos Estados Unidos). Aliás, seu entrelaçamento com o imperialismo tolhia qualquer oportunidade histórica distinta.

Em decorrência do baixo nível tecnológico das forças produtivas (capital constante), a determinação de valor dos produtos baseava-se, em grande medida, na exploração da força de trabalho e no pagamento dos salários. O excesso de força de trabalho (superpopulação relativa latente), em decorrência da liberalização de força de trabalho do setor agroexportador em crise, pressionou os salários para baixo, possibilitando uma remuneração da força de trabalho muito abaixo do seu valor. Ruy Mauro Marini (2009), esclarece esse nexos da dependência:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, *depreciar a força de trabalho*, e o leva, *inversamente*, a buscar o aumento da mais-valia por meio da *maior exploração* – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução dos salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadoria e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (MARINI, 2009, P. 172, grifos do autor).

Agora será necessário apontar como essas categorias de superexploração se objetivam nos frigoríficos de Barretos. Além da diminuição da vida útil dos trabalhadores verifica-se também o baixo valor dos seus salários.

TABELA 6 - Piso Salarial dos Trabalhadores em Frigoríficos

| Faixa etária | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------------------|------------|-------------|
| De \$700,00 a \$900,00 reais; | 196 | 63,02 |
| De \$901,00 a \$1.100,00 reais | 50 | 16,08 |
| De \$1.101,00 a \$1.300,00 reais | 17 | 5,46 |
| De \$1.301,00 a \$1.500,00 reais | 16 | 5,14 |
| De \$1.501,00 a \$1.700,00 reais | 8 | 2,57 |
| De \$1.701,00 a \$1.900,00; | 6 | 1,92 |
| De \$1.901,00 ou mais | 18 | 5,79 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

O piso salarial é a base para a remuneração do trabalhador, mas, como sabemos, o salário tem variação, além dos descontos relativos a contribuição com os direitos previdenciários. Assim, em nossa pesquisa, procurou-se expor a contradição do salário pago, o qual com se observa na Tabela 6 é abaixo do valor da força de trabalho e a obtenção de um pagamento com horas extras, premiação próxima ao valor da força de trabalho. A tabela 7, prova que esta tendência no momento da pesquisa não ocorre, pois no frigorífico JBS Friboi, ocorre uma reestruturação das plantas produtivas, com fechamento de unidades em São Paulo, em decorrência da guerra fiscal, pois o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do gado vivo é mais alto que da carne que é transportada até o frigorífico para ser desossada ou industrializada. Assim, observa-se que não há muita diferença substancial entre o piso salarial e salário recebido pelos trabalhadores, como observado na tabela 7.

TABELA 7 - O rendimento bruto dos Trabalhadores somado as horas extras e premiação⁴

| Piso Salarial | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------------------|------------|-------------|
| De \$700,00 a \$900,00 reais; | 187 | 60,13 |
| De \$901,00 a \$1.100,00 reais | 52 | 16,72 |
| De \$1.101,00 a \$1.300,00 reais | 18 | 5,79 |
| De \$1.301,00 a \$1.500,00 reais | 19 | 6,11 |
| De \$1501,00 a \$1.700,00 reais | 11 | 3,53 |
| De \$1.701,00 a \$1.900,00; | 5 | 1,60 |
| De \$1.901,00 a \$2.100,00 | 1 | 0,31 |
| De \$ 2.101,00 a \$ 2.300,00 | 8 | 2,57 |
| Mais de \$2.301,00 | 10 | 3,21 |

Fonte: Elaborada por Alcides Pontes Remijo (2013).

Na tabela 7, observa-se que 76,85% da força de trabalho não recebia menos de R\$ 1.100,00 reais, o que na época da pesquisa não excedia a dois salários mínimos, e 60, 13% recebia entre R\$ 700,00 à R\$ 900,00. Diante desse contexto fica uma pergunta: como o trabalhador médio do frigorífico pode pagar aluguel, meios de subsistência e ainda consumir outros produtos que são de consumo social (pense na telefonia celular, e outros eletroeletrônicos que fazem parte do cotidiano da vida social)? O salário mínimo que o DIEESE propõe é (na época da pesquisa de campo) de 2.611,41, mas apenas 3,21% em nossa pesquisa estaria recebendo nestas condições, **isso porque entrevistou-se trabalhadores do chão de fábrica**, como sabemos tem a média salarial mais alta, sobretudo aqueles que alcançam mais de R\$ 2.000,00, que são chefes de seção, ou mecânicos. Diante do caráter minimalista do pagamento da força de trabalho, os trabalhadores poderiam realizar o Cadastro Único,

⁴ Esses dados estão como valores em si, mas devem ser acrescidos 6,5% de aumento do último dissídio coletivo, como a pesquisa foi realizada ano passado ocorre certa defasagem, mas o aumento pouco acima da inflação não pode ser compreendido como elevação do rendimento.

ou seja, poderiam ser usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que prevê que a família se cadastre com uma renda *per capita* de meio salário mínimo e tenha o teto de três salários mínimos, ou seja, no perfil do teto de rendimento estaria 93,91% da força de trabalho.

4 CONCLUSÃO

A produção de carnes está acompanhada de uma gama de doenças do trabalho, em decorrência da superexploração que os trabalhadores estão submetidos. Portanto, seria preciso para superar essa contradição, uma mudança na base da produção, ou seja, superar o capitalismo em direção ao socialismo. Além disso, é necessário também o fim do sindicalismo de Estado, que inviabiliza qualquer forma de organização autônoma da classe trabalhadora diante seu opositor à burguesia. Entretanto, seria necessário para os trabalhadores dos frigoríficos iniciar uma luta estratégica para melhoria das condições de vida, algumas mediações táticas apontamos no final para iniciar um enfrentamento à lógica desumana da produção. Segundo Remijo (2013 p. 361):

1. Redução da Jornada de Trabalho para no mínimo de 36 horas semanais, para afastar o trabalhador do ambiente que por si é insalubre;
2. Pausas durante a jornada de trabalho para que os trabalhadores não entrem em fadiga e estresse por conta do trabalho; a duração de cada pausa deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar para aferir cada caso, pois em cada frigorífico há um ritmo diferente de trabalho, assim como é previsto pela NR 37;
3. Aumento dos salários e estabelecimento de um piso nacional que não seja inferior a dois salários mínimos atuais;
4. Proibição de banco de horas (em Barretos atualmente não há), e limitação de horas extras;
5. Aumento da fiscalização dos órgãos públicos a fim de coibir as transgressões à atual legislação;
6. Cruzamento de dados do INSS com dados dos centros de saúde e centros de reabilitação/ fisioterapia a fim de subsidiar um diagnóstico dos índices de acidentes e traçar uma estratégia mais concreta de atuação na prevenção a acidentes de trabalho;
7. Luta por nova organização sindical combativa e que eduque os trabalhadores para a luta e não subordinação ao patrão e o Estado.
8. Livre circulação de sindicatos nos ambientes de trabalho com vistas a denunciar os abusos e precariedade do trabalho.
9. Fim de qualquer forma de terceirização dentro da cadeia produtiva.
10. Controle dos trabalhadores da intensidade do trabalho.
11. Equiparar o poder do CEREST em multar e exigir as correções necessárias para melhoria do ambiente de trabalho;

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERNANDES F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

INÁCIO, J. R. **Sindicalismo e ética**: (re)ação, sanidade e trabalho. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca**. Franca: Ed. Unesp Campus de Franca, 2009.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE J. P. (Orgs). **Rui Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. 3. t. 6.

PREFEITURA do Município de Barretos. **Cidade: dados demográficos** [2013]. Disponível em: <<http://www.barretos.sp.gov.br/cidade>> Acesso em: 20 ago. 2013.

R7 NOTÍCIAS. **Metade da população nunca estudou ou tem ensino fundamental incompleto no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/metade-da-populacao-nunca-estudou-ou-tem-ensino-fundamental-incompleto-no-brasil-20120427.html>> Acesso em: 21 ago. 2013.

REMIJO, A. P. **A situação da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos: antagonismo da superexploração**. 2013. 382 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

_____. LARA, R. Contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro: agronegócio versus saúde dos trabalhadores nos frigoríficos de carnes. In: SANT'ANNA, R.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. A. S. et al. (Orgs.). **Questão agrária, saúde do trabalhador e os desafios para o século XXI**. Franca: Cultura Acadêmica, 2012.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS REFLEXOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE MENTAL EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Yasmin Livia Queiroz*

RESUMO: Esta pesquisa que se encontra em andamento trata do trabalho de profissionais da saúde mental e objetiva investigar a relação entre o trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A pesquisa é de cunho qualitativo e tem como principal técnica de coleta de dados a entrevista. Os dados preliminares apontam que os trabalhadores pesquisados estão vivenciando um processo de precarização do trabalho que implica em condições inadequadas e sob relações de trabalho flexíveis a partir da terceirização.

Palavras-chave: Profissionais de saúde, Saúde mental, Trabalho e saúde

ABSTRACT: *This research is in progress about the work of mental health professionals and aims to investigate the relationship between work and health professionals of a psychosocial attention center (CAPS). The research is qualitative and the interview is the main data collection technique. Preliminary data show that the workers surveyed are experiencing a labor casualization process that involves inadequate working conditions and labor relations flexible from outsourcing.*

Keywords: *Health professionals, Mental health, Work and health*

INTRODUÇÃO

Ao me debruçar sobre o estudo dessa temática, encontrei algumas pesquisas que indicavam que apesar do aumento considerável do número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pelo país, o trabalho e a saúde dos trabalhadores deste serviço têm sido pouco estudados, sendo, portanto, urgente e necessária a produção científica voltada para essa temática (Athayde, Hennington, 2012; Lancman, 2008; Ramminger; Brito, 2008).

Ramminger (2009) indica que mesmo não existindo um considerável volume de estudos sobre o trabalho e a saúde dos profissionais da saúde mental, é possível notar que a precarização é uma das faces da desumanização da saúde e, além disso, foi possível observar que posteriormente a Reforma Psiquiátrica o trabalhador desse campo passa a ser interesse de reflexão e análise no que diz respeito aos modos de se trabalhar e de se ver como trabalhador.

Segundo os estudos de Nardi e Ramminger (2007) muitos profissionais que atuam nesse campo, já passaram por algum tipo de adoecimento decorrente do trabalho ou tem conhecimento de alguém que já adoeceu. Além disso, as autoras relatam que esse tipo de serviço geralmente não possui ações voltadas para a saúde do trabalhador.

Em outro estudo, Zago (2007), realizou uma pesquisa sobre os sentimentos que uma equipe de saúde mental apresentava em relação ao trabalho. O pesquisador encontrou sentimentos de desmotivação com as tarefas repetitivas, sobrecarga psíquica e percepção de que suas tarefas não têm importância para o sistema.

Em contrapartida, um estudo similar destaca que os trabalhadores podem apresentar altos níveis de satisfação com o trabalho mesmo diante da grande sobrecarga. De acordo com os autores da pesquisa, a satisfação com o trabalho apontada pelos trabalhadores estaria relacionada ao suporte fornecido pelos colegas da equipe, o que segundo eles, minimiza o impacto negativo do trabalho sobre a saúde (ABELHA et al., 2008).

Em Campinas-SP e Fortaleza-CE, foi possível perceber que o trabalho realizado na saúde mental, especificamente a saúde pública, é caracterizado pela falta de recursos, de infraestrutura, falta de pessoal, precariedade dos vínculos empregatícios, baixos salários, tensão inerente ao trabalho, sentimento de desvalorização por parte da gestão e dificuldade do trabalho em rede. Esses dados mostram a persistente precariedade do trabalho na saúde pública, particularmente em serviços de saúde mental (Ferrer, 2007; Guimarães; Jorge; Assis, 2011).

Outros estudos realizados com essa categoria profissional, apontam sentimentos como orgulho e satisfação em atuar neste tipo serviço de saúde, de trabalhar em equipe e de estabelecer

* Doutoranda em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). email: yasmin.queiroz@usp.br; yasminqueiroz88@hotmail.com. Orientanda da Professora Doutora Vera Lucia Navarro, docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP).

vínculos emocionais com os usuários. Mas, mesmo assim, ainda estava presente nos depoimentos dos trabalhadores sentimentos de insatisfação relacionada às condições de trabalho e ao salário (Kirschbaum; Paula, 2001).

Observa-se que o cenário da rede de saúde mental se constitui como uma grande variação de experimentações e dificuldades, dentro de um mesmo campo, de forma que mesmo os contextos sendo diferentes é possível perceber semelhanças fundamentais entre eles, especialmente no que se refere à satisfação e ao sofrimento no trabalho.

Diante dessas considerações iniciais é importante refletirmos que nos dias atuais vivemos uma realidade na qual o objetivo do trabalho em saúde mental transformou-se, transpôs os muros do hospital psiquiátrico e ganhou as ruas. Pensando assim, o trabalhador da saúde mental não tem sua atuação restrita à internação e asilo de pacientes, mas ao contrário, é parte integrante de equipes que visam à reabilitação psicossocial de pessoas.

Neste sentido, inúmeros questionamentos são levantados, como por exemplo, se a mudança de objetivo da área de saúde mental por si só garante as transformações nos modos de trabalhar dos profissionais ou ainda se as condições de trabalho nos serviços substitutivos de hoje são melhores ou mais dignas que as dos hospitais psiquiátricos de outrora. Indo um pouco mais além, cabe-nos pensar se é possível sustentar uma rede de saúde mental sem o protagonismo ou valorização dos trabalhadores que dão condições para que esse serviço seja efetivo.

Dessa maneira, o objetivo central desse estudo é conhecer o trabalho dos profissionais de um serviço público de saúde mental, investigando a relação entre o trabalho e a saúde desses profissionais. O local escolhido para a realização da pesquisa é um Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Destaca-se que novas reflexões poderão contribuir para uma maior compreensão desse campo, possibilitando o pensamento crítico e a transformação social de uma realidade vivenciada por grande parte dos trabalhadores dos serviços públicos de saúde mental.

4.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por objetivo principal investigar a relação entre o processo de trabalho e a saúde dos profissionais de um serviço público de saúde mental.

4.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender como o processo de trabalho desses profissionais está organizado.
- b) Investigar o quanto os profissionais têm conhecimento sobre a Reforma Psiquiátrica.
- c) Identificar se os profissionais consideram o próprio trabalho como gerador de adoecimento e se eles consideram os problemas de saúde como decorrentes do processo de trabalho.
- d) Verificar junto aos profissionais quais recursos e estratégias eles utilizam para lidar com os problemas do cotidiano de trabalho.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trabalha com o enfoque qualitativo, buscando a realização de uma investigação em profundidade de uma realidade impossível de ser quantificada, visto que está intimamente relacionada com o universo dos significados, aspirações, crenças, expectativas, valores e atitudes (Minayo, 1994) e cuja orientação está apoiada no materialismo histórico-dialético, segundo o qual, o trabalho e a realidade material são essenciais para a uma possível compreensão do ser e da realidade

social, possibilitando assim alcançar os significados buscados na investigação sobre o trabalho de uma equipe de trabalhadores do serviço público de saúde mental.

A coleta de dados está sendo realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, sendo que o CAPS escolhido é entendido como um caso representativo ou típico (Yin, 2010).

O CAPS escolhido funciona como serviço de atenção diária e atende adultos gravemente comprometidos psiquicamente, sendo sua clientela composta principalmente de quadros psicóticos. Desde janeiro de 2010, este CAPS passou a operar como CAPS III, oferecendo hospitalidade noturna aos usuários em crise que necessitam de cuidado contínuo, disponibilizando atualmente seis leitos, sendo três femininos e três masculinos. Dessa forma, em sua dinâmica de atendimento, o CAPS funciona 24 horas/ dia e sete dias por semana. (Prefeitura..., 2012).

A equipe de profissionais é composta por: quatro psiquiatras; quinze psicólogos; cinco enfermeiras; dezesseis técnicos de enfermagem; dois farmacêuticos; uma técnica de farmácia; dois assistentes sociais; sete auxiliares de serviços gerais; quatro auxiliares administrativos; quatro vigilantes patrimoniais e um coordenador, totalizando 61 profissionais.

É importante esclarecer que no momento da coleta de dados, o quadro de profissionais não correspondia ao prescrito anteriormente, visto que, em decorrência da mudança de gestão na cidade de Uberlândia, todas as unidades de saúde passaram por profundas alterações, sendo que a mais significativa delas diz respeito ao quadro de profissionais que não mais poderia ser preenchido por trabalhadores contratados pela Fundação Maçônica (órgão responsável pelas contratações de trabalhadores para trinta e três estabelecimentos públicos de saúde de Uberlândia). Segundo a nova gestão da cidade, os trabalhadores de saúde de Uberlândia só poderão trabalhar no setor público de saúde após aprovação em concurso público. Diante disso, foi estabelecido pela prefeitura da cidade que todos os profissionais contratados pela Fundação Maçônica deveriam ser demitidos e que para retornarem à saúde pública deveriam participar do concurso público. No entanto a prefeitura não apresentou previsão de abertura de concurso público, porém os profissionais começaram a ser demitidos.

A demissão em massa dos funcionários acabou sendo notícia em muitos jornais e um acordo firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a prefeitura de Uberlândia em março de 2013 prevê que não mais seja feita a demissão dos trabalhadores, até mesmo porque as verbas rescisórias não estavam sendo devidamente pagas aos trabalhadores demitidos. No entanto, até o estabelecimento deste acordo, dos quase três mil funcionários da Fundação Maçônica mais de setecentos já haviam sido demitidos.

A solução encontrada pela prefeitura para o desfalque de trabalhadores da saúde foi criar a Fundação Saúde do Município de Uberlândia (FUNDASUS) para gerir todas as unidades que estavam sob a responsabilidade da Fundação Maçônica. Neste sentido, a FUNDASUS abriu processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal para trabalhar nas unidades de saúde da cidade. Observem que esses profissionais serão contratados por período determinado, até que haja o concurso público. Nesse sentido, salienta-se que os vínculos dos trabalhadores continuarão provavelmente os mesmos, pois a mudança foi apenas de uma empresa que contratava (Fundação Maçônica) para outra (FUNDASUS), permanecendo esses profissionais ainda como terceirizados. Não há ainda previsão de concurso público.

No CAPS estudado, o quadro de profissionais contava com aproximadamente 60% de pessoal contratado pela Fundação Maçônica e no momento da coleta de dados uma grande parte dos profissionais já havia sido demitida e, portanto, deixando o quadro de profissionais desfalcado.

Equipe profissional na época da coleta de dados: dois psiquiatras; dez psicólogos; duas enfermeiras; seis técnicos de enfermagem; um farmacêutico; uma técnica de farmácia; dois assistentes sociais; quatro auxiliares de serviços gerais; quatro auxiliares administrativos; quatro vigilantes patrimoniais e um coordenador (nomeado durante a coleta), totalizando 37 profissionais.

Os entrevistados para esta pesquisa foram escolhidos entre os profissionais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, e, apesar de não ter sido feita distinção por sexo, todos os participantes que se dispuseram a participar da pesquisa eram mulheres.

Ressalta-se que a pesquisa encontra-se em andamento e até o momento foram realizadas nove entrevistas. Minayo (1994) destaca que com relação ao número de sujeitos para a pesquisa, quando trata-se do delineamento qualitativo, o critério não é o número de participantes, mas sim a reflexão da totalidade em suas mais variadas dimensões que resulta as entrevistas.

Foram adotados alguns critérios de inclusão na pesquisa, de forma a evitar perda de informação devido à escolha indevida dos participantes. Portanto, foram convidados à participar da pesquisa os profissionais com mais de 12 meses de exercício profissional no CAPS e também os participantes que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE).

Os instrumentos escolhidos para coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a observação sistemática. As entrevistas estão sendo gravadas, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas e as observações sistemáticas foram realizadas juntamente com diários de campo com o intuito de conhecer a instituição, a rotina de trabalho, dificuldades e frustrações sentidas pela equipe durante o trabalho.

Os dados coletados estão sendo submetidos à Análise de Conteúdo na modalidade temática (Bogdan; Biklen, 1994) e estão sendo organizados em categorias levando-se em conta a regularidade das respostas e os padrões convergentes de conteúdo das informações coletadas. A interpretação dos significados dos conteúdos está sendo realizada com base no referencial teórico do materialismo histórico-dialético.

Ressalta-se que estão sendo seguidos todos os cuidados éticos previsto na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento serão apresentados apenas alguns resultados do estudo bem como o início da análise.

É importante salientar que a discussão dos resultados é norteada pelo objetivo delimitado por este estudo, ou seja, conhecer o trabalho dos profissionais de um serviço público de saúde mental, investigando a relação entre o trabalho e a saúde desses profissionais. Os resultados serão discutidos à luz da literatura científica especializada e do referencial teórico do materialismo histórico-dialético.

Visto que o estudo encontra-se em andamento, serão apresentadas duas categorias iniciais de análise: Divisão sexual do trabalho e Barreiras para a realização do trabalho e estratégias de enfrentamento.

2.1 Divisão sexual do trabalho

Inicialmente é importante destacar que este estudo não teve como objetivo levantar questões relativas à divisão sexual do trabalho, no entanto, essa foi uma temática que apresentou ser de suma importância, visto que a grande maioria dos profissionais do CAPS pesquisado são mulheres e todos os participantes que se dispuseram a contribuir com este estudo são mulheres. Nesse sentido, o primeiro tema a ser abordado será a divisão sexual do trabalho.

Segundo Nogueira (2010), a divisão sexual do trabalho caracteriza-se como um fenômeno histórico, que transforma-se de acordo com a sociedade da qual faz parte, mas que, no entanto, mesmo nos dias atuais, na sociedade capitalista, o trabalho doméstico continua sendo predominantemente responsabilidade das mulheres, estejam elas ou não inseridas no mercado de trabalho.

Com a chegada do século XX, o trabalho feminino fora do lar ganhou forte expansão e o trabalho doméstico passou a ser encarado como alienação. Neste contexto, o trabalho fora de casa, especialmente na década de 1970, passa a ser visto como emancipação da mulher (Fabbro, 2006).

Bruschini (1998) aponta que o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970 ocorreu não apenas pela busca salarial, mas também devido às expectativas de maior consumo.

Nogueira (2010) observa também que nos anos 70 a mulher trabalhadora estava ampliando sua participação nas lutas de classe e na organização política e sindical. Essa postura vinha somar

ao enfrentamento das mulheres frente ao discurso conservador que preconizava um destino natural para as mulheres, serem mães e esposas, garantindo assim o conceito de família como instituição básica e universal.

A autora observa ainda que é nesse período que a luta contra a opressão da mulher torna-se mais acentuada, exigindo mais do que nunca a luta pela sua emancipação econômica e social, pelo direito ao trabalho, por salários iguais e, além disso, por uma divisão mais justa no trabalho doméstico, libertando ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada de trabalho (Nogueira, 2010).

Já em 1990, em decorrência da mundialização do capital, efeitos complexos e contraditórios causaram impactos tanto no trabalho feminino quanto no masculino. Enquanto que o emprego masculino sofre uma estagnação, o emprego feminino remunerado cresce rapidamente. Contudo, mesmo com a ampliação da participação feminina no mundo produtivo, a família continua sendo estruturada nos moldes patriarcais, sendo o marido o provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, mantendo a divisão sexual desigual do trabalho (Nogueira, 2010).

Mesmo após mais de 20 anos, nos dias atuais, ainda não é possível perceber uma divisão sexual do trabalho mais justa, visto que no discurso das entrevistadas é evidente que são elas as responsáveis pela realização das tarefas domésticas, caracterizando a dupla (e às vezes, tripla) jornada de trabalho.

Tem gente aqui, que como eu, trabalha na jornada de 12X36 e tem mais um ou até mais dois empregos, mas eu não consigo. Eu sou casada e ainda sou dona de casa, ou seja, tenho outro serviço me esperando em casa (Ana, técnica de enfermagem).

Aqui eu fico o dia inteiro andando de um lado para o outro, tudo é longe aqui dentro. A farmácia fica em uma ponta, os leitos na outra. Não paro de andar aqui dentro nem por um minuto. Então quando eu chego em casa eu tenho que deitar nem que seja por 20 minutos para colocar as pernas para cima, porque eu tenho problemas de circulação. Mas não posso demorar muito tempo também não porque tem a casa me esperando para ser arrumada, tenho que ir para a cozinha preparar a comida para o meu marido. Teve um dia que eu estava cansada demais e acabei dormindo um pouco além da conta depois que cheguei do trabalho e por causa disso fiquei até 1 hora da manhã arrumando casa (Rosa, técnica de enfermagem).

Minha vida é muito corrida, não tenho quase nenhum tempo para o lazer. Quando saio daqui mal tenho tempo de almoçar porque tenho que ir para o PSF onde sou coordenadora de unidade. E depois quando chego em casa tenho minha mãe de 95 anos para cuidar. Então não dá pra sair, passear, porque tenho muita responsabilidade cuidando dela. Tenho mais dois irmãos, mas sabe como é homem né, não estão nem aí, essas coisas ficam sempre na responsabilidade da filha mulher (Sandra, assistente social).

Nesse sentido, pode-se pensar que as relações de gênero caracterizam ainda hoje uma divisão sexual do trabalho desigual, que articula-se o trabalho feminino remunerado com o trabalho não remunerado e consequentemente não valorizado da esfera doméstica. É neste contexto que destaca-se uma forte opressão de gênero e a exploração do capital.

Mészáros (2002) ao falar sobre a exploração do capital esclarece que para o funcionamento do capitalismo, a premissa de uma igualdade da divisão sexual do trabalho é completamente inaceitável, visto que, para a sociedade capitalista, a família patriarcal é uma importante aliada.

O cuidado com a família é considerada uma atividade fundamental, e como pontua Marx, o trabalho doméstico não visa a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis para a sobrevivência familiar. Esse é o ponto que diferencia o trabalho remunerado do trabalho do âmbito privado, pois enquanto o primeiro está associado ao trabalho produtivo e à criação de valores de troca, o outro está vinculado à produção de bens necessários à reprodução dos componentes da família, permitindo também que o capital se aproprie da esfera privada (Nogueira, 2010).

Assim, segundo a autora, para uma efetiva luta contra a desigual divisão sexual do trabalho é necessária também uma luta contra o próprio capitalismo, objetivando a superação da família patriarcal que entre outras coisas hierarquiza as relações de gênero e classe destacados na divisão sexual do trabalho. Para uma efetiva transformação na divisão sexual do trabalho, o primeiro aspecto a ser considerado é a libertação das mulheres das tarefas ditas femininas, impostas pela sua condição

de mulher, para que assim, ela possa estar em condições de igualdade de gênero para o trabalho no espaço produtivo (Nogueira, 2010).

É interessante observar que ao falarmos da predominância das mulheres no trabalho desenvolvido no CAPS estudado, outras pesquisas apontam nesta mesma direção ao pontuarem o número significativo de mulheres no trabalho em saúde mental, exemplo disso é a pesquisa realizada em um CAPS no Ceará onde 72,8% dos trabalhadores eram mulheres (Godoy et al., 2007). E, além disso, os achados da pesquisa de Rebouças, Legay e Abelha (2007) destacam que esse segmento apresentou o menor nível de satisfação com o trabalho e o maior impacto sobre a saúde, o que segundo as autoras, são consequências diretas da dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres.

2.2 Barreiras para realização do trabalho e estratégias de enfrentamento

Quando conhecemos as falas e práticas dos trabalhadores da saúde mental, passamos a compreender que esses trabalhadores habitam um espaço fortemente tensiôgeno e de embates. Vários fatores podem ser apontados como desencadeadores destas questões, entre eles o fato de haver vários discursos neste campo, incluindo desde a crença de que o cuidado deve ser entendido como uma forma de caridade religiosa ou a afirmação de que somente a ciência tem domínio sobre a loucura (discurso científico) até o discurso antimanicomial que prevê que o trabalho em saúde mental não pode ser reduzido à um domínio de técnicas, devendo incluir a implicação política e afetiva na construção de um novo modo de se relacionar com a loucura (Ramminger, 2009). Além disso, os trabalhadores precisam conviver com a oscilação entre a exigência de um papel desafiador e criativo dentro desses serviços substitutivos e a constante desvalorização da função explicitada pela falta de investimentos e ações para este serviço.

Na pesquisa, todas as participantes manifestaram desconforto com a falta de investimentos para o CAPS, tanto no que diz respeito à estrutura física quanto à falta de materiais.

[...] acho que o CAPS não oferece uma condição saudável para trabalhar. Para você ver, aqui nem sala para trabalhar a gente tem, temos só o consultório médico, a sala da enfermagem e uma sala de acolhimento. Não temos como fazer atendimento individual a não ser nesses locais e quando essas salas estão ocupadas você faz onde dá, no corredor, no pátio. A instituição não oferece o que precisa pra gente trabalhar, até porque a necessidade não é só acolhimento, médico e enfermagem (Sandra, assistente social).

Nem sempre a gente tem tudo o que precisa para trabalhar. Às vezes falta até lençol para forrar a cama para o paciente que está na hospitalidade e temos que ficar forrando com cobertor. E esse tipo de coisa quem compra é a prefeitura e aí é uma demora, você faz o pedido, mas demora muito para chegar. Sem contar a falta de profissionais, na enfermagem, por exemplo, estamos só com oito profissionais, é muita sobrecarga de serviço, é ter que fazer milagre trabalhar assim (Ana, técnica de enfermagem).

Contudo, vale ressaltar que diante da precariedade do serviço, os trabalhadores são levados a serem criativos e conseqüentemente à um movimento de superação. É a tentativa, dentro do possível, de transformar o lado ruim dessa realidade e melhorarem de certa forma o trabalho.

Até que para a enfermagem é mais tranquilo a questão dos materiais para trabalhar, o que falta mesmo é material para fazer as oficinas, sempre falta. Aí a gente costuma usar de estratégias, faz roda de conversas que não precisa de nenhum tipo de material, assiste algum vídeo, essas coisas. Mas para a enfermagem às vezes falta material também. Ontem mesmo tinha um tipo de agulha específica que tinha acabado, tivemos que dar um jeito e substituir por outra. Não era a agulha ideal que usamos, o resultado não é 100% mas é melhor que nada. [...] Não temos muito o que fazer quando falta esse tipo de material, só esperar chegar mesmo porque esse tipo de material como a agulha não temos como comprar, porque se tivesse como comprar com certeza a equipe tiraria do próprio bolso, como costuma fazer com as outras coisas que faltam como material de oficina, roupa para pacientes, cigarros (Rosa, técnica de enfermagem).

Eu acho que é tudo muito limitado, acho que quando é um setor privado você tem mais recursos, já aqui tudo é muito limitado. Até para fazer as oficinas somos nós, os profissionais, que temos que proporcionar os recursos, então fazemos bazares para conseguir arrecadar uma grana para comprar os materiais porque as políticas públicas são muito limitadas. [...] Enquanto setor público a gente sofre muito porque imagino que no setor privado eles tenham inúmeras maneiras de resolver essas questões e nós não, só dependemos de prefeitura e de políticas públicas e isso é extremamente limitado. Tudo que pedimos para a prefeitura levam mil anos para chegar e enquanto não chega temos que ir dando nosso jeitinho, fazendo 'vaquinhas', tirando do próprio bolso, trazendo de casa (Bianca, assistente social).

Ramminger (2009) também observa fatos como este no desenvolvimento de sua pesquisa e aponta que a falta de condições de trabalho em Saúde Mental que também são salientados no presente estudo, integram uma herança que acompanhou o hospital psiquiátrico desde sua fundação e parece estar ainda presente nos novos serviços de Saúde Mental.

Além disso, há outra questão que merece destaque e que já foi levantada por Dejours (1986) que diz respeito à exploração da ideologia dos trabalhadores. Observa-se com a realização da pesquisa que o uso de si é explorado, por meio do não reconhecimento e consequente não investimento financeiro na área de Saúde Mental, já que os profissionais têm mantido o serviço funcionando mesmo com a falta de condições necessárias (falta de materiais, de infraestrutura, de pessoal). É como se fossem militantes de uma causa e não apenas funcionários de um serviço público.

Onocko (2005) observa também que é tradicional a ideologização do SUS entre os trabalhadores da saúde, sendo este fato entendido como uma forma de se entregarem ao trabalho passando por cima das limitações da realidade concreta do trabalho que acabam demandando muitos esforços físicos, emocionais e sociais dos trabalhadores.

É interessante observar que as participantes do estudo destacam que apesar das dificuldades apontadas na realização de um serviço com recursos muito limitados elas encontram o reconhecimento no trabalho através da gratidão e melhora dos usuários.

A gente cansa e tudo, mas é o contato com os pacientes que mais me deixa feliz. Tem paciente que exige muito da gente, chama sem parar, mas eu gosto, gosto de ver o carinho, o vínculo que eles têm com a gente. E até o tempo parece que passa mais rápido quando eles demandam muito da gente. A satisfação está em ver a melhora deles, não tem coisa melhor do que perceber que o que você faz de alguma maneira está ajudando alguém. A melhora deles é algo fantástico e muito gratificante para todos os profissionais. (Rosa, técnica de enfermagem).

Ver o paciente tendo resultado é muito bom, principalmente o bipolar, porque quando ele melhora ele realmente melhora muito, é bem visível e muito prazeroso você ver toda a estruturação de um paciente. Você vê a mudança na família que essa melhora proporciona, como eles ficam gratos por isso. Mas ao mesmo tempo bate um cansaço muito grande, é um trabalho que cansa muito mentalmente porque é uma carga de energia muito grande lidar com o paciente que está muito mal, muito angustiado [...] no final do dia você se sente sugado e acho que isso é comum para todos os profissionais (Bianca, assistente social).

Observa-se que na ausência de reconhecimento por parte da gestão como salário e condições materiais satisfatórias, os profissionais acabam colocando o foco na gratidão. No entanto, a gratidão é um elemento ambíguo, pois ao mesmo tempo em que proporciona satisfação ao profissional em outros momentos representa uma demanda pelo serviço por parte do usuário e que, como relatado pelas participantes, sobrecarrega o profissional (Molinier, 2006).

2.3 O trabalho em equipe e o relacionamento entre os trabalhadores

Ao falarmos do campo da saúde mental, é fundamental considerarmos o trabalho em equipe para a promoção de transformações das práticas substitutivas ao modelo hospitalocêntrico, visto que com essa prática cria-se a possibilidade de construção de uma visão ampliada sobre as inúmeras questões que o cuidado aos usuários da saúde mental coloca aos trabalhadores (Bichaff, 2006). No entanto, a possibilidade dessa prática só pode ser alcançada se considerarmos uma equipe capaz de conversar, articular ações conjuntamente e construir novos saberes e novas práticas.

Como observa Dejours (1992), quando o trabalho realizado tem a possibilidade de ser discutido, favorecendo a ética das relações e avaliações, ele acaba gerando confiança entre os trabalhadores. No caso específico do CAPS, o espaço que os profissionais têm para discussão e troca de experiências é considerado fundamental para fortalecer a equipe e os trabalhadores individualmente, visto que é nesse espaço onde se encontra o olhar dos pares sobre as atividades desenvolvidas e também onde o trabalhador encontra maior visibilidade (Lancman, 2008).

O espaço de discussão no CAPS é a reunião semanal na equipe, sendo que este é o momento de convivência entre os profissionais, de trocas de modos de trabalhar, de trocas afetivas, de debates e de reconhecimento seu e do outro.

Quando reunimos a equipe todos têm a possibilidade de questionar o trabalho do outro, sugerir alguma mudança ou uma nova forma de fazer as coisas. Acho que isso é um dos pontos fortes do nosso trabalho, ter a possibilidade de ouvir a visão de outras pessoas sobre o nosso trabalho e crescer com isso (Soraia, psicóloga).

Com as reuniões você percebe que seu trabalho é importante, na verdade que de todos os colegas são. Nunca vivi uma situação de desrespeito com a minha profissão aqui. E é essa noção de que todos são importantes aqui dentro que permite que o serviço funcione como uma equipe (Bianca, assistente social).

Entretanto, neste estudo algumas barreiras também foram encontradas e que em partes impedem que a reunião neste CAPS funcione efetivamente como um momento de enfrentamento dos problemas e de reconhecimento.

Nas reuniões é difícil, como cada um tem uma opinião às vezes a gente nem é ouvido. Para mim fica sem sentido fazer reuniões, já que não vão considerar o que eu falo mesmo. Eu sei que é difícil se todo mundo for falar, mas deveriam pensar em alguma maneira de fazer isso funcionar. Pra que ter reunião se a minha opinião nunca conta? (Rosa, técnica de enfermagem).

Nas reuniões sinto que meu trabalho é respeitado, mas valorizado não. Às vezes você mostra para a equipe que determinada ação não está funcionando e acaba não sendo bem vista pelo grupo (Julia, enfermeira, coordenadora da enfermagem).

A opinião dos outros colegas é complicada. Cada um tem uma opinião de como fazer as coisas e isso é complicado. Se você está escalado para trabalhar na medicação sempre tem um para falar que você não está fazendo direito ou para falar que você é lenta. Se você está escalada para a higienização dos pacientes é a mesma coisa. É muito difícil ter que lidar com isso porque você tem a sensação de que nunca é boa o bastante para ninguém. Mas já estou acostumada sabe, tento não importar mais (Laura, técnica de enfermagem).

No estudo realizado por Abelha, Legay e Lovisi (2008) foi evidenciado que uma das principais fontes de satisfação no trabalho realizado no CAPS é justamente o suporte fornecido pelos colegas de equipe. Pensando nisso, os profissionais do CAPS estudado ao invés de sentirem minimizado o impacto negativo atribuído ao trabalho provavelmente experimenta seu inverso, diante das situações relatadas.

Com a fala das participantes é possível perceber que há falta de comunicação no trabalho entre a equipe, evidenciando uma fragmentação da equipe que funciona por justaposição de ações e não por articulação.

Os profissionais aqui são de se envolver com o trabalho, hoje em dia nem tanto diante do processo das demissões porque deu uma desmotivada geral. Mas quanto a isso as pessoas sempre foram unidas, de tirar do próprio bolso para suprir alguma necessidade daqui, mas com relação ao trabalho em equipe eu sempre vi uma dificuldade. Mas acho que isso também tem a ver com as diferenças nas áreas, por exemplo, a enfermagem realiza um trabalho mais imediatista, com resultados pra ontem, já a psicologia já trabalha a longo prazo, então nossas áreas não conseguem se articular (Julia, enfermeira, coordenadora da enfermagem).

Acho que faltam algumas coisas para trabalharmos como equipe, mas principalmente falta compartilharmos conhecimentos. Cada profissional aqui poderia melhorar se tivesse a

possibilidade de aprender com outra área, por exemplo, conversar com o médico ou com a assistente social. Compartilhar mesmo os saberes. Mas aqui não temos isso não. Conseguimos conversar um pouco dentro da nossa própria equipe (Ana, técnica de enfermagem).

Bichaff (2006) observa que o trabalho em equipe é a maneira encontrada para tentar enfrentar a divisão do trabalho inerente aos avanços tecnológicos da produção capitalista. A atenção em saúde acabou sendo fortemente modificada pelos processos de especialização, que culminaram em ações fragmentadas que necessitam de articulação para a promoção de um resultado satisfatório.

Nesse sentido, é de suma importância que a equipe de saúde mental, diante das premissas da Reforma Psiquiátrica, seja capaz de construir de forma coletiva processos criativos para superação das diferenças técnicas e sociais que, pelo que foi observado com as falas das participantes, estão em conflito no seu interior.

É interessante notar que com a fala anterior de Laura é possível perceber claramente a lógica da organização capitalista na saúde, neste caso específico relacionado ao trabalho dos técnicos de enfermagem caracterizando um trabalho fragmentado e parcelado em várias atividades. Nesse sentido, como já observado anteriormente por Gonzáles e Beck (2002), o trabalho dos trabalhadores da saúde possui forte relação com a gênese do processo capitalista, uma vez que apresenta características como a fragmentação e dicotomia, destinando dessa forma o trabalhador menos qualificado para os trabalhos mais pesados e com salários menores. A observação dos autores é reafirmada nesta pesquisa, pois o trabalho da enfermagem é claramente hierarquizado e fragmentado, onde a coordenadora da enfermagem Julia é responsável por montar as escalas de trabalho e fiscalizar a execução do trabalho pelos técnicos.

Gonçalves (1992), ao esclarecer sobre o processo de divisão do trabalho na área de saúde, pontua que o saber médico manteve um lugar central, mantendo inclusive controle sobre seu trabalho intelectual enquanto que as funções consideradas manuais foram sendo atribuídas a outros trabalhadores, produzindo dessa maneira hierarquizações sociais.

O autor observa ainda que há dois tipos de divisões do trabalho médico, denominadas de divisão vertical e horizontal. Na chamada divisão vertical, ocorre o desdobramento entre trabalhos considerados mais intelectuais e mais manuais, já no caso da divisão horizontal temos a divisão de saberes médicos em especializações e também a agregação de outros profissionais em funções complementares, como no caso da enfermagem, ou diante da necessidade de ampliação do campo da medicina, no caso dos psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, entre outros.

Nesse sentido, a divisão do trabalho na área da saúde criou uma fragmentação na sua dimensão intelectual, favorecendo a individualização dos trabalhos especializados e criando em cada área processos de trabalho específicos. É notável que algumas áreas mantiveram-se em alinhamento com o objeto tradicional da medicina, produzindo intervenções sobre o corpo, enquanto que outras áreas se aproximaram mais das ciências humanas e sociais, como a psicologia e o serviço social (Gonçalves, 1992).

A fala da técnica de enfermagem Ana também ilustra o parcelamento das tarefas na enfermagem:

A nossa escala muda a cada quinze dias. Tem quinzena que sou designada para a higiene, então minha função é cuidar da higienização dos pacientes, ficar de olho neles, mas tem muitos aqui que não conseguem cuidar da própria higiene então tenho que dar banho, por a mão lá mesmo e ajudar. Hoje estou escalada para a ambulância e o que tenho que fazer é acompanhar o motorista da ambulância para buscar ou levar pacientes para o hospital psiquiátrico da Universidade Federal de Uberlândia ou levar pacientes que precisam fazer algum tipo de exame (Ana, técnica de enfermagem).

Ainda neste sentido, os achados do estudo de Elias e Navarro (2006), confirmam que as tarefas mais técnicas e consideradas socialmente mais qualificadas por serem uma herança da prática médica são geralmente realizadas pelas enfermeiras, responsáveis pela coordenação dos trabalhos dos técnicos que, por sua vez, são responsáveis pela realização do trabalho menos qualificado, passando

inclusive mais horas com os pacientes. Assim, as tarefas realizadas pelos técnicos de enfermagem são mais intensas, repetitivas, socialmente e financeiramente menos valorizadas.

2.4 A situação dos terceirizados

Muitas questões poderão ser levantadas sobre a situação já mencionada dos trabalhadores terceirizados do CAPS estudado.

Inicialmente, saliento que os apontamentos de Santos (2007) são extremamente pertinentes ao observar que a contratação de trabalhadores por meio de Organização Não Governamentais (ONGs), cooperativas, fundações e outros arranjos devem ser considerados irregulares por muitos motivos, entre eles o fato de que a rotatividade gerada pelos precários vínculos empregatícios no setor de saúde causa um grande impacto no CAPS, já que isso causa influência diretamente na qualidade da atenção devido à falta de estabilidade da equipe. No CAPS em questão a situação fica potencialmente mais difícil em decorrência da demissão de um grande número de trabalhadores de uma vez. Fato que pode ser evidenciado na fala das entrevistadas.

Temos a sensação de que o serviço está desmoronando. Porque essa coisa de vai ter concurso não vai ter concurso. E os profissionais sendo demitidos mesmo assim. [...] a minha sensação é o que será que vai acontecer com esse serviço? Mas eu vejo isso como uma sensação geral, aqui dentro todo mundo está assim (Soraia, psicóloga).

Fico pensando nos pacientes, para eles se adaptarem a um novo quadro profissional não vai ser fácil. Eles já têm um vínculo com essa equipe e adaptar à outra equipe vai ser difícil. Já é complicado quando sai um ou outro imagina agora saindo tantas pessoas de uma só vez (Rosa, técnica de enfermagem).

Eles estão desmontando um serviço que já existe mexendo dessa maneira com a estrutura. Imagina só se todas as unidades de saúde de repente trocarem todos os profissionais de uma vez por novos profissionais que não tem experiência, isso viraria um caos (Bianca, assistente social).

Além disso, o sofrimento que essa situação tem causado nos trabalhadores é intenso e é evidenciado não apenas nas falas dos trabalhadores terceirizados, mas também nos depoimentos de quem tem estabilidade no emprego, mas sofre as consequências desse processo.

Estou tendo insônia. Não tenho conseguido dormir quase nada. Agora por exemplo eu estou aqui, mas estou morrendo de sono, mas quando chega à noite não consigo dormir. A situação das demissões não tem como não tirar o sono da gente. Eu já até entreguei pra Deus sabe, mas não tem como não deixar a gente preocupada. E assim, não tem nada definido, alguns profissionais já foram demitidos, mas ninguém fala nada de concurso público. Não sabemos nada de datas, só ouve os comentários. Então hoje estou aqui, mas amanhã posso não estar mais (Rosa, técnica de enfermagem).

Estou tão preocupada com essa situação atual do CAPS que ando perdendo o sono. É uma preocupação muito grande quando você vê que aquele serviço que você tanto se dedica está desestabilizado e você não pode fazer nada. Isso tem sido muito preocupante pra mim. O difícil não é só lidar com a falta dos profissionais que já foram demitidos, mas também é difícil lidar com os profissionais que ainda estão aqui e sabem que vão ser demitidos mais cedo ou mais tarde. Esses profissionais estão vivendo uma situação limite e o medo da demissão e a insegurança tem gerado uma desmotivação geral (Soraia, psicóloga).

Nunca tinha pensado em fazer outra coisa da vida, mas agora, com esse processo de demissão em massa ando pensando. O pessoal aqui dentro está tão desmotivado, passamos por tanta

coisa para realmente criar um serviço que seja efetivo e agora vem esse processo tão sofrido (Julia, enfermeira, coordenadora da enfermagem).

REFERÊNCIAS

Abelha, L.; Legay, L. F.; Lovisi, G. M. et al. O trabalho em saúde mental: um estudo de satisfação e impacto. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p 624-632, 2008.

Athayde, V.; Hennington, E. A. A saúde mental de profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 983-1001, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-73312012000300008>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Bichaff, R. **O trabalho nos centros de atenção psicossocial: uma reflexão crítica das práticas e suas contribuições para a consolidação da reforma psiquiátrica**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica)- Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Sonia/Downloads/Regina_Bichaff.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

Bogdan, R.; Biklen, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466/2012, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as normas para realização de pesquisas com seres humanos. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 13 dez. 2012, seção 1. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em: 15 mar. 2015,

Bruschini, M. C. A. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Departamento de Pesquisas Educacionais, 1998.

Dejours, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

_____. **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez-Oboré, 1992.

Elias, M. A.; Navarro, V. L. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 517-525, 2006.

Fabbro, M. R. C. **Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade**. 2006. 366 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Ferrer, A. L. **Sofrimento psíquico dos trabalhadores inseridos nos Centros de Atenção Psicossocial: entre o prazer e a dor de lidar com a loucura**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Godoy, M. G. C.; Rigotto, R. M.; Maciel, R. H. M. et al. Condições organizacionais e saúde mental dos trabalhadores dos Caps do Ceará. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 4., 2007. Salvador-BA. Anais... Salvador-BA: Abrasco, 2007.

Gonçalves, R. B. M. **Práticas de saúde: processo de trabalho e necessidades**. São Paulo, SP: Cefor, 1992.

Gonzáles, R. M. B.; Beck, C. L. C. O sofrimento e o prazer no cotidiano dos trabalhadores de enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 169-186, 2002.

- Guimarães, J. M. X.; Jorge, M. S. B.; Assis, M. M. A. (In)satisfação com o trabalho em saúde mental: um estudo nos centros de atenção psicossocial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2145-2154, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a14.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.
- Kirschbaum, D. I. R.; Paula, F. K. C. O trabalho do enfermeiro nos equipamentos de saúde mental da rede pública de Campinas-SP. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Campinas, v. 9, n. 5, p. 77-82, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n5/7802.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.
- Lancman, S. **Políticas públicas e processos de trabalho em saúde mental**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2008.
- Mészáros, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.
- Minayo, M. C. S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: _____; Deslandes, S. F.; Cruz Neto, O. et al. (Orgs.), **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Molinier, P. **Les enjeux psychiques du travail**. Paris, France: **Pyots & Rivages**, 2006.
- Nardi, H. C.; Rammingner, T. Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de reforma psiquiátrica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 17, v. 2, p. 265-287, 2007.
- Nogueira, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, Marília, v. 4, n. 6, p. 59-62, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewArticle/1231>>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- Onocko, R. O encontro trabalhador-usuário na atenção à saúde: Uma contribuição da narrativa psicanalítica ao tema do sujeito na saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 573-583, 2005.
- Prefeitura de Uberlândia. **Setores de atendimento à saúde**. 2012. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=65&pg=71>>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- Rammingner, T. **Cada CAPS é um CAPS: A importância dos saberes investidos na atividade para o desenvolvimento da atividade em saúde mental**. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.
- _____; Brito, J. C. O trabalho em saúde mental: Uma análise preliminar relativa à saúde dos trabalhadores dos serviços públicos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 33, n. 117, p. 36-49. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572008000100005>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- Rebouças, D.; Legay, L. F.; Abelha, L. Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 244-250, 2007.
- Santos, M. P. G. Relações de trabalho nos serviços públicos de saúde mental. In: SIMPÓSIO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE NO SETOR DE SAÚDE, 1, 2007. Belo Horizonte-MG. Anais... Belo Horizonte-MG: Nescon, 2007.
- Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- Zago, K. S. A. **Assistência em saúde mental: Atuação dos trabalhadores de enfermagem de nível médio em uma enfermagem de psiquiatria de um hospital geral**. 2007 122 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sonia/Downloads/KARINESANTANADEAZEVEDOZAGO.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SEGURIDADE SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR O ACESSO À SAÚDE DO TRABALHADOR NA REGIÃO DE FRONTEIRAS: ANTIGAS DEMANDAS, NOVAS QUESTÕES

Fabiane K. S. Machado*
Jussara Maria Rosa Mendes**
Dolores Sanches Wunsch***
Carmem Giongo****
Juliana Martins*****

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da parceria entre o NEST/UFRGS e o Ministério da Saúde, no projeto do COLSAT no Contexto do Mercosul. A partir da proposta de realização do Diagnóstico Situacional dos sistemas de vigilância em saúde dos trabalhadores nas fronteiras do RS, serão apresentados dados e informações coletados nos municípios fronteiriços, bem como uma discussão sobre o cenário da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Ao final, espera-se que os dados possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias e ações de vigilância em saúde do trabalhador que contemplem características regionais, no caso a região fronteiriça.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Vigilância em saúde, Mercosul, Região fronteiriça

ABSTRACT: This article shows the results of the partnership between NEST/UFRGS and the Brazilian Ministry of Health, in COLSAT's project in the context of Mercosul. Based on the proposal of execution of the Situational Diagnosis of surveillance systems on workers' health in the border areas of Rio Grande do Sul (Brazil), data and information gathered in border towns will be presented, along with a discussion of the scenario of the Surveillance on Workers' Health. Finally, data is expected to contribute to the development of strategies and surveillance activities in occupational health that contemplate regional traits; in this case, the border region.

Keywords: Workers' health, Surveillance on health, Mercosul, Border region

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios do fenômeno da globalização é o crescente fluxo de trabalhadores entre a região fronteiriça. A agenda sobre os fluxos migratórios é permanente e a necessidade de discussão e aprofundamento sobre o tema é eminente entre os países que mantêm acordos econômicos e sociais. Sob o aspecto econômico, os fluxos afetam a capacidade dos países mais velhos na sustentação de taxas de crescimento econômicas elevadas. Social e juridicamente, a agenda sobre questões importantes como a regulação da migração e a discussão das tensões sociais que por elas são ocasionadas, torna-se emergente. Na perspectiva da proteção social, surge o desafio de garantir os direitos sociais e de seguridade social em um contexto, no qual as assimetrias entre os sistemas de seguridade social dos países podem prejudicar muitos os trabalhadores por não alcançarem os requisitos mínimos exigidos para a conquista de alguns benefícios, como a aposentadoria ou a contagem do tempo de contribuição no país de origem.

A América Latina é reconhecida pelo grande fluxo migratório que caracteriza seu território e este aspecto ainda é um grande desafio para a política de saúde do trabalhador. Não temos como abordar a questão da migração sem voltarmos o olhar aos trabalhadores que migram em busca de oportunidades de trabalho, mas também, há àqueles que buscam melhores condições de vida e acesso a rede de serviços. Sob este ponto de vista, este artigo possui o objetivo de apresentar os resultados

* Pós-Doutoranda no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: e-mail: fabiane.konowaluk@gmail.com.

** Professora-Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Contato: e-mail: jussara.mendes@ufrgs.edu.br e jussaramaria.mendes@gmail.com.

*** Professora-Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Serviço Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST). Contato: e-mail: doloressw@terra.com.br.

**** Doutoranda no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: e-mail: ca.aiesec@gmail.com.

***** Bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: e-mail: jm.juliana84@gmail.com.

da parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEST/UFRGS) e o Ministério da Saúde, no projeto do Centro Colaborador em Saúde do Trabalhador (COLSAT) no Contexto do Mercosul. A partir da proposta de realização do Diagnóstico Situacional dos sistemas de vigilância em saúde dos trabalhadores nas fronteiras do Rio Grande do Sul, foram coletados dados e informações nos municípios fronteiriços que possibilitaram conhecer o cenário e os desafios existentes no campo da Vigilância em Saúde do Trabalhador.

1 AS ORIGENS DO MERCOSUL E A SAÚDE DO TRABALHADOR

O Mercosul surge como uma variação Latino Americana dos processos de globalização e integração regional, servindo como instrumento de modernização e inserção competitiva da região na nova economia mundial, além de garantir e destacar a temática social na agenda deste processo.

Neste cenário, a integração regional caracteriza-se por um fenômeno natural, como consequência da necessidade de uma unidade global pela cooperação entre os países. Propicia o desenvolvimento das nações, tornando-as mais fortes e competitivas dentro de um contexto econômico de mercado. Não obstante, para que esta integração aconteça de maneira mais efetiva, é imperioso que ocorra de forma não restrita ao plano econômico, mas também em forma gradual nos setores políticos, legal, cultural, financeiro, monetário e no social. Assim, em consonância com as tendências mundiais de criação de blocos econômicos, o Mercosul surge como uma destas formas, não se restringindo ao foco comercial entre os países signatários, mas avançando também, para a conjunção de um bloco econômico.

A história Latino Americana é pautada por marcas recentes de lutas de classes, golpes de Estado, governos ditatoriais e autoritários, além da supressão de direitos fundamentais. A América Latina chega, contemporaneamente aos avanços ocorridos no resto do mundo, também integrada ao cenário mundial que prima pela globalização, integração e internacionalização dos países. O marco legal do Mercosul é o Tratado de Assunção, assinado em 21 de março de 1991, no Paraguai, pelos Presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai adquirindo personalidade jurídica internacional através do Protocolo de Outro Preto, assinado em dezembro de 1994.

A realidade individual, política e econômica dos países do Mercosul não representa obstáculo às negociações do bloco. A tentativa de respeitar a soberania e as diversidades existentes entre os países é fundamental para que a integração ocorra de forma democrática e bem estruturada, onde o avanço do bloco não represente a queda do país e sim, a consolidação de uma Ibero América mais forte e pacífica. A Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai, ao assinar este acordo, alcançaram um grande avanço na integração da América Latina. Nunca houve um projeto de interconexão tão profundo como o Mercosul, que incluiu posteriormente a participação da Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela.

Embora a formação de blocos econômicos, tanto na União Europeia como no Mercosul, tenha buscado não apenas a integração e cooperação de natureza econômica, mas também, posterior e paulatinamente, a consolidação da democracia e a implementação dos direitos humanos nas respectivas regiões, o que se constata é que as cláusulas democráticas e de direitos humanos estão sendo incorporadas na agenda do processo em ritmo diverso. Ao contrário disso, a globalização econômica tem comprometido a vigência dos direitos humanos, em especial dos direitos sociais (PIOVESAN, 2002).

O direito à saúde como um direito de cidadania social, que deve assegurar a universalidade e a igualdade em sua expressão plena, norteadas por princípios democráticos, atenta para as alterações e rupturas que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea que têm alterado o valor universal deste direito. Salienta-se a presença de dois paradigmas teórico-políticos opostos que delimitam o encaminhamento da atenção à saúde no início do século XXI. O paradigma da cidadania plena, no qual o direito à saúde é um valor universal, e o da cidadania social restrita, em que o direito à saúde é orientado pelo critério da eficiência e racionalidade econômica e, portanto, situada no campo da reprodução do capital (NOGUEIRA, PIRES, 2004).

Os direitos fundamentais sociais, mais do que nunca, não constituem favor, privilégio ou liberalidade, mas premente necessidade, uma vez que a sua supressão ou desconsideração fere os

mais elementares valores de vida, liberdade e igualdade. A eficácia (jurídica e social) dos direitos fundamentais sociais deverá ser objeto de permanente otimização, na medida em que levar a sério os direitos (e princípios) fundamentais correspondentes, em última análise, a ter como objetivo permanente a otimização do princípio da dignidade da pessoa humana, por sua vez, a mais sublime expressão da própria ideia de Justiça (MORAIS, 2002).

Nesse sentido, define-se o objeto da Saúde do Trabalhador como o processo de saúde e doença dos grupos humanos em relação ao trabalho, entendido como espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição e do fazer histórico dos trabalhadores, que almejam o controle sobre as condições e os ambientes de trabalho para torná-los mais “saudáveis” em um processo contraditório, desigual, dependente de um processo produtivo determinado pelo contexto sociopolítico e econômico da sociedade. Desse modo, destaca-se que a atenção à saúde dos trabalhadores distingue-se por lidar diretamente com a complexidade e dinamicidade das mudanças no processo produtivo, que definem constantemente um novo perfil para a classe trabalhadora (DIAS, 1995).

Mendes (2003) destaca que a Saúde do Trabalhador pressupõe uma interface entre diferentes alternativas de intervenção que contemplem as várias formas de determinação do processo de saúde-doença dos trabalhadores. Para a autora, é necessário pensar a Saúde do Trabalhador desde a sua organização na sociedade e no trabalho, compreendendo-se esta realidade sob uma perspectiva de sujeitos coletivos, conhecendo-os e reconhecendo-os historicamente. Significa entender a situação do trabalhador de forma global, nos aspectos individuais e coletivos, políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos que interferem e definem a existência do fenômeno. Além de voltar-se ao coletivo, enfatizando a necessidade do agir em conjunto de todos os envolvidos (profissionais e trabalhadores), com ênfase na promoção da saúde, quando o próprio trabalhador é sujeito das ações.

De tal modo, trabalhar na perspectiva da Saúde do Trabalhador requer “[...] um corpo de práticas teóricas interdisciplinares, técnicas, sociais, humanas e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum” (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 25), que garantam um ambiente laboral digno e não agressivo à natureza física e psíquica do trabalhador.

A saúde no trabalho faz parte de uma história ao mesmo tempo individual e coletiva, que se constrói na articulação entre a organização social da produção econômica e os homens e mulheres no trabalho (THÉBAUD-MONY, 2004). O replanejamento do trabalho é um tema que se insere num conjunto de preocupações relacionadas à Saúde do Trabalhador. Insere-se, especialmente, naquele conjunto de estratégias que visam prevenir determinados problemas de saúde, como, por exemplo, os de saúde mental e psicossomáticos, as lesões por esforços repetitivos e os acidentes de trabalho.

Para além dos limites nacionais, o que se vislumbra é a superação das disparidades e dos paradoxos que existem nas cidades brasileiras e estrangeiras de fronteira nas diretrizes, no ordenamento da Saúde do Trabalhador e no dia a dia de trabalho. Ao se levar em consideração o Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, proposto pela Organização Pan-Americana da Saúde e pelo Ministério da Saúde do Brasil, que foi nomeado Serviços Integrados de Saúde do Mercosul (SIS-MERCOSUL), este projeto pretende contribuir com ações para a construção de um diagnóstico da situação dos sistemas de vigilância em saúde do trabalhador nas fronteiras binacionais e trinacionais.

A Declaração Sociolaboral do Mercosul aponta princípios e direitos na área do trabalho nos países membros, baseando-se na mesma condição fundamental do Tratado de Asunción (1991), ou seja, na articulação entre desenvolvimento econômico com justiça social como um dos parâmetros norteadores para a integração em Saúde do Trabalhador no Mercosul. Embora exista um documento que procura integrar as questões de saúde e trabalho nos países do Mercosul, para que sejam consolidadas estas diretrizes, deve haver o reconhecimento das assimetrias e das discrepâncias existentes no aparato legal e nas condições de vida e de trabalho cotidianas da população fronteiriça.

Somente a partir do conhecimento da realidade dos trabalhadores (o diagnóstico) é que se poderá criar um conjunto de proposições para o seu enfrentamento.

2 O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL COMO FERRAMENTA: ALGUMAS REFLEXÕES

O Centro Colaborador em Saúde do Trabalhador no Contexto do Mercado Comum do Sul (COLSAT/MERCOSUL) foi um projeto de extensão universitária em continuidade ao trabalho de cooperação técnica junto à Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde do Brasil. Através da parceria foram desenvolvidos estudos, pesquisas, capacitações e metodologias em saúde e trabalho, mediante projetos dinamizadores, elaborados a partir da definição de áreas críticas de preocupação comuns entre os países membros do Mercosul.

O objetivo principal do centro colaborador foi desenvolver a cooperação técnico-científica com a Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde do Brasil por meio de ações que pudessem atender aos objetivos constantes no “Plano de Ação da CISAT/MERCOSUL 2012-2015”, no que se refere aos sistemas de vigilância à saúde dos trabalhadores nas fronteiras binacionais e trinacionais dos países que compõem o Mercosul. Desta forma, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (NEST) desenvolveu um diagnóstico da situação dos sistemas de vigilância em saúde dos trabalhadores nas fronteiras binacionais e trinacionais do Mercosul.

O NEST como uma unidade técnico-científica da UFRGS, localizado em Porto Alegre, na capital do Rio Grande do Sul, se constitui em espaço privilegiado de cooperação com os países do Mercosul, pela localização geográfica e pelos estudos na área da saúde na região das fronteiras que vem desenvolvendo. O grupo de trabalho tem desenvolvido pesquisas importantes na área da saúde por meio de parcerias institucionais viabilizadoras do trabalho em rede com universidades e instituições governamentais. Essas iniciativas têm o propósito de investir em novas metodologias e em tecnologias voltadas para a formação e investigação e, ainda, na possibilidade de estabelecer um espaço de produção e divulgação de conhecimentos nas áreas de saúde e trabalho e educação permanente. A relação entre saúde e trabalho vem sendo estudada pela equipe de pesquisadores do NEST, desde o ano de 1999. Os estudos já desenvolvidos nesta temática vêm revelando uma realidade permeada por contradições sociais que tendem a ocultar os diferentes mecanismos de agravos à saúde do trabalhador resultantes de uma construção social que os invisibiliza.

A fim de observar como isso ocorre no cenário fronteiriço, foi desenvolvido um diagnóstico situacional da relação entre os serviços de saúde pertencentes à rede de atenção dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do Estado do Rio Grande do Sul, tendo abordado a temática junto aos municípios fronteiriços à Argentina e Uruguai. Para tanto, foram mapeados 05 centros de referência e a rede de atenção à saúde do trabalhador, a saber: na fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, com a Argentina situa-se o CEREST Noroeste, com sede em Santa Rosa. Na Fronteira Oeste está localizado o CEREST fronteira Oeste, com sede em Alegrete, sendo que nesse território também se situa o CEREST- Ijuí - região missioneira, ambos CEREST fazem fronteira com a divisa com Argentina e Uruguai. Na fronteira sul situa-se o CEREST Pelotas, que faz divisa com a Argentina, totalizando 27 municípios fronteiriços.

A partir da identificação dos registros de acidentes e doenças relacionados ao trabalho na região fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil com a Argentina e o Uruguai, o grupo partiu para a etapa de análise das notificações do Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul (SIST-RS), complementando-as com dados de outras fontes de informação secundária, cujos principais resultados constituem o foco do presente artigo.

O estudo teve caráter descritivo-exploratório e abordagem quantitativa e qualitativa. Todo o diagnóstico foi conduzido e discutido através de uma análise crítica do contexto atual, perspectiva essencial para o entendimento da condição histórico-social, na qual se engendram a precariedade e a fragilidade das questões que envolvem a relação saúde e trabalho, bem como as condições de vida dos trabalhadores. No marco das transformações que vêm alterando a economia, a política e a cultura na sociedade brasileira, entre outros motivos, por meio da reestruturação produtiva e do incremento da globalização, edificam-se profundas mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho.

Para o processo de coleta de dados da pesquisa utilizaram-se fontes de informação primária¹ e secundária. Além das fontes primárias também foram coletadas informações de cunho qualitativo em fontes secundárias, através da análise de documentos que registram a organização das atividades da rede de serviços básicos em saúde; das notificações de agravos disponíveis em cada município, as Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT) registrados na Previdência Social e registros no Sistema de Informação em Saúde do Trabalhador (SIST/RS) com análise em registros do Relatório Individual de Notificação de Agravos (RINA) e Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN). Também foram coletadas informações em sites oficiais dos Municípios, do Governo de Estado e do Ministério da Saúde. A análise das informações foi efetivada a partir de roteiro prévio, norteador do estudo vinculado a fontes complementares, tais como demais sites relacionados com as temáticas estudadas e outras produções técnicas e científicas.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REGIÕES DE FRONTEIRA PARTICIPANTES DO ESTUDO

Observamos que a região da fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul situa-se o CEREST Noroeste com sede em Santa Rosa. Ele é referência para os 22 municípios da 14ª CRS, sendo que 5 municípios situam-se na fronteira com a Argentina. O CEREST - Santa Rosa iniciou suas atividades em novembro de 2013, pois, até então, pertencia ao CEREST-Ijuí junto a outros municípios. Considerando a estrutura produtiva da região Fronteira Noroeste, a agropecuária representa 19,8% da economia interna e é desenvolvida, predominantemente, em pequenas propriedades. A população rural da Região Fronteira Noroeste é de 32,37%, no entanto apenas 7 municípios possuem população rural inferior a 40%. Este percentual é o sétimo maior do Estado e muito superior à média estadual, que é de aproximadamente 15%. Observamos que a vigilância e as notificações são centradas nas Secretarias Municipais de Saúde que fazem a relação com a vigilância estadual. O fluxo de trabalhadores na fronteira tem a predominância de agricultores ou trabalhadores rurais. Estes buscam o sustento através de salários muito baixos, fazendo a travessia do Brasil para Argentina e vice-versa, muitas vezes, de forma ilegal (utilizam pequenos barcos) e permanecem no período da colheita (ex.: colheita de fumo). Dessa forma, geralmente os estrangeiros trabalham na colheita de fumo, ramo no qual o vínculo empregatício é ilegal, e acabam vivendo em condições precárias, inclusive ganhando salário muito abaixo do que se pagaria a um trabalhador brasileiro. Os empregadores geralmente são os que possuem grandes propriedades de terra e, em casos de acidentes de trabalho, acabam pagando serviços particulares devido ao fato de os argentinos não estarem regularizados. Ou, em alguns casos, até mesmo demitem os trabalhadores, que se obrigam a voltar à Argentina. Quando as irregularidades têm procedência, são denunciadas à Polícia Federal pela equipe da saúde. Ressalta-se que estes trabalhadores fazem a travessia em pequenas embarcações, nas quais também são transportados agrotóxicos, drogas, bebidas, folhas de fumo etc.

Na fronteira oeste do Rio Grande do Sul situa-se o CEREST fronteira oeste, com sede em Alegrete, referência para 11 municípios, dos quais 5 fazem fronteira com a Argentina e o Uruguai, sendo uma delas binacional. Em municípios de fronteira, os serviços de saúde oferecidos assumem uma importante dimensão no cotidiano dos sujeitos que ali residem e transitam, na medida em que podem facilitar ou limitar o acesso destes, contribuindo ou não para a garantia de direitos à saúde. São vários os elementos que podem influenciar na procura pelo atendimento no Sistema Único de Saúde. Apontam-se aqui os fatores proximidade, qualidade e gratuidade dos serviços ofertados. O primeiro refere-se concretamente à distância geográfica e ao transporte e os demais dizem respeito à representação social do que vem a ser qualidade, gratuidade e rapidez no atendimento, mais tecnologia e medicalização. A maior concentração de profissionais está nos setores do comércio e serviços, de Uruguiana, com 64,7% dos empregados em 31 de dezembro de 2011. Isso se reflete com a ocupação de vendedor de comércio varejista sendo o maior número de trabalhadores, seguido de auxiliar de escritório em geral e o terceiro maior número é de motoristas de caminhão. O trabalho rural também é

¹ Para a elaboração do presente artigo, optou-se pela apresentação dos resultados referentes às fontes secundárias de coleta de dados.

evidenciado com 14,8% dos trabalhadores vinculados ao setor agropecuário e o quarto em ocupações formais (trabalhador agropecuário em geral). O município, por ter sede de um importante Porto Seco, estratégico para o desenvolvimento do país, participa do comitê de integração fronteiriça *uruguaiana-paso de los libres*, criado em 2013 para discutir questões fronteiriças locais.

Na fronteira Oeste II situa-se o CEREST- Ijuí - região missioneira, e é referência para 52 municípios sendo 3 deles de região de fronteira. As informações fornecidas indicam a falta de conhecimento quanto ao fluxo e trânsito de trabalhadores na região de fronteira de Porto Xavier com o município de San Javier, localizado na Argentina. Assim como no município de Roque Gonzalez não há fluxo de trabalhadores de fronteira, no caso, com o município Itacaruaré, na Argentina. Em São Borja o fluxo e o trânsito relacionados ao trabalho decorrem do fato de haver transporte de carga de produtos como: calçados, alimentos em geral e bebidas.

Na fronteira sul situa-se o CEREST Pelotas que é referência para 24 municípios, sendo que 03 situam-se na fronteira com a Argentina. Os municípios abrangidos possuem características rurais e os agravos mais recorrentes são os relacionados com atividade rural, incidindo: cortes, lacerações, luxações, fraturas e demais acidentes. Diagnóstico predominante: causas externas. Cabe observar que nesta região, o critério utilizado para as ações do CEREST são as notificações do SIST/RS e denúncias de trabalhadores e sindicatos.

Cabe observar que não foi encontrado durante o levantamento nenhum registro atendimento a estrangeiros vítimas de agravos relacionados ao trabalho e que o foco de atuação dos municípios e CEREST's investigados tem como base a vigilância sanitária e epidemiológica. Nas ações de saúde do trabalhador, observamos que na totalidade dos municípios e serviços visitados, é voltada apenas para notificações, tendo execuções pontuais e eventuais, por alguns CEREST's de cursos e capacitações para os trabalhadores da rede de saúde nos municípios de abrangência.

4 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados é possível compreender que a realização da vigilância em saúde do trabalhador na região fronteiriça possui diversos atravessamentos provenientes dos condicionantes presentes nas particularidades territoriais. Mas, além destas particularidades, é necessário considerar que as características deste contexto também se apresentam como produto de uma construção social presente no campo da saúde do trabalhador no Brasil, conjugando concepções e práticas que se confrontam cotidianamente.

Dentre os aspectos identificados no estudo de campo, observa-se que as práticas de vigilância em saúde, pouco têm incorporado à demanda da saúde dos trabalhadores. Sendo assim, o foco de atuação de maior predominância é a vigilância sanitária e epidemiológica, fruto de alguns protocolos binacionais, em sua maioria informais, sem um direcionamento voltado ao impacto e aos agravos do trabalho na saúde dos trabalhadores. Destaca-se que as ações de vigilância em saúde do trabalhador na região de fronteira são constitutivas do aparato legal-institucional presente no Sistema Único de Saúde do Brasil e, portanto, localizadas e desenvolvidas apenas pelos serviços de saúde dos municípios fronteiriços do lado brasileiro. Desta forma, são refratárias de como a vigilância em saúde do trabalhador vem sendo desenvolvida no Brasil.

A identificação dos agravos à saúde do trabalhador é perceptível pelos trabalhadores da Saúde, em especial, pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST's) situados em região fronteiriça. São identificados fluxos contínuos de trabalhadores que circulam na região de fronteira, em especial trabalhadores rurais, que realizam trabalhos sazonais na agricultura, motoristas de transporte de carga e de produtos de diferentes natureza e trabalhadores do comércio. Os principais agravos notificados são: acidentes típicos decorrentes de uso de ferramentas manuais, intoxicações por agrotóxico, traumas, acidente com materiais biológicos, dentre outros. Entretanto o que se percebe é que a notificação desses agravos ainda está longe de projetar essa realidade, pois os dados disponíveis no Sistema de informações sobre Saúde do trabalhador (SIST) – nos municípios de fronteira evidenciam a baixa notificação. Entretanto, em alguns municípios sede em que há

CEREST's essas notificações se ampliam, embora sem a efetivação pelos serviços de saúde como uma atividade de vigilância.

As poucas ações de vigilância em Saúde do Trabalhador, portanto, são reflexos da falta de dados epidemiológicos, bem como as ações pontuais acabam sendo mais de natureza informativa e educativa ou, ainda, de acordo com a demanda de alguma entidade representativa dos trabalhadores. Em oficina sobre Vigilância em Saúde do Trabalhador na região da fronteira (2014), foi apontado que o significado da vigilância epidemiológica muitas vezes é traduzido em contar mortos, doentes ou feridos versus a intervenção, o estudo e a transformação dos ambientes e condições de trabalho. Entende-se ser importante continuar “contando” mortes e adoecimentos relacionados ao trabalho para, assim, continuar socializando e revelando esses números para a sociedade, para os gestores de saúde, para que de fato seja reconhecido como questão central para saúde pública e nela a saúde do trabalhador. E, nesse aspecto, o número de mortes e doenças está intimamente atrelado a uma assistência de qualidade, capaz de reconhecer aquele indivíduo doente ou acidentado, como um trabalhador.

O baixo número de registros apresentados e o processo pelo qual estão sendo notificados é motivo de grande preocupação. Essa tendência e compreensão cada vez maior do adoecimento comum, com as pandemias e outras doenças degenerativas que acometem ao conjunto da sociedade, ainda apontam números baixos de registros apresentados como notificados, o que preocupa muito. Há, portanto a dificuldade de contemplar a informação do acidente de trabalho ou do seu material biológico e outros agravos, existindo assim, uma clara necessidade de ampliar o foco de atuação e incluindo, além do registro do acidente de trabalho típico, o adoecimento em geral, em particular as doenças crônico-degenerativas relacionadas ao trabalho.

Evidencia-se que frente às mudanças nos processos produtivos têm-se presenciado fundamentalmente uma forma de adoecimento que vem sendo ocultado na sua relação com o trabalho tais como, as doenças cardiovasculares, os transtornos mentais e do comportamento, entre outros. Essa discussão remete a pensar a composição da vigilância em saúde do trabalhador e a falta de diálogo entre os sistemas de vigilância, pois se percebe o engessamento das estruturas existentes entre as da saúde, previdência e trabalho. Esse é um desafio central, pois é fundamental que a vigilância tenha impacto no que e em quem está produzindo o adoecimento e as mortes relacionadas ao trabalho.

Outro aspecto é a questão da disparidade da notificação numa mesma região da fronteira, embora tenha sido verificado o empenho dos CEREST's para que os municípios notifiquem. Além disso, há dois sistemas de informação no SUS: um regional, no Rio Grande do Sul (SIST), e o outro no âmbito brasileiro (SINAN), que dão maior visibilidade a essa disparidade, uma vez que os sistemas apresentam números muito distintos. Esse é um grande desafio para o Estado do Rio Grande do Sul, independentemente da realidade da região de fronteira. E ainda há de se considerar que os dados da Previdência Social e do Ministério do Trabalho são restritos ao trabalho formal e as informações produzidas por esses órgãos pouco se traduzem em Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Sendo assim, um passo importante para pensar a Vigilância em Saúde do Trabalhador na região de fronteira apontado pelo presente estudo é a construção de um sistema de registro e de um fluxo de trabalhadores na região, de maneira a observar a tendência de trabalho, estudo, saúde e outras informações, além de contemplar as notificações de agravos à saúde desses trabalhadores. Além de identificar os fluxos que envolvem os trabalhadores em busca de assistência à saúde nas respectivas regiões, outro aspecto a destacar são algumas experiências já existentes, como a parceria Binacional para avaliação e possível intervenção na área canavieira na região de Bella Unión, que vem utilizando a vasta experiência brasileira no local. Nesse sentido é fundamental reconhecer o território como algo dinâmico e, por isso, é preciso avançar no âmbito do Mercosul a partir da legislação e de acordos comuns entre os países a fim de avançar na harmonização de políticas entre países de fronteira.

Neste estudo, aponta-se ainda que os CEREST's possuem papel fundamental na articulação regional e fronteiriça, pois têm maior aproximação com a realidade local e, através de demandas comuns, podem definir ações e estratégias que tenham impacto na realidade. Para que isso ocorra, deve-se buscar a articulação entre a universidade, trabalhadores e setores diversos, a fim de gerar aplicabilidade e comunicação dos estudos e intervenções. Com isso, entende-se que a vigilância na região de fronteira é permeada por imensos desafios, e que, a realização de um diagnóstico situacional

é fundamental para olhar esta realidade e compreendê-la. Assim, torna-se esse, um instrumento importante para as atividades cotidianas que envolvem as situações das fronteiras as quais aqui foram explicitadas. Dentre esses desafios estão as notificações, uma vez que essas quase sempre são realizadas pelos profissionais de saúde.

Atualmente, a vigilância pressupõe o acompanhamento dos processos de trabalho e dos modos de produção e esse processo necessita da participação das unidades de atenção básica, considerando que os serviços estão próximos dos trabalhadores, o que poderia gerar uma cobertura universal destes. As unidades de atenção básica têm a possibilidade de acessar a informalidade, podendo produzir informações sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores, além de acessar as mudanças no perfil de adoecimento e ter potencial de fomento à sua organização, principalmente daqueles informais. Constata-se a partir da manifestação de equipes dos CEREST's que as dificuldades devem ser enfrentadas com a necessária politização desta discussão que está colocada hoje como grande desafio do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as ações necessárias destacamos: reconhecer a diversidade das atividades produtivas no diagnóstico situacional do território; reconhecer as pessoas atendidas como trabalhadores e ainda incentivar a participação nestes processos. Desta forma, há necessidade de adotar medidas concretas que pensem diretrizes de vigilância desenvolvida em um território com características fronteiriças, respeitando assim as suas particularidades.

Significa assim, encontrar estratégias que aproximem a vigilância em saúde do trabalhador da vigilância sanitária e da vigilância ambiental. Portanto, um desafio central está na necessidade de ampliar a clareza de que o objeto da vigilância em saúde se encontra fundamentalmente no reconhecimento dos fatores que causam os agravos sobre a saúde e na efetividade da notificação desses agravos, com vistas a contribuir para a construção e fortalecimento de políticas voltadas a Saúde do Trabalhador. Finalmente, entende-se que pensar a vigilância em saúde também é trabalhar na perspectiva da integralidade da atenção à saúde do trabalhador, como bem aponta Dias, a promoção da saúde reconhece o trabalho como possibilidade de saúde, e não apenas como fonte de doença. (NEST, 2014). A vigilância deve ocorrer de forma continuada e em rede e não restringir-se apenas a ações de vigilância, mas como processo, que se antecipa e previne danos, mudando processos de trabalho, prestando assistência integral, sendo esse um movimento permeado pela participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde e a prevenção de doenças têm ganhado espaço, ao longo do tempo, nos estudos sobre a qualidade de vida das pessoas e nas práticas interventivas. O foco dessas intervenções inclui o sofrimento, a morbidade e a mortalidade, decorrentes de doenças e acidentes sofridos pela população. Com o crescimento do incentivo à promoção da saúde, multiplicaram-se pesquisas realizadas em diversos países, a exemplo do Brasil, ressaltando a atenção integral à saúde.

Para aprofundar o conhecimento da dinâmica e apreender a magnitude que envolve os acidentes e as doenças relacionados ao trabalho, os serviços de saúde podem se constituir fonte importante de informação. Os profissionais da área da saúde devem estar capacitados a identificar, entre os atendimentos, aqueles acidentes e doenças que se vinculam à atividade de trabalho. O registro dos acidentes e doenças, bem como os questionamentos voltados para a verificação da sua inter-relação com o trabalho, torna-se fundamental para a sua definição e identificação.

Apesar das contribuições provenientes de estudos estatísticos, epidemiológicos e qualitativos acerca da temática dos acidentes, doenças e óbitos relacionados ao trabalho, ainda constata-se o desconhecimento da real situação dos acidentes e doenças do trabalho, tanto em nível estadual, quanto nacional. Acredita-se que dar maior visibilidade às informações pode contribuir para a compreensão, interpretação e melhoria da realidade de trabalho e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do trabalhador. Além disso, a existência de estudos articulados entre os países que compõem

o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pode auxiliar as estruturas de governo na proposição de políticas públicas mais congruentes com a realidade regional e internacional.

REFERÊNCIAS

DIAS, E. C. O manejo dos agravos à saúde relacionados com o trabalho. In: MENDES, R. (Org.). **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.

MENDES, J. M. R. **O verso e o anverso de uma história**: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do Campo da Saúde do Trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, Supl. 2, p. 21-32, 1997.

MORAIS, J. L. B. Direitos humanos “globais (universais)” de todos, em todos os lugares! In: PIOVESAN, F. (coord.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional**: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

NEST. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST/UFRGS). **Relatório Técnico do Centro Colaborador em Saúde do Trabalhador no Contexto do Mercosul (COLSAT/ FASE II)**. Porto Alegre: NEST/UFRGS, 2014.

NOGUEIRA, V. M. R.; PIRES, D. E. P. Direito à saúde: um convite à reflexão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 753-760, maio/jun. 2004.

PIOVESAN, F. Globalização econômica, integração regional e direitos humanos. In: _____. (coord.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional**: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

THÈBAUD-MONY, A. Prefácio. In: MERLO, A. R. C. (Org.). **Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SEGURIDADE SOCIAL, TRANSFORMAÇÕES NO CAPITAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO: SUBSÍDIOS PARA O CAMPO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES

Natália Pereira Caixeta*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo fazer reflexão dos mecanismos de controle das ações públicas na saúde dos trabalhadores, trazer ao debate as transformações do capital e sua incidência na seguridade social, bem como, a intersetorialidade entre o Ministério da Saúde e demais Ministérios. O estudo pauta-se no método materialista histórico dialético, na concepção de saúde ampliada e em um estudo bibliográfico sobre o tema. Dentre outros achados, tem-se que na política de saúde do trabalhador não há especificação normativa e legislativa sobre as atribuições do Ministério de Desenvolvimento Social no que tange à saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Seguridade social, Política social, Controle social em saúde do trabalhador

ABSTRACT: This article aims to reflect the control mechanisms of public actions on the health of workers, bring to debate the transformations of capital and its impact on social security, as well as the intersectionality between the Ministry of Health and other Ministries. The study is guided in historical materialist dialectical method in the design of expanded health and a bibliographic study on the topic. Among other findings, it has to be in the worker's health policy is not normative and legislative specification of the duties of the Ministry of Social Development regarding the health of workers.

Keywords: Occupational health, Social security, Social policy, Social control in occupational health

INTRODUÇÃO

É notória a importância da proteção social brasileira, enquanto, conjunto de garantias no campo da saúde¹, previdência e assistência social traduzidas na Constituição Federal de 1988. A consolidação desses direitos foi resultado de lutas e de embates políticos insistentes da “classe que vive do trabalho”. (ANTUNES, 1999). E há a contraditoriedade inerente ao modo de produção atual, por um lado, o capital necessita da apropriação do trabalho excedente para sua continuidade e fortalecimento, com frequência ocorrendo por meio da exploração e de péssimas condições de vida e trabalho, por outro lado, o trabalhador necessita de proteção contra os abusos no processo de trabalho. Ou seja, há um embate entre proteção ao trabalho e o processo de acumulação capitalista.

Nesse caminho, a categoria trabalho no seu sentido ontológico² se perde e o trabalho alienado objeto³ se fortalece. Isso acontece ao mesmo tempo do surgimento de classes antagônicas: proletariado e a burguesia. Para Wood (2003):

A ‘glorificação’ do trabalho no ‘espírito do capitalismo’ tem menos a ver com o status ascendente do trabalhador do que com o deslocamento pelo capital da propriedade arrendada. Neste caso, os produtores não são os trabalhadores, mas os capitalistas. Em contraposição com a democracia ateniense que os produtores eram os trabalhadores livres. O trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que não tire do capital seu poder de apropriação (Wood, 2003, p. 173, grifos do autor).

Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívica. O trabalhador para acesso aos meios de trabalho e subsistência vende sua força de trabalho.

Nas variações do entendimento do Estado, tanto na sua qualidade de instrumento da exploração do trabalho assalariado na qual cria mecanismos de dominação e coesão (LENIN, 2011), como o Estado em sentido ampliado, resultado da democratização da política por meio da

* Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília. E-mail: natalia.sersocial@gmail.com.

¹ “O direito à saúde constitui-se um direito social derivado do direito à vida, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217, III, da Assembleia Geral da Organizações da Nações Unidas (ONU), 10/09/1948). No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, o direito à saúde é um direito social (Art. 6) que decorre do princípio fundamental da dignidade humana (inciso III, Art. 1), cabendo ao Estado garanti-la mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196)” (BRASIL, 2012, ANEXO I).

² Categoria fundante do ser social, ao passo que transforma a natureza e se transforma. Criando condições materiais para sua sobrevivência (LUKÁCS, 1979).

³ Caráter unicamente mercadológico, de produção da riqueza social e apropriação privada.

participação da sociedade civil (COUTINHO, 2008), e até como Estado para além do campo de dominação política (POLANTZAS, 2000), em que os espaços de decisão no parlamento não são formados exclusivamente pela burguesia, mesmo suas ações sendo fortemente influenciadas por ela; apresentam a necessidade de atendimento das demandas sociais e de espaços de construção coletiva para enfrentamento da divisão entre as classes e da relação capital e trabalho.

Partindo-se desse pressuposto, para além da expectativa de outro modo de produção, há a emergência da construção de uma socialização política com um processo gradual de democratização, contribuindo para desenvolver os componentes essenciais do homem genérico. (COUTINHO, 2008). O controle democrático⁴, como mecanismo de participação dos atores sociais envolvidos, possibilita a definição de estratégias e respostas à essa realidade, por meio de representação das demandas e análise das políticas nas comissões, conferências, conselhos e outros espaços de reflexão.

Nesse prisma, as políticas sociais exercem um papel fundamental no sentido de dar respostas aos anseios da coletividade. Apesar de ser espaço de conflitos de interesse e de contradição (capital, mercado e trabalho), visam concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporado nas leis (PEREIRA, 2008). É dever do Estado possibilitar as condições de dignidade e sobrevivência da população nas mais diversas esferas: social, econômica, cultural, étnico/racial, psicológica, dentre outras. E isso equivale, tanto para quem está inserido no mercado formal, como o contrário.

Acerca do sistema de seguridade social, seu alcance como mecanismo de solidariedade e de dar respostas às contingências sociais, Mota (2006, p. 1), nos esclarece:

Em geral, os sistemas de proteção social são implementados através de ações assistenciais para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, para cobertura de riscos do trabalho, nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e para manutenção da renda do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laborativa.

Com o advento da Carta Magna de 1988, há a instituição do sistema de seguridade social brasileiro na perspectiva de garantia de direitos universais de cidadania. A saúde passa do modelo securitário representado pela medicina previdenciária, para uma política pública, não contributiva e universal. A saúde é direito de todos e dever do Estado. No campo da assistência social, há a superação da desfragmentação, focalização e clientelismo. A assistência social se fortalece como política pública, não contributiva, como direito social de todo cidadão que dela necessitar. A previdência social, enquanto política contributiva, está muito relacionada a condição de trabalho. Mas encontra novas possibilidades na aposentadoria rural (SENNA; MONNERAT, 2008).

O campo da saúde dos trabalhadores, parte integrante da saúde e do processo de trabalho, é resultado de um completo bem-estar físico, mental e social (OMS), como também, determinado por condicionantes sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais. Delimita-se assim, horizontes nas políticas públicas em ações intersetoriais e interdisciplinares no sentido de criar condições de vida saudáveis.

A seguridade social brasileira, enquanto conjunto de ações integradas de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade nos campos da saúde, previdência e assistência social, inovou no quesito de descentralização político-administrativa e a participação da sociedade no controle das ações públicas (SENNA; MONNERAT, 2008).

Assim, o campo da saúde dos/as trabalhadores/as vem se fortalecendo desde a 8ª Conferência Nacional da Saúde e a 1ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador, ambas realizadas em 1986. Como resultados desses momentos, tanto a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) (Decreto n. 7.602, de 07 de novembro de 2011), como a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) (Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012) são expressões das lutas da sociedade civil e profissionais de saúde neste campo.

De acordo com Basbaum (1978, p. 60), “[...] sabemos que o homem sem conhecimentos científicos se ilude com as sensações imediatas, mas o cientista não se ilude.” A busca por conhecimentos

⁴ A decisão por utilizar controle democrático, ao invés, de controle social, ocorre por ser um controle dos cidadãos sobre o Estado (PEREIRA, 2008).

e resoluções de problemas até então desconhecidos nos permite traçar a verdade e reconhecê-la para além do imediato e da aparência. A realidade é testada e refutada para atingir tal objetivo, para isso deve-se pensar em um caminho. O percurso escolhido será por meio do método materialista histórico dialético, tendo como pressuposto que as condições de vida e trabalho são expressões das condições materiais produzidas socialmente, são relações condicionadas pela produção (MARX; ENGELS, 2007). Será uma análise da saúde do trabalhador inserido na produção e reprodução social da sociedade capitalista. Há de se pensar em novas possibilidades de sociabilidade e a construção gradual de uma sociedade, livre, democrática e popular.

Este artigo tem por objetivo fazer reflexão dos mecanismos de controle das ações públicas na saúde dos trabalhadores, trazer ao debate as transformações do capital e sua incidência na seguridade social, bem como, a intersetorialidade entre o Ministério da Saúde e demais Ministérios. É resultado de um estudo bibliográfico, com expectativas de traçar novas reflexões no campo.

1 A SAÚDE DOS TRABALHADORES PARA ALÉM DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Com a instituição da PNSTT, fica estabelecido ao Sistema Único de Saúde (SUS), a competência de execução das ações de saúde do trabalhador sob coordenação nacional do Ministério da Saúde.

Pensar a saúde na sua totalidade encaminha para a análise das transformações na sociedade como parte do processo de produção e reprodução social da sociedade capitalista e suas influências no redirecionamento das políticas sociais, particularmente a seguridade social. A partir desse entendimento, nota-se a relevância em buscar articulações no campo da saúde dos trabalhadores juntamente com ações de intersetorialidade com os demais Ministérios, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, como parte inalienável dos determinantes sociais de saúde.

Neste sentido, com o desenvolvimento do que alguns autores denominam capitalismo imperialista (LENIN, 2015; HARVEY, 2004), caracterizado pelo domínio do capital financeiro em seu grau mais elevado (IAMAMOTO, 2008), ocasiona transformações no campo da produção, da circulação e das políticas sociais.

Com o objetivo de acumulação de capitais e fortalecimento da economia, o capital financeiro é marcado como um processo de coisificação do capital, que possibilita o disfarce e a invisibilidade das mediações que possibilitam essa ampliação. Esse ponto merece maiores esclarecimentos. O processo de produção e circulação é fundamental para o desenvolvimento do capital financeiro, porque, é no campo da produção que há o investimento de capitais e a extração da mais-valia por meio do trabalho, e é necessária circulação tanto de mercadorias como de capital.

No contexto mundial, graças a medidas econômicas de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan nos anos 1979-1981, o capital conseguiu desativar os freios que limitavam os países industrializados, com acordos para desregulamentação e liberação do mercado, especialmente, nos Estados Unidos da América. Nesse processo, a globalização surgiu como ação estratégica dos grandes grupos industriais para alcance econômico internacional, direcionando o mercado para uma mundialização do capital (CHESNAIS, 2008).

Nesse processo de mundialização do capital, estão os acordos entre os países que contribuíram para a internacionalização do mercado produtivo, com a abertura do mercado consumidor e a interdependência entre os países. Dentre eles, estão: os Acordos de Bretton Woods (1944), que estabelecia as regras comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo, a principal delas seria a política monetária. Tendo em vista a hegemonia e a sua reafirmação, os Estados Unidos com o então presidente Richard Nixon, em 1971 suspendeu unilateralmente o sistema de Bretton Woods; O Tratado de Maastrich (1992), que foi assinado pelos membros da União Europeia visando a livre movimentação de produtos, pessoas, serviços e capitais; o Consenso de Washington (1989), conjunto de medidas realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Departamento de Tesouro dos Estados Unidos que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, políticas com cunho de interferência mínima do Estado – neoliberal; o Acordo de Livre

Comércio das Américas (ALCA), como proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos Bill Clinton durante a Cúpula das Américas, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os países americanos, exceto Cuba, possibilitando uma área de livre comércio.

Assim, as novas ordenações no campo econômico e político contribuíram para o redirecionamento das políticas sociais. Países como o Brasil, inserido nesse conjunto de acordos internacionais – para a interdependência entre os Estados – faz empréstimos e os paga a juros altíssimos. E o pagamento fica à custa de cortes no orçamento, ocasionando na redução do investimento nas políticas públicas.

Ainda nesse contexto de transformações, o capital financeiro, a mundialização do capital, a dominação política e econômica aliada à reestruturação econômica, que é caracterizada pela flexibilização dos processos de produção, são movimentos do capital que influenciam diretamente as condições de vida e de trabalho da população (HARVEY, 1994).

Assim, altera-se as condições de trabalho com contratos mais frágeis, uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, retrocesso do poder sindical, e amplia-se, uma crescente insatisfação quanto a cobertura do seguro, direitos de pensão, média salarial e segurança no emprego (HARVEY, 1994). Nesse contexto, os mais atingidos, notadamente, são os trabalhadores assalariados.

No campo da seguridade social a principal mudança ocorreu no redirecionamento do fundo público⁵ para o capital. É uma acumulação crescente por meio da acumulação por espoliação (expropriação) (HARVEY, 2004), inclusive dos direitos. Trata-se de uma aliança entre Estado e mercado onde a era dos monopólios juntamente com a globalização e as políticas neoliberais, contribuem para a junção entre a lógica espacial e capitalista de poder.

Segundo os trabalhos de Boschetti (2003, 2006) e Mota (1995), no contexto do *Welfare State*, o trabalho determina a contraditoriedade entre previdência e assistência social, o que em tese geraria uma cobertura para todos, quem está ou não inserido no mercado de trabalho formal. Mas, com as mudanças após o fim do Estado de Bem-Estar Social, e a ofensiva neoliberal incidida no Brasil na década de 1990, houve um retrocesso nos direitos sociais até então conquistados pela Constituição Federal de 1988.

No que tange às fontes de custeio da seguridade social, Salvador (2010, 2012) aponta sobre a influência do Plano Real (1994) nas fontes orçamentárias. O principal objetivo desse plano seria o controle da hiperinflação que assolava o país. Nesse contexto, houve a separação das fontes orçamentárias com os recursos advindos da contribuição direta de empregadores e empregados. Este último foi destinado exclusivamente para a previdência social, enquanto as contribuições sociais foram destinadas para a saúde e assistência social. Enfraquecendo a concepção de totalidade devido a fragmentação das suas fontes de custeio.

O retrocesso da seguridade social está relacionado ao seu remodelamento em torno dos seguros sociais, privatização, e da alteração do papel dos sujeitos, como “cidadãos consumidores”, características de uma sociedade regulada pelo mercado (MOTA, 2006).

Nas conjunturas de crise econômica, o desenlace desse movimento torna-se mais explícito, pois, a necessidade de criar mecanismos de contratendência à queda tendencial da taxa e lucro revela a estreita vinculação entre os requerimentos do processo de valorização e realização do capital e as condições sociopolíticas sob as quais o capital tenta superar as crises de sua reprodução, sem perder a condição de classe hegemônica, valendo-se, dentre outras medidas, das políticas sociais (MOTA, 2006, p. 27).

Em resumo, trata-se de um desmonte da seguridade social ou quem sabe uma (in)seguridade social relacionada ao trabalho assalariado precarizado da sociedade atual. Uma vez que o conjunto de direitos estão relacionados aos direitos do trabalho e políticas sociais de caráter não universal (FERREIRA; AMARAL, 2014).

Observa-se por meio dos noticiários, mesmo que enviesados, a inexistência de estrutura física adequada às demandas, aliadas às condições indignas com filas de espera desde o agendamento

⁵ O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. (SALVADOR, 2010).

até o tratamento médico e cirúrgico. Na Previdência Social, o que chama a atenção é a população descoberta dos benefícios, como os trabalhadores em relações precarizadas de trabalho e no mercado informal. E a assistência social, se resume a programas de redistribuição de renda, com enfoque para os desempregados (FERREIRA; AMARAL, 2014).

Com o objetivo de ampliar as ações de intra e intersectorialidade no campo da saúde dos trabalhadores, no campo público e privado, considerando a indissociabilidade entre produção, trabalho, saúde e meio ambiente, a PNSTT (2012) e a PNSST (2011), têm a finalidade de definir princípios, diretrizes e estratégias para a garantia de condições de trabalho que contribuam para a qualidade de vida, realização pessoal e social dos trabalhadores, sem prejuízo para sua saúde física e mental.

Nesse sentido, a intersectorialidade ocorre com o exercício da transversalidade entre as políticas, como Previdência, Trabalho, Meio Ambiente, Educação, e aquelas relativas ao desenvolvimento econômico e social, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Segundo a PNSTT, anexo I, a articulação com o Ministério da Educação ocorre, dentre outras formas, com a incorporação de conteúdos de saúde do/a trabalhador/a nas estratégias de capacitação e de educação permanente das equipes técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2004; CONSOLINO, 2013).

O Ministério da Saúde garante a integralidade na atenção à saúde do trabalhador com ações em todas as instâncias da Rede de Atenção à Saúde no SUS, desde a atenção primária em saúde até urgência, emergência e farmacêutica. Além disso, conta com sistema de informação e regulação, monitoramento, avaliação e planejamento (BRASIL, 2012; CONSOLINO, 2013).

O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, o Ministério Público e o SUS, agem conjuntamente para a fiscalização de locais de trabalho em condições insalubres, perigosas e degradantes. Como:

[...] determinados segmentos econômico-produtivos, caso dos ramos químico, petroquímico, siderúrgico, frigorífico, agronegócio (agroindústria), construção-civil, transporte, elétrico, setor saúde e educação, e sobre determinados contextos socioeconômicos de grupos populacionais específicos [...] (VASCONCELLOS; MINAYO-GOMEZ; MACHADO, 2014, p. 4618).

No caso da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, há o desenvolvimento de ações de modo articulado e cooperativo com os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde. Como a convocação da Terceira Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e a instituição da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST), com o objetivo de avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção n. 187, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. É possível observar que não há articulação com a política de assistência social por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, apesar de considerarem legítima a necessidade de redução das injustiças sociais e do aprofundamento das iniquidades como apresentado na PNSTT.

Na tentativa de conferir um estatuto de política pública à assistência social, que foi promulgada em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e em 2004 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social, se tornou pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e apresentou a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (MONNERAT; SOUZA, 2011).

A recente história que a política de assistência social vem construindo visa os atendimentos as necessidades básicas no campo da prevenção e reparação das situações de vulnerabilidade social. Há proposições nas políticas para o estabelecimento de articulação e intersectorialidade com políticas públicas. Sabendo-se que cada setor da seguridade social apresenta trajetórias distintas, o desafio consiste em criar mecanismos para sua reconstrução conjunta, e quem sabe alcançar um patamar de rede de proteção social integrada para o trabalhador.

Nesse caminho de construção de alternativas para a realidade social, o controle democrático de todos os envolvidos (empresas, trabalhadores e comunidade) contribui para esclarecimento das

demandas e das situações de risco presentes nos ambientes de trabalho. Torna-se pertinente o estudo acerca dos espaços de socialização política no campo da saúde dos trabalhadores.

2 CONTROLE DEMOCRÁTICO: COMO OCORRE NA SAÚDE DOS TRABALHADORES

Decerto, é relevante lembrar que a participação da sociedade como figura ativa no processo de planejamento e formulação das políticas públicas é bem recente. Nota-se que com o processo de redemocratização da saúde e da sociedade, na metade da década de 80, houve um esforço conjunto de incorporação de demandas da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, e outros, no sentido de ampliar o conceito de saúde e inserir seus determinantes como a alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho e emprego, como também atribuir ao SUS a responsabilidade de coordenar as ações de saúde do trabalhador no país.

Uma das ações desenvolvidas após a CF/88 foi à aprovação da Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as Transferências Intergovernamentais de Recursos Financeiros na Área da Saúde e dá Outras Providências (BRASIL, 1990b). Como também a aprovação da Lei Orgânica de Saúde (LOS), Lei n. 8.080 de 1990, de 19 de setembro de 1990, que regulamentou e definiu os princípios e a formatação do SUS. No que tange a participação social, há o estabelecimento da criação de duas instâncias de participação institucionalizadas: Conselhos e Conferências de Saúde (BRASIL, 1990a).

Embora haja avanços e conquistas no que compete aos direitos sociais, não há alteração decisiva na ordem do capital e nas condições de vida da classe trabalhadora. É de conhecimento que há uma contradição, “[...] o capitalismo não pode coexistir com o Estado Social nem continuar existindo sem ele” (OFFE, 1991, p. 112). É importante ter consciência que ao mesmo tempo que os trabalhadores conquistam direitos por meio dos movimentos sociais, há o investimento no mercado competitivo, com intensificação do trabalho e redução das garantias trabalhistas. No processo de acumulação de capital o Estado intervém como aliado do mercado realizando medidas de intervenção na economia e nas regulações dos processos produtivos.

Os desafios e embates políticos relacionados aos interesses distintos que permeiam a participação nos Conselhos e Conferências são parte do processo de construção. A democratização dos espaços de decisão como a Gestão do SUS, contribui como parte do Estado Ampliado. Para Coutinho (2008, p. 27-28), a socialização da política altera “[...] uma complexa rede de organizações coletivas, de sujeitos políticos de novo tipo, com um papel mais ou menos decisivo na correlação de forças que determina o equilíbrio de poder.” Por outro lado, a socialização política não pode caminhar junto com a apropriação privada dos bens socialmente produzidos.

Superar a alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem; essa realização implica também o fim da alienação política, o que, no limite, torna-se realidade mediante a reabsorção dos aparelhos estatais pela sociedade que os produziu e da qual eles se alienaram (é esse, de resto, o sentido da tese marxiana do ‘fim do Estado’) (COUTINHO, 2008, p. 28).

Sabendo-se do conjunto de fatores que são necessários para a construção de uma nova ordem societária onde não há exploração de classe, Coutinho (2008) apresenta as objetivações institucionais necessárias para a realização do valor universal da democracia, como resposta a essa possibilidade. Antes, esse valor é parte integrante do ser genérico do homem, composto pelo trabalho objetivado, a socialização, a universalidade, a consciência e a liberdade (HELLER, 1972; COUTINHO, 2008).

Neste sentido, para Coutinho (2008), as objetivações necessárias ou, digamos, a estratégia, alude a correlação entre pluralismo, hegemonia e a democracia de massas. De modo que, a ausência do pluralismo levaria ao despotismo totalitário, e a sua afirmação sem devaneios levaria ao liberal-corporativismo, que aliado ao Estado burocrático – espaço de realização da burguesia – neutraliza os resultados do processo de socialização da política. Na possibilidade de plena afirmação da democracia, o predomínio da vontade geral e do interesse público são fundamentais e para sua realização, o autor propõe a construção de uma hegemonia dos trabalhadores com a elevação dos

interesses específicos de seus vários componentes à universalidade, o que não significa a eliminação dos interesses particulares. Assim, o pluralismo e a hegemonia, se articulariam com a “[...]” integração entre os organismos populares de democracia de base (criados de baixo para cima) e os mecanismos tradicionais de representação indireta (como os parlamentos) [...]” (COUTINHO, 2008, p. 33). Os parlamentos “[...]” podem ser o local de uma síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos, tornando-se assim a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia” (COUTINHO, 2008, p. 33). A democracia de massas, por sua vez, trata-se da articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base.

Diante disso, conclui-se que:

[...] a democracia de massas, enquanto forma institucional de governo mas adequada à socialização do poder no mundo moderno, reconhece o pluralismo, ou seja, a autonomia e a diversidade dos múltiplos sujeitos coletivos, além de propugnar a divisão do poder por meio da sua descentralização; esse reconhecimento do pluralismo, contudo, não anula – antes impõe – a busca constante da unidade política, da formação de uma vontade geral ou coletiva, hegemônica, a ser construída pela via da negociação e do consenso (COUTINHO, 2008, p. 38).

Retomando o controle democrático na saúde dos trabalhadores, no contexto atual, o controle social do SUS é exercido pelo Conselho Nacional de Saúde que aprovou a Resolução nº 33 de 3 de dezembro de 1992, cujo título “Recomendações para constituição dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde” encerra a distribuição da representação dos conselhos. Assim, os Conselhos Estaduais e Municipais terão representantes dos usuários (50%), dos trabalhadores da saúde (25%) e dos representantes de prestadores de serviços de saúde (25%), tanto públicos como privados (LACAZ; FLÓRIO, 2009).

Cabe às diversas instâncias do SUS assumir como legítima a participação da sociedade nas decisões envolvendo as políticas de saúde do trabalhador, estabelecendo-se relações éticas entre os representantes da comunidade, dos trabalhadores e do controle social, gestores e a equipe de saúde. A garantia da participação da comunidade e do controle social na formulação, no planejamento, no acompanhamento e na avaliação das políticas, contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania pela sociedade (BRASIL, 2012, ANEXO 1).

Nesse espaço de contradições, Lacaz e Flório (2009), fazem a análise de que apesar do avanço na direção do controle social sob o Estado, o que vem sendo observado é a falta de articulação entre as bases representativas principalmente pela ausência ou insuficiência de informações necessárias às tomadas de decisões e pelo clientelismo que se forma a partir de demandas fragmentadas e particularistas. Os critérios utilizados para escolha dos representantes dos usuários que são a maioria nos Conselhos estão muitas vezes relacionados à participação política e até mesmo eleitoral. O que propiciam a prevalência de interesses particulares em sobreposição a ampla discussão que envolve as questões de saúde pública.

No âmbito da saúde do trabalhador, existem a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) dos Conselhos de Saúde, nas três esferas de gestão do SUS; a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST) ligada a PNSST; conferências de saúde do trabalhador e outros.

A CIST está prevista na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e implementada pela Resolução CNS nº 011, de 31 de outubro de 1991, dentre suas atribuições está a elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador (art. 15, VI); participação na formulação e implementação das políticas relativas às condições e aos ambientes de trabalho (art. 16, II, d); participação na definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho (art. 16, V) (BRASIL, 1991).

A composição atual está definida na Resolução CNS nº 387, de 14 de junho de 2007, que estabelece 17 membros titulares e seus respectivos suplentes, mais o coordenador e o coordenador-adjunto, que são conselheiros nacionais (BRASIL, 2007). Neste sentido, a CIST tem por objetivo assessorar o CNS no acompanhamento dos temas relativos à saúde do trabalhador.

A CTSST, por sua vez, foi instituída pela Portaria Interministerial nº 152, de 13 de maio de 2008, com o objetivo de avaliar e propor medidas para a implementação no país da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde

no Trabalho. Bem como, elaborar um plano de segurança e saúde no trabalho que articule as ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador. A Comissão é composta por seis representantes do Governo Federal (Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde), seis representantes dos empregadores (Confederações) e seis representantes dos trabalhadores (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central-Geral dos Trabalhadores do Brasil, União Geral dos Trabalhadores, e Nova Central Sindical dos Trabalhadores). Compete aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde a sua coordenação, em sistema de rodízio anual.

É necessário entender que os espaços de controle democrático estão vivendo consequências da mundialização do capital e da reestruturação produtiva no campo do trabalho, relacionado à prática do controle social. “Seja pelo enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores, seja pela ausência de representantes das várias categorias de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho, pertencentes ao expressivo mercado informal/precarizado” (LACAZ; FLORIO, 2009, p. 1).

Para Coutinho (2008), o fato é que para além da burguesia, o Estado ampliado, abriu espaço para as demandas de outras classes e camadas sociais, favorecendo as contradições e a correlação de forças, e pela luta pela hegemonia. O grande desafio mantém-se na criação de condições de vida dignas com a redução das desigualdades sociais e acesso aos serviços públicos de qualidade, além de condições de trabalho que não agridam a saúde física e mental dos trabalhadores.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, considera-se relevante rever estratégias no fortalecimento dos movimentos sociais como parte constituinte da socialização política, além da inserção de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social nos espaços de deliberação e formulação de políticas de saúde do trabalhador.

Observa-se que há avanços e entraves que vêm se agravando na direção do enfraquecimento dos sindicatos, movimentos sociais de oposição, desregulamentação trabalhistas, aumento do desemprego, e no que tange às políticas sociais, incidem a focalização das políticas sociais, a mercantilização da saúde e da previdência e a ampliação do assistencialismo, que só se reverterão com a ação conjunta dos envolvidos.

Pensar em estratégias é necessário. Coutinho (2008), nos fornece subsídios para a construção de uma nova lógica de acumulação baseada no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos, com a proposição de modificações no estatuto da propriedade, com controle público dos setores-chaves da economia, com a sua hegemonia e da inserção da propriedade como direito social.

Para além, é preciso fortalecer a sociedade com uma educação política transformadora, capaz de compreender para transformar. Então, um dos caminhos é o fortalecimento da mobilização da classe trabalhadora, e a transparência nas ações do Estado, bem como de informações acerca dos espaços deliberativos.

Assim, a saúde dos trabalhadores enquanto parte integrante do conjunto de direitos sociais será atendida por meio de condições de vida e trabalho saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BASBAUM, L. **Sociologia do materialismo**: introdução à história da filosofia. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília-DF: GESST/SER/UnB, 2003.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social**. Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 24 ago. 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 27, jul., 2015.

_____. Decreto no 7.602, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 nov. 2011a. Seção 1, p. 9-10.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27, jul., 2015.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MPS/MTE/MS n. 152, de 13 de maio de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 15 maio 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2008/p_20080513_152.pdf>. Acesso em: 15, mar. 2017.

_____. _____. **Portaria GM/MS n. 198, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília-DF: Gabinete do Ministro, 2004. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>>. Acesso em: 15, mar. 2017.

_____. Resolução CNS n. 387, de 14 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 15 jun. 2007. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2007/res0387_14_06_2007.html> Acesso em: 17, mar., 2017.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 20 set. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 16, mar., 2017.

_____. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde-SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 31 dez. 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em: 16, mar., 2017.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. Resolução nº 11, de 31 de outubro de 1991. Institui e normatiza o funcionamento das Comissões Intersetoriais de Alimentação e Nutrição, Saneamento e Meio Ambiente, Recursos Humanos para a Saúde, Ciência e Tecnologia em Saúde, Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia, Saúde do Trabalhador, Saúde do Índio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 241, seção 1, p. 28717, dez. 1991.

CONSOLINO, A. M. G. de A. V. **Saúde do trabalhador: foco na formação de profissionais da Vigilância Sanitária**. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté. Taubaté, 2013.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, F. “Mundialización: el capital financiero em el comando”. In: BORGIANINI, E; MONTAÑO, C. (Orgs.). **Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencias y movimientos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, A. M. de A.; AMARAL, A. S. do. A saúde do trabalhador e a (des)proteção social no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 176-184, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n2/1414-4980-rk-17-02-0176.pdf>>. Acesso em: 28, jun., 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LACAZ, F. A. de C.; FLORIO, S. M. R. Controle social, mundo do trabalho e as Conferências Nacionais de Saúde da virada do século XX. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2123-2134, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600019>>. Acesso em: 28, jun., 2015.

LENIN, V. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. 2015. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portaal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **São Paulo: Ciências Humanas, 1979**.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a05.pdf>>. Acesso em: 15, mar., 2017.

MOTA, A. E. S. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: _____; GOMES, L.; BRAVO, M. I. S. et al. (Orgs). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Tradução de Gustavo Bayer, Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. V. 2.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; MIOTO, R. C. T. et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, n. 104, p. 605-631, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000400002>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: _____; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SENNA, M. de C. M.; MONNERAT, G. L. O setor saúde e os desafios à construção da seguridade social brasileira. In: BEHRING, E.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.) **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

VASCONCELLOS, L. C. F. de; MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H. Entre o definido e o por fazer na vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro**, v. 19 n. 12, p. 4617-4626, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141912.13602014>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

PROCESSO SAÚDE-DOENÇA SOB A ÓTICA DO CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR E PREVIDÊNCIA

Marina Coutinho de Carvalho Pereira*

Claudia Mazzei Nogueira**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir acerca da operacionalização do campo da saúde do trabalhador e da Previdência Social desde os anos 1990 ao século XXI, numa conjuntura societária desfavorável aos direitos sociais e à saúde dos trabalhadores. Buscou-se apreendê-lo como resposta estatal aos agravos que acometem à saúde dos trabalhadores decorrentes do processo de trabalho, processo de produção e formas de organização do trabalho. Concluiu-se que a Previdência Social e o campo da saúde do trabalhador têm se direcionado pela lógica economicista de contenção de custos, afastando-se do atendimento às reais necessidades de seus usuários.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Política previdenciária, Trabalho

ABSTRACT: *This text contains reflections whose purpose is the operation of the workers' health field and the Welfare Service since the 1990s to the XXI century in an environment unfavorable to corporate social rights and the employees' health. We looked for to apprehend it as a response to state complaints that affect the health of workers arising from the work process, production process and forms of work organization. It was concluded that this field today has been directed by the economic logic of cost containment, away from meeting the real needs of their users.*

Keywords: *Workers' health, Brazilian Social Security, labor*

INTRODUÇÃO

A lógica no capitalismo em que a relação de trabalho estabelecida é apenas restrita a troca de mercadorias (sendo a força de trabalho a principal mercadoria) oculta a realidade perversa em que o trabalhador está submetido: a condições de trabalho extenuantes e que levam a sua degradação. Eleva-se ao máximo a exaustão da força de trabalho para que o capitalista acumule cada vez mais capital, o que resulta em adoecimento, agravamento de lesões, acidentes e mutilação do trabalhador. Essa situação gerada não pode ser descolada das relações de trabalho e dos processos que a produzem.

Na atualidade, a competitividade por um posto de trabalho imposta diante de “novas” gestões da força de trabalho sob a reestruturação produtiva e o medo do desemprego submete ao trabalhador exercer atividades laborais em condições precárias, baixos salários, ritmos intensificados, extensas jornadas de trabalho, polivalente, sob contratos de trabalho temporários, terceirizados, do subemprego, não-emprego e informalidade, havendo desregulamentação das políticas de proteção social ao trabalho, como legislações trabalhistas e previdenciárias. Estas mudanças no mundo do trabalho impactam nas condições de saúde dos trabalhadores, aumentando o número de acidentes e doenças de trabalho e reduzindo o seu tempo de vida útil.

Dados acerca dos agravos à saúde dos trabalhadores disponibilizados no Anuário Estatístico da Previdência Social e Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho tem indicado um número expressivo de pessoas afastadas de suas atividades e uma crescente demanda à percepção de benefícios previdenciários (lembrando que os dados oficiais apenas explicitam a realidade dos trabalhadores formais e os contribuintes com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Vejamos também outros apontamentos na atualidade:

O Jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 21 de janeiro de 2012, publicou uma importante reportagem, sob o título: ‘País gasta R\$ 71 bilhões ao ano com acidente de trabalho’. Tendo como fontes o Ministério da Saúde, o sociólogo José Pastore e a empresa de gerenciamento de riscos Marsh, o jornal alerta que o valor estimado de R\$ 71 bilhões de reais de prejuízo, que inclui gastos públicos e privados, certamente encontra-se subestimado, pois leva em consideração apenas o mercado formal de trabalho no Brasil. Ou Seja, o prejuízo

* Assistente Social Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: marinacoutinho@msn.com.

** Professora Doutora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP-BS. É também coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP-BS. Além de ser Pesquisadora Bolsa Produtividade CNPq na área de Serviço Social, com ênfase em Relações e Processo de Trabalho. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero - NETeG. É ainda autora dos livros “A Feminização no Mundo do Trabalho” - (Editora Autores Associados) e “O Trabalho Duplicado” - (Editora Expressão Popular). Contato: e-mail: mazzeinogueira@uol.com.br.

econômico real, ao Estado e à iniciativa privada, causado pelos acidentes de trabalho seria ainda maior. Dada a enorme quantidade de trabalhadores informais (sem carteira assinada) que existe no país [...] acredito ser justificado supor que o custo financeiro ultrapasse R\$ 100 bilhões. A reportagem menciona, também, que o problema está atualmente a piorar. ‘A retomada das obras de infra-estrutura e a construção imobiliária elevou o número de acidentes de trabalho que resultam em mutilações ou mortes no Brasil. Entre janeiro e outubro de 2011, pelo menos 40.779 trabalhadores foram vítimas de acidentes graves dos quais 1.143 morreram, segundo o Ministério da Saúde. O número é 10% maior que em igual período do ano passado (37.035)’ (GOMES, online).

Nas palavras do procurador do trabalho observamos que ainda no século XXI permanece a contradição entre saúde do trabalhador e trabalho como expressão do trabalho alienado/estranhado.

Caberá ao trabalhador adoecido e/ou acidentado recorrer às políticas de seguridade social meios de garantir a recuperação de sua saúde na medida do possível e para prover seu sustento no período de afastamento do trabalho, bem como se reabilitar, se o caso, para o trabalho e desempenho de atividades da vida diária - respostas estas as quais estão incluídas no campo de saúde do trabalhador em construção e que são dadas pelo Estado brasileiro diante do agravo gerado à saúde dos(as) trabalhadores(as). A seguir abordaremos esta problemática.

1 A SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O campo da saúde do trabalhador vem se acentuando nas últimas décadas no Brasil, tendo suas bases jurídico-legais preconizadas na Constituição Federal Brasileira (1988) que a estabelece como competência da União, sendo suas ações desenvolvidas pelos Ministérios da Previdência Social, Saúde e do Trabalho e Emprego e na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452 de 01/05/1943), assim como na área da Previdência Social: nas Leis n. 8.212/91 e n. 8.213/91 e na área da saúde nas Leis n. 8.080/90, Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (21/12/2004), Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) (Portarias n. 1.679, de 19/09/2002, n. 2.437, de 07/12/2005 e n. 2.728, de 11/11/2009), concretizada através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), entre outras.

Para além do arcabouço legal (obviamente, fruto de correlação de forças e lutas coletivas), o referido campo tem sido consolidado levando-se em consideração a relação trabalho-saúde na compreensão da saúde-doença enquanto um processo social (envolve as relações sociais, processo de produção e organização do trabalho) (LAURELL; NORIEGA, 1989), partindo do entendimento da saúde em seu “conceito ampliado”, ou seja, como processo histórico-social e biológico inerente à vida humana na sociedade capitalista, na perspectiva colocada pelas lutas da Reforma Sanitária no país. Para Thebáud-Mony (apud MENDES, 2012, p. 5):

[...] a saúde é um processo dinâmico pelo qual o trabalhador se constrói e caminha, processo que se inscreve no trabalho, nas condições de vida, nos acontecimentos, nas dores, no prazer, no sofrimento e em tudo o que constitui uma história individual na singularidade, mas também a história coletiva, pela influência das diversas lógicas nas quais a saúde se insere.

A concepção de saúde do trabalhador envolve a manifestação de agravos relacionados aos processos de trabalho e aos processos sociais, compreendendo o processo de saúde-doença considerando, ainda, os aspectos que vínhamos abordando anteriormente: ritmos de trabalho, duração e intensificação da jornada de trabalho, exploração, entre outros aspectos que permeiam o mundo do trabalho.

Além disso, segundo Mendes (2012), é um campo que requisita a articulação de um conjunto de conhecimentos e intervenções que incidam sobre as condições efetivas do processo de saúde-doença e de proteção social.

Neste sentido, a construção do campo da saúde do trabalhador é fruto de lutas históricas, que se preocupa em:

[...] conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial, numa sociedade

que vive profundas mudanças políticas, econômicas, sociais. [...] Identificando-se a partir de conceitos originários [...] relativos à determinação social do processo saúde-doença (LACAZ, 2007, p.757).

Portanto, isso implica em dizer que este é um campo em disputa que reconhece as dimensões sociais, políticas e econômicas expressas na sociedade e que permeiam os distintos interesses de classe, de modo colocar em evidência o protagonismo do sujeito (incluindo os movimentos sociais e sindicais), os quais referenciam suas ações visando a promoção da saúde, questão essa que vem se acentuando frente ao que se tinha até então: Medicina do Trabalho, na qual suas ações eram centradas no tratamento da doença, tendo como determinante do processo saúde-doença o aspecto biológico; e Saúde Ocupacional, que tinha como foco principal a prevenção de doença tendo como determinantes do processo saúde-doença as questões ambientais.

Neste sentido, cabe colocar que a saúde do trabalhador supera a abordagem individual no entendimento da relação do processo saúde-doença/saúde-trabalho para a coletiva.

Pode-se dizer que a saúde do trabalhador assume a premissa que trabalho é inerente à condição humana, por meio do qual produzimos e reproduzimos a sociedade, mas não basta trabalhar, é preciso que se ponha em xeque que o adoecimento/acidente laboral não é natural intrínseco ao desenvolvimento de atividades laborais.

Assim como, deve-se desnaturalizar a “confusão” ocasionada entre a venda *da força de trabalho* e a desapropriação e esgotamento da saúde e vida do trabalhador, como se sua indevida apropriação levada à exaustão fosse justificada pelo fato de se pagar por essa mercadoria. Logo, como dito anteriormente, quando falávamos acerca do trabalho estranhado/alienado e da extração da mais-valia, o trabalhador não se vende.

Outra questão, é que não se pode atribuir a redução da capacidade laboral do trabalhador quando gerados pelos agravos à sua saúde como natural, nem apenas responsabilizá-lo individualmente por seu possível “descuido e despreparado”.

Quando se trata de saúde do trabalhador, questiona-se que não é suficiente o reparo à saúde *post factum*, o que se dá tanto no que diz respeito às atividades terapêuticas na área da saúde, mas também via pagamentos indenizatórios pelo agravo causado à saúde dos trabalhadores.

E, mesmo que a pauta reivindicativa dos trabalhadores e seus organismos representativos coloque a luta por adicional de salário devido às condições de trabalho, inclusive, diante da exposição desses a ambientes de trabalho insalubres, como prática recorrente historicamente, faz-se mister o avanço nas lutas para além disso e na perspectiva trazida no campo da saúde do trabalhador – não basta indenizar, tratar/curar/reparar os danos ocasionados, nem apenas entender a saúde de forma limitada “como ausência de doença”, muito menos só se centrar na adequação/adaptação aos postos e ambiente de trabalho ou em práticas de prevenção de doenças/acidentes laborais (que implicam, inclusive, uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e na instituição de práticas de ergonomia), o que sem dúvidas são imprescindíveis serem concretizados.

Mas, principalmente, é preciso superar a desarticulação entre todos esses campos de preocupação e, principalmente, apreendê-los e trazer à tona em uma direção mais ampla, na qual se põe em xeque a raiz dos agravos e os rumos que tem sido tomado na configuração do mundo do trabalho atualmente.

Mais que se preocupar com a manutenção da produção, é preciso que a vida e saúde dos trabalhadores sejam postos como principais. Já se colocava na terceira conferência nacional de saúde do trabalhador, em 2005, “trabalhar sim, adoecer não”.

Embora o arcabouço legal existente prescreva inclusive responsabilidades tanto das empresas/ instituições como do Estado (entre elas, a política de Previdência Social) para o que foi já gerado e à guisa de reparação, e numa proporção maior que antigamente, não se é suficiente, embora necessário, lutarmos para que sejam superados os determinantes que causam agravos à saúde dos trabalhadores, os quais devem ser entendidos considerando uma gama de aspectos que o permeiam e as contradições destes.

A contradição e luta de classe está no cerne disso, assim como as políticas sociais surgem no meio disso para buscar dar resposta e mediar os distintos interesses em questão, seja numa perspectiva

conciliadora/apaziguadora dos mesmos, indenizatória e por vezes até reformista. E, entre as referidas políticas está a Previdência Social.

Mas, diante dessas contradições, é necessário que nos atentemos ao que está instituído, desnaturalizando-o, e buscarmos as raízes das problemáticas em disputa, de modo a possibilitarem entendermos às propostas colocadas pelos atores envolvidos e em que direção nos vai levar as ações postas, muitas vezes tidas como progressistas e/ou necessárias, como, por exemplo, o que se propõe no âmbito da Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional/Ergonomia, mas que se apenas centrarmos nossas ações no viés individual de resposta aos problemas ocasionados no âmbito do coletivo (e, no caso, na produção coletiva apropriada privadamente) e no cumprimento de normativas, se perpetuará os mecanismos dominantes e as determinações implicadas no bojo do processo de saúde-doença em sua relação com o trabalho.

No Brasil, é na direção que apontamos ao decorrer do texto que a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) vem sendo construída nos anos 2000, a qual prevê ações que buscam superar a fragmentação histórica em três áreas: Saúde - responsável pela assistência aos doentes e acidentados; Previdência - a qual cabe a concessão de benefícios por incapacidade, seguro social e reabilitação profissional; Trabalho e Emprego - responsável pelas ações e atividades de inspeção na área de segurança e saúde do trabalho. Portanto, implicando na articulação e atuação conjunta entre elas.

Mas, muitos ainda são os caminhos a serem trilhados para a consolidação da referida política, pois há diversos interesses em disputa, os quais, na prática, tem gerado impasses para a expansão da atenção à saúde do trabalhador dentro das ações estatais. Para Minayo-Gomez e Lacaz (2005), ainda inexistente uma Política Nacional em Saúde do Trabalhador de modo a contemplar diretrizes e estratégias que garantam ações de promoção à saúde e prevenção de agravos, envolvendo profissionais preparados para reconhecer as relações existentes entre trabalho e saúde.

Os avanços e recuos de ações estatais no âmbito da saúde do trabalhador se dão mediante conquistas da classe trabalhadora mediante lutas coletivas, mas também, em certos períodos, se faz concessões para se cooptar e apaziguar as massas.

Esse movimento repercute na adoção de medidas tomadas pela política previdenciária, que teve grande influência, no caso brasileiro, do modelo de segurança social de Beveridge (e da definição posta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) da década de 1950), no que diz respeito à sua instituição enquanto mecanismo de ressarcimento de um dano de forma monetária e mediante o cumprimento de certas regras e condicionalidades.

Na direção apontada por Berlinguer (2004), as indenizações (geralmente em dinheiro) por danos sofridos ou por riscos previsíveis e controle do comportamento dos trabalhadores são práticas consolidadas há séculos. Lembrando ainda que os seguros obrigatórios “[...] estabeleciam uma dupla garantia: para as empresas, de não serem perseguidas em juízo para causas de ressarcimento e, para trabalhadores, de obter um ressarcimento quase automático pelas lesões sofridas” (BERLINGUER, 2004, p.135). Inclusive o mesmo autor ainda ressalta que as empresas ofereciam (e era reivindicação também dos sindicatos) incrementos de salário como compensação monetária para se trabalhar imerso à nocividade e riscos, não havendo estímulo à prevenção, conseqüentemente aumentando o número de acidentes, levando as organizações sindicais a um movimento expresso pela “a saúde não se vende”.

A crítica de Berlinguer (2004) à monetização da saúde do trabalhador é ainda válida nos dias atuais. Além do trabalhador fazer da sua força de trabalho uma mercadoria, vendendo-a para o dono do capital como forma de subsistência, paralelamente, isso vem ocorrendo na questão da sua saúde, a qual nos é desapropriada como se nem desta fossemos proprietários.

Segundo Sebastião Geraldo de Oliveira (apud SILVA, 2011):

A solução retrógrada de compensar a agressão por adicionais (monetização do risco) vem sendo banida com energia pelos trabalhadores, sob a bandeira coerente de que ‘saúde não se vende’. De fato, a crescente dignificação do trabalho repele a política de remunerar as agressões à saúde, acelerando o desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, apressando a sua morte.

A partir dos ensinamentos de Marx (2011), cabe então à classe trabalhadora e à sociedade impor limites para essa expropriação. Isso se dá mediante as lutas coletivas tanto no âmbito dos

sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, quanto mediante as conquistas em forma de política social, tal como ocorreu com a política previdenciária. Mas, nesta última, ainda se trava uma luta cotidiana de diversos sujeitos (trabalhadores, profissionais, organizações representativas etc.) para que haja o reconhecimento dos fatores que levam à incapacidade para o trabalho e do nexo entre trabalho e adoecimento / acidente laboral, ou seja, uma incessante luta pelo reconhecimento do nexo da causalidade dos agravos à saúde dos trabalhadores, para que haja de fato direito à proteção social.

Diante dessa problemática, aprofundaremos, a seguir, como a preocupação com a consolidação do campo da saúde do trabalhador tem se efetivado em tempos de contrarreformas¹ do Estado a partir da política previdenciária, como política social brasileira central no que tange à mediação da relação trabalho, processo de saúde-adoecimento e proteção social.

2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO RESPOSTA AO PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NO SÉCULO XXI

No Brasil, a política previdenciária é incumbida de garantir mínimo rendimento às pessoas que, por alguma contingência da vida (invalidez, desemprego involuntário, acidente de trabalho, entre outras), se encontram em situação de risco social (temporário ou permanente), permitindo a reprodução da força de trabalho.

A Previdência Social constitui-se por um lado, numa política de proteção social ao trabalhador que necessite se afastar do exercício de atividades laborais. Por outro lado, ela é um seguro social que requer contribuição direta prévia para dela participar e ter direito aos chamados benefícios (tais como: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, entre outras), sendo o contribuinte denominado segurado.

Portanto, a referida política medeia a relação capital-trabalho, atuando como “resposta *post-factum*” (à guisa de reparação) para o que foi gerado decorrente da exploração do trabalho. Ela enquanto política social não resolve a situação gerada em sua raiz, embora atenua como medida paliativa a condição de vida do trabalhador no sentido de permitir sua reprodução (seu sustento e sobrevivência e de sua família).

Não imune às transformações societárias, a Previdência Social e, conseqüentemente, seu serviço de Reabilitação Profissional sofrem rebatimento da conjuntura econômica e política vivida no país, sendo alvo de desmonte historicamente, quadro este que tem se intensificado desde a década de 1990, na particularidade do Brasil. Desde esse período, a Previdência Social tem sido atingida pelas contrarreformas do Estado em curso, sendo no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) disseminada uma ideologia na sociedade brasileira que havia uma crise na política previdenciária que precisava ser enfrentada.

Devido à importância econômica, política e social da Previdência Social e sua centralidade no país, esta tem sido um dos principais alvos de desmonte. Conforme Reis e Domingues (apud CARTAXO, 2008, p. 176):

A reforma da Previdência é fundamental, por constituir-se no 2º orçamento da União, podendo gerar investimentos em várias áreas da economia. Ao contrário, se os direitos previdenciários fossem efetivamente universalizados, impediriam a apropriação pela classe dominante da poupança oriunda da receita previdenciária.

Neste sentido, na época, diversas justificativas oficiais foram propagandeadas para a realização da “contrarreforma” previdenciária, as quais foram baseadas em um discurso da existência de “déficit” na Previdência Social Pública - embora a pesquisadora Gentil (2010) afirme que na época houve “superávit” - e que seu sistema administrativo, gerencial e financeiro baseado na “solidariedade entre gerações” não funcionaria, pois a população brasileira estava envelhecendo, repercutindo no aumento de aposentadorias e, dessa forma, a Previdência poderia “falir”, entre outras (CABRAL;

¹ Para Behring (2008), a contrarreforma é utilizada como categoria analítica para designar que a “reforma” do Estado no Brasil se caracteriza por um amplo processo de redução de direitos e regressão das conquistas realizadas pelas classes trabalhadoras.

CARTAXO, 2007). É importante explicitarmos acerca da “falácia do déficit da Previdência” a partir de Gentil (2007, p. 2):

[...] verifica-se que o sistema [da seguridade social] como um todo é superavitário, o que indica que o governo, na verdade, dispôs de recursos excedentes, mas deixou de gastá-lo com serviços de saúde, previdência e assistência social, para aplicá-los no orçamento fiscal, resultando nos superávits primário elevados dos últimos tempos. Ao contrário do que normalmente se divulga através das fontes oficiais e que se propaga pela imprensa sem nenhum exame crítico, a previdência social e o sistema de seguridade social são financeiramente sustentáveis.

E complementa a autora:

Durante os últimos doze anos, apenas em quatro exercícios financeiros o Regime Geral de Seguridade Social teve saldo operacional negativo [na década de 1990 isso ocorreu em: 1995, 1996, 1998]. Nos demais exercícios, houve superávit, particularmente no período mais recente, pós-1999. É importante chamar atenção para o excedente de recursos no caixa do INSS no ano de 2004, que alcançou a cifra de R\$ 8,2 bilhões. Dificilmente pode-se falar em falência diante de uma situação financeira tão confortável (GENTIL, 2007, p. 5).

Com isso, tinha-se a intenção de favorecer a Previdência Privada Complementar e transformá-la numa concepção restrita ao “seguro”, indo na “contramão” dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, além de atender as prerrogativas do Consenso de Washington (CABRAL; CARTAXO, 2007).

Ainda no Governo FHC, foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 33/1995, a qual culminou na Emenda Constitucional n. 20/1998, que restringiu diversos direitos sociais previdenciários. Outras duas Emendas foram realizadas no Governo Luiz Inácio Lula da Silva: de n. 41/2003 e de n. 47/2005. E, recentemente, no Governo Dilma realizou-se reforma no plano de carreira e criação da previdência complementar do funcionalismo público, além das tendências delineadas que estão em discussão, tais como: negociação de queda do fator previdenciário em troca de aumento no tempo de contribuição e idade; revisão nas pensões colocando-se critérios socioeconômicos no seu valor, sendo proposto o estabelecimento de carência para pensão por morte, a qual definirá o valor do benefício para pensionistas; revisão do atrelamento do Benefício da Prestação Continuada (BPC) a um salário mínimo, entre outras que estão sendo cogitadas.

Além dessas medidas, as contrarreformas em curso impactaram também a prestação do serviço de Perícia Médica e Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo adotadas medidas cada vez mais restritivas para a concessão de benefícios previdenciários.

Concomitantemente a isso, diante das atuais mudanças no mundo do trabalho -tem se intensificado o agravo à saúde dos trabalhadores e se ampliado a demanda por benefícios e serviços previdenciários.

O aumento no número de requerimentos de benefícios e o número de concessões destes contribuem para indicar o aumento do deterioramento da saúde dos trabalhadores nos dias de hoje, à medida que consta um número expressivo de segurados em percepção de benefícios, embora os dados da Previdência Social apenas computem acerca dos trabalhadores formais e daqueles que contribuem com ela. Cabe ressaltar que ainda há as subnotificações e não notificações de acidentes do trabalho.

Atualmente muitos trabalhadores tem exercido atividades laborais mesmo tendo sido acometidos por doença e/ou acidente e isso se deve a vários motivos, seja a expiração do período de afastamento concedido pelo INSS ou pela falta de acesso aos benefícios previdenciários ou como indicam Franco, Druck, Seligmann-Silva (apud MAENO, 2011), pelo receio de represálias, isolamento e demissão, o que piora seu quadro clínico ou dificulta sua recuperação. Este fato tem sido inclusive denominado como presenteísmo.

A “manipulação do medo” (medo do desemprego) tem sido um dos aspectos chave nos estudos da psiquiatra Seligmann-Silva (2011), sendo que em tempos de crise as instituições têm mais pretexto de ampliar a exaustão da força de trabalho para obterem mais produtividade com menos trabalhadores. Ademais, a ameaça ao trabalhador ser demitido é uma constante diante de um vasto contingente que compõe o chamado por Marx (2011) de “exército industrial de reserva”. Obviamente, essa situação acentua o número de trabalhadores adoecidos e/ou acidentados.

Em suma, o afastamento do trabalho, mesmo quando necessário, é tido como sinônimo de diminuição da produção e, conseqüentemente, dos salários. Para além disso, um risco e possibilidade concreta para o “trabalhador problema” ser dispensado (demitido), apesar de ser um “momento de alívio” às dores ocasionadas na execução das atividades laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a estrutura da Previdência Social tem sido afetada incorporando medidas gerenciais da contrarreforma do Estado, afastando-a de sua finalidade precípua e refletindo na reorientação dos serviços prestados pela instituição, como Perícia Médica e Reabilitação Profissional.

No século XXI, os rumos da Previdência Social têm sido permeados por antagonismos de interesses, escancarando as contradições existentes: cada vez mais ela tem se afastado do seu objetivo de proteção social e preocupação com a saúde do trabalhador para enfatizar medidas que visam conter gastos com o pagamento de benefícios, num viés estritamente economicista, privatista e de faturamento e arrecadação às avessas.

Isso pode ser constatado com medidas que tem sido adotadas com o discurso de “eficiência e eficácia” e “melhoria da qualidade”, como a “revisão de benefícios” e instituição da “alta programada” sob nova roupagem² - que ao propagandear a sua necessidade sendo a primeira instituída dado o enorme número de gastos com benefícios e, a segunda, justificada perante a necessidade de *agilizar* o atendimento no interior da instituição previdenciária diante de um número restrito de profissionais frente à demanda -, o que tem ocorrido de fato é a ênfase na contenção de gastos e foi instituída uma verdadeira caça aos “fraudadores da Previdência” (seja responsabilizando os peritos médicos pelo número de concessões de benefícios *versus* número de “altas”, ou culpabilizando o trabalhador contribuinte por sua condição, como se ele quisesse adoecer/acidentar propositalmente).

Apesar disso, cabe ressaltar que seria muita pretensão culpabilizar a Previdência Social acerca dos adoecimentos/acidentes e agravos que acometem os trabalhadores, não podendo recair apenas sobre ela a responsabilidade de resolver esse problema gerado fora dela e inerente ao trabalho estranhado/alienado.

Isso posto, é possível explicitar nesse texto o constante ataque, por vezes velado e obscuro, à saúde dos trabalhadores. Situação está que vem à tona ao rebater na política previdenciária.

O elevado índice de adoecimento e/ou acidentes que acometem os trabalhadores e que são gerados e agravados no âmbito do processo de produção da sociedade capitalista não são apenas problemas biológicos e do indivíduo, mas é uma questão estrutural e que preocupa a todos.

Portanto, nossa preocupação vai além da ótica de manter e garantir os direitos sociais historicamente conquistados frutos de lutas coletivas e em prol de sua ampliação, indo em direção a construção de uma outra sociabilidade.

Mas no plano mais imediato, por um lado, faz-se necessária a superação da lógica previdenciária de diminuição de custos para a ótica do direito, que atenda a real necessidade do trabalhador de forma articulada intersetorialmente.

Por outro, a luta deve ir na direção não apenas de ampliação do acesso do trabalhador às políticas sociais (seja Previdência e/ou Assistência), mas também na superação do processo que gera o adoecimento e/ou acidente. Esta deve ser um ponto de pauta na luta de classes para a classe trabalhadora sob a lógica do capital. Além disso, é um modo de apropriar uma parte do excedente econômico criado. Neste sentido, coloca-se uma preocupação para além de acordos e apaziguamento da classe trabalhadora mediante política social e da lógica da indenização do adoecimento e/ou acidente gerado.

A direção que se faz urgente é na perspectiva de outra sociabilidade, superando a lógica de maximização dos lucros que degrada o trabalhador e a desigualdade de classes. Ressalta-se que não é o desenvolvimento das forças produtivas em si que leva à degradação do trabalhador, mas a forma

² Referimo-nos às mudanças propostas em 2012 pelo INSS como parâmetros para atuação da Perícia Médica, o que implicava na constituição de uma tabela como normativa constando as Classificação Internacional de Doença (CIDs) e o período de afastamento para cada um deles. O que na prática significaria a eliminação da autonomia médica para avaliação do usuário.

da apropriação deste pelos capitalistas - ao invés de satisfazer a necessidade do trabalhador, é usado em prol da acumulação/aumento de lucro, além de se tornar um intensificador do ritmo de trabalho, da produção e com maior propensão de gerar e/ou agravar lesões nos trabalhadores.

Por isso, coloca-se como principal direito social o direito aos meios fundamentais de produção - e isso não é colocado em pauta para o direito dos trabalhadores, nem vai se fazer por leis sociais, mas é luta de classes.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 nov. 2010.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 jul. 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 jul. 1991b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 1.679, de 19 de setembro de 2002. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 20 dez. 2002. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria_1679_12092014.pdf> Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº. 2.437, de 7 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENASt no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 8 dez. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2437_07_12_2005.html>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Portaria Interministerial n. 800, de 3 de maio de 2005. Minuta de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, elaborada pelo Grupo de Trabalho instituída pela Portaria Interministerial nº 153, de 13 de fevereiro de 2004, prorrogada pela Portaria Interministerial nº 1009, de 17 de setembro de 2004, para consulta pública. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 4 maio. 2005. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/mps-mtems/2005/800.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

_____. Portaria nº. 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 12 nov. 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html>. Acesso em: 8 jun. 2011

_____. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social**, 2011b. Disponível em: <http://www.mps.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**. 2011c. Disponível em: <http://www.mps.gov.br/arquivos/office/1_130129-095049-870.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BERLINGUER, G. **Bioética cotidiana**. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2004.

CABRAL, M. S. R.; CARTAXO, A. M. B. O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do serviço Social na Previdência - um registro de resistência e luta dos Assistentes Sociais. In: _____; BRAGA, Léa. (Orgs.). **O Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARTAXO, A. M. B. **Estratégias de sobrevivência: a previdência e o serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GENTIL, D. L. A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: uma análise financeira do período 1990-2005. In. CONGRESSO TRABALHISTA BRASILEIRO, 1., 2007, Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF: 2007.

GOMES, R. A. Milhares de mortos, bilhões de prejuízo: o custo humano e econômico dos acidentes de trabalho no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 ed., 21 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.sinpait.com.br/index.php/servicossinpait1/estudossinpait1/218-estudossinpait29>>. Acesso em 15 mar. 2017.

LACAZ, F. A. C. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007.

LAURELL, A. C; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. Tradução de Amélia Cohn et al. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAENO, M. Ser médico. In: ALVES, G.; MOTA, D.P; VIZZACCARO-AMARAL, A. L. (Orgs.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Rubens Enderle. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. L. 1, v. 1.

MENDES, J. **Serviço Social e saúde do trabalhador**. Curso pré-congresso no VI CONASSS – Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde e XI SIMPSSS – Simpósio de Serviço Social em Saúde. São José dos Campos, 2012 (mimeo).

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas e velhas questões. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.797-807, 2005.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, R. N. Monetização da saúde do trabalhador: uma análise crítica. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 12, n. 752, 2011. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2345>> Acesso em: 13 mar. 2013..

SERVIÇO PREVIDENCIÁRIO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES E DESAFIOS

Késia Miriam Santos de Araújo*

RESUMO: Trata-se de uma análise acerca da reabilitação profissional, operacionalizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, que visa reintegrar trabalhadores parcialmente incapacitados, por motivos de doença ou acidente, ao mercado de trabalho. O objetivo deste trabalho é refletir acerca do processo reabilitatório desenvolvido pelos profissionais que atuam nesse serviço. Para isso, realizou-se estudo bibliográfico e do aparato legal, tendo como referência a experiência do fazer profissional. Concluiu-se que a mudança de paradigma requer uma ação efetiva do Estado no sentido de propor diretrizes que contemplem definições conceituais e legais para gestão e operacionalização do serviço.

Palavras-chave: Reabilitação profissional, Previdência social, Saúde do trabalhador

ABSTRACT: *It is an analysis of the vocational rehabilitation, operated by the National Social Security Institute, which aims to reinstate the workers with partial disability due to illness or accident, the labor market. The aim of this paper is to reflect on the reabilitatório process developed by professionals working in this service. For this, a study of literature and the legal apparatus, with reference to the experience of doing business was conducted. It was concluded that the paradigm shift requires effective state action to propose guidelines on the conceptual and legal definitions for the management and operation of the service .*

Keywords: *Vocational rehabilitation, Social security, Occupational health*

INTRODUÇÃO

O serviço de reabilitação profissional é uma prestação previdenciária não pecuniária regulamentado pela Lei n. 8.213 de 1991 e pelo Decreto n. 3.048 de 1999. As normativas nacionais atendem ao disposto na Convenção n. 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1 de junho de 1983, e somente ratificada pelo Brasil mediante Decreto n. 129, de 22 de maio de 1991.

O serviço de reabilitação profissional é uma prestação previdenciária não pecuniária destinada aos segurados e dependentes desses, além de pessoas com deficiência. Ela independe de carência e visa proporcionar o retorno ao mercado de trabalho e no contexto social no qual vivem. Para tanto busca os meios que permitam o máximo desenvolvimento de toda pessoa atingida por qualquer tipo de limitação, sendo este resultado de um processo holístico, dialético, onde o biológico, o psicológico e o social estão imbricados.

A institucionalização do Serviço se deu mediante a Portaria n. 83 de 1943, e, atualmente rege-se pela Lei n. 8.213 de 1991, e pelo Decreto n. 3.048 de 1999. As normativas nacionais atendem ao disposto na Convenção n. 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 01 de junho de 1983, e somente ratificada pelo Brasil mediante Decreto n. 129, de 22 de maio de 1991.

O acesso ao serviço ocorre mediante decisão médico-pericial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exceto os dependentes dos segurados e pessoas com deficiência, as quais podem solicitar o atendimento à Reabilitação Profissional mediante requerimento junto a Agência da Previdência Social (APS).

O encaminhamento garante a avaliação do potencial laborativo por uma equipe multiprofissional, em que se avaliam os aspectos clínicos e sócio-profissionais do candidato ao processo reabilitatório. Constatada a necessidade do atendimento, ocorre a inserção no serviço, por meio da elaboração de Programa de Reabilitação Profissional (PRP), que poderá incluir elevação de escolaridade, formação profissional, treinamento, ou mesmo aquisição de órtese, prótese e demais tecnologias assistivas.

A execução do serviço requer uma ação intersetorial com os demais serviços e programas das políticas sociais, e também com os recursos comunitários. A efetividade do PRP depende do atendimento de outras políticas públicas. De forma explícita, o art. 137 do Decreto n. 3.048, indica que o serviço de reabilitação profissional desenvolve-se por meio das seguintes atividades:

- a) avaliação do potencial laborativo dos beneficiários;

* Assistente social com vínculo institucional com Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Email: kesia.araujo@inss.gov.br; kesiaraujo1977@gmail.com.

- b) orientação e acompanhamento da programação profissional, desenvolvida mediante o oferecimento de cursos ou treinamento por meio de contratos, acordos e convênios;
- c) articulação com a comunidade, inclusive por meio da celebração de convênio para reabilitação física;
- d) acompanhamento e pesquisa de fixação no mercado de trabalho (BRASIL, 1999).

É importante salientar que, reabilitação profissional é um direito que se insere no campo da política da saúde do trabalhador, e como tal tem sido discutido a necessidade de se elaborar um modelo que não restrinja à lógica securitária, mas que se pautar na lógica da seguridade social. Ademais, hoje, a forma de operacionalização do serviço de reabilitação profissional não mais responde aos anseios dos diversos atores sociais envolvidos com o mesmo, principalmente os trabalhadores, mandatários do serviço. Portanto, o exercício de refletir acerca dos desafios postos é fundamental para contribuir com esse processo ora vivenciado de mudanças teóricas e metodológicas no desenvolvimento do serviço.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

A reabilitação profissional surge no mundo depois das duas guerras mundiais, como esforço dos governos nacionais em reintegrar social, profissional e economicamente os soldados sequelados. Nesse contexto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) inicia a sua atuação nesta seara por meio da publicação de relatório em relação ao emprego compulsório dos veteranos de guerra, em 1921 (DAKUZAKU, 1998).

O período pós Segunda Guerra Mundial impulsionou a criação e melhoria dos serviços de reabilitação, isso muito em razão da escassez de mão de obra naquele momento. Assim, o potencial de trabalho das pessoas com deficiência foi enfatizado.

Ao contrário da Europa, o Brasil não vivenciou a questão dos mutilados da guerra. Mesmo assim, o serviço de reabilitação profissional iniciou-se com a finalidade de promover a readaptação e reeducação para o trabalho de aposentados por invalidez e acidentados, por meio da Portaria n. 83 de 1943, promulgada pelo então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Conforme Maeno e Vilela (2010, p. 88):

Inicialmente era citada como ‘readaptação profissional’ e ‘reaproveitamento do empregado acidentado’ e tinha como objeto restituir, parcial ou totalmente, a todo incapacitado para o trabalho, a ‘capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas’. A forma prevista para atingir esse objetivo restringia-se à ‘prática da fisioterapia, da cirurgia ortopédica e reparadora’ e ao ‘ensino conveniente em escolas profissionais especiais’, o que refletia a natureza das restrições físicas, fundamentalmente decorrentes de acidentes do trabalho traumáticos, e a abordagem terapêutica vigente à época.

A expressão reabilitação profissional só passou a ser efetivamente adotada pela legislação em 1967, já com a estatização do Seguro Acidente de Trabalho (SAT), no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Em 1976, o serviço passou a ser uma obrigação legal para com os acidentados do trabalho.

O ápice do serviço se deu nos anos de 1970, quando concentrou o maior volume de recursos financeiros e pessoal técnico especializado do então INPS. Desde a década de 1960 os Centros de Reabilitação Profissional (CRPs) estavam sendo implantados,

[...] orientados por uma concepção de excelência, afinada com a tendência hospitalocêntrica da assistência médica vigente na época, na qual se disponibilizavam todos os recursos terapêuticos necessários no interior dos próprios serviços, com grandes estruturas físicas, equipamentos de fisioterapia e terapia ocupacional de alto custo e um grande contingente de profissionais (IGUTI, TAKAHASHI, 2008, p. 2662).

Em unidades menores foram criados os Núcleos de Reabilitação Profissional (NRPs), com pequenas equipes, a qual em situação de maior complexidade referenciava os CRPs. Ambos desenvolviam assistência à saúde, associando atividades de qualificação profissional. A Previdência

Social custeava todas as despesas, como transporte, alimentação, medicamento, hospedagem, documentação e instrumentos de trabalho.

Na década de 1980, os CRPs e NRPs foram expandidos para todas as capitais dos estados e para cidades de grande porte. Mas foi também nesta década, que diante da falta de investimento governamental iniciou o desmantelamento da estrutura.

Já na década 1990, ocorre a intensificação desse processo com a diminuição significativa do quadro de profissionais, pois com as alterações providas pelo Governo na legislação concernente a aposentadoria dos servidores públicos, levou um grande número de servidores a se aposentarem proporcionalmente, ao mesmo tempo em que não ocorreu a recomposição deste quadro, fato que afetou significativamente a qualidade dos serviços públicos.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei n. 8.080/1990, a reabilitação física até então oferecida pelo INPS passa a ser responsabilidade dos estados e municípios, fator decisivo para necessidade da revisão do modelo de reabilitação operacionalizado pelo Instituto.

Nesse cenário, em 1995, é apresentado um novo modelo de reabilitação profissional, cuja concretização legal ocorre mediante publicação do Decreto n. 2.172/1997, o qual definiu como função básica da reabilitação profissional: avaliação do potencial laborativo, orientação e acompanhamento do programa profissional, articulação com a comunidade, com vistas à reintegração no mercado de trabalho e acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho.

O processo de degradação conduziu a desativação dos CRPs e NRPs na década de 2000, sendo implantado o Projeto Reabilita, em 2001, o qual previa a descentralização das ações da Reabilitação Profissional e o integrou a Perícia Médica e demais serviços do INSS, por meio de: a) ampliação da rede de atendimento; b) otimização de recursos, por meio da racionalização do tempo de programa de reabilitação profissional e de custos; c) gerenciamento, por meio do acompanhamento e controle sistemático e análise dos resultados obtidos visando à melhoria na qualidade do atendimento; d) atendimento, preferencialmente, na APS de abrangência de domicílio do segurado, desde que existam as condições mínimas necessárias para o atendimento; e e) dinamização e integração de todos os Serviços/Seções com a Reabilitação Profissional, em especial a Perícia Médica, com o objetivo de agilizar o processo de reabilitação.

Desde então, o serviço tem sido operacionalizado por equipes multidisciplinares no âmbito das Agências das Previdência Sociais (APS), e em algumas localidades em unidades centralizadas vinculadas aos serviços/seções de saúde do trabalhador no âmbito das Gerências Executivas (GEX) do INSS.

2 O MODELO VIGENTE DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O modelo vigente enfatiza o atendimento individual mediante a realização de uma avaliação do potencial laboral, que possibilite a elaboração de um plano de intervenção denominado de programa de reabilitação profissional (PRP) para cada segurado, cuja inserção o coloca na condição de reabilitando.

Essa avaliação ocorre por dois processos separados realizados por profissionais de categorias diferentes. Inicialmente o médico perito avalia o trabalhador quanto aos aspectos clínicos, para tanto deve coletar as informações necessárias para indicar as contraindicações, potencialidades e prognóstico para retorno ao trabalho.

Posteriormente outro profissional denominado de “Responsável pela Orientação Profissional” (ROP), avalia o trabalhador quanto aos aspectos socioeconômicos e profissionais. Para essa avaliação esse profissional realiza uma ou mais entrevistas na qual busca coletar dados concernentes a atividade que profissional exercia antes do afastamento, outras experiências/interesses profissionais, formação profissional e a situação sócio-familiar. Com base nos dados coletados emite um prognóstico quanto ao retorno ao trabalho.

Se o profissional não se sentir seguro com a(s) entrevista(s), poderá fazer uso de outros recursos técnicos, tais como análise de posto de trabalho, visita domiciliar, avaliação psicológica, avaliação de escolaridade, dentre outras.

O processo de avaliação é concluído quando os dois profissionais que realizaram as avaliações individuais se reúnem para definir a inserção ou não no serviço da pessoa avaliada. Neste momento, se constatado que há insusceptibilidade de reabilitação profissional para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência é concedida a aposentadoria por invalidez com base no artigo 43 do Decreto n. 3.048 de 1999; se há condições de retorno ao trabalho na mesma função e com as mesmas atividades a alta é concedida imediatamente para retorno imediato ao trabalho; se o quadro clínico ainda não se encontra estabilizado, a equipe mantém a percepção do benefício previdenciário do auxílio-doença e o considera inelegível temporariamente para cumprimento do PRP; e a última conclusão é quando ocorre a inserção no PRP, ou seja, o trabalhador atende os critérios para inserção no serviço.

Além desse momento, a equipe multiprofissional, em geral composta por dois profissionais, reúne-se para definir a compatibilidade de função considerando as limitações do reabilitando e proceder com o desligamento após conclusão do PRP. Evidentemente que se no decorrer no PRP ocorre agravamento do quadro, ou mesmo alguma intercorrência, o caso é avaliado pela equipe.

Nem todos os trabalhadores atendidos pelo serviço de reabilitação profissional possuem vínculo empregatício vigente, e mesmo quando possui não há garantia de que a empresa possa oferecer alguma função compatível com a sua limitação, uma vez que legalmente ela não possui essa obrigação. Isso faz com que o PRP seja um planejamento de intervenção singular. Ademais, muitos dos trabalhadores que são atendidos pelo serviço possuem baixa escolaridade, e em muitas situações experiências profissionais adstritas a atividade para qual se encontra inapto.

Nos casos da existência de vínculo empregatício, o ROP estabelece contato com a empresa, a fim de buscar função compatível com as limitações do trabalhador. Diante da negativa dessa, e nos casos em que o trabalhador é contribuinte individual ou se encontra desempregado, cabe ao INSS fornecer os meios necessários para aquisição de nova habilidade profissional mediante processo formativo.

No contexto institucional atual algumas questões têm sido postas, e enfocaremos quatro delas. A primeira delas é a caracterização de profissionais de categorias diversas como ROP. O ROP não faz parte de uma carreira, no INSS a carreira estabelecida é do seguro social, composta por técnicos do seguro social e analista do seguro social. Nesta última incluem os profissionais de nível superior que atuam no serviço de reabilitação profissional, como assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, pedagogos.

O ROP surgiu quando o serviço foi descentralizado, e as equipes multiprofissionais desmontadas. Antes o trabalhador que era encaminhado ao serviço de reabilitação profissional passava por avaliações de escolaridade, social, psicológica, dentre outras com profissionais da própria equipe. A constituição da figura do ROP, que passou a compor os manuais do serviço, reuniu o processo de avaliação em um único profissional. Esse termo é muito contestado entre os profissionais que atuam no serviço por descaracterizar as especificidades profissionais.

A segunda questão diz respeito à participação do profissional médico como sendo imprescindível em algumas etapas do PRP. Acontece que esse profissional é demandado para outras atividades institucionais consideradas prioritárias à instituição. Isso implica que algumas equipes possuem muitas dificuldades em desenvolver o serviço, isso resulta em longas filas de espera para conclusão de avaliação de potencial laborativo, e até mesmo de desligamento. Essa questão tem sido fortemente pautada, não no sentido de excluir o profissional médico, mas pensar formas que profissionais de categorias diferentes possam se reunir e definir o PRP, evitando assim que a equipe fique à mercê da agenda de um único profissional.

A terceira questão refere-se à participação do cidadão na definição e no processo de orientação profissional. Para aqueles que estão na percepção do benefício previdenciário o serviço é obrigatório, o não cumprimento do proposto pela equipe acarreta na suspensão e cessação do benefício. No entanto, percebe-se que nem sempre o reabilitando é o sujeito desse processo. Muitas vezes, a equipe é que define qual o processo formativo (curso, treinamento) que deverá ser cumprido, guiando-se por uma avaliação fria do quadro clínico e algumas variáveis sociais.

Por último, o acompanhamento da efetividade do PRP. No manual em vigor há um instrumento chamado de pesquisa de fixação no mercado de trabalho, a qual deverá ser realizada em dois momentos: 06 e 12 meses pós-desligamento do serviço. Acontece que nem todas as equipes

realizam, pois é priorizado o atendimento àqueles que aguardam a avaliação do potencial laborativo. No Brasil, o quantitativo dos que realizam essa atividade é ínfimo, o que prejudica o monitoramento e avaliação do serviço no que tange a sua atividade fim. Não basta conclamar os profissionais a realizarem, até porque consta no Decreto n. 3.048 como sendo uma das funções básicas da reabilitação profissional. É necessário recompor a equipe e dar as condições necessárias para que essa atividade seja incluída no cotidiano profissional.

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O modelo vigente de reabilitação profissional não atende mais aos anseios da sociedade e também é inquietante para os diferentes atores que o gerencia e operacionaliza. Essa inquietação tem levado a realização de intenso debate no contexto atual resultando em proposições que poderá levar a mudanças substanciais ao modelo vigente.

Nesse sentido, o governo brasileiro lançou o Grupo Interministerial criado pela Portaria n. 323/2012, composto pelos ministérios da Previdência, do Trabalho e Emprego, da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de avaliar e propor Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho, que dentre as atribuições destacam-se: propor a reformulação do modelo de avaliação médico pericial do INSS, no âmbito de uma política de saúde e segurança no trabalho que foque a prevenção e reabilitação física e profissional do trabalhador; e elaborar proposta de plano integrado de habilitação e reabilitação física e profissional, englobando custeio e benefícios.

No período de fevereiro a maio de 2014, a Divisão de Gerenciamento de Atividades de Reabilitação Profissional, unidade pertencente à Diretoria de Saúde do Trabalhador do INSS colocou em consulta pública o projeto “Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral”. Trata-se de uma proposta que visa:

[...] promover ações de Reabilitação Profissional, integradas às políticas de Seguridade Social por meio de uma rede de reabilitação articulada, descentralizada e estruturada no âmbito dos entes federados, com vistas à inclusão na sociedade, por meio do seu efetivo ingresso ou reingresso no mundo do trabalho (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013, p. 7).

Essas mesmas unidades constituíram Grupo de Trabalho (GT) mediante Portaria n. 7 DIRSAT/INSS, de 01 de março de 2015, cuja finalidade é de elaborar a Matriz Teórica Metodológica da Reabilitação Profissional. O GT tem discutido as principais categorias teóricas que deverá embasar o fazer profissional por meio de videoconferências, reuniões presenciais e comunicações eletrônicas. A proposta é que se elabore um documento que seja disponibilizado para consulta pública, e após sistematização das contribuições possa subsidiar e orientar as equipes no desenvolvimento de suas atividades cotidianas.

Nessa mesma esteira, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), cuja atuação na área de difusão de conhecimentos para promoção as segurança e saúde do trabalho é muito significativa, em 2013 produziu documento intitulado “Proposta de Diretrizes para uma Política de Reabilitação Profissional”, que sistematiza as pesquisas realizadas por essa instituição. O documento diagnostica a situação atual e apresenta uma série de propostas para ampla discussão.

De acordo com a sistematização produzida pela FUNDACENTRO (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2013), há um conjunto de fatores comprometedores da efetividade da reabilitação profissional, que decorrem de problemas mais específicos do INSS, como aqueles relacionados à rigidez da estrutura hierárquica; impessoalidade/distanciamento no contato com o segurado; fluxo inadequado de atendimento do segurado; diretrizes periciais desatualizadas; quadro de pessoal incompatível com a demanda; edição de um número excessivo de orientações e normas oriundas da gestão do INSS, que sobrecarregam os servidores desta instituição com atualização; tênue participação social nas discussões da Previdência Social, dentre outros.

Além dessas questões de natureza da operacionalização do serviço, também ocorrem outras situações que interferem na efetividade da reabilitação profissional. O mais significativo é a

inexistência de um modelo teórico que substancie a atuação dos profissionais que atuam na reabilitação profissional. O que norteia o fazer profissional dos técnicos da reabilitação profissional é o Manual Técnico de Procedimentos da Reabilitação Profissional que indica os procedimentos a serem adotados durante a execução do processo reabilitatório.

A instrumentalização reforça as ações pautadas em um modelo biomédico de atendimento. Desse modo, a superação desse limite pressupõe, necessariamente, a adoção do paradigma biopsicossocial e a compreensão de que a ação de reabilitação profissional não se restringe aos aspectos técnico-administrativos.

No modelo vigente inexistente uma equipe interdisciplinar, tanto para o encaminhamento, como para o acompanhamento do segurado. O encaminhamento é prerrogativa da perícia médica (modelo biomédico), e se atem exclusivamente ao diagnóstico da doença ou lesão, desconsiderando os aspectos psicossociais e da atividade laboral.

A reabilitação profissional não pode ser desvinculada da Política Nacional da Saúde do Trabalhador (PNST), cuja discussão tem se limitado no âmbito do Sistema Único de Saúde. Inclusive a “IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST)” foi convocada apenas pelo segmento saúde, ao contrário da III CNST que foi convocada através da Portaria Interministerial n. 370, de 10 de março de 2005, pelos Ministérios da Saúde, Previdência Social e Trabalho e Emprego.

Para Lacaz (2010, p. 202), a fragmentação e dicotomia de ações no tocante a condução da PNST não se circunscreve disputa de poder existente entre os ministérios, embora essa seja uma questão que não pode ser desconsiderada, mas também deve se levar em conta o “[...] grau de enfrentamento que o Estado adota frente ao capital, dados os interesses em jogo e a correlação de forças entre capital e trabalho na sociedade brasileira atual.”

Outra questão que também extrapola o campo de atuação do INSS, mas que precisa ser enfrentada, diz respeito ao processo de trabalho adotado pelas empresas. Observa-se que as empresas não trabalham na prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, e assumem a cultura de que não tem nada a ver com o adoecimento do empregado. O fato de contribuírem com o seguro acidente servem para argumentar que são isentas da responsabilidade com o seu empregado, sendo esta uma atribuição exclusiva do INSS.

Por outro lado, enxergamos que as iniciativas supramencionadas apontam para possibilidades quanto à mudança do modelo de reabilitação profissional, que contemple a gestão da incapacidade e do retorno ao trabalho. A realização da consulta pública pelo INSS é uma iniciativa que merece ser ressaltada pela importância e desdobramento que poderá ter.

A inclusão da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), para avaliar pessoas com deficiência que acessam o benefício de prestação continuada (BPC) e mais recentemente a aposentaria por tempo de contribuição para pessoas deficientes, conforme preconiza a Lei Complementar n. 142/2013, sinaliza para possibilidades de mudanças para avaliação da incapacidade pelo INSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reabilitação profissional é um direito constitucional, que como tantos outros ainda carecem de sua efetivação na prática. Urge pensar esse serviço dentro de uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador, na qual haja a interação entre os Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego para combater às condições de trabalho precárias e adoecedoras.

A reabilitação profissional enquanto um serviço regulamentado pela legislação social estatal deve ser compreendido no esteio do processo da acumulação capitalista, no que tange a manutenção e reprodução da força de trabalho.

[...] o Estado tem como papel manter as condições gerais de produção e garantir a existência da classe trabalhadora enquanto objeto de exploração, aí incluído pela legislação social. A legislação social torna-se, assim, o instrumento de conservação da base economia da exploração capitalista (FALEIROS, 2010, p. 291).

Nesse sentido, Faleiros (2010) entende que a legislação social não é a “proteção” dos trabalhadores, e sim a regulação da exploração da classe trabalhadora. Ele afirma que a reabilitação dos trabalhadores acidentados exige custos significativos, que ficam sob responsabilidade do Estado. Cabe ao patronato a reinserção desse trabalhador ao ambiente de trabalho. Isso não acontece em larga escala, pois o trabalhador que retorna a empresa pode logo em seguida ser demitido. Isso decorre do direcionamento da organização do processo de trabalho, que privilegia a produtividade, não cabendo aqueles que não apresentam as mesmas potencialidades.

No modelo vigente o processo de reabilitação consiste em uma intervenção solitária do responsável pela orientação profissional. Sobre este profissional recai toda a operacionalização do processo, sejam encaminhamentos de natureza administrativa, a procedimentos técnicos-interventivos para os quais não foram capacitados.

Além do mais as lacunas deixadas por outras políticas públicas afetam esse processo interventivo. O baixo de nível de escolarização dos segurados encaminhados a reabilitação profissional restringe as possibilidades quanto à recolocação em outra atividade; assim como o não atendimento nos serviços públicos de saúde.

Assim, a reabilitação profissional enquanto uma política pública voltada aos trabalhadores, especialmente os acidentados, requer uma ação efetiva do Estado no sentido de propor diretrizes que contemple definições conceituais e legais para gestão e operacionalização do serviço de reabilitação profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 nov. 2012.

_____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 jul. 1991b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Decreto n. 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 maio 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm>. Acesso em: 18 nov. 2012.

_____. Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997. Aprova o Regulamento da Previdência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 6 mar. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2172.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 21 jun. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Decreto n. 4.729, de 9 de junho de 2003. Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 10 jun. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4729.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Lei Complementar n. 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 9 maio 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp142.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Instituto Nacional do Seguro Social. **Reabilitação profissional**: articulando ações em saúde do trabalhador e construindo a reabilitação integral. Projeto. 2013. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/politica-publicas-em-sst/consulta-publica-do-inss>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DAKUZAKU, R. Y. **De deficiente a trabalhador**: reabilitação profissional na perspectiva da pessoa com deficiência: um estudo de caso. 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

FALEIROS, V. de P. **O trabalho da política**: saúde e segurança dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 2010.

IGUTI, A. M.; TAKAHASHI, M. A. B. C. As mudanças nas práticas de reabilitação profissional da previdência social no Brasil: modernização ou enfraquecimento da proteção social? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v, 24, n. 11, p. 2661-2670, nov, 2008.

LACAZ, F. A. de C. Política nacional de saúde do trabalhador: desafios e dificuldades. In: SANT'ANNA, R.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). **Avesso do trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAENO, M.; VILELA, R. A. de G. Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 87-99, 2010.

_____; TAKAHASHI, M. A. C.; LIMA, M. A. G. Reabilitação profissional como política de inclusão social. **Acta Fisiatra**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 53-58, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO). **Proposta de diretrizes para uma política de reabilitação profissional**. Brasília-DF: Fundacentro, 2013.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Instituto Nacional do Seguro Social. Aprova o Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional. Resolução N° 116/INSS/PRES, de 17 de outubro de 2011. Publicado no DOU N° 200, de 18 de outubro de 2011, Seção 1, p. 63.

_____; _____. Resolução n. 118/INSS/PRES, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre o encaminhamento de clientela à Reabilitação Profissional e Acordos de Cooperação Técnica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 8 nov. 2010. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao118_2010.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Interministerial n. 370, de 10 de março de 2005. Altera a redação do art. 1º da Portaria Interministerial n° 774, de 28 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 11 mar. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/pri0370_10_03_2005.html>. Acesso em: 5 fev. 2013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF**. Organização Mundial de Saúde: Genebra, 2003.

A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E O DESAFIO DO RETORNO AO MERCADO DE TRABALHO: DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS

Christiane Karla Spielmann*

RESUMO: O Programa de Reabilitação Profissional tem suas primeiras experiências na década de 1940. Desde então, o programa possui muitos desafios, sendo um deles garantir o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho. O relato tem como objetivo discutir os desafios da Reabilitação Profissional no que se refere a garantir ao trabalhador seu retorno ao mercado de trabalho. Como alternativas a esse desafio, podem ser citadas as ações intersetoriais com as demais políticas públicas (como saúde e trabalho e emprego) e a análise da incapacidade como um processo complexo, influenciado por múltiplas determinantes.

Palavras-chave: Reabilitação profissional, Trabalhador, Intersetorialidade

ABSTRACT: *The Professional Rehabilitation Program has its first experiences in the 1940s. Since then, the program has many challenges, one of which is to ensure the return of the worker to the job market. The report aims to discuss the challenges of Professional Rehabilitation in terms of guaranteeing the worker his return to the job market. As alternatives to this challenge, intersectoral actions with other public policies (such as health and work and employment) and the analysis of disability as a complex process, influenced by multiple determinants, can be cited*

Keywords: *Vocational rehabilitation, Worker, Intersectorality*

INTRODUÇÃO

O Programa de Reabilitação Profissional da Previdência Social tem como objetivo proporcionar aos trabalhadores incapacitados para seu trabalho de origem, seja devido à adoecimentos ou acidentes/doenças originadas pelo trabalho, os meios para seu retorno ao trabalho em atividade diversa, que não lhe cause agravamento do quadro de incapacidade.

As primeiras experiências do Programa remetem aos anos de 1940, no Governo de Getúlio Vargas, onde o objetivo era retornar ao trabalho, aqueles que estavam afastados devido acidentes de trabalho. Oportuno ressaltar que, na década de 1940 o Brasil iniciava seu processo de industrialização, o que impactou no quantitativo de acidentes no trabalho, emergindo então a necessidade de se pensar em políticas para tais acontecimentos. Neste sentido, entendemos que o Programa possui um viés duplo: ao mesmo tempo em que proporciona aos trabalhadores condições para seu retorno ao trabalho, garante ao capital sua reprodução.

O presente trabalho foi elaborado a partir da experiência cotidiana como profissional de referência do Programa de Reabilitação Profissional do INSS, na Agência da Previdência Social (APS) de Cianorte-PR. Os dados apresentados e analisados neste estudo foram extraídos do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional (BERP), que é elaborado mensalmente pela APS onde a RP é desenvolvida, sendo a base de dados para a elaboração dos relatórios nacionais, por parte da instituição. Tais dados, são utilizados para mensurar os atendimentos e os resultados alcançados.

O Programa de Reabilitação Profissional é desenvolvido, efetivamente, na APS de Cianorte desde 2011, quando um servidor Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social foi lotado na APS. Anteriormente, o programa era desenvolvido com o acompanhamento de profissionais lotados em outras Agências que se deslocavam periodicamente para realizar os atendimentos.

O relato tem como objetivo discutir os desafios da Reabilitação Profissional tanto no que se refere a garantir ao trabalhador seu retorno ao mercado de trabalho, quanto articular ações intersetoriais com as demais políticas públicas. Em um primeiro momento apresenta-se o percurso

* Assistente Social, especialista em Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas. Responsável Técnica do Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) – Gerência Executiva do INSS, em Maringá/PR. Aluna especial do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – campus de Campo Mourão/PR. E-mail: as.christiane@hotmail.com.

histórico do Programa de Reabilitação Profissional na conjuntura da política previdenciária brasileira e em seguida são analisados os dados da APS Cianorte.

1 A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO PERCURSO DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA

No Brasil, a primeira legislação, consolidada juridicamente, com caráter de proteção aos trabalhadores foi a Lei Eloy Chaves, de 1923, que tinha como objetivo “[...] proteger os trabalhadores das estradas de ferro [...] criando uma caixa de aposentadoria e pensão” (COSTA, 2011, p. 37). Tal lei é considerada um marco, no que mais tarde passou-se a chamar de previdência social brasileira, pois desencadeou a criação de diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP’s).

Os IAP’s eram criados com a finalidade de atender grupos específicos de trabalhadores e, assim como a previdência social atual, era restrito aos trabalhadores “contribuintes”. Portanto, desde suas primeiras experiências, a Previdência Social brasileira apresentou um caráter de seguro social, uma vez que exige dos trabalhadores a contribuição ao regime.

A Reabilitação Profissional, objeto de discussão deste estudo, aparece no Governo Vargas em 1943, quando os IAP’s deveriam organizar serviços de reeducação e readaptação aos trabalhadores aposentados por invalidez (TAKAHASHI, 2000, p. 30). Em seguida, o Decreto n. 7.036, de 1944, que legislava sobre os Acidentes de Trabalho, definia em seu artigo 90 que a readaptação profissional “[...] é devida a todo incapacitado do trabalho” e tem por objetivo “[...] restituir-lhe, no todo ou em parte a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas” (BRASIL, 1944).

Considerando as disparidades entre os IAP’s, em 1960 os benefícios oferecidos pelos institutos são uniformizados com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Posteriormente, o Decreto n. 72/1966 unifica todas as caixas de pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Observa-se que nesta legislação, os serviços de saúde permanecem integrados com o “seguro social”.

Na LOPS, a Reabilitação Profissional, aparece como alternativa ao trabalhador incapacitado para sua atividade de origem, devendo ser “[...] habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência, ou quando não recuperável for aposentado por invalidez” (BRASIL, 1960). Tal legislação definiu ainda, a reserva de vagas para trabalhadores reabilitados em empresas e a emissão de um certificado individual com as atividades para as quais os trabalhadores apresentavam-se habilitados.

Para Takahashi (2000), a criação do INPS constituiu-se como um fator importante para a consolidação do sistema previdenciário, além de contribuir para a criação e expansão dos Centros de Reabilitação Profissional (CRP’s). Os CRP’s concentravam-se nas capitais, quando da existência de equipes, em casos que a equipe era reduzida, denominava-se Unidade de Reabilitação Profissional (URP).

Segundo Takahashi e Iguti (2008, p. 2662) a implantação dos CRP’s:

[...] foi orientado por uma concepção de excelência, afinada com a tendência hospitalocêntrica da assistência médica vigente na época, na qual se disponibilizavam todos os recursos terapêuticos necessários no interior dos próprios serviços, com grandes estruturas físicas, equipamentos de fisioterapia e terapia ocupacional de alto custo e um grande contingente de profissionais.

Em 1974 foi o criado o Ministério da Previdência Social e Assistência Social (MPAS), e em 1977 o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), cuja gestão estava sob a responsabilidade do referido Ministério. Ainda neste período a Política de Assistência Social estava vinculada, diretamente, a política previdenciária.

Em relação à Reabilitação Profissional, Takahashi (2000) ressalta que nos 1970 e 1980 muitos recursos financeiros foram destinados a ela, entretanto, a ação nunca conseguiu desenvolver-se com efetividade, pois

[...] as unidades executivas sempre foram poucas diante da demanda dos acidentados e adoecidos do trabalho, até porque nunca houve uma preocupação efetiva da Previdência

Social em investigar as fontes geradoras dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, restringindo-se a prestação dos benefícios (TAKAHASHI, 2000. p. 35).

Na década de 1980 mudanças significativas ocorreram, principalmente com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que definiu em seu artigo 194, a composição da seguridade social: saúde, assistência e previdência social. Segundo Silva (2012) a Seguridade Social brasileira consolidou-se a partir de um mix de proteções já desenvolvidas no país para aqueles cidadãos vinculados ao mercado formal de trabalho.

Dentre as mudanças ocorridas na década de 1980, no âmbito previdenciário destaca-se a fusão do INPS com o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, originando o Instituto Nacional do Seguro Social (1990), que trouxe alterações também para a reabilitação profissional.

Na contramão dos avanços e conquistas da Constituição Federal (CF) de 1988, o neoliberalismo avançou e trouxe impactos para as políticas sociais brasileiras, sendo a Previdência Social uma das mais afetadas. O modelo neoliberal exigiu “[...] medidas de governo voltadas para um ajuste estrutural que objetivou reduzir a despesa pública, pelo enxugamento do funcionalismo estável do Estado, através da extinção e privatização dos serviços sociais” (TAKAHASHI, IGUTI, 2008, p. 2661).

Além das mudanças na legislação, a década de 1990 iniciou o processo de desmonte dos CRP's devido falta de investimentos em suas estruturas e, principalmente, devido ao grande contingente de servidores que optaram pelas aposentadorias proporcionais e pelas demissões incentivadas pelos planos de demissão voluntária do governo federal, efetivando a Reforma do Estado.

Compartilhamos da compreensão de Behring e Boschetti, que afirmam que a Reforma do Estado, estava orientada para o mercado, pois os “problemas” do Estado brasileiro eram vistos como causadores da crise econômica. A ênfase principal das reformas estava nas privatizações e na previdência social (BEHRING, BOSCHETTI, 2007, p. 148).

Direcionada pelo modelo neoliberal, a Lei n. 8.213/1991, apresentou um novo modelo de reabilitação profissional, sendo esta estendida aos deficientes, portanto, não restrita apenas aos trabalhadores acidentados ou adoecidos no trabalho. Entretanto, apesar de manter a proposta de desenvolver a reabilitação com equipe interdisciplinar, observa-se um retrocesso na exclusão da fase de colocação e reemprego, definidos pelas legislações anteriores. Portanto, o trabalhador terá seu benefício cessado após ser considerado apto para o trabalho, sem que efetivamente, tenha conseguido (re)inserir-se no mercado de trabalho.

Oportuno ressaltar, que na década de 1990, diferentes estudos, inclusive um parecer da Comissão Interministerial de Saúde do Trabalhador, apontavam para um modelo de reabilitação profissional ultrapassado (TAKAHASHI, IGUTI, 2008), e indicavam para um modelo de reabilitação a ser desenvolvido pela política de saúde. Entretanto, tal proposta não efetivou-se e a RP manteve-se como um benefício previdenciário, vinculado às contribuições.

Atualmente, o encaminhamento ao Programa de Reabilitação Profissional é realizado pela perícia médica, no momento da avaliação da incapacidade laborativa, pelo serviço judiciário em caso de requerimento de benefício via judicial, ou ainda, conforme solicitação do segurado, resguardados os requisitos legais. O cumprimento do Programa por parte do trabalhador é obrigatório.

Conforme previsto nas legislações, e após a extinção dos CRP, as equipes de RP passam a ser descentralizadas, lotadas nas Agências da Previdência Social. Tais equipes, devem ser compostas por peritos médicos e analistas do seguro social, com formação em áreas afins, como Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Terapia Ocupacional, contando ainda com técnicos do seguro social para o desenvolvimento de atividades administrativas. Todavia, considerando o reduzido quantitativo de servidores do INSS, atualmente as equipes contam apenas com um profissional de nível superior e um perito médico.

Takahashi e Iguti (2008, p. 2665) apontam que o número reduzido de servidores e o desenvolvimento da RP sem uma equipe multidisciplinar podia ser observado já na década de 1990 quando “[...] as equipes volantes, apesar de chamadas de equipes, eram, na prática, duplas formadas por um médico e qualquer profissional de nível universitário, denominado orientador profissional” que atendiam os segurados em agências da previdência social sem ‘equipe’. Por outro, as agências

que possuíam profissionais, mantinham as “equipes de extensão” compostas por médicos peritos e assistentes sociais lotados nas próprias agências.

Ao ser encaminhado para RP, o trabalhador passa pela *avaliação do potencial laborativo*, que consiste na análise global das perdas funcionais, potencialidades para o retorno ao trabalho, potencial de aprendizagem, nível de escolaridade e faixa etária. Tal avaliação é realizada com o objetivo de definir a capacidade de retorno ao mercado de trabalho.

Caso o segurado seja considerado elegível para cumprimento da RP e tenha vínculo empregatício, o primeiro contato a ser realizado é com a empresa, com vistas a readaptá-lo em função compatível. Caso não seja possível, o segurado passará pelo processo de qualificação profissional, que poderá incluir, previamente, a elevação de escolaridade. Durante ambos os procedimentos o segurado é acompanhado por um técnico de referência, que fará o processo de Orientação e Acompanhamento da RP.

Cestari e Carlotto (2012) realizaram um estudo com trabalhadores do Rio Grande do Sul que participaram da RP e retornaram para suas empresas de origem após treinamento. O estudo revela a necessidade de se considerar “[...] o perfil, as motivações e interesses do trabalhador” (p. 106) no processo de escolha em realizar treinamento na empresa ou não. Os impactos da unilateralidade no momento da decisão, refletiram diretamente na satisfação destes trabalhadores em desenvolver a nova função. Conforme as autoras, “[...] observa-se a insatisfação [dos trabalhadores] com o trabalho oferecido pela empresa de vínculo” (CESTARI; CARLOTTO, 2012, p. 105).

Com vistas a garantir o processo de qualificação profissional e reingresso no mercado de trabalho do segurado, a equipe é responsável por realizar *a articulação com a comunidade para parcerias e convênios*. Entretanto, apesar de objetivar o retorno do segurado ao mercado de trabalho, a efetiva reinserção deste não se constitui como atribuição do INSS, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 140, do Decreto n. 3.048/1999 (BRASIL, 1999).

A Reabilitação Profissional apresenta avanços e retrocessos em sua trajetória histórica, os modelos as quais é desenvolvida não são neutros, ao contrário respondem a diferentes demandas econômicas e sociais. Takahashi e Iguti (2008, p. 2662) defendem que o desenvolvimento da reabilitação profissional tem um papel duplo, ao mesmo tempo em que constitui-se como forma de “[...] intervenção para a redução e a superação das desvantagens produzidas pelas incapacidades” também é uma estratégia “regulação econômica” da política previdenciária, a fim de reduzir o tempo de concessão de benefícios previdenciários.

Alguns avanços podem ser observados na dinâmica da Reabilitação Profissional, principalmente no que se refere a incorporação do debate em saúde do trabalhador. Em 2014 uma nova proposta de desenvolvimento da Reabilitação Profissional foi apresentada pela Diretoria de Saúde do Trabalhador do INSS, denominada “Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral.”

O novo projeto foi desenvolvido a partir da análise dos estudos, que apontam para um modelo de Reabilitação Profissional que não tem cumprido com seu papel, seja pela falta de atendimento das necessidades dos trabalhadores ou pelo modelo de avaliação de incapacidade laborativa que é desenvolvido. Diante disso, a proposta apresentada tem como objetivo central “[...] promover ações de Reabilitação Profissional, integradas às políticas de Seguridade Social [...], com vistas à inclusão na sociedade, por meio do seu efetivo ingresso ou reingresso no mundo do trabalho” (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013, p. 7).

O reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos ativos em seu processo reabilitatório, dotados de vontades e capazes de fazer escolhas, é um dos pontos positivos deste projeto que está em fase de implantação.

Para que se efetivem conquistas e avanços na reabilitação profissional é preciso, também, um aprofundamento no debate acerca das condições de trabalho atuais, que pressupõe não só o atendimento do trabalhador adoecido, mas também a promoção de ações de prevenção aos adoecimentos.

2 DESLIGAMENTOS POR RETORNO À FUNÇÃO DIVERSA: APONTAMENTOS PRELIMINARES DA REALIDADE DA APS DE CIANORTE/PR

O Programa de Reabilitação Profissional é desenvolvido, efetivamente, na Agência da Previdência Social (APS) de Cianorte desde 2011, quando um servidor Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social foi lotado na APS. Anteriormente, o programa era desenvolvido com o acompanhamento de profissionais lotados na Gerência Executiva (GEX) do INSS em Maringá, que deslocavam-se periodicamente para realizar os atendimentos.

A APS Cianorte é responsável por atender os trabalhadores de 10 municípios¹ de sua área de abrangência. Nesta pesquisa, serão entrevistados apenas os segurados reabilitados que residem no município de Cianorte. A escolha deu-se por ser o município “sede” do INSS e possuir maior quantitativo populacional (população estimada pelo IBGE, em 2014, de 76.456 habitantes), cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,755, maior inclusive do que do Estado do Paraná (0,749)² (IPARDES, 2014).

A economia da cidade é impulsionada pelas indústrias de confecção, que tornaram o município conhecido como “capital do vestuário”. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), a indústria de transformação é a que mais emprega no município (10.625 empregos formais) e dentro dela a “[...] indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos” é que gera maior número de vagas (481 estabelecimentos que geram 6.383 empregos). (IPARDES, 2014). No ramo agroindustrial o destaque é para a produção de aves (8.600,000 animais/ano), cana de açúcar (695,114 toneladas/ano) e de mandioca (140.946 toneladas/ano), conforme dados do IBGE de 2013 (IPARDES, 2014). Estes produtos têm destaque principalmente devido a instalação de frigoríficos, usinas e farinhas, tanto no município como na região.

Em relação a renda populacional, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), apontam uma renda *per capita* de R\$824,41, pouco superior ao salário mínimo. Ainda em relação a renda, informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome indicam que no município de Cianorte, existem 5.360 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, com renda *per capita* de até ½ salário mínimo (referência mês de dezembro de 2014) (IPARDES, 2014). Importante destacar que estes dados referem-se a população que está sendo assistida pela Política de Assistência Social, entretanto, muitas outras famílias permanecem a margem das políticas sociais e, portanto, não acessam seus direitos.

A reflexão sobre os dados apresentados é essencial para compreender as dificuldades e avanços na Reabilitação Profissional, pois apesar de ser um Programa federal, seu desenvolvimento depende diretamente das condições de emprego, renda, educação e saúde, por exemplo, locais.

Para a realização da pesquisa foram extraídos dados do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional (BERP), que é elaborado mensalmente pelas APS’s onde a RP é desenvolvida. Tais dados são utilizados para mensurar os atendimentos e os resultados alcançados. No caso de Cianorte, os dados passaram a ser compilados a partir de 2011, quando um profissional passou a desenvolver o programa na referida agência.

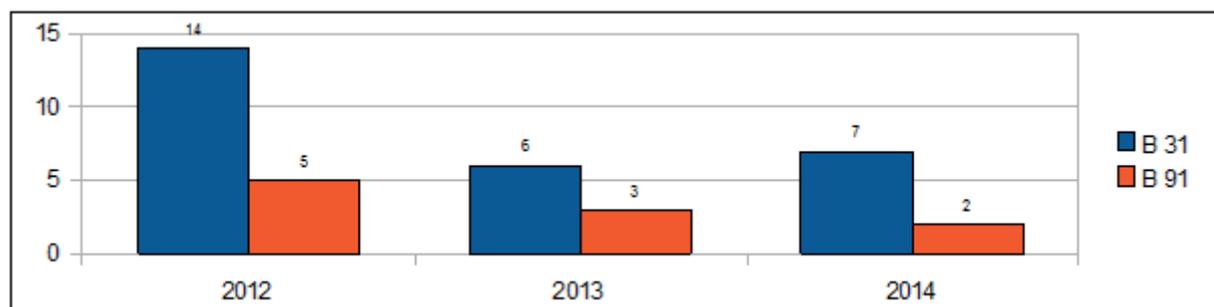
Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2012 foram reabilitados em todo Brasil 17.387 trabalhadores, dos quais 1.104 referem-se a trabalhadores paranaenses (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012). Em análise dos BERP’s de Cianorte, observa-se que entre os anos de 2012 e 2014 foram desligados 37 segurados com retorno à função diversa, dos quais

¹ Cianorte, Terra Boa, Jussara, São Tomé, Japurá, São Manoel do Paraná, Indianópolis, Guaporema, Cidade Gaúcha e Rondon.

² Os dados referentes ao IDH, quantitativo populacional, produção agroindustrial e empregos foram coletados do Caderno Estatístico do Município de Cianorte, disponibilizado pelo IPARDES (IPARDES, 2014).

10 tiveram seus benefícios originários de acidentes e/ou doenças ocupacionais (B 91), conforme observado no gráfico:

GRÁFICO 1 – Segurados reabilitados x ano x espécie de benefício

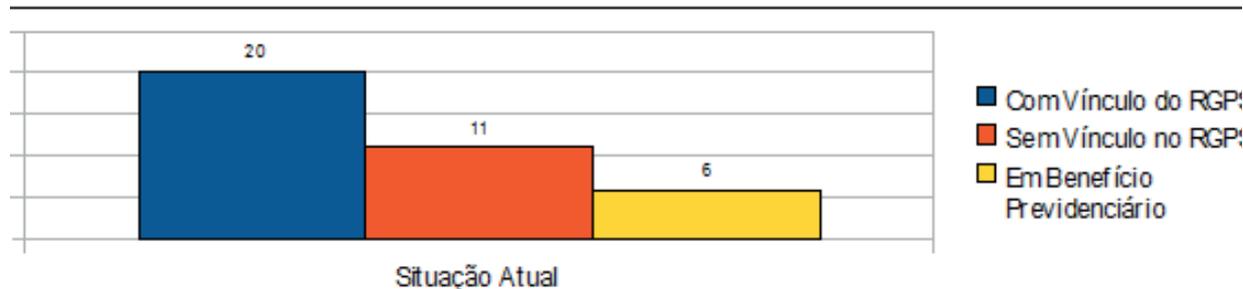


Fonte: Elaborado por Christiane Karla Spielmann a partir de dados disponibilizados pelos Boletins Estatísticos da Previdência Social, da APS Cianorte – 2012-2014.

Observa-se o baixo número de benefícios concedidos na modalidade 91. De maneira genérica, pensar-se-ia que o número de doenças e acidentes de trabalho é reduzido nesta região, entretanto, é necessário considerar a dificuldade dos médicos peritos em estabelecer o Nexo Técnico Previdenciário (NTEP), seja devido à falta de qualificação ou de documentos que poderiam comprovar a vinculação doença/trabalho. Mendes (2006) identificou em seus estudos que nas situações de difícil estabelecimento do nexo, os peritos optavam por negar o benefício acidentário.

Apesar dos desligamentos com Retorno à Função Diversa, uma das preocupações das equipes de Reabilitação refere-se a efetiva reinserção destes trabalhadores ao mercado de trabalho, uma vez que a Previdência Social realiza o seu desligamento do benefício logo após sua qualificação, independente deste possuir vínculo empregatício ou não. Considerando-se os trabalhadores desligados no período 2012-2014, atualmente, 54% destes trabalhadores estão vinculados à Previdência Social:

GRÁFICO 2 – Trabalhadores X RGPS



Fonte: Elaborado por Christiane Karla Spielmann a partir de dados disponibilizados pelos Boletins Estatísticos da Previdência Social, da APS Cianorte – 2012-2014.

O sistema previdenciário brasileiro, como já mencionado, é contributivo, desta maneira, a manutenção do vínculo com o RGPS possibilita ao trabalhador acessar direitos previdenciários. O significativo número de trabalhadores que foram qualificados e que mantém vínculo com a Previdência Social é apenas um indicativo de que a Reabilitação Profissional está atingindo seus objetivos, entretanto, uma análise qualitativa dos dados apresentados é que poderá dimensionar a efetividade deste Programa.

Apesar das estatísticas apontarem bons indicadores no que se refere a inserção dos trabalhadores reabilitados no mercado de trabalho, é importante considerar que nem todos conseguem inserir-se nas atividades para as quais foram qualificados, tendo inclusive aqueles que sequer conseguem retornar ao trabalho e acabam marginalizados por esta política.

Diante dos dados e da breve contextualização histórica apresentada no item anterior, observa-se que discutir Reabilitação Profissional é discutir a categoria trabalho, e a necessidade de ações intersetoriais entre diferentes áreas para que os trabalhadores consigam efetivamente retornar ao mercado de trabalho com qualidade.

Nos moldes que se apresenta a Reabilitação Profissional, é indiscutível que muitos avanços são necessários. Primeiramente, é preciso analisar a política previdenciária a partir da interlocução com as demais políticas públicas, em especial a do trabalho e da saúde. Não é possível olhar para o trabalhador em Reabilitação Profissional apenas com a perspectiva previdenciária, de retorno ao trabalho em quaisquer condições. A interlocução entre todas as políticas é primordial para que este sujeito seja atendido em sua integralidade. Logo, a busca pela intersectorialidade é emergente para o sucesso da Reabilitação Profissional.

Sendo o objetivo final da Reabilitação Profissional o retorno ao trabalho, a análise das condições do mundo do trabalho deve ser constante. É através do trabalho que o homem diferencia-se dos outros animais e estabelece suas relações interpessoais. Neste sentido o afastamento do trabalho apresenta-se como uma ruptura ao trabalhador. Entretanto, as condições de trabalho atuais evidenciam o trabalho alienante, que gera uma relação de estranhamento e, conseqüente adoecimento dos trabalhadores. É para este mundo do trabalho que o sujeito reabilitado irá retornar. O mesmo trabalho, que por vezes proporciona a satisfação das necessidades físicas do trabalhador, é o mesmo que gera o adoecimento.

Neste sentido, avançarmos nas discussões sobre a incapacidade é mister. É preciso ultrapassar a lógica biomédica da incapacidade e a culpabilização individual pelo processo de adoecimento. A incapacidade para o trabalho e a conseqüente possibilidade de retorno ao mesmo, vai muito além do processo de adoecimento, envolve fatores como idade, escolaridade, qualificação profissional, local de residência, local de trabalho e acesso a políticas públicas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de desenvolvimento do Programa de Reabilitação Profissional brasileira ao longo da história, refletem as condições do mundo do trabalho. Como mencionado no decorrer do texto, essa relação é intrínseca. Apesar de, nem todos os benefícios previdenciários serem acessados devido acidente/doença no trabalho, o retorno ao mundo do trabalho deve ser uma preocupação constante. Logo, a Reabilitação Profissional precisa direcionar seu olhar também para as condições de trabalho as quais os egressos do Programa estão sendo submetidos.

As alterações nas condições de trabalho e (re)inserção dos egressos em postos de trabalho compatíveis com as funcionalidades dos trabalhadores só serão possíveis através das ações intersetoriais. Caso não sejam realizadas intervenções que demandem a articulação entre as diferentes políticas públicas, as ações serão ineficazes e/ou apenas paliativas na relação cíclica entre trabalho e adoecimento.

O território (local de residência) é uma categoria chave na análise da possibilidade de retorno ao trabalho. A própria legislação previdenciária define que a Reabilitação Profissional deve proporcionar os meios para o retorno ao trabalho no contexto em que vive o trabalhador. Portanto, o olhar das equipes de RP precisa voltar-se para as particularidades da região em que o trabalhador reside.

No caso dos dados apresentados (APS Cianorte), a região é composta por municípios de pequeno porte, com poucas e/ou escassas possibilidades tanto de qualificação quanto de (re)inserção profissional. Neste sentido, o olhar dos profissionais envolvidas precisa voltar-se para a singularidade em que este trabalhador está inserido. Novamente, a intersectorialidade aparece como uma alternativa possível para o êxito do processo de RP.

Sendo assim, entendemos que o processo de Reabilitação Profissional deve ser entendido como singular de cada trabalhador e deve ser analisado a partir de múltiplas determinantes, não apenas do olhar para a limitação física.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social. V. 2).

BRASIL. Decreto n. 7.036, de 1944. Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ: 13 nov. 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7036-10-novembro-1944-389493-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Lei 3. 807 de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 5 set. 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 72, de 21 de novembro De 1966. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 13 dez. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 25 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 5 fev. 2015.

_____. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF: 7 maio 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 5 fev. 2015.

CESTARI, E.; CARLOTTO, M. S. Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre sua inserção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 93-115, 2012.

COSTA, J. R. C. **A previdência social ao alcance dos assistentes sociais**. Paco Editorial: Jundiaí, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm> Acesso em: 3 dez. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil avançado dos municípios**. [2014]. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29>. Acesso em: 3 dez. 2014.

MENDES, D. P. **Donos do poder? Os limites e conflitos da atividade pericial frente ao estabelecimento de nexos no atual contexto da Previdência Social Brasileira**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)– Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Reabilitação profissional: articulando ações em saúde do trabalhador e construindo a reabilitação integral: projeto**. Brasília-DF: DISRSAT, 2013. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Projeto-Reabilita%C3%A7%C3%A3o-Profissional-do-INSS-Texto-para-Constru%C3%A7%C3%A3o-Coletiva.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. 2012. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2012-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2012/>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

SILVA, M. L. L. **Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

TAKAHASHI, M. A. B. C. **Avaliação em reabilitação profissional: a experiência de adoecer por LER e o resgate da autonomia: uma trajetória singular**. 2000, 230 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____; IGUTI, A. M. As mudanças nas práticas de reabilitação profissional na Previdência Social no Brasil: modernização ou enfraquecimento da proteção social? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24, n. 11, p. 2661-2670, nov, 2008.

CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DA MICRORREGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - ABEPSS SUL II

Lucimara Perpétua dos Santos Benatti*

RESUMO: Este artigo apresenta resultados quantitativos da pesquisa de campo do doutorado da autora, tendo como objeto o trabalho docente em tempos de mundialização do capital, objetivando identificar as condições do trabalho docente do Serviço Social na microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II. Apresentam-se alguns dados do questionário respondido por 20 docentes assistentes sociais das 7 UFAs participantes. A análise dos dados demonstra uma condição de trabalho intensificado, precarizado e flexível, haja vista, que 30% dos entrevistados não possuem vínculos empregatícios, contrapondo-se a formação profissional continuada dos docentes que na sua maioria (70%) são mestres e doutores.

Palavras-chave: Trabalho docente, Formação profissional, Serviço social, Educação superior

ABSTRACT: This article presents quantitative results of the author's doctoral field research, having as object the teaching work in capital globalization times in order to identify the conditions of teaching of social work in micro-regional of São José do Rio Preto - ABEPSS South II. We present data from the questionnaire answered by 20 teachers social workers from 7 UFAS participants. The data analysis demonstrate a working condition intensified, precarious and flexible, given that 30% of respondents do not have employment contracts, in contrast to continuing professional training of teachers who mostly (70%) are teachers and doctors.

Keywords: Professor work, Professional formation, Social work, Higher education

INTRODUÇÃO

A temática central deste artigo sobre *condições do trabalho docente em Serviço Social* nos vincula organicamente como sujeito ético-político, pois, a trajetória que trazemos até o momento se compõe de trabalho assalariado, expropriado, espoliado, alienado e reificado. Reproduzimos deste modo, a mesma lógica na qual estamos submetidas, uma vez que a ordem burguesa nos impõe relações sociais imbricadas em processos alienantes e alienadores – assim, no próprio movimento da realidade, estamos colidindo com essas determinações históricas e nos movimentando para uma compreensão mais crítica da mesma, rumando para a construção de alternativas de ruptura com o instituído. Entretanto, neste artigo, apresentamos parte dos resultados da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2012 e 2014, na microrregional de São José do Rio Preto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Sul II, e a totalidade dos dados estão contidas na Tese em Serviço Social de nossa autoria.¹ Um dos objetivos específicos da pesquisa centrou-se em identificar as condições do trabalho docente em Serviço Social e os rebatimentos para a Formação Profissional no referido *lócus* da pesquisa.

A microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II² é composta de 11 Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs)³, sendo 10 privadas e 01 pública com cursos de graduação em Serviço Social presencial. Deste universo empírico 7 UFAs contribuíram com esta pesquisa através de seus docentes assistentes sociais que se dispuseram a participar, respondendo ao questionário enviado pela pesquisadora. Todavia, a totalidade das UFAs recebeu o convite por meio de correio eletrônico, mas 04 não apresentaram disponibilidade em participar.

A totalidade dos sujeitos da pesquisa era de 55 docentes assistentes sociais das 07 UFAs que se dispuseram a participar, entretanto apenas 20 docentes devolveram o questionário respondido

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Assistente Social Vínculo Institucional, Docente no curso de Serviço Social na União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO – São José do Rio Preto-SP. E-mail: lupsbenatti@gmail.com.

¹ A referida Tese foi defendida em junho de 2014, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP intitulada: “Trabalho Docente em Tempos de Mundialização do Capital – um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014”, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

² A microrregional estudada compunha a divisão da ABEPSS Sul II (gestão 2011-2012), que se organizava e se dividia em 08 (oito) microrregionais, sendo: Capital (São Paulo e Região Metropolitana), Baixada Santista, ABC, Campinas/Sorocaba, Ribeirão Preto, Araçatuba (Marília e Lins), São José do Rio Preto e Mato Grosso do Sul. Cada microrregional tem uma coordenação e vice coordenação que possibilita a participação e articulação com a direção estadual, que é eleita a cada dois anos.

³ As 11 UFAs que compunham a microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II, na gestão 2011/2012, eram: UNESP/Franca, IMESB/Bebedouro, UNIFEB/Barretos, UNILAGO, FACERES e UNIP/São José do Rio Preto, UNIFEV/Votuporanga, FEF e UNICASTELO/Fernandópolis, UNIJALES/Jales e FUNEC/Santa Fé do Sul.

e estavam, à época, vinculados aos cursos de Serviço Social das seguintes UFAs: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)/Franca, Instituto Municipal de Ensino Superior Victório Cardassi (IMESB)/Bebedouro, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB)/Barretos, União das Faculdades dos Grandes Lago (UNILAGO)/São José do Rio Preto, Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV)/Votuporanga, Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF)/Fernandópolis e Centro Universitário de Jales (UNIJALES)/Jales. Um dos instrumentais utilizados para a coleta de dados foi um questionário com 24 questões que permitiu traçar a identificação, a formação profissional continuada dos docentes, os tipos de vínculos e regimes de trabalho, bem como suas condições de trabalho, produção acadêmica, dimensões da pesquisa, extensão e ensino, proporcionando elementos fundamentais para a compreensão deste universo como produto de múltiplas determinações. Deste universo, 06 docentes (30%) estavam vinculados à única UFA pública da microrregional, a UNESP/Franca e 14 docentes (70%) às 6 UFAs privadas. Cabe ressaltar que todos os sujeitos da pesquisa concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo todas as informações da pesquisa. As siglas das UFAs as quais se vinculam como docentes foram assinaladas por cada sujeito entrevistado.

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRABALHO DOCENTE: A ESPECIFICIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Na dimensão ontológica somente a relação do homem com a natureza pode ser considerada um trabalho, vinculado à produção material, ou seja, a relação do processo de trabalho ao processo de valorização, de produção de valor e mais-valia é condição *sine qua non* à acumulação capitalista. Porém, há que se acrescer uma ampliação deste conceito, visto que a primeira atividade do processo de trabalho é dirigida a um fim (intencionalidade) e o próprio trabalho pode ser considerado, tanto produtivo como improdutivo para atingir tal finalidade, isto é, ambos é trabalho socialmente combinado na acumulação capitalista e para além da produção material, a acumulação do capital se dá, também, a partir das relações sociais estabelecidas neste trabalho combinado. Assim, para Marx, no Capítulo Inédito D’o Capital (1975) o professor pode ser considerado um trabalhador improdutivo em determinada circunstância e, em outra como trabalhador produtivo, está por sua vez caracterizada fundamentalmente pela capacidade de gerar mais valia. Assim, a possibilidade de conceber a docência como um trabalho está centrada na referência marxiana do trabalho produtivo e improdutivo, considerado também como um trabalho assalariado, alienado-estranhado, que se realiza no âmbito da reprodução social, prestando um serviço na esfera da Educação estatal ou privada.

O trabalho cria seu valor através do processo que o embrenha de forma individual e coletiva, podendo ser direta ou indireta a participação de cada trabalhador sobre a mercadoria produzida. O debate sobre o trabalho socialmente combinado – produtivo e improdutivo - é nas palavras de Tauile (2001 apud PAULO NETTO; BRAZ, 2006) uma das polêmicas que concerne a Economia Política, mas impossível de ser ladeada ao debate, portanto compreender essa sincronia é fundamental.

Para entender como se articulam tais questões, recorreremos ao valor do trabalho produtivo e improdutivo no debate marxiano. E, nos valem novamente de Paulo Netto e Braz (2006, p. 114, grifo do autor) para esta empreitada,

Observemos preliminarmente que não está em jogo, na distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, qualquer juízo de valor (por exemplo, que identifique o ‘produtivo’ com o *bom*, o útil etc. e, por oposição, o ‘improdutivo’ com o *mau*, o *inútil* etc.).

Essa discussão está, sobretudo, ancorada no modo de produção capitalista – na produção de mercadorias – que determina o que é produtivo ou improdutivo para o funcionamento deste sistema. Um trabalho é útil para a sociedade, mas produtivo para o capital, na medida em que se apropria diretamente do seu excedente produzido – a mais-valia está incorporada, fazendo com que o capital se reproduza e amplie. Esclarece Marx (2009, v. 2, p. 578), “[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital”, além de produzir, o trabalhador tem que produzir mais-valia.”

Para se avançar na compreensão do trabalho em tempos modernos, que associa trabalho produtivo e improdutivo como condição fundamental da reprodução do sistema capitalista, sobretudo no sistema mundial e financeirizado, é necessário trazer Marx ao afirmar que só é produtivo para o capital o trabalhador que produz mais-valia, exemplificando,

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a sua situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1975, p. 99).

A conceituação sobre o trabalho produtivo e improdutivo nos auxilia a afirmar que o trabalho docente no âmbito da esfera estatal está vinculado ao trabalho improdutivo (não produção da mais-valia absoluta) e no âmbito privado está associado ao trabalho produtivo (produção da mais-valia absoluta, gerando lucros para os empresários da educação) melhor dizendo, o ciclo do capitalismo é, sem dúvida, um processo de produção, reprodução, circulação e consumo – para que este ciclo se efetive, várias mediações são necessárias, sendo uma delas, a esfera do Estado que está organicamente vinculada a esfera da reprodução social. O Estado, por sua vez, controla e cria as condições para que este processo de trabalho se concretize em sua totalidade (esfera pública e privada), inclusive, normatizando legislações, aparatos burocráticos, políticos e jurídicos e mais, normatiza, inclusive a venda da força de trabalho docente nos espaços da reprodução social.

Partindo do fundamento ontológico do trabalho e suas formas de expressões na sociabilidade burguesa, adentramos neste interim no mundo do trabalho contemporâneo, suas crises e transformações na produção capitalista e, por conseguinte, no campo das políticas sociais, em especial da Educação Superior Brasileira. De acordo com Ceolin e Silva (2013, p. 156):

As transformações no mundo do trabalho alteram as relações sociais entre Estado e sociedade, redefinem o papel dos Estados nacionais e os parâmetros de constituição de seu sistema de regulação social, com ampla repercussão na órbita das políticas públicas, aprofundam e submetem a lógica da mercantilização e da regressão dos direitos sociais.

Parafraseando Mattoso (1996 apud BEHRING, 2008), estas mudanças no mundo do trabalho apontam que a reestruturação produtiva em curso encerra uma antinomia entre seguridade e insegurança – no que tange a passagem desse regime de acumulação, que é acompanhado por um novo modo de regulamentação, retomando - flexível, mundializado e financeirizado. E, aponta que a insegurança se manifesta em algumas formas: insegurança no mercado de trabalho (não prioridade ao pleno emprego como objetivo do governo); insegurança no emprego (redução da estabilidade e subcontratação precária); insegurança na renda (flexibilização dos salários) e insegurança na representação do trabalho (redução dos níveis de sindicalização)

Ainda, articulando as mudanças no mundo do trabalho com o direcionamento dado pelo Estado Brasileiro nas últimas duas décadas, ou seja, com o Neoliberalismo apontamos as reflexões de Chauí (1999) quando a miúde problematizou o conceito de ideologia neoliberal.

Trata-se de uma verdadeira contrarreforma – desestruturação do Estado e perda de direitos que vão adquirindo maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a direção de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado.

Segundo Chauí (1999, p. 28), as receitas propostas pelo referido grupo neoliberal foram:

- 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia;
- 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos;
- 3) um Estado que realizasse reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse

os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.

No que tange a Educação Superior Brasileira, especialmente, a partir da década de 1990, é determinada pelo ideário neoliberal e está imbricada entre a reestruturação produtiva/acumulação flexível e a mundialização do capital/financeirização.⁴ Não podemos falar em educação sem situar que a mesma está no âmbito da reprodução social, entretanto, subvencionada nos limites das bases materiais de produção capitalista. Ambas, produção e reprodução social definem os rumos da educação, em tempos de mundialização do capital, como estratégia do capital para ampliar seus lucros, explorar a força do trabalhador, em especial do docente. Esta expropriação, também, implica além dos trabalhadores, a expropriação dos estudantes, através de seus parcos salários, o próprio investimento para o ensino superior privado, seduzidos, obviamente, pela possibilidade do Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁵ – expressão cabal do investimento público no mercado educacional privado erigido, e como finalidade, o lucro e enriquecimento dos empresários da educação, nos últimos anos.

É fato que a política de educação superior no Brasil sempre foi sustentada pelo viés político e econômico da ordem social burguesa, para a elite existe a universidade pública de qualidade e para a classe trabalhadora existe o financiamento de sua própria dívida. Então,

Pode-se afirmar hoje, com certa segurança, que a política educacional neoliberal realiza, de forma sistemática, a subordinação da escola, em todos os níveis, às demandas técnicas e ético-políticas da burguesia brasileira. As novas diretrizes educacionais adotadas pelo Brasil respondem aos imperativos do capital internacional para a América Latina e vêm sendo financiados, como, aliás, todo o projeto de desenvolvimento, com recursos do Banco Mundial e do FMI (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26).

Assim, podemos afirmar que são nestas articulações postas entre as questões do mundo do trabalho, suas formas de reestruturação produtiva, a regulação do Estado e os determinantes nacionais e internacionais para a Política de Educação Superior Brasileira que orientam e definem as condições do trabalho docente, neste caso, no âmbito da Formação Profissional em Serviço Social.

2 CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE DA MICRORREGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ABEPSS SUL II

Como já dito, a pesquisa de campo através da abordagem quantitativa teve como objetivo traçar a identificação, a formação profissional continuada dos docentes, o regime de trabalho, a participação em eventos científicos e instâncias das UFAs, a produção acadêmica dos/as docentes no âmbito da formação profissional em Serviço Social, bem como, as condições e relações de trabalho no que tange ao ensino, pesquisa e extensão na microrregional de São José do Rio Preto/ABEPSS Sul II. Os dados que por ora apresentamos são alguns dos mais representativos sobre as condições do trabalho docente, todavia, a totalidade destes dados poderá ser encontrada em nossa tese (BENATTI, 2014). A saber, a tabela 1 apresenta as UFAs participantes e o número de docentes correspondentes, bem como, outros dados obtidos através dos questionários respondidos pelos 20 sujeitos da pesquisa serão apresentados na sequência.

⁴ O aprofundamento desta discussão se encontra em Benatti (2014).

⁵ Objetivando ampliar o mercado educacional, estagnado em virtude da concentração de renda, o governo Lula da Silva aumentou os aportes de recursos públicos para o FIES (criado em 2001), cuja taxa de juros foi reduzida a perto de 30% da taxa básica de juros (SELIC): a diferença seria coberta pelo Estado. A isenção tributária ao setor mercantil, possível com a criação do PROUNI (2004), abriu caminho para o ingresso dos fundos de investimento (*private equity*) no setor educacional, possibilitando uma frenética onda de fusões e aquisições, grande parte pelo capital estrangeiro, promovendo inédita concentração e centralização das corporações educacionais (LEHER, 2014).

TABELA 1 - Unidades de formação acadêmica (UFA) de vinculação dos entrevistados

| SIGLAS da UFA | f | % |
|--|----------|----------|
| Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos/UNIFEB | 1 | 5,0 |
| Centro Universitário de Jales/UNIJALES | 1 | 5,0 |
| Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/Franca | 6 | 30,0 |
| Faculdades Integradas de Fernandópolis/FIFE-FEF | 3 | 15,0 |
| Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi”/IMESB | 1 | 5,0 |
| Centro Universitário de Votuporanga/UNIFEV | 5 | 25,0 |
| União das Faculdades dos Grandes Lagos/UNILAGO/São José do Rio Preto | 3 | 15,0 |
| Total | 20 | 100,0 |

Fonte: Elaborada por Lucimara Perpétua dos Santos Benatti, com base em Benatti (2014).

Os resultados de nossa pesquisa (BENATTI, 2014) apontaram que a maioria dos respondentes do questionário, 19 (95%), é do sexo feminino e 01 (5%) do sexo masculino, reiterando a preponderância do gênero feminino na formação profissional em Serviço Social. A formação de graduação dos/as docentes demonstrou que 11 (55%) dos/as entrevistados/as possuem graduação nas próprias UFAs da microrregional pesquisada e, atualmente, estão vinculados/as a elas como docentes.

A formação pós-graduada dos/as docentes, assim, como sua titulação é significativa nesta região, haja vista que 6 docentes (30%) são Especialistas, 7 (35%) são Mestres e 7 (35%) são Doutores – somando mestres e doutores a proporção é de 70% dos docentes pesquisados, como nos mostra a tabela abaixo.

TABELA 2 - Titulação atual

| Titulação atual | f | % |
|------------------------|----------|----------|
| Especialista | 6 | 30,0 |
| Mestre | 7 | 35,0 |
| Doutor(a) | 7 | 35,0 |
| Total | 20 | 100,0 |

Fonte: Benatti (2014).

As tabelas (3, 4 e 5) que se seguem foram elaboradas a partir do cruzamento entre alguns dados sobre o vínculo empregatício do/a docente com sua respectiva UFA, bem como, a relação deste vínculo com o regime de trabalho no qual está subordinado/a. O intuito deste cruzamento não é de estabelecer comparações analíticas entre as diferentes naturezas acadêmicas, jurídicas e administrativas que caracterizam as UFAs desta pesquisa, mas de elucidar suas especificidades no que tange ao vínculo empregatício e regime de trabalho do/a docente – sobretudo explicitar as condições e relações propriamente ditas deste trabalho.

TABELA 3 - Tempo de vinculação à unidade de formação acadêmica (UFA)

| Tempo de vinculação à Unidade de Formação Acadêmica (UFA) | <i>f</i> | % |
|--|----------|-------|
| Menos de 1 ano | 4 | 20,0 |
| De 1 a 3 anos | 5 | 25,0 |
| De 4 a 6 anos | 2 | 10,0 |
| De 7 a 9 anos | 3 | 15,0 |
| Mais de 10 anos | 6 | 30,0 |
| Total | 20 | 100,0 |

Fonte: Benatti (2014).

O que chama a atenção nos dados é o grupo de docentes que soma 30%, ou seja, 1/3 dos/as entrevistados/as, vinculados/as há mais de 10 anos na mesma UFA. Os/As demais apontam um vínculo entre 1 a 9 anos, somando um total de 10 docentes (50%). Apenas 20% dos/as pesquisados/as está há menos de 1 ano vinculados/as à Unidade de Formação Acadêmica. Estes vínculos estão diretamente associados a dois elementos; um trata-se de docentes concursados na UNESP/Franca, como já caracterizado, somando 06 docentes (30%), o outro elemento explica-se devido ao fato de que a especificidade dos cursos de Serviço Social, nesta microrregional, o número de docentes que correspondem às exigências da docência, na questão de titulação e experiência, é bem reduzido. Assim, as UFAs têm o interesse de manter os/as docentes que cumprem as exigências necessárias. Implica dizer, ainda, que isso não significa que os vínculos com a duração apresentada não se perfazem em condições flexíveis e instáveis, como poderá ser visto na próxima tabela.

TABELA 4 - Tipo de vínculo empregatício e regime de trabalho

| Unidades de Formação Acadêmica (UFA)/SIGLA | Regime de Trabalho | Tipo de vínculo empregatício | | | |
|---|------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| | | CLT | Estatutário(a) | Sem vínculo | Total |
| UNIFEB/Barretos | Dedicação integral | 1 | 0 | 0 | 1 |
| UNIJALES/Jales | Dedicação parcial | 1 | 0 | 0 | 1 |
| UNESP/Franca | Dedicação integral/exclusiva | 2 | 4 | 0 | 6 |
| FIFE/FEF/Fernandópolis | Horista | 3 | 0 | 0 | 3 |
| IMESB/Bebedouro | Horista | 0 | 0 | 1 | 1 |
| UNIFEV/Votuporanga | Horista | 1 | 0 | 2 | 3 |
| | Dedicação parcial | 2 | 0 | 0 | 2 |
| UNILAGO/São José do Rio Preto | Dedicação integral | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Total | | 10 | 4 | 6 | 20 |

Fonte: Tabela elaborada por Lucimara Perpétua dos Santos Benatti, com base em Benatti (2014).

Os dados da tabela 1 e 4 permitem a análise de duas importantes dimensões, a primeira refere-se à questão das Unidades de Ensino e suas organizações acadêmicas: Universidades, Centros Universitários e Faculdades. Já a segunda análise centra-se nas condições materiais do trabalho docente na relação entre o vínculo empregatício e o regime de trabalho.

Com relação à segunda análise, estes dados são relevantes quando nos apontam que 6 (30%) dos/as entrevistados/as estão sem vínculos empregatícios, apontando a não correspondência entre a questão do vínculo empregatício e o regime de trabalho, uma vez que dos/as 6 docentes sem

vínculos empregatícios, 3 assinalaram o regime de trabalho integral e 3 são horistas. Isso denota a precarização, flexibilização e desproteção social do trabalho docente, ou seja, a falta de registro em carteira profissional que comprove o tempo de trabalho, a impossibilidade de acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vinculado a Previdência Social, em situações de acidente ou doença e em última instância o acesso limitado à aposentadoria.

No âmbito público, 2 (10%) docentes têm vínculo empregatício junto à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e 4 (20%) docentes assinalaram o vínculo como estatutário, sabendo-se que este vínculo de trabalho refere-se à UNESP/Franca e estão atrelados à disponibilidade de vagas da própria Universidade, sob a consulta ao/a docente para o concurso de efetivação que o/a leva a mobilidade funcional, ascensão na carreira docente e a mudança de regime de trabalho de CLT para Estatutário. É fundamental explicar que este concurso é aberto à comunidade acadêmica por meio de edital público, deste modo, também, flexibiliza-se a relação de trabalho e da carreira docente em curso, na medida em que o/a docente está submetido/a ao risco da perda de seu cargo, obtido em primeira instância para o regime de CLT, isso, caso não seja aprovado no concurso de efetivação. O vínculo de estatutário proporciona ao/a docente alguns benefícios no âmbito do seu trabalho, os principais são: segurança e estabilidade após o estágio probatório, licença prêmio e aposentadoria plena ou parcial de acordo com o regime próprio de servidor público do Estado de São Paulo.

Se considerarmos os dados específicos de que a maioria dos/as docentes, contabilizando 6, tem regime de dedicação integral/exclusiva, 4 docentes em regime de dedicação integral, 3 docentes em regime de dedicação parcial e apenas 7 docentes são horista, deixar-se-á de elucidar que a atividade docente por hora/aula implica em uma precarização tanto do trabalho docente quanto, conseqüentemente, da formação profissional. De acordo com Benatti (2014), os/as docentes entrevistados/as na microrregional de São José do Rio Preto - ABEPSS Sul II e que são horistas, não possui remuneração e carga horária para realizar projeto de pesquisa de seu interesse, projeto de extensão e atividades de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), supervisão acadêmica e iniciação científica com os/as estudantes, elementos fundamentais para a formação profissional – estas são em sua maioria, uma dedicação voluntária.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de horas separadas por horista, dedicação parcial, integral e dedicação integral/exclusiva.

TABELA 5 - Horas/aula especificadas no regime de trabalho

| Unidades de Formação Acadêmica (UFA)/SIGLA | Horas/aula especificadas no regime de trabalho/semanal | Regime de trabalho/dedicação com a principal UFA | | | | |
|--|--|--|---------|----------|--------------------|-------|
| | | Horista | Parcial | Integral | Integral/Exclusiva | Total |
| Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos | 40 horas | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Centro Universitário Unijales | 20 horas | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-UNESP/Franca | 40 horas | 0 | 0 | 0 | 6 | 6 |
| Faculdades Integradas de Fernandópolis | 14 horas | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 26 horas | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| IMESB/Bebedouro | 8 horas | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

| Unidades de Formação Acadêmica (UFA)/SIGLA | Horas/aula especificadas no regime de trabalho/semanal | Regime de trabalho/dedicação com a principal UFA | | | | |
|--|--|--|---------|----------|--------------------|-------|
| | | Horista | Parcial | Integral | Integral/Exclusiva | Total |
| UNIFEV/ Votuporanga | 8 horas | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 12 horas | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 16 horas | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | 20 horas | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | 34 horas | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| UNILAGO/ São José do Rio Preto | 4 horas | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 8 horas | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| | 40 horas | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | | 7 | 3 | 4 | 6 | 20 |

Fonte: Tabela elaborada por Lucimara Perpétua dos Santos Benatti, com base em Benatti (2014).

Nesta tabela 5, complementando a anterior, temos que 7 docentes (35%) são contratados como horistas e trabalham entre 08, 12, 14, 16 e 26 horas/semanal; os 3 docentes com horas parciais (15%) estão com 20 e 34 horas/semanal; os/as 6 docentes (30%) em regime de dedicação integral/exclusiva estão com 40 horas de trabalho/semanal. Os/As docentes que apontaram dedicação integral assinalaram no questionário a carga horária de 4, 8 e 40 horas/semanal. Estes dados indicam que das UFAs participantes da pesquisa, no quesito dedicação integral/exclusiva está associada à UNESP/Franca, e dedicação integral refere-se à UNIFEB/Barretos e à UNILAGO/São José do Rio Preto. Neste sentido, é preciso salientar que existe uma significativa diferença nos planos de carreira da universidade estadual, dos centros universitários e das faculdades privadas, pois, o regime de trabalho permite, no caso destas duas últimas UFAs, que o/a docente mantenha uma carga horária semanal inferior a 40 horas, sendo, inclusive de 4 horas – são docentes que independente da carga horária têm dedicação integral à UFA.

TABELA 6 - Valor da hora/aula para o regime de trabalho dos docentes horistas

| Valor da hora/aula para o regime de trabalho horista | f | % |
|--|----------|--------------|
| RS\$22,00 | 1 | 14,3 |
| RS\$23,79 | 1 | 14,3 |
| RS\$27,00 | 2 | 28,5 |
| RS\$27,01 | 1 | 14,3 |
| RS\$38,00 | 1 | 14,3 |
| RS\$40,00 | 1 | 14,3 |
| Total | 7 | 100,0 |

Fonte: Benatti (2014).

Considerando a tabela 5 que demonstra que 7 docentes (35%) entrevistados/as têm regime de trabalho horista, evidencia-se que os valores da hora/aula acima exprimem seis percentuais diferenciados, isso implica dizer que as UFAs privadas no interior de São Paulo, nesta microrregional, não seguem uma tabela de honorários e nem um plano de cargos e salários condizentes com a especificidade do trabalho docente no nível da educação superior – inferimos, portanto, que cada UFA determina seu valor de hora/aula como lhe convier.

TABELA 7 - Salário Bruto dos Docentes

| Salário Bruto | f | % |
|-------------------------------------|----|-------|
| Menos de R\$500,00 | 1 | 5,0 |
| De R\$1.001,00 a R\$2.000,00 | 6 | 30,0 |
| De R\$2.001,00 a R\$3.000,00 | 2 | 10,0 |
| De R\$3.001,00 a R\$4.000,00 | 2 | 10,0 |
| De R\$5.001,00 a R\$6.000,00 | 2 | 10,0 |
| Mais de R\$6.001,00 | 7 | 35,0 |
| Total | 20 | 100,0 |

Fonte: Benatti (2014).

A tabela 7 refere-se aos valores de hora/aula que a maioria dos/as docentes apresentou, expressa em salário a média entre R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 que varia de 4 a 5 salários mínimos (a base do valor do salário mínimo no período da pesquisa era de R\$ 724,00), ainda importa frisar que desta amostragem estão os 6 docentes com titulação de especialistas e 7 de mestres. Os/as docentes que recebem acima de R\$ 6.001,00 têm vínculo e dedicação de trabalho integral/exclusiva e 30% estão na UNESP/Franca e 5% de dedicação integral estão em uma Fundação Privada. Estes valores estão abaixo da média nacional, pois 47% dos/as docentes do ensino privado recebem até 3 salários mínimos e 43% receberam valores superiores a 05 salários mínimos (ANDES-SN/DIEESE, 2011), o que implica dizer que a microrregional analisada possui condições salariais abaixo da média nacional, conferindo assim, ao/a docente uma dimensão ainda maior de precarização do seu trabalho.

De acordo com Benatti (2014) a remuneração dos/as referidos/as entrevistados/as, com relação aos projetos de extensão, é por hora/aula, sendo que dos/as 5 docentes que possuem projetos de extensão nas UFAs privadas, apenas 4 docentes são remunerados. A dimensão da pesquisa é incipiente na microrregional pesquisada, considerando que 6 UFAs são privadas e não primam por esta dimensão, precarizando a formação profissional em sua totalidade, e, impossibilitando o aprofundamento da investigação científica como condição fundamental para o trabalho docente crítico, propositivo e autocriativo. No que tange a UFA pública UNESP/Franca todos/as os/as docentes participantes desta pesquisa possuem projetos de extensão e de pesquisa.

A questão da gestão/chefia é realidade de 11 entrevistados/as (55%), sendo que na ocasião da pesquisa 5 docentes estavam na coordenação do curso de Serviço Social nas UFAs privadas e 1 na UFA pública, sendo a quantidade de horas destinadas a este trabalho de 2 a 34 horas. A pesquisa apontou que 1 docente em coordenação de curso à época não recebia remuneração para desenvolver este trabalho, bem como, uma docente em coordenação de estágio, expressão cabal da intensificação do trabalho não remunerado, flexível e precarizado.

De acordo com os resultados da pesquisa obtidos (BENATTI, 2014) a participação dos sujeitos da pesquisa em eventos científicos, congressos nacionais (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (CONASS)) e internacionais (Seminário Internacional de Córdoba, *Congresso Internacional de Trabajadores Sociales de La Salud e de Rehabilitacion Social y Ocupacional*) é bem expressiva, pois, constata-se que 17 docentes (85%) tem produção de conhecimento interessante, expressa e veiculada em ambientes de comunicação da profissão de suma relevância. Algumas produções acadêmicas dos/as docentes em tela estão publicadas em capítulos de livros, livros e artigos completos nas principais editoras da área: Lumen Juris, Cortez, UNESP, Expressão Popular, Clube de Autores, Revista Serviço Social & Sociedade, Revista Praia Vermelha e Revista da UNESP, contudo, neste quesito é uma produção pequena, haja vista que apenas 6 docentes (30%) assinalaram esta questão.

Com relação à participação política dos sujeitos entrevistados, 6 docentes (30%) participam politicamente de instâncias das UFAs, 3 (15%) participam na ABEPSS, 3 (15%) no Conselho

Regional de Serviço Social (CRESS), expressando uma importante participação política nos espaços de decisões da categoria e das UFAs.

A filiação individual à ABEPSS é realidade de 2 entrevistados/as (10%), contudo, 8 (40%) dos sujeitos da pesquisa participaram do curso realizado pela ABEPSS Itinerante na microrregional em tela, ocorrido na UNILAGO/São José do Rio Preto no ano de 2012, tendo avaliado o curso como de suma importância para o trabalho docente e para os aspectos da formação profissional em Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acho que a coisa mais difícil que fiz foi permanecer fiel à minha classe de origem (Florestan Fernandes).

A temática central apresentada traz consigo o debate da centralidade da categoria trabalho na perspectiva marxiana, no qual a define como fundante do ser social, expressando sua contradição endógena entre o humano e o desumano. As metamorfoses do mundo do trabalho, em tempos de reestruturação produtiva, tornam o trabalho um pêndulo “transhistórico”⁶, ou seja, situado em todas as fases históricas da humanidade, aliando trabalho produtivo e improdutivo como unidade estratégica para manter a acumulação capitalista, diminuindo o trabalho humano vivo em detrimento do trabalho tecnológico e robotizado (morto). A mundialização do capital e o Estado neoliberal, neste contexto, é uma unidade que se complementa, definindo a direção da educação superior brasileira, sobremaneira, a partir dos determinantes dos organismos internacionais.

Contudo, situamos a ABEPSS como instância política e acadêmico-formativa de suma relevância histórica para com o projeto de formação profissional em Serviço Social no Brasil, pois, vem contribuindo para o amadurecimento teórico, metodológico, ético, político e técnico operativo da profissão ao longo de seus 80 anos. Ainda, a gênese e institucionalização da profissão, passando pelo movimento de reconceituação, referendada pela construção do atual código de ética profissional e pela revisão da Lei de Regulamentação da profissão (CFESS, 2011), assim como, a revisão e implementação das diretrizes curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996), apresentam-se como norteadores do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro em resposta aos determinantes da sociabilidade burguesa, a qual está profissão, seus profissionais e seus docentes estão submetidos.

As condições do trabalho docente do Serviço Social nas UFAs da microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II estão inseridas *no precário mundo do trabalho*, no qual é um cenário desafiante para os/as entrevistados/as, pois, a educação no Brasil desde a formação do ensino médio deteriorado pela falta de investimento público estatal, aprofundada pela expansão da educação superior que está ocorrendo pela via do empresariamento e que expande a educação superior de forma extremamente precarizada, ou seja, todos estes elementos são incompatíveis com uma formação para a vida humana e emancipada. Os desafios macroestruturais estão sendo sentidos, conseqüentemente, pelo/a docente do Serviço Social e, a maioria das UFAs nesta microrregional, está acoplando estes determinantes e determinismos como forma de ampliação de seus lucros – tornando, a educação como mera mercadoria e campo de alta lucratividade, ampliando os espaços de exploração e acumulação do capital.

Assim, a pesquisa quantitativa confirmou que as condições do trabalho docente do Serviço Social na microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II - são determinadas pela sociabilidade burguesa, implicando em condições precárias, flexíveis e intensificadas de trabalho, reproduzindo o cenário do modo de produção flexível em que vivem a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2003). Os baixos salários, os vínculos empregatícios instáveis, a não correspondência entre este vínculo e o regime de trabalho, corroboram com a afirmação de que estamos diante de um *precário mundo do trabalho docente do Serviço Social na microrregional estudada* – apesar de serem docentes com uma expressiva qualificação e titulação. Ocorre, neste contexto, uma significativa contradição, todavia porque o investimento na formação profissional continuada, na pós-graduação *stricto sensu*

⁶ Hipótese defendida pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes durante a Atividade Programada (ATP) realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - PUC/SP, no primeiro semestre de 2010, da qual comungamos.

pelo/a docente não implica em melhores condições de trabalho e salários, pois, o empresariado da educação, pela via do capital e do estado, requer um/a trabalhador/a competente e qualificado/a, mas, com baixos salários e custos. E, o investimento nesta formação profissional continuada fica sob a responsabilidade quase que exclusiva do/a docente, sendo que a maioria destas UFAs não tem este compromisso com o seu/sua docente, sendo que o plano de carreira docente se faz presente apenas na UNESP/Franca, as demais UFAs, privadas, não priorizam esta dimensão na relação de trabalho com seus/suas docentes.

Contudo, os/as docentes da microrregional estudada apresentou forte tendência de mobilização, luta e resistência diante do cenário da barbárie instituída, desta forma, o fortalecimento de um espaço de formação e politização docente, no qual, no coletivo se constroem propostas desta microrregional, a partir da realidade e das pautas de reivindicações dos/as docentes, é sem dúvidas uma estratégia de enfrentamento a esta barbárie.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, ed. esp., p. 58-76, 1997.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

BENATTI, L. P. S. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital:** um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CEOLIN, G. F.; SILVA, N. B. Desafio da ABEPSS Itinerante na defesa da qualidade na formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 155-179, jan./jun. 2013.

CFESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social:** Lei n. 8.662, de 1993 de Regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2011.

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: NEDIC, 1999.

LEHER, R. Novo plano de governo visa consagrar prevalência do setor privado no financiamento da educação. **Correio da Cidadania**, São Paulo, jan. 2014. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9254:manchete220114&catid=34:manchete>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MARX, K. **Capítulo inédito D' o capital:** resultados do processo de produção imediato. Tradução de M. Antônio Ribeiro. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2. L. 1.

NEVES, L. M.; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, M. L. W. (Org.). **O empresariado da educação:** novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

PAULO NETO, J.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

A TERCEIRIZAÇÃO E O LUGAR DE FAMÍLIAS OPERÁRIAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA-SP – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Onilda Alves do Carmo*

RESUMO: O presente artigo apresenta as primeiras reflexões acerca de uma pesquisa que está em andamento e que se propõe a compreender e analisar o papel das famílias operárias na nova configuração do processo produtivo e sua contribuição aos novos padrões de acumulação capitalista, a partir da terceirização de determinadas fases da atividade produtiva da indústria calçadista de Franca. A pesquisa busca entender o processo de expansão da produção de calçados para dentro dos lares das famílias operárias e, na medida em que as atividades produtivas ocupam o espaço da casa - historicamente construído como o *locus* das atividades domésticas, não produtivas – apreender as particularidades contidas nesse processo. A pesquisa também pretende, ao mesmo tempo, perscrutar se houve mudanças no que diz respeito ao papel da família como responsável pela reprodução do capital e qual é o status da divisão sexual e geracional do trabalho dentro do espaço doméstico e as mudanças na dinâmica familiar. Para tanto, procurou identificar que famílias realizam trabalhos para as fábricas de calçados em seu domicílio e, com a anuência das mesmas passou a fazer as entrevistas a fim de levantar as informações necessárias para realizar a coleta de dados e sua análise.

Palavras-chave: Trabalho, Produção e reprodução do capital, Família, Gênero, Terceirização

ABSTRACT: *This article presents the first reflections about a research that is in progress and that proposes to understand and analyze the role of working families in the new configuration of the productive process and its contribution to the new patterns of capitalist accumulation, from the outsourcing of certain Phases of the productive activity of the footwear industry of Franca. The research tries to understand the process of expansion of the production of footwear into the households of the working families and, to the extent that productive activities occupy the space of the house - historically constructed as the locus of domestic activities, not productive - to grasp the particularities contained In this process. The research also seeks, at the same time, to examine whether there have been changes regarding the role of the family as responsible for the reproduction of capital and what is the status of the sexual and generational division of labor within the domestic space and changes in family dynamics. In order to do so, it sought to identify which families carry out work for shoe factories in their home and, with the consent of the same, began to make the interviews in order to gather the necessary information to carry out data collection and analysis.*

Keywords: *Production and reproduction of capital, Outsourcing, Family, Genre*

1 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: FAMÍLIA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – ALGUNS APONTAMENTOS

O sistema capitalista, por sua natureza contraditória, passa por crises ao largo de sua existência. Em meados da década de 1970, a crise que assolava as economias dos países do capitalismo central, colocava em questão o processo de acumulação do capital, o que levou as empresas transnacionais a buscarem novos mercados consumidores, no bojo do chamado processo de globalização. Este processo por sua vez, veio acompanhado da chamada reestruturação produtiva, que resultou na mudança dos padrões de acumulação e nas transformações observadas no processo produtivo e nas relações de trabalho.¹

Nas últimas décadas há uma intensificação da concentração e centralização de capitais nas mãos das grandes empresas transnacionais e a difusão de pequenas e micros empresas que se colocam na linha da subcontratação, ou seja, a terceirização.² As estratégias colocadas em curso pelo capital nesse processo de reestruturação incluem, cada vez mais, a intensificação do uso da técnica, aprofundando assim o processo de extração da mais valia relativa da força de trabalho, de forma a intensificar o uso do trabalho morto e diminuir drasticamente o trabalho vivo. A terceirização foi e está sendo utilizada por essas organizações como estratégia de gestão, como opção de modernização e posicionamento competitivo no contexto atual, e como forma de adequação às necessidades do mercado. Alguns estudos apontam que o processo de terceirização, de certa forma, gerou uma descontinuidade no amadurecimento da identidade de classe por parte de funcionários da empresa tomadora de serviços e que quanto mais distante do negócio principal da empresa for a atividade terceirizada, menores e pouco significativos serão os problemas para a gestão do processo.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP - Franca/SP).

¹ Sobre isso ver Antunes (2009, 2005).

² “A prática da terceirização não é novidade no mundo dos negócios e está relacionada com a qualidade, a competitividade e a produtividade. Com a terceirização, a empresa concentra-se no seu produto estratégico, naquilo que é capaz de fazer melhor, com competitividade e maior produtividade. As tarefas secundárias e auxiliares são realizadas por empresas que se especializaram de maneira mais racional e com menor custo” (FARIA, 1994 apud VALENÇA, BARBOSA, 2002, p. 164).

Para Valença e Barbosa (2002, p. 164):

Há três propósitos básicos na mente de quem decide terceirizar: a diluição dos custos diretos e indiretos; a elevação do nível de eficiência dessa atividade, pela sua execução terceirizada; e a manutenção de um nível mínimo aceitável de lealdade à empresa, por parte dos novos executores das atividades terceirizadas.

Esse processo de terceirização possibilitou às empresas transnacionais desenvolverem estratégias para diminuição dos custos da produção parcelando as atividades produtivas e dividindo-as com outras empresas menores, sediadas em países em desenvolvimento, cuja mão-de-obra é mais barata e os direitos do trabalho não estão regulamentados ou são mais facilmente desrespeitados. Estas empresas, em geral, nas suas sedes, utilizam de tecnologia de ponta, contudo, como não podem prescindir da força-de-trabalho para algumas etapas do processo produtivo, distribuem essas atividades para empresas de países que utilizam mão-de-obra, muitas vezes, em situação análoga à situação de escravidão, como é o caso da empresa espanhola de confecções Zara que foi denunciada por utilizar – ou ao menos aceitar no processo de produção de sua marca - trabalho em situação análoga à de escravo (GUERRA, 2011).

Alguns ramos da economia, por sua especificidade, embora utilizem de tecnologia no seu processo produtivo, carecem ainda de uma grande quantidade de mão de obra para a produção de mercadorias, utilizam também a terceirização. É o caso da indústria do ramo calçadista, indústria essa predominante na cidade de Franca/SP, que adotou a estratégia da terceirização por meio principalmente da subcontratação do trabalho das bancas de pesponto³ que se situam seja em barracões próprios seja nos domicílios dos trabalhadores, incluindo aí majoritariamente a costura do calçado manual e mecânica. Condição propícia para utilização em larga escala, não só do trabalho feminino como também do infantil e juvenil. As famílias, nesse contexto, além de manter suas funções tradicionais na reprodução social, transformam-se também em unidades produtivas.

A terceirização do processo produtivo cria duas categorias de trabalhadores no mercado de trabalho – os trabalhadores centrais – com vínculo empregatício garantido pelas empresas sedes – e os trabalhadores flexíveis – precarizados, informais, sem vínculo empregatício, subcontratados. Para Antunes (2005), a mesma flexibilização proposta para a gestão da produção, foi imposta para as relações de trabalho, via de regra, ela significou o aprofundamento da exploração da força de trabalho e a complexização da classe trabalhadora. Vários estudos: Antunes (2005, 2010); Alves e Corsi (2002); Hirata (2008); Nogueira (2004), dão conta de que esse processo criou as bases para a ampliação da contratação da mão de obra feminina nas condições mais precarizadas:

Nos anos 80/90 a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2004, p. 20).

No que concerne à produção do calçado Chinali (1997) e Navarro (2004) apontam a grande participação da mão de obra feminina, subsumida nas análises da mão-de-obra global, nas atividades de produção, mas especialmente nas atividades de costura, que ocorrem majoritariamente no âmbito

³ “Banca, na indústria calçadista de Franca, denomina a instância subcontratada pela fábrica para realizar frações do processo de produção do calçado, principalmente a costura mecânica (pesponto) e a costura manual das partes superiores do sapato” (CHINALI, 1997, p.87). “As Bancas de Pespontos em Calçados estão situadas fora da esfera fabril e são destinadas a confecção de partes do calçado.” (NAVARRO, 2004). “São heterogêneas, algumas estão contíguas às fábricas ou edificadas em “barracões específicos”, mas essas são as que são legalizadas, sendo que a grande maioria são constituídas de modo precário na casa dos próprios trabalhadores e não contam com registros junto a Prefeitura. As Bancas são, essencialmente, mecanismos para baratear os custos da produção de calçados. Aos custos com máquinas, energia elétrica, linhas, colas, entre outros artigos necessários ao trabalho somam-se os custos com a força de trabalho. Tudo isso, é, invariavelmente, transferido para o dono da Banca, que, em geral, não consegue registrar os trabalhadores e, nem mesmo, manter a sua contribuição individual ao sistema previdenciário. Assim, as Bancas se constituem, na sua grande maioria, de trabalho informal” (LOURENÇO, 2014, p. 21-22).

do domicílio. No limite, esta particularidade contribui para o barateamento do custo da mão de obra e, conseqüentemente, no barateamento do produto final.

Pesquisa realizada por Lourenço (2013) constata a persistência do trabalho juvenil e infantil na indústria calçadista de Franca. Essa pesquisa e também atividades de extensão universitária no bairro Jardim Aeroporto III, em Franca, SP, objetivavam identificar o trabalho infantil e verificar a efetividade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Por meio de visitas e entrevistas a 110 moradores daquele bairro, identificou-se que das 110 residências visitadas, oito se referiam a Bancas de Pespointo em calçados, as quais contavam com trabalho de adolescentes e uma com o trabalho de crianças de 10, 12 e 14 anos de idade. Neste estudo foi possível identificar que quando se transfere o trabalho produtivo para a esfera doméstica, os limites entre a idade permitida para o início do trabalho e o início do trabalho precoce são muito tênues. Isso porque quando o trabalho é realizado pelos pais em casa, os filhos acabam ajudando, mas não há o reconhecimento que se trata de um trabalho, fica na forma aparente da ajuda (LOURENÇO, 2013). A pesquisa ainda incluiu a coleta de informações com estudantes de uma escola pública como se descreve a seguir:

[...] aplicou-se um questionário a 114 estudantes de uma escola pública do referido bairro. Todos estavam cursando a 8ª série do Ensino Fundamental, ou 9ª ano. As idades contemplavam a faixa de 13 a 15 anos de idade. Dos 114 estudantes, 35% estavam trabalhando, os que não estavam empregados no momento da pesquisa referiram estar à procura de emprego e/ou que já trabalharam. Considerando a idade destes adolescentes, de 13 a 15 anos, nenhum deles poderia estar trabalhando, salvo na condição de aprendiz, o que não é o caso de nenhum deles (LOURENÇO, 2014, p. 305).

A pesquisa, segundo Lourenço (2014) limitou-se a um bairro, contudo, ela aponta questões para além dos limites territoriais:

Apesar de a presente pesquisa ter se limitado em um bairro específico e, portanto, os seus dados não equivalem a todo município ou a totalidade do setor calçadista, é possível dizer que a terceirização da produção e o trabalho domiciliar favorece a permanência do trabalho infantil e do adolescente (LOURENÇO, 2014, p. 306).

Essa pesquisa evidenciou que são necessários maiores estudos acerca do setor calçadista em Franca e as relações sociais estabelecidas, pois há um consenso social em torno das Bancas de Pespointos, que alimenta a ideia de que é melhor para o trabalhador/a este tipo de trabalho, tendo em vista que ao trabalhar em casa ter-se-ia um maior controle do tempo e também maior autonomia. Contudo, o que foi constatado é que quando o trabalho é realizado em casa e a remuneração é por peça, os/as trabalhadores/as não têm hora para encerrar a sua atividade laboral, aliado ao fato de que todos da casa auxiliam, inclusive crianças. (LOURENÇO, 2013). Portanto, faz-se necessário aproximar-se das famílias trabalhadoras do setor calçadista, em específico, as que abrigam Bancas, para conhecer os principais elementos que interatuam na dinâmica familiar e de trabalho.

A produção de calçado, segundo Chinali (1997) comporta uma grande variedade de estilos, modelos, público e outros, por isso mesmo comporta também diferentes níveis de produtividade e participação no mercado. Para a autora:

Outra característica de fundamental importância na compreensão da indústria calçadista é, de um lado, o uso intensivo de mão-de-obra e, de outro, o uso de tecnologia ainda muito próxima ao processo artesanal, do que decorre elevado potencial de emprego, incluindo parcela significativa de mão-de-obra não especializada (CHINALI, 1997, p. 74).

É nesse contexto que ganha enormes proporções em Franca a utilização do “salário por peça”, modalidade estratégica e perversa na diminuição dos custos da produção. Nas palavras de Marx (1971, p. 27-28), essa modalidade de salário:

[...] permite ao capitalista contratar o trabalhador principal [...] estabelecendo um tanto por peça, um preço pelo qual o trabalhador principal se obriga a recrutar e a pagar seus auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador.

Assim, podemos afirmar que a indústria calçadista caracteriza-se pela utilização intensiva de mão de obra e, mais especificamente mão de obra feminina, incluindo também a juvenil e infantil, tendo no trabalho a domicílio informal e no salário por peça, importantes estratégias de diminuição dos custos da produção.

As grandes empresas de produção do calçado, assim como empresas transnacionais de outros ramos da economia, como a da microeletrônica, utilizam-se de forma intensa a estratégia de terceirização de parte e ou do todo de sua produção. Essas empresas utilizam tecnologia avançada na produção de calçados de maior prestígio e os produz no país sede e, transferem a produção de calçados com menor valor agregado, para o consumo de massas, para empresas em países onde a mão-de-obra é mais barata. Isto porque, a indústria calçadista, pelo seu caráter artesanal, de uso intensivo de mão de obra, tem, no custo desta, seu principal fator de competitividade.

O Brasil ocupa posição mundial de destaque na produção de calçados:

O setor calçadista brasileiro é um dos mais importantes do mundo, contando com cerca de 8.000 empresas que empregam 294 mil trabalhadores diretamente. A produção total em 2008 - conforme apurado pela mais recente Resenha Estatística da Abicalçados (2009) - foi de 804 milhões de pares, desempenho que fez o setor tornar-se o 3º maior produtor, 5º maior consumidor e 6º maior exportador de calçados em termos mundiais (BOLETIM IOB, 2011, p. 21).

Os principais estados brasileiros produtores de calçados são: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina, Paraíba e Bahia.

O Estado do Rio Grande do Sul abriga as maiores empresas calçadista brasileiras, cuja produção, majoritariamente de calçados femininos de couro e de materiais alternativos como plástico, atende à demanda do mercado interno e externo. O Estado de São Paulo, segundo maior produtor nacional de calçados, tem boa parte de sua produção realizada no município de Franca, principal produtor e exportador de calçados masculinos de couro do Brasil (NAVARRO, 2006 apud NAVARRO, LOURENÇO, 2014, p. 2-3).

O avanço da crise econômica desencadeada nos países do capitalismo central teve seu rebatimento no Brasil no final dos anos 1980 e estendeu-se por toda a década de 1990 e início da de 2000. A produção de calçados, assim como outros ramos da produção, sofreu este embate que provocou uma crise nesse setor da economia. Na década de 1990 vamos assistir à intensificação das estratégias utilizadas pelas empresas para fazer frente à crise que assolava o país. Entre estas estratégias estava o processo de redução dos custos da força de trabalho por meio de demissões em massa, do emprego da mão de obra de forma precarizada, temporária e/ou a subcontratação através da terceirização de micro empresas que se formavam para assumir a produção por peças das indústrias calçadistas, ou a subcontratação individual de trabalhadores ou ex-trabalhadores/as para a realização de tarefas necessárias de algumas fases do processo produtivo para as quais não havia uma tecnologia acessível. Nesse contexto, no caso da indústria calçadista de Franca, intensifica-se a externalização de atividades produtivas antes realizadas dentro das fábricas. Estas atividades passam a ser realizadas nas chamadas bancas organizadas nas casas das famílias operárias.

Historicamente, a família desempenhou e ainda desempenha papel importante na reprodução tanto dos meios de produção como das próprias relações de produção. Segundo Fausto Neto, devemos olhar a família não como mera instituição social, mas

[...] como unidade social que se realiza concretamente dentro de uma situação de classe onde, do ponto de vista de seus membros, a organização e ação da família está voltada para a busca das condições de sobrevivência, e, de um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para a reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos (FAUSTO NETO, 1982, p.10).

Com o advento do capitalismo, houve uma separação da sociedade entre “[...] duas unidades básicas: a fábrica ou unidade produtiva, e a casa ou unidade doméstica não-produtiva” (FAUSTO NETO, 1982, p. 14). Dessa maneira estabelecem-se duas esferas: a pública e a doméstica. A primeira amplamente valorizada, pois se trata das atividades mais valorizadas do ponto de vista econômico, político e cultural – por exemplo, as atividades na administração e da economia; a própria atividade

política e as atividades da produção de bens necessários ao desenvolvimento da sociedade; a segunda, por sua vez, é a esfera do privado, da subsistência, cujo sujeito, a família, entendida como um polo separado da esfera produtiva, não obstante suas responsabilidades na manutenção e reprodução da força de trabalho, é socialmente desvalorizada. “[...] com o desenvolvimento da sociedade em complexidade, a esfera pública e a esfera doméstica tornam-se separadas, sendo a família recolhida à esfera pessoal, através da privatização de suas funções domésticas” (SCHIMINK, 1976, p. 6-7 apud FAUSTO NETO, 1982, p. 14). Para Engels (2002, p. 84), “[...] a família individual, moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada da mulher.” Portanto, ao analisar as famílias teremos que tomar em conta o papel das mulheres nesse grupo, por serem elas, via de regra, as que têm a responsabilidade pelo trabalho doméstico e muitas vezes são invisibilizadas enquanto trabalhadoras já que o espaço doméstico é tido como o lugar “natural” da mulher.

Em nossa sociedade, a divisão sexual do trabalho⁴ consiste na atribuição da esfera pública, produtiva e ativa aos homens e da esfera privada, não produtiva e passiva socialmente, às mulheres. A definição de produtivo ou não produtivo seria a relação com o capital e sua posição no processo de produção de mais-valia. Para Marx (1985) o trabalho produtivo tem duas características: uma relação direta com o capital e a produção da mais-valia. Nesse sentido o trabalho doméstico é entendido como não produtivo, pois segundo Fausto Neto (1982) ele não tem relação direta com o capital, só indireta e, não cria mais valor.⁵ Contudo, a relação do trabalho doméstico – improdutivo e o trabalho produtivo da esfera pública, apresenta particularidades que devem ser analisadas no que diz respeito à produção no setor calçadista na medida em que esta realiza parte do processo de produção de mercadorias por meio de trabalho a domicílio com famílias operárias.

As transformações operadas na lógica da produção societária e a intensificação dos processos de reprodução e acumulação capitalistas das últimas décadas, levaram as grandes empresas a se organizarem seja em oligopólios – caso das empresas transnacionais ou, como já vimos, a terceirizar parte da atividade econômica. As estratégias de terceirização podem utilizar a produção similar de outras empresas de pequeno porte, evitando assim a duplicidade de produção ou repassar parte do processo produtivo para outras empresas menores, ou ainda, contratar trabalho em domicílio. Essas estratégias possibilitaram diminuir os gastos com a produção, produzir mais e de maneira mais diversificada, com menor custo de mão de obra e “estruturas produtivas menores”. Ganhou força a ideia de que as grandes empresas desapareceriam, pois elas estariam diminuindo suas plantas para dar lugar a empresas menores e mais modernas do ponto de vista das tecnologias de ponta. Contudo, esse processo não se efetivou, seja porque as pequenas e médias empresas por serem mais vulneráveis e refratárias, sofreram um processo de falência com o aprofundamento da crise dos anos 1980 e 1990, seja porque, as grandes empresas, as multinacionais entre elas, ao contrário da ideia de encurtamento de suas plantas industriais, expandiram-se para outras áreas e países e, no caso da indústria de calçados de Franca, expandiram-se para dentro das casas das famílias operárias.

Ao ampliar o seu processo produtivo, as grandes empresas não repassam tecnologia e nem recursos, ao contrário, elas os mantêm sob seu domínio aplicando-o na pesquisa tecnológica que permite inovar e tirar proveito da capacidade de produção das empresas com as quais terceiriza a sua produção. Essas empresas transferem operações para pequenas e/ou médias em momentos de êxito econômico e em momentos de crise, podem trazer para seu interior as operações antes terceirizadas, deixando em má situação as empresas médias, pequenas e micros com as quais formava as redes de produção.

Para Chesnais (1996), essa inferência é compatível com uma conclusão mais geral: a desconcentração e descentralização das operações produtivas associam-se à concentração e centralização da propriedade e do poder de decisão. O movimento dos capitais se dá no sentido do incremento do grau de oligopólio e não de sua diminuição (CHESNAIS, 1996). Além disto, as decisões estratégicas (investimentos, incremento tecnológico, pesquisa, etc.) são da competência

⁴ A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos – ela é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2008).

⁵ Para aprofundamento dessa questão, ver: Saffioti (1979).

exclusiva da matriz e ela segue a lógica da produção societária mundial e do estado atual do processo de acumulação do modelo de desenvolvimento econômico em vigência.

As empresas brasileiras tiveram que se adequar a essas mudanças. No setor de calçados muitas desapareceram, outras implementaram mudanças que apontavam para a terceirização de parte de sua produção como foi o caso já citado das empresas do setor de calçado de Franca e, como vimos, uma das estratégias foi diminuir o custo da mão de obra seja demitindo boa parte dos/as trabalhadores/as, seja recontratando-a por tempo determinado e por produção para alcançar metas estabelecidas, seja terceirizando parte da execução da produção com os/as trabalhadores/as nas bancas. Dessa forma algumas atividades foram terceirizadas diminuindo as atividades produtivas diretas.

Aqui no Brasil, como já apontado, ganhou certo espaço a ideia do desaparecimento das grandes empresas para dar lugar a empresas mais enxutas, menos pesadas; falava-se em diminuição do chão da fábrica, na medida em que se intensificava o processo de terceirização da produção, dividindo ou parcelando o processo entre países onde se encontrava abundante mão de obra precarizada ou até em situação de trabalho análoga ao de trabalho escravo. Adotando essa estratégia, o capital diminuiu os custos da produção, e passou a utilizar uma quantidade maior de trabalho morto em detrimento do trabalho vivo (MARX, 1985). Contudo, há que se perguntar: a indústria de calçado que usou como estratégia no processo de terceirização, a contratação do serviço de operários/as e ex-operários/as para realizar algumas tarefas e para tal, muitas vezes, financiou a compra de máquinas e equipamentos necessários para que as famílias pudessem realizar o trabalho em seu domicílio teria diminuído o espaço geográfico de sua planta e o seu poder decisório de todo o processo?

Ao contrário, na pesquisa que realizamos, constatou-se que o chão da fábrica se expandiu para muito além dos seus limites e, no caso da indústria calçadista de Franca, ocupou o espaço privado da esfera doméstica. Agora, o chão da casa – espaço doméstico, privado, não produtivo e passivo socialmente, passa a ser também um espaço da produção, portanto um espaço público, produtivo e ativo. As máquinas tomaram o lugar de outros móveis domésticos, como por exemplo, da mesa no centro da sala; as peças a serem costuradas tomaram o lugar dos assentos nos sofás. Em alguns casos as máquinas ocuparam o lugar do carro (que teve que ser vendido) na garagem.

Dessa forma contata-se que convivem produção e reprodução no espaço doméstico, portanto, o espaço doméstico entendido como o espaço da reprodução, no caso das famílias que trabalham a domicílio para a indústria calçadista de Franca, este espaço passou a ser também, espaço de produção. Porém, se mudou o status da família no que diz respeito ao processo de reprodução do capital, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho⁶ no interior dessas famílias, não houve mudanças significativas.

No que diz respeito a sua conformação na sociedade capitalista e no processo de reprodução da força de trabalho, essas famílias operárias continuam a exercer esse papel, mas elas se converteram, também, em uma unidade econômica de produção subsumida na produção mais geral das mercadorias.⁷

A lógica do processo de produção inclui necessariamente o processo simultâneo de reprodução tanto dos meios de produção (onde a força de trabalho é um de seus componentes essenciais) como das próprias relações de produção (onde é fundamental o componente ideológico de criação das constantes condições de manutenção do sistema) [...] a família desponta como uma unidade social que realiza internamente tanto uma quanto a outra. Reproduz o trabalhador – enquanto força de trabalho – na medida em que é dentro da família que se realiza toda uma série de atividades que permitem ao trabalhador repor sua força de trabalho, de tal forma que ela possa continuar a ser vendida. Em palavras mais simples, é na família que se realizam uma série de atividades que permitem ao trabalhador chegar à fábrica toda manhã (FAUSTO NETO, 1982, p. 18).

⁶ Hirata e Kergoat (2008, p. 263), ao analisar a divisão sexual do trabalho profissional e doméstico no Brasil, Franca e Japão, afirmam que “[...] falar em divisão sexual do trabalho é: primeiro mostrar que as desigualdades são sistemáticas e, segundo, articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos; em suma, para criar um sistema de gênero.”

⁷ Aqui não estamos nos referindo a família como uma unidade de renda (FAUSTO NETO, 1982), mas como uma unidade produção na esfera da produção de mercadorias em determinadas etapas do processo produtivo.

No caso das famílias que trabalham a domicílio para as fábricas de Franca, pode-se afirmar que a fábrica vem à sua casa e ocupa o espaço da sala, da varanda, da garagem. Essa introyeção permite aprofundar ainda mais a dimensão material da reprodução, associada a outra dimensão que é a reprodução ideológica não só da força de trabalho atual como a dos futuros trabalhadores inculcando neles os valores da sociabilidade capitalista.

A família, do ponto de vista da sua inserção na sociabilidade burguesa, tem, como afirmado acima, o papel da reprodução da força de trabalho e, para alguns autores, ela é também uma unidade de formação de renda. Para Oliveira (1976 apud FAUSTO NETO, 1982) ela realiza dois processos interligados: venda da força de trabalho e produção de valores de uso de consumo doméstico. Esses dois processos só podem ser realizados em determinado espaço e em um determinado momento histórico no qual as relações sociais vão sendo construídas.

Portanto:

A família é também uma unidade de relações sociais, de vivências sócio afetivas que se estruturam em torno a um sistema de códigos e categorias que estabelecem uma rede de reciprocidades, de trocas de direitos e de deveres entre seus membros. [...] Dessa forma, muitas das ações da família (tipicamente de superexploração da força de trabalho de seus membros) são ‘naturalizadas’ como próprias de seus deveres como chefes de família, pais, esposas, filhos mais velhos, etc. (FAUSTO NETO, 1982, p. 21).

Para Marx, o trabalho tem como finalidade última garantir a reprodução da força de trabalho: “Dada existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução e manutenção” (MARX, 1985, p. 141). No caso das famílias operárias, o trabalho a domicílio contribui também para o processo de reprodução da força de trabalho, na medida em que, os filhos, inseridos nas atividades das bancas, também aprendem o ofício com o pai.

O processo histórico de transformação do trabalho em mercadoria incluiu a desvinculação do trabalhador dos meios de produção e a sua transformação em trabalhador coletivo e sua força de trabalho em trabalho alienado (ANTUNES, 2005). Em um estudo sobre família operária, Macedo (1979) discute a ideia de que as famílias da classe trabalhadora na sua dinâmica trabalham para manter e reproduzir a força de trabalho na geração de filhos. “A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores” (ANTUNES, 2005, p. 142). E, no que diz respeito à reprodução ideológica, está se dá também no estabelecimento das relações de dominação e subordinação entre os gêneros e gerações (REIS, 1985).

O trabalho em domicílio – utilizando máquinas próprias – embora se coloque na linha da produção, não se constitui na apropriação de todos os meios de produção por parte dos trabalhadores nele inseridos, uma vez que se ocupam de uma parte da confecção do produto. No período inicial da crise, as empresas, no decorrer do processo de negociação da demissão com os trabalhadores para que pedissem demissão, até emprestaram as máquinas, mas logo em seguida passaram a alugá-las ou vendê-las aos trabalhadores, sobretudo, aos que tinham acerto de contas para fazer (JOSÉ, 2015)⁸, cabendo a eles e não à fábrica, o ônus do seu desgaste. Portanto, poderá haver certo grau de socialização da produção, contudo há uma apropriação privada da produção social e dos resultados dessa produção. Para Iamamoto (2001, 2004) a apropriação privada da produção social é a raiz da questão social entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.

Estudar as famílias operárias que realizam trabalhos a domicílio é analisa-las não só como unidades sociais nas quais incidem duas ordens de “lógica”: uma resultante de sua organização como unidade de parentesco, e outra, resultante da inserção específica de seus membros num sistema produtivo e de classes mais gerais, mas é também analisá-las enquanto uma unidade de produção nos moldes das unidades fabris a domicílio. Nesta análise deve-se levar em conta, entre outros fatores: os custos dessa produção em termos de tempo necessário (horas) utilizado, os gastos com energia elétrica, desgaste das máquinas, entre outros, para verificar até que ponto o capital divide com o

⁸ Trabalhador em banca de pesponto entrevistado em maio de 2015.

trabalho o custo da produção das mercadorias e ainda verificar quanto e de que forma este valor é agregado ao valor final da mercadoria por ele produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para repensar o fazer do Serviço Social no trabalho com famílias é necessário compreender o papel das famílias no processo atual de reprodução do capital em sua fase metabólica. Para uma maior aproximação com a realidade de Franca se faz necessário desvendar o processo de produção e reprodução do capital na principal atividade produtiva da cidade que é a produção de calçado.

A realidade social, que só se apreende por aproximação, ela é “[...] mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela” (LÊNIN, p. 215 apud MINAYO, 2004, p. 21).

A aproximação com uma realidade requer daquele/a que se propõe a aproximar-se uma atitude investigativa no sentido de enxergar para além da aparência, buscando encontrar a essência dos processos aí inseridos.

Aproximar-se do real requer apreender as suas particularidades para compreender seus variados e complexos determinantes. Compreender a situação das famílias operárias que trabalham no próprio domicílio em atividades que compõem o processo de produção de calçados em Franca pressupõe uma aproximação e observação apuradas dos processos de inserção, de forma terceirizada e precarizada da mão de obra. O que nos parece fundamental consiste em delinear uma concepção de investigação com o olhar atento para captar o movimento do real, numa perspectiva sociopolítica que seja relevante tanto para a análise científica da situação da classe operária (MARX, 1985), quanto para a orientação de uma prática de compromisso com o projeto político de classe trabalhadora, como preconiza o Projeto Ético Político da Profissão do Serviço Social (SANT’ANA, 2000).

Desse modo, aproximar-se de uma realidade com esse compromisso é assumir uma posição na complexa discussão da questão da neutralidade e da objetividade na pesquisa social, assumindo a posição de que não há neutralidade e a objetividade na análise de uma realidade sempre dinâmica é muito relativa.

Estudar como se articulam os processos de produção e reprodução do capital no interior das famílias operárias que realizam trabalhos domiciliares na indústria calçadista de Franca é a chave para compreender o papel e o lugar destas famílias na sociabilidade atual. Portanto conhecer e apreender o papel e o lugar das famílias operárias na nova configuração do processo de terceirização de algumas atividades do processo produtivo da indústria calçadista de Franca e, limite compreender qual sua contribuição aos novos padrões de acumulação capitalista, é condição *sine qua non* para uma intervenção assegurada pelo compromisso ético profissional como prerrogativa para a efetivação do projeto ético político da profissão.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.; CORSI, F. L. Dossiê globalização. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 7-10, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14620.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2015.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas (SP): Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: LOURENÇO, E. A. S.; SANT’ANA, R. S. (Orgs.). **O avesso do trabalho II:** trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular/FAPESP, 2010.

BOLETIM IOB. Manual de procedimentos: ICMS – IPI e outros. **Setor agropecuário - Diferimento do ICMS nas saídas internas de couros e peles**. Fascículo n. 48, nov. 2011. Disponível em: <http://livepublish.iob.com.br/abr/abr.dll/IC/RS/Conteudo/RS48_11.pdf> Acesso em: 21 jun. 2015.

CARMO, O. A. Serviço Social, identidade e gênero. **Revista Unilago**, São José do Rio Preto, v. 3, n. 1, p. 25-32, 2004.

_____. **Os homens das famílias do PETI**: Identidade de gênero e a relação com o espaço doméstico. 2008. 146 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de Histórica, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xama, 1996.

CHINALI, I. G. “**De volta ao lar?**”; Trabalho feminino e globalização. 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

DEDECA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In.: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. et al (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. São Paulo: Ed. da FGV, 2008.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAUSTO NETO, A. M. Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GUERRA, C. Marca Zara está envolvida em denúncia de trabalho escravo. **Veja.com**, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/marca-zara-esta-envolvida-em-denuncia-de-trabalho-escravo/>> Acesso em: 13 jan. 2015.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. et al (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. São Paulo: Ed. da FGV, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, E. A. S. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a05n118.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Peti-Competi**: uma análise intersetorial do trabalho infantil em Franca, SP. Relatório de Pesquisa e Extensão. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2013. (Mimeo).

_____. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200005> Acesso em: 12 jun. 2015.

MACEDO, C. C. **A reprodução da desigualdade**: projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo/SP: Hucitec, 1979.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 2.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2004.

NAVARRO, V. L. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In.: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. LOURENÇO, E. A. S. **A indústria de calçados de Franca (SP): reestruturação produtiva e precarização do trabalho.** Texto de apoio apresentado na oficina XVIII - "As expropriações do trabalho e a degradação da saúde nas indústrias calçadistas e da alimentação, do Projeto: "De que adoecem e morrem os trabalhadores hoje - A era dos monopólios, Estado e sindicalismo". Realizado na FUNDACENTRO-SP, 13 fev. 2014. (Mimeo).

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho.** Campinas: Autores Associados, 2004.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização.** A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2005.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In.: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo.** Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANT'ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 62, p. 68-72, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. et al (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** São Paulo: Ed. da FGV, 2008.

SUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo, 1991.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1980. (Teoria e história, 6).

VALENÇA, M. C. A.; BARBOSA, A. C. Q. A terceirização e seus impactos: um estudo em grandes organizações de Minas Gerais. **RAC**, v. 6, n. 1, p. 163-182, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n1/v6n1a10>> Acesso em 10 abr. 2014.

IMPACTOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*

Anita Pereira Ferraz**

Nathália Lopes Caldeira Brant***

RESUMO: Os múltiplos desdobramentos da política de educação acabam por formar diversificados espaços que desafiam o trabalho profissional do assistente social tanto na proposição da política de educação como nos processos educacionais que se estabelecem. Assim, importar refletir como tem se dado o trabalho profissional no âmbito da educação profissional e tecnológica a partir da análise do IFSULDEMINAS, no intuito de refletir sob quais condições tem se efetivado o trabalho e o impacto ao assistente social que ao se posicionar a partir do direcionamento ético, político e social da profissão assume demandas que superam suas condições objetivas e subjetivas.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica, Trabalho profissional do assistente social, Projeto Ético-político profissional

ABSTRACT: Education policy's multiple developments leads to the formation of various jobs which challenge social worker's professional labor in what concerns to policy's statements and to established education processes. Thus it's important to ponder about the way social worker's professional labor takes place in jobs related to professional and technological education, of what IFSULDEMINAS is an example, and about the conditions that sustain social worker's labor effectiveness, taking in consideration social worker's ethical, political and social guidelines and the impacts brought to them when assuming labor demands which exceed their objective and subjective conditions.

Keywords: Professional and technological education, Social worker's professional labor, Ethical and political professional project

INTRODUÇÃO

O Serviço Social se constitui a partir da realidade social em que se insere, se faz e refaz no seu desenvolvimento sócio-histórico e reafirma cotidianamente seu direcionamento ético, político e social na defesa da liberdade como valor ético central, na luta contra a desigualdade e na constante afirmação da necessidade e compromisso de construção com uma nova ordem societária.

Assim, ao se pensar no cotidiano profissional do assistente social já se visualiza a complexidade em que se insere a profissão e, então, os desafios que se coloca ao trabalho como também os impactos que os profissionais sofrem mediante os embates e lutas travadas no cotidiano.

A Política de Educação e os seus espaços institucionais têm se apresentado como possibilidade para intervenção profissional, a partir de uma vinculação que se tem com o Serviço Social e os processos educacionais além da relação com a construção, formulação e efetivação da Política de Educação.

Importa destacar que entende-se Educação enquanto Política Pública e a necessidade do protagonismo do Estado em garanti-la. Tem-se percebido que para o atendimento de particularidades, há uma fragmentação das ações e, portanto, uma variação das modalidades de ensino ofertadas além da interface de variações político-pedagógicas no intuito de atender o preceito legal que supõe o papel da Educação para “[...] preparar as pessoas para o exercício da cidadania, primando pelo pleno desenvolvimento e pela qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

As dimensões que se apresentam na Política de Educação são: educação básica, educação superior, educação profissional e tecnológica. Enquanto que educação do campo, educação especial, educação de jovens e adultos, etc. apresenta as interfaces que inferem nas dimensões da oferta da Educação.

Aqui limitar-se-á à educação profissional e tecnológica que a partir da Lei n. 11.892/2008 é ofertada a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que em 2010 já se constituía com 354 unidades. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2011).

* O presente trabalho apresenta reflexões apresentadas e publicadas no 3^a Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais ocorrido em 2013, em Belo Horizonte, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CRESS-MG). O trabalho na íntegra encontra-se publicado no Anais do evento.

** Assistente social no Instituto Federal de Brasília (IFB) - Câmpus São Sebastião, doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: anita.ferraz@ifb.edu.br.

*** Assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Câmpus Machado, doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP. E-mail: nathalia.brant@ifsuldeminas.edu.br.

A Rede Federal vem a partir de um processo de ampliação do acesso à Educação, com o intuito de fortalecer arranjo produtivo local e regional e combater as desigualdades socioeconômicas do entorno onde se estabelecem suas unidades, prioritariamente no interior do país, com a capacitação de força de trabalho para o mundo do trabalho. Inicia-se nos marcos do desenvolvimento do capitalismo monopolista e ganha tônica no acelerado desenvolvimento do capital e na necessidade de formação de força de trabalho de forma aligeirada.

[...] Vale dizer, a educação básica, superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra-hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por isso, não pode ser tomada como 'fator' isolado, mas como parte de uma totalidade histórica complexa e contraditória (FRIGOTTO, 2010, p. 25).

Nos espaços (re)construídos nesta totalidade histórica, no intuito de contribuir com a ampliação e garantia da permanência estudantil, os assistentes sociais tem sido requisitados para compor as equipes multidisciplinares existentes nos espaços educacionais. Essa já é uma realidade que perpassa todos os espaços da educação básica (sobretudo no ensino superior).

1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A objetivação do trabalho profissional se dá na relação ensino e aprendizagem na articulação com a tríade ensino/pesquisa/extensão na perspectiva da formação integral do educando nos âmbitos social, político, cultural e econômico.

Com o estabelecimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto n. 7.234/2010, os assistentes sociais assumem o protagonismo na efetivação da programação com o desafio de possibilitar a permanência a partir da gerência dos programas de auxílio estudantil que devem atender as seguintes modalidades: moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, esporte, lazer e cultura, etc.

Para a oferta das modalidades indicadas acima, as instituições devem regulamentar o PNAES além de apresentar os mecanismos de acesso a partir da elaboração de editais que esclareçam os critérios de elegibilidade para ser contemplado com tais modalidades com o auxílio financeiro que se viabiliza a partir do Programa de Auxílio Estudantil.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), tal regulamentação se deu a partir da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS (Resolução n. 101/2013 do Conselho Superior), elaborada com representantes das equipes multidisciplinares dos câmpus do IFSULDEMINAS. Há também o Regulamento do Programa Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS (Resolução n. 96/2014 do Conselho Superior), elaborada pelo grupo de assistente sociais do IFSULDEMINAS.

Parte da demanda que o profissional possui se constitui na elaboração dos editais e no desenvolvimento dos processos que organizem a seleção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir da análise socioeconômica. Entretanto a proposta do PNAES é desenvolver ações articuladas a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão, porém tem-se percebido uma simplificação da assistência estudantil no auxílio estudantil, e um reducionismo do trabalho profissional do assistente social à apenas o programa de auxílio estudantil.

É preciso reforçar que há demanda além do programa auxílio estudantil, uma vez que a intervenção profissional tem muito a contribuir no espaço e no processo educacional, na perspectiva de afirmação do direito à educação e à permanência estudantil com a proposição de ações que contribuam com a ampliação do conceito de cidadania para os estudantes, além da identificação das demandas e da articulação das ações necessárias (instituição/família/comunidade).

Com a oferta de cursos técnico integrado, concomitante, subsequente; tecnólogos; graduação (licenciatura e bacharelado); pós-graduação, a educação profissional tecnológica se propõe à formação de cidadãos no espaço contraditório em que se coloca como atendendo demandas do trabalho, na formação de força de trabalho para o mundo do trabalho.

A incompatibilidade da definição de Educação por parte do Estado com a do Serviço Social traz ao espaço de intervenção profissional sérios embates que dificilmente serão superados, mas

ainda assim permitem avançar na afirmação de uma Educação que não vise apenas à capacitação de certa força de trabalho para uma determinada ação, mas sim uma Educação que vislumbre a construção de cidadãos para o mundo do trabalho, contribuindo com a identificação e o sentido do trabalho que desenvolverão.

A realidade em que surgem tais embates é caracterizado pelo acúmulo de trabalho, imposto pelos processos seletivos do programa auxílio estudantil, que ocupa o cotidiano profissional de tal forma que nem sempre se torna possível o acompanhamento dos estudantes contemplados com o auxílio estudantil, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e acaba por ser simplesmente o repasse financeiro.

O exercício profissional exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças viva de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2015, p. 611).

O universo estudantil evidencia uma série de demandas que vão além do programa auxílio estudantil, mas que compõe todo o processo ensino-aprendizagem no processo educacional, entretanto não é o assistente social quem irá atender todas as demandas e realizar todas as ações, ainda que a identificação e articulação das demandas, sem dúvidas constituem atribuições do profissional no espaço escolar. Ainda assim, é possível a construção e o estabelecimento de um projeto profissional quando, ao conhecer a realidade do espaço educacional, proponha ações alinhadas com a permanência estudantil e então apresentar à instituição o que vem a ser o trabalho profissional do assistente social nos câmpus.

Há uma expectativa quanto ao profissional muito além do que sua possibilidade de ação oferece, pois como dito, a demanda imposta no cotidiano profissional nem sempre permite que se atendam todas as interfaces da intervenção profissional. O profissional se depara com o antagonismo das expectativas do fazer profissional com as condições objetivas em que se insere, e a sua própria condição subjetiva enquanto ser.

2 O LIMITE PROFISSIONAL E O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL

A perspectiva teórica e metodológica que predomina na profissão, com o seu direcionamento ético, político social (a partir do Projeto Ético Político Profissional - PEP), propõe uma leitura de realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade que apreende o movimento contraditório do real e compreende sua determinação a partir do embate entre as exigências do capital e as necessidades do trabalho, que constitui a questão social (campo da intervenção profissional).

As refrações da questão social inferem no cotidiano do espaço escolar, sobretudo no que diz respeito à permanência estudantil. Assim, os profissionais do Serviço Social acumulam uma demanda que perpassa o espaço escolar e evidencia a situação de vulnerabilidade socioeconômica que os estudantes se encontram permeados por contextos familiares impactados por essas refrações, como por exemplo: violência doméstica, desemprego, ausência de moradia, etc.

O profissional se coloca no embate pelo respeito entre os direitos sociais, civis, políticos e humanos e por considerar a constituição do Serviço Social, a profissão amadurece e afirma seu posicionamento enquanto categoria, segundo afirma Iamamoto (2014). A autora ainda coloca que:

[...] É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não possível abstrair – ou deles fugir – porque tecem a trama da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 618, grifo da autora).

A complexidade com que se apresenta a realidade do contexto escolar apenas reflete a totalidade da sociedade brasileira e incide na vida de indivíduos em um espaço que, primordialmente, deve possibilitar a formação de cidadão, o fortalecimento de potencialidades, a capacitação para o mundo do trabalho. Entretanto, ser unicamente responsável pela permanência dos estudantes, simplesmente apenas pelo gerenciamento do Programa Auxílio Estudantil, faz com que os assistentes

sociais tenham consigo uma responsabilidade que deveria ser protagonizada e administrada pelo Estado (enquanto oferta de equipe de trabalho e orçamento), além da equipe multidisciplinar que compõe cada espaço acadêmico.

Reconhecer o limite profissional é essencial para que ao se propor qualquer ação, consiga evidenciar a contribuição da profissão na equipe e minimizar os males que alcançam os estudantes que tem sua permanência fragilizada. O movimento contraditório imposto ao profissional que, por vezes, atua apenas na singularidade e não tem possibilidades de desvendamento do imediato imposto no cotidiano, dificulta uma possível aproximação das particularidades das vidas dos estudantes.

Ainda é preciso se fazer conhecida e esclarecida as atribuições do Serviço Social nos processos educacionais, especificamente, na educação profissional e tecnológica. A demanda institucional não deve supor o cotidiano do profissional, mas sim o conhecimento do que seja o trabalho profissional e sua dimensão na identificação da Educação e do espaço educacional em que se insere.

O acúmulo de demandas e a requisição de atendimento de demandas que sobrepõe o espaço de intervenção profissional, além das exigências institucionais e uma rotina burocrática excessiva com elaboração de planilhas, relatórios, análises socioeconômicas, etc., tem fragilizado o profissional ao ponto de atingir suas condições subjetivas e expor sua condição de saúde à impossibilidade de atendimento de todas as demandas impostas e dificulta a contribuição com situações extremas em que se encontram os estudantes mas que perpassam o espaço educacional.

O que tem se percebido, além do estresse gerado pela relação com a gestão institucional e o atendimento da demanda burocrática, é que os profissionais carregam uma sobrecarga que não se limita à apenas a responsabilidade enquanto técnicos, mas sim um sentimento de impotência ao procurar contribuir naquilo em que a profissão se propõe, em processos que potencializem níveis de emancipação e apontam na construção de outra ordem societária, que vai muito além do posicionamento profissional, mas constitui a visão de homem e de mundo que o profissional assume na realidade que se insere.

O posicionamento que advém do direcionamento da profissão infere diretamente na condição de vida do assistente social que, enquanto trabalhador, sofre os rebatimentos da precarização do trabalho e da terceirização do serviço público que ocasiona a redução de profissionais no espaço institucional com a proposta de terceirização de serviços privativos dos assistentes sociais (por exemplo a análise socioeconômica dos processos). A terceirização dos serviços prestados pela instituição escolar, distanciam e dificultam a afirmação e defesa de direitos dos estudantes, o que faz com que se assumam embates constantes que tem se tornado irrelevantes com uma estrutura que cada vez mais tende ao afastamento do Estado na garantia e primazia do direito à Educação.

É preciso ressaltar ainda que para que se tenha um compromisso com a ampliação e qualidade da permanência estudantil, os embates estabelecidos com os estudantes, sobretudo nos processos de seleção dos programas auxílio estudantil, colocam ao profissional um constante questionamento quanto ao compromisso profissional e a relevância de uma postura de resistência na afirmação dos direitos dos estudantes. O desafio que se coloca então é ampliar espaços de participação e protagonismo estudantil uma vez que:

[...] compreende-se que a inserção do Assistente Social no contexto escolar pode-se constituir em um agente integrador para que através da categoria participação, o profissional possa colaborar na construção de uma cultura de pertencimento, de significação e envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da instituição educacional (SANTOS, 2012, p.25).

O espaço institucional de intervenção profissional não compreende à leitura que se tem da realidade, o que o profissional consegue apreender do real não necessariamente implica nas condições objetivas que tenha para intervir e ainda que isso atinja sua subjetividade, o profissional precisa lembrar em todo momento que o compromisso com um projeto profissional circunscreve o limite profissional, ainda que o vincule a um projeto societário.

Dessa forma, o adoecimento do profissional tem sido cada vez mais presente e agravado, não apenas nos espaços da Política de Educação, mas percebe-se o adoecimento da categoria dada às condições objetivas dadas nos espaços sócio ocupacionais em que se faz presente o trabalho profissional do assistente social. Para tanto a formação profissional é essencial para que o profissional

não perca de vista o limite profissional e desvende a trama do real contribuindo no que a categoria profissional se propõe.

CONSIDERAÇÕES PARA O COTIDIANO PROFISSIONAL

Ainda que seja presente, no cotidiano, os desafios, embates e adoecimento, no contraditório as possibilidades se colocam e permitem a reafirmação do trabalho profissional no sentido da afirmação de direitos e ampliação de ações que contribuam para o desenvolvimento de cidadania dos estudantes e a possibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades.

A vinculação do profissional com a equipe pedagógica multidisciplinar da instituição contribui no desenvolvimento do trabalho educacional no fortalecimento da relação ensino e aprendizagem. Neste trabalho o profissional se atenta ao atendimento da família dos estudantes e comunidade, atendimento dos estudantes no intuito do protagonismo estudantil e no esclarecimento dos direitos e deveres dos discentes.

O reconhecimento da diversidade da comunidade acadêmica contribui para o desvendamento das demandas e elucida o limite profissional que é essencial para qualificar as ações a partir das condições objetivamente dadas, resguardando o profissional quanto sua subjetividade, questões físicas e de saúde.

A realização de ações na tríade da educação ensino/pesquisa/extensão, principalmente a extensão, possibilita fortalecer a função social da Instituição e o rompimento com os ‘muros’ institucionais, atendendo as necessidades da sociedade e contribuindo com o acesso ao direito a educação e fortalecer o arranjo produtivo local e regional minimizando as desigualdades socioeconômicas presentes no entorno.

O estabelecimento de parcerias com os equipamentos da rede socioassistencial, com movimentos sociais, com os conselhos, com associações, contribui para o melhor atendimento das demandas que surgem no espaço educacional possibilitando um atendimento que vai para além do Serviço Social e que contempla mais amplamente as necessidades que aparecem no espaço educacional.

Lidar com o campo das políticas sociais, particularmente da política de Educação, ocupar espaços que ampliem a permanência estudantil e que possibilite o maior acesso de toda população à educação, será sempre um desafio a ser superado no cotidiano profissional. O comprometimento de fato com o direcionamento político e social da profissão garante então que se esclareçam os caminhos que o profissional deve seguir.

A clareza do limite profissional e do espaço em que se insere é crucial para que o profissional de fato avance com aquilo que lhe é proposto, profissionalmente, e ainda garanta seu lugar dentro do espaço institucional.

No espaço dos Institutos Federais, o Serviço Social vem conquistando espaços e superando a impressão de que o fazer profissional é tão somente e simplesmente a Política de Assistência Estudantil. Mas que a partir das diretrizes e ações dessa Política, no universo maior da Política de Educação, a contribuição que esta profissão traz, na articulação com outras categorias, é essencial para a garantia de fato da permanência estudantil.

REFERÊNCIAS

BRANT, N. L. C. Reflexões do trabalho profissional do assistente social na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira. In. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 7., 2013. Belo Horizonte-MG. **Anais...** Belo Horizonte: CRESS-MG, 2013.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília-DF: 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23, dez., 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

CONSUP IFSULDEMINAS. **Resolução n. 101 do Conselho Superior do IFSULDEMINAS de 16 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2014/07janeiro-resolucoes/resolucao101.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Resolução n. 96 do Conselho Superior do IFSULDEMINAS de 18 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Disponível em <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2015/conselhosuperior/janeiro/05/resolucao96.2014.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2015.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artemed, 2010.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 34, n. 120, p. 609-639, out/dez. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Sinopse das ações do Ministério da Educação**. 2 ed. Brasília: MEC, 2011.

SANTOS, A. M. dos. Serviço Social na Educação: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. In: SCHENEIDER, G. M; HERNANDORENA, M. C. A. **Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SCHENEIDER, G. M; HERNANDORENA, M. C. A. Serviço Social Escolar: um olhar a partir da nova lei da Assistência Social e suas implicações ao estudante bolsista. In: _____. **Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, M. M. J. O lugar do Serviço Social na Educação. In: SCHENEIDER, G. M; HERNANDORENA, M. C. A. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

REFLETINDO SOBRE AS FUNÇÕES DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DOS ANOS 90: FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, ENSINO PROPEDEÚTICO OU A ARTICULAÇÃO DAS DUAS PROPOSTAS?

Fátima Rita Santana Aguiar*

Sarah Jane Alves Durães**

RESUMO: A (re)organização do sistema capitalista e das relações de trabalho, bem como a adoção das políticas neoliberais pelos governos, vêm demandando à escola a formação de um novo modelo de trabalhador. Desta forma, a partir da década de 1990, o sistema educacional brasileiro vem passando por uma série de reformas com o objetivo de atender as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Em linhas gerais, observa-se que a relação entre educação, trabalho e a formação oferecida pelo Ensino Médio vem sendo marcada por uma política voltada ao atendimento das exigências do mercado.

Palavras-chave: Ensino Médio, Educação, Neoliberalismo

ABSTRACT: *The reorganization of the capitalist system and work relationships, as well as the adoption of neoliberal politics by the governments, they are demanding the school the formation of a new worker model. Since the 90's, the brazilian education system is passing over a series of reforms with the objective of assist the changes that are happening in the world of work. In general lines, we concluded that the relationship among education, work and the formation offered by High School has been marked by a politics returned to the service of demands of the market.*

Keywords: High School, Education, Neoliberalismo

1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A história da educação brasileira, através das reflexões de autores como Aranha (1989), Piletti (2002) e Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), apresenta a trajetória e a consolidação do Ensino Médio como sendo, em certa medida, um ponto *frágil* na estrutura educacional brasileira.

A preocupação em incorporar as camadas populares no processo de escolarização somente veio ocorrer no Brasil a partir de meados do século XX ocasionado pelo início do processo de industrialização e pelo fortalecimento da ideia de que somente através da educação se poderia alcançar o desenvolvimento do país. Sob este ponto de vista: “A educação é reconhecida como uma variável, política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa” (CUNHA, 1980, p.16).

Este movimento vem crescendo de forma gradativa com relação ao ensino fundamental, existe hoje uma preocupação do Estado que é explicitada nas políticas públicas que vêm sendo implementadas, procurando garantir cada vez mais a universalização do ensino fundamental. Sobre a questão do ensino fundamental, vejamos o seguinte comentário:

O ensino fundamental, obrigatório, gratuito e de oito anos, cujo acesso está em vias de se tornar cada vez mais universalizado, se vê protegido com os mais diversos instrumentos de asseguramento, como obrigatoriamente, direito público subjetivo, proteção jurídica pelo ECA e pelo código penal, Fundep e programas compensatórios, como bolsa escola, bolsa-família entres outros. A rigor o ensino fundamental é objeto de uma política de focalização [...] (CURY, 2002, p. 17).

Contudo, apesar das políticas públicas de garantia de acesso e permanência dos alunos no ensino fundamental, ainda verificamos neste nível de ensino:

Esta etapa do ensino convive com quase 3 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola, e nela ainda estão presentes baixas taxas de conclusão e baixa qualidade (CURY, 2002, p.17).

Em referência ao Ensino Médio que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394/96, passou a ser considerado como etapa *final da educação básica*, este é gratuito e progressivamente obrigatório. No entanto, o seu processo de universalização parece estar bastante longe.

Também em relação ao Ensino Médio, Kuenzer (2000, p. 9), mostra-nos que:

* Docente da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Mestre em Desenvolvimento Social. E-mail: fatimaunimontes@bol.com.br.

** Doutora em Educação pela PUC/SP e doutoranda em Sociologia pela Universidade de Barcelona.

O Ensino Médio no Brasil tem-se constituído ao longo da história da educação brasileira como o nível de mais difícil enfrentamento, em termos de sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional *stricto sensu*.

A análise acadêmica sobre este nível de ensino tem mostrado que a trajetória do Ensino Médio vem sendo marcada por uma série de características que evidenciam a sua fragilidade. A falta de identidade do curso, que é marcado pelo descaso do Estado; com uma proposta pedagógica que, em muitas vezes, se mostra confusa e, sobretudo, duvidosa no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos destinados ao Ensino Médio, além da falta de um espaço físico próprio, pois geralmente funciona nos espaços não utilizados pelo ensino fundamental, são apenas algumas das situações apontadas nos estudos que contribuem para a fragilidade do curso.

Segundo Silva (2000, p. 233), “[...] o antigo 2º grau, hoje denominado Ensino Médio, na Lei n. 9.344/96 é sem dúvida um dos graus de ensino que mais padece de clara definição, entre os estudiosos da educação, no que se refere a sua finalidade específica.”

Piletti (2002), fazendo uma análise sobre a trajetória do Ensino Médio no Brasil, o apresenta como um curso sem identidade própria. Em seu estudo, o autor mostra que o curso passou por 21 reformas, contando da época da expulsão dos jesuítas até 1996, época da aprovação da LDB n. 9.394/96. Este aspecto pode ser confirmado a partir do seguinte comentário do autor:

De 1759, quando foram expulsos os jesuítas e realizadas as reformas pombalinas a 1996, quando foi promulgada a atual lei de diretrizes e bases da educação, sem levar em consideração as de menor expressão, contamos nada menos que vinte e uma reformas do ensino médio: uma no período colonial, nove durante o Império (1838, 1841, 1855, 1857, 1862, 1870, 1876, 1878 e 1881) e onze após a proclamação da República (1890, 1901, 1911, 1915, 1925, 1931, 1942, 1961, 1971, 1982, 1996) (PILETTI, 2002, p.21).

2 O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA MARCADA PELA DUALIDADE

No período colonial, a economia brasileira se desenvolveu basicamente em torno do engenho de açúcar, sustentado pela mão-de-obra escrava. Diante do contexto descrito, não havia necessidade por parte do sistema produtivo de um trabalhador com uma formação escolar mais complexa.

Silva (2000, p. 229) ressalta que, no período anterior, na República, onde a economia era movida pela mão-de-obra escrava e pela pouca complexidade do sistema produtivo, não se *exigia* da escola a preparação especificamente profissional. Comenta o autor:

[...] bastavam os conhecimentos de ler, escrever e contar. O Ensino Médio, nesse contexto, presta-se mais a preparar para o prosseguimento de estudos do que para o exercício de uma profissão definida, o que acontecerá no nível superior.

A chegada dos jesuítas ao Brasil, por volta de 1549, fez surgir a estrutura educacional brasileira. Aranha (1989, p. 119) esclarece este aspecto:

Apenas quinze dias depois da sua chegada, os missionários já fazem funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola ‘de ler e escrever’. É o início de um processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, quando os jesuítas são expulsos do país pelo Marquês de Pombal (ARANHA, 1989, p. 119).

Conforme Piletti (2002), os cursos de nível médio, oferecidos pelos jesuítas no período colonial, possuíam em média a duração de nove anos. Estes eram distribuídos da seguinte forma: “[...] cinco ou seis anos de letras humanas, mais três anos de filosofia e ciências” (PILETTI, 2002, p. 21). O curso se caracterizava, em termos de conteúdo, pela predominância da literatura e do clássico. Em relação ao método o que prevalecia era o formalismo.

Nesse caso, o modelo educacional jesuítico se constituía de forma *dual*. Aos índios se oferecia uma educação voltada para a docilização do indivíduo, com vistas a atender as necessidades

do sistema produtivo. Para os filhos dos colonos, uma educação com característica propedêutica. O currículo propedêutico era organizado da seguinte forma:

Os jesuítas montam aqui, desde o século XVI, a estrutura dos três cursos - letras humanas, filosofia e ciência (ou artes), teologia e ciências sagradas-destinadas à formação do humanista, do filósofo e do teólogo.

No curso de humanidades, considerado de nível médio, ensinavam latim e gramática para os meninos brancos e mamelucos (ARANHA, 1989, p.121).

A estrutura educacional jesuítica monopolizou a educação brasileira do período colonial (cerca de 1549) até por volta de 1759, quando da expulsão dos jesuítas do Brasil. O ensino de nível médio se caracterizou por uma formação de caráter elitista, propedêutica, de acesso reduzido, cuja função se restringia à formação da classe dirigente.

A partir de então, a educação brasileira passou por um período de *desorganização*. Após expulsar os jesuítas, acusando-os de *culturalmente retrógrados*, somente uma década mais tarde, é que o Marquês de Pombal inicia a reorganização do sistema educacional¹. A expulsão dos jesuítas do Brasil e a implantação da reforma pombalina desmontaram a estrutura educacional anterior.

Ao assumir a organização da educação brasileira, a reforma pombalina se dizia representante de um modelo de ensino mais *atualizado* e orientado pelo pensamento iluminista. Desmontada a estrutura educacional dos jesuítas que se materializava através dos estabelecimentos de ensino secundário, a reforma pombalina substituiu a *organização* dos jesuítas pela denominada *aulas régias*. Fato que trouxe ao ensino secundário uma situação de desorganização e desestruturação. As aulas régias passaram a se impor sobre os denominados cursos seriados, encontrando alguma exceção em alguns seminários eclesiásticos.

O ato adicional à constituinte de 1834 veio, de acordo com Aranha (1989, p. 192), reforçar ainda mais a descentralização do ensino de nível médio no Brasil:

Essa reforma descentraliza o ensino: cabe ao poder central promover e regulamentar o ensino superior e às províncias (futuros estados) cabem a educação elementar e a secundária. Assim, a educação da elite fica a cargo da coroa e a educação do povo é confiada precariamente às províncias.

Neste período também foram criados os liceus². Mesmo nos liceus, os alunos estudavam o que queriam e da forma como desejassem, ou seja, nem mesmo através dos liceus se conseguiu uma padronização para o ensino de nível médio. “Cada aluno estuda o que quer e como quer (salvo uma variável subordinação das matérias), concluindo os seus estudos no tempo em que se pode [...]” (PILETTI, 2002, p. 26).

No Rio de Janeiro em 1837/1838, foi criado o colégio de Pedro II, com o objetivo de tornar-se um padrão para as demais instituições de Ensino Médio. A proposta inicial deste educandário era de oferecer cursos seriados com a duração de sete anos, oferecia aos concluintes o grau de bacharelado em letras o que possibilitava ao egresso a sua entrada no curso superior sem que tivesse que prestar exames.

Em 1885, porém, o colégio de Pedro II adotou o sistema de matrículas avulsas extinto em 1876 e retomado em 1878. Havia na realidade uma disputa entre o sistema seriado, e o sistema de aulas avulsas. Vejam este exemplo com relação ao próprio colégio Pedro II:

No último ano, no externato para 269 alunos matriculados no curso seriado havia 208 estudantes avulsos, que se limitavam a estudar as disciplinas exigidas nos exames de preparatórios para o ingresso no ensino superior (PILETTI, 2002, p.26).

¹ De acordo com Aranha (1989), o Marquês de Pombal substituiu o ensino dos jesuítas pelas aulas régias. A educação brasileira foi retirada das mãos dos jesuítas e entregue ao Estado. As aulas régias se organizavam de forma autônoma e isolada. Um único professor, não havia articulação entre as aulas. De uma forma geral, a reforma Pombalina deveria seguir os ideais iluministas, mas na prática prevaleceu um sistema de ensino marcado pelo autoritarismo e pela censura.

² De acordo com Piletti (2002, p. 26), os liceus eram a reunião das cadeiras avulsas então existentes.

Através do exemplo demonstrado pelo autor, na disputa das duas propostas, a opção pelas aulas avulsas ganhava em disparada a preferência dos alunos. Outro aspecto a despeito da proposta do colégio é que sua proposta educativa era fundamentalmente propedêutica:

Embora o ensino secundário fosse da alçada das províncias, esse colégio fica sob a jurisdição da coroa, e é o único autorizado a realizar exames parcelados para conferir grau de bacharel, indispensável para o acesso aos cursos superiores. Tais distorções fazem com que o ensino secundário se torne cada vez mais propedêutico (ARANHA, 1989, p.192).

Assim, as reformas propostas para o ensino de nível médio neste período:

Limitaram-se às modificações superficiais no Colégio de Pedro II – supressão, substituição ou introdução de disciplinas; mudança de carga horária etc. – e a alteração pouco significativa no sistema de exames, que não chegaram a abalar o predomínio dos estudos secundários avulsos (PILETTI, 2002, p. 27).

Através do que nos relata o autor, fica explícito que este ensino de nível médio se apresentou estruturalmente *desorganizado*, representando, para a sociedade brasileira, um ensino com pouca importância. Os alunos preferiam os estudos avulsos, já que estes representavam o caminho mais curto para o acesso ao curso superior.

Verifica-se, no período de 1860 a 1890, a criação, pela iniciativa privada, de alguns colégios. Neste período se criaram também as primeiras escolas normais do país.

Faria Filho (2003) e Silva (2000) discutem que, com o advento da República, surgiu a necessidade de uma população *esclarecida* para a consolidação do novo sistema de organização política da sociedade. O Estado passa a investir no ensino primário procurando atender o maior número possível de crianças. Já em relação ao ensino de nível médio, as suas alterações se processam de forma mais lenta que a do ensino primário.

Kuenzer (2002b) comenta que, mesmo existindo anteriormente algumas experiências privadas objetivando a formação profissional, foi somente em 1909 que a formação profissional apareceu como política pública.

A responsabilidade do Estado inicia-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais (KUENZER, 2002a, p. 27).

O primeiro objetivo dessas escolas era de *moralização*, ou seja, a formação do caráter através do trabalho. Este modelo de ensino tinha como foco “[...] os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua” (KUENZER, 2002a, p.27). Em um contexto de desenvolvimento industrial praticamente inexistente, a preocupação do ensino secundário recaiu na formação moral.

A partir daí foram se desenvolvendo alternativas destinadas à formação de trabalhadores, de modo que, até 1932, ao curso primário havia as alternativas do curso rural e curso profissional com quatro anos de duração às quais poderiam suceder outras alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho no nível ginásial: normal, técnico agrícola. Essas modalidades voltavam-se para as demandas de um processo produtivo em que as atividades nos setores secundário e terciário eram incipientes, e não davam acesso ao ensino superior (KUENZER, 2002a, p. 27).

A partir de 1930, com o desenvolvimento do processo de industrialização, a demanda por uma educação para a profissionalização se fortalece. Sobre este aspecto ressalta o autor:

No período histórico que se inaugura com o Governo Getúlio Vargas, em 1930, aconteceram diversas iniciativas no sentido de dotar a escola de instrumentos que fornecessem os profissionais qualificados pedidos pela indústria nacional em formação em expansão. Com o ensino destinado à formação técnica dirigido principalmente a população menos favorecida, o governo criou as *leis orgânicas*, que constituíram os ramos do ensino, pensados e organizados autonomamente uns em relação aos outros, dificultando e mesmo impedindo o trânsito dos novos estudantes entre os mesmos (SILVA, 2000, p. 229, grifo do autor).

O modelo de ensino deste período não apresentava diferenciação no seu aspecto dual e elitista, característica já presente desde o período colonial.

Kuenzer (2002a) alerta que esta dualidade se fortalece ainda mais em 1940, em decorrência da variedade de diversos ramos profissionais que são criados com o desenvolvimento dos setores secundário e terciário.

De acordo com Kuenzer (2002a, p. 28), o ensino de nível médio ou secundário somente passou a se estruturar definitivamente como curso, a partir de 1942, através da Reforma Gustavo Capanema.

[...] a reforma Capanema faz o ajuste entre as propostas pedagógicas então existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores e as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho.

O curso era composto pelo científico e pelo clássico, tendo a duração de três anos e com o objetivo de formação para o ingresso no curso superior. Existiam também o curso normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, porém estes não asseguravam o acesso ao curso superior. O que se procurava era:

[...] uma primeira tentativa de articulação entre as modalidades do ramo secundário (científico e clássico) com os cursos profissionais admitida mediante exames de adaptação. Abria-se uma via, portanto, de acesso ao nível superior para os egressos dos cursos secundários profissionalizantes (KUENZER, 2000, p.13).

Como podemos verificar, neste período, o dualismo era bastante presente na educação brasileira, situação que vem se perpetuando desde as primeiras experiências educativas formalizadas. Este fenômeno tem como característica uma estrutura educacional baseada na clássica divisão entre a escola destinada à classe menos favorecida e a escola para atender os alunos pertencentes à classe burguesa. De um lado, um modelo de educação pautado na concepção de uma formação acadêmico/generalista, voltada para a construção, pelos alunos, de conhecimentos mais amplos e, do outro lado, um modelo cujo objetivo era que os alunos adquirissem um conjunto de técnicas necessárias ao desempenho do seu ofício.

Este período também é marcado pelo surgimento das escolas profissionalizantes como Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI)³, cujo objetivo era a formação da mão-de-obra qualificada destinada basicamente aos alunos pertencentes às classes menos favorecidas.

Em 1961, o dualismo - formação propedêutica e formação profissional - presente no ensino aparentemente se encerrou com a LDB n. 4.024/61 que reconheceu a igualdade entre os cursos de segundo grau.

A partir dos anos 60 várias tentativas foram feitas no sentido de criar dispositivos legais que rompessem a tradicional dicotomia entre o ensino técnico destinado às classes subalternas e o acadêmico, destinado às elites e classes dirigentes (MANFREDI, 2000, p.4).

O acesso ao curso superior passaria a ser direito de todos que cursassem o segundo grau, independente de o curso ser propedêutico ou profissional. Anteriormente a esta lei somente tinha acesso ao curso superior o aluno que cursasse o ensino propedêutico.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 4.024/61), foi feita a articulação completa entre os cursos secundários de 2º ciclo e profissional para o acesso ao ensino superior. Comenta Kuenzer (2000, p.15):

A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário acabaram por viabilizar o reconhecimento da legitimidade de outros saberes, não só os de cunho geral, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

³ “Remonta, também, à primeira metade dos anos 40 a criação da rede de escolas de formação profissional organizada e gerida pelo empresariado dos diferentes ramos e setores econômicos. Foi desta forma que se consolidou no país uma extensa rede de educação formal e profissional paraestatal, gerenciada de forma privada, apesar de financiada com recursos públicos. O sistema “S” composto, inicialmente pelas redes SENAI e SESI (no setor industrial), SENAC e SESC (no setor de serviços) e, mais tarde, pelo SENAR (agricultura) e SENAT (transportes) e SEBRAE – constitui hoje a maior rede de instituições de formação profissional, atuando de forma independente e paralela aos sistemas públicos de ensino e orientada exclusivamente para as necessidades ocupacionais e profissionais do mercado de trabalho” (MANFREDI, 2000, p.3).

A crítica apontada pela autora é que, sem negar o avanço ocorrido com a equiparação dos dois cursos, ainda assim esta medida não conseguiu superar a dualidade estrutural existente:

Embora se constituía em inequívoco avanço, a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para distintas clientela, voltados para as necessidades bem definidas da divisão do trabalho, de modo a formar trabalhadores instrumentais e intelectuais através de diferentes projetos pedagógicos (KUENZER, 2002a, p. 29).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que passou a vigorar a partir de 1971, uma nova reforma foi feita no ensino de nível médio. Com esta modificação a profissionalização tornou-se compulsória.

É importante salientar que esta idéia de profissionalização universal e compulsória ocorreu, no Brasil, em momento que o país objetivava participar da economia internacional e, nesse sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho (MANFREDI, 2000, p. 4).

Complementando a análise de Manfredi (2000), Kuenzer (2002a, p. 29) nos diz que: “[...] a expectativa do desenvolvimento industrial com suas cadeias produtivas levava a antever significativa demanda por força de trabalho qualificada, notadamente no nível técnico.” A reforma trouxe a obrigatoriedade da vinculação entre trabalho e o ensino secundário. Por outro lado faltavam nas escolas a estrutura física, recursos humanos e financeiros para a implementação, ocorrendo o que Silva (2000, p. 231) aponta: “[...] uma grande simulação de modo a que aparente e formalmente, as escolas cumprissem a lei.”

A Lei n. 5692/71 passou por diversas modificações. Em 1982 através da Lei n. 7.044/82 fez extinguir a obrigatoriedade da profissionalização do curso de nível médio.

Como nos relata Silva (2000), a Lei n. 7.044/82 entendia que a preparação para o trabalho deveria ser preocupação desde o 1º grau e não se restringiu apenas ao 2º grau. Assim foi retirada a expressão *qualificação para o trabalho*, que foi substituída por *preparação para o trabalho*. Qualificar para o trabalho era entendido como a formação para uma tarefa específica e, como constava na Lei n. 5.692/71, esta ocupação já apresentava uma detalhada descrição das atividades e os pré-requisitos necessários. Já a expressão *preparação para o trabalho* equivalia a uma educação para a vida produtiva, onde o educando não teria um treinamento específico, mas sim a oportunidade de adquirir conhecimentos, atitudes e habilidades que o qualificariam para assumir o trabalho.

Na percepção de Manfredi (2000), esta nova reforma na realidade contribuiu ainda mais para a desestruturação do Ensino Médio, eis o comentário da autora:

A velha dualidade que, na prática, não havia sido questionada, voltava, assim a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais. No entanto, deixou como legado sua contribuição para tornar ainda mais ambíguo e precário o ensino médio e para a desestruturação do ensino técnico oferecido pelas redes estaduais, desestruturação da qual só escaparam as escolas técnicas federais, provavelmente em razão da relativa autonomia com que contavam, desde 1959 (MANFREDI, 2000, p.5).

3 O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DOS ANOS 1990

As novas demandas e exigências provocadas pela reestruturação produtiva e a reorganização do mundo do trabalho fizeram emergir, a partir da década de 1990, uma série de debates e ações visando à estruturação do Ensino Médio. Estas transformações vêm trazendo várias implicações para a organização educacional. Uma nova linguagem vem sendo refletida com vocábulos como: globalização, empregabilidade, flexibilidade dentre outros que passaram a fazer parte da temática das propostas pedagógicas do setor educacional.

Existe também uma releitura do capital humano, que afirma que a educação é a principal responsável pela inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Propagando a necessidade de reformas no ensino de modo a atender as necessidades do mercado de trabalho. Este pensamento

pautado nos termos do ideário capitalista parece *ignorar* as situações de desigualdades provocadas pelos processos históricos de dominação entre as classes.

O discurso da *necessidade de mudanças* propagado pelos neoliberais, bem como a própria mobilização dos educadores têm trazido à baila os desafios a serem enfrentados pelo Ensino Médio. Sobre este aspecto, vejamos a análise da autora:

Novas demandas e necessidades tencionam velhas estruturas e fazem emergir, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional. Por um lado, há que se enfrentar o desafio de atender aos grandes déficits de escolarização do ensino fundamental e dos ensinos médio e profissionalizante e, de outro, fazer face às exigências de construção de uma nova institucionalidade que dê conta dos processos em curso de reestruturação produtiva, internacionalização da economia brasileira e de disputa pela ampliação dos direitos sociais (MANFREDI, 2000, p.5).

A crença no poder da educação, enquanto motor propulsor de desenvolvimento, o avanço das lutas sociais no sentido de se universalizar a educação e as exigências do setor produtivo em relação à formação dos trabalhadores têm contribuído para a expansão do Ensino Médio.

Se o acesso ao Ensino Médio, no decorrer da sua trajetória, mostrou-se restrito a uma pequena elite, percebe-se que, no momento atual, em termos *quantitativos*, este nível de ensino tem se mostrado em expansão, apesar de ainda não atender de forma suficiente todo o país.

A (re)organização Ensino Médio o incluiu na educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), através do seu artigo 22, faz a unificação das três etapas (Infantil, Fundamental e Ensino Médio). Com esta ação, as três etapas passam a integrar a denominada educação básica⁴. O Ensino Médio torna-se a etapa final e conclusiva da educação básica.

A partir desta integração, são atribuídas ao Ensino Médio algumas características, como informa Cury (2002, p.17):

O ensino médio – gratuito no âmbito do ensino público –, no ordenamento jurídico vigente, deixou de ser independente da educação básica e tornou-se a etapa conclusiva da mesma educação;

O ensino médio tornou-se progressivamente obrigatório;

O ensino médio tornou-se co-requisito para cursos de educação profissional de nível técnico e o certificado conclusivo do ensino médio tornou-se pré-requisito para o diploma da educação profissional de nível técnico.

O Ensino Médio, a partir da LDB n. 9.394/96, assume um caráter generalista, com a função de oferecer ao discente: “[...] a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação [...]” (BRASIL, 1996). Sobre esta formação geral comenta a autora:

Com relação às mudanças no seu caráter, o primeiro fator que é possível identificar é a forte tentativa de compreender o ensino médio como uma etapa de ensino que corresponde à parte final da formação geral, à qual todos os indivíduos deveriam ter acesso (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

A organização curricular do novo Ensino Médio tem uma base nacional comum que corresponde a 75% da carga horária do curso. E a parte diversificada que corresponde a 25% do total geral da carga horária.

A base nacional comum está estruturada conforme competências básicas distribuídas em três áreas: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias. Essas áreas não devem eliminar as disciplinas, ao contrário, visam permitir reagrupar os conhecimentos, evitando-se a fragmentação (OLIVEIRA, 2002, p. 54).

⁴ Posta como um nível da organização da educação nacional, tanto quanto o ensino superior é o outro nível. Trata-se de um conceito que unifica as três etapas sucessivas da educação escolar nacional: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (CURY, 2002, p.16).

De acordo com Oliveira (2002), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) explicitam que o Ensino Médio é de formação geral e que este deverá desenvolver as competências e habilidades básicas dos discentes.

Na análise das diretrizes percebe-se que a proposta de educação geral vem atrelada à formação profissional, *na medida em que se ressalta a formação básica do trabalhador*:

Por isso, pode-se considerar que a educação básica, neste momento, reveste-se de caráter profissional, já que está compreendida como requisito indispensável à inserção da força de trabalho nos processos produtivos, a partir da demanda por uma formação mais flexível e adaptável às mudanças (OLIVEIRA, 2002, p.56).

Nesta lógica, o Ensino Médio deve desempenhar a função de preparar o trabalhador para atuar em diversas funções no processo produtivo, além de o tornar apto a frequentar cursos e treinamentos de acordo com as demandas existentes. Sua função será a formação básica, a formação profissional, num âmbito mais específico, será feita através de cursos específicos.

Com o Decreto Federal 2.208/97, a educação profissional foi desmembrada do Ensino Médio. Esta questão também é discutida por Manfredi (2000, p. 24):

Esta estratégia de divisão de redes tende a comprometer a democratização do acesso ao ensino médio para os vastos setores das classes populares, elitizando-o e abrindo possibilidades para que a atual rede de escolas públicas técnicas possam funcionar com o aporte de recursos advindos da iniciativa privada. Isso, no final das contas significa diminuição de verbas públicas para o ensino profissional.

Este decreto determina que a educação profissional seja desenvolvida de forma articulada com o ensino regular ou em forma de educação continuada. Ela poderá ser ofertada nas escolas de ensino regular, em instituições especializadas, ou no próprio local de trabalho. Poderá ser de nível básico, técnico e tecnológico. A educação profissional foi dividida nos seguintes níveis:

I-básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;

II-técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III- tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

Manfredi (2000) qualifica como positiva a alteração proposta no discurso oficial, na medida em que, através deste modelo, é possível adequar a formação à diversidade da economia e da própria sociedade brasileira, além da adequação da própria estrutura escolar aos desafios propostos pelo processo de globalização. Entretanto, a autora nos chama atenção para o seguinte aspecto:

Os textos legais ampliam o conceito de educação profissional, não mais entendida como uma formação para atuar no mercado de trabalho e reconhecem que esta educação se concretiza para além dos muros escolares, em outros espaços sociais, como no trabalho, em sindicatos, etc. Contudo quando se trata de garanti-la como direito, não há nenhuma preocupação em delinear estratégias que possibilitem sua concretização (MANFREDI, 2000, p.23).

O último aspecto que queremos discutir diz respeito à própria questão de identidade do Ensino Médio. Como discute Piletti (2002), o Ensino Médio no Brasil, desde o período colonial, apresenta como característica a falta de identidade no que diz respeito aos seus objetivos e função. A proposta atual desta modalidade de ensino (LDB n. 9.394/96) se propõe a uma formação *geral* e o constitui como a *etapa final da educação básica*. O artigo 36 da LDB n. 9.394/96, em seu § 4º, esclarece que esta modalidade de ensino deve atender a formação geral do educando. O artigo estabelece uma distinção entre a formação geral e a habilitação profissional:

§ 4º. A preparação geral do trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (BRASIL, 1996).

Esta habilitação profissional poderá ser feita dentro da própria instituição escolar e/ou com convênios com outras instituições de ensino. Nossa crítica diz respeito à não obrigatoriedade da oferta destes cursos para os alunos que concluíram o Ensino Médio e que gostariam de se especializar em alguma área.

Conscientes de que somente a certificação não é suficiente para a entrada no mercado, que o problema do desemprego não reside somente no campo educacional e, ainda, céticos em relação à ideologia do capital humano apregoada pelos neoliberais, ainda assim, chamamos atenção para o fato de que o Estado tem se mostrado alheio em relação a esta problemática social bastante séria.

Este *aparente desinteresse* do Estado pode ser explicado através da seguinte reflexão de Manfredi (2000, p. 24):

Uma possível resposta para esta indagação tem a ver com a perspectiva de redução de custos. O custo médio/aluno no ensino profissionalizante é muito mais alto do que o custo/aluno do ensino médio regular. Assim, a separação das redes permite, por um lado, que a democratização do acesso seja feita através de um ensino regular de natureza generalista que é bem menos custoso para o Estado do que um ensino de caráter profissionalizante e, de outro, enseja a possibilidade de construção de parcerias com a iniciativa privada, para a manutenção e ampliação da rede de educação profissionalizante.

Dessa forma a política neoliberal desenvolvida nas últimas décadas tem determinado cada vez mais a redução do custo/aluno o que provoca uma grande exclusão social. É necessário repensar políticas públicas na área educacional, no setor de geração de empregos e de distribuição de renda, no sentido de buscar uma diminuição no número de pessoas excluídas socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, o que se percebe é que a trajetória do Ensino Médio no Brasil vem sendo marcada por indefinições e propostas pedagógicas ambíguas. Todavia, a escola pública, de maneira geral, e o Ensino Médio, em específico, tendem a priorizar basicamente as necessidades do mercado capitalista. Nessa perspectiva, a formação do trabalhador está diretamente delineada por um contexto de desemprego estrutural, por diversos mecanismos de exclusão social, condições precárias de emprego e ainda pelo enfraquecimento da articulação sindical destes trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ARANHA, M. L. A. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.

ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23, dez., 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília-DF: MEC/SEMTEC, 1999.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CURY, C. R. J. Políticas atuais para o Ensino Médio e a educação profissional de nível técnico: problemas e perspectivas. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília-DF: Plano, 2002.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no século XX. In: _____; LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Moraes Ltda, 1984.

GENTILI, P. A. A. Neoliberalismo. **ADVIR**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 23-31, abr. 1996.

_____. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise no trabalho**: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER, A. Z. (Org). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. A escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília-DF: Plano. 2002b.

_____. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 63).

MACHADO, Lucília R. S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, S. F. (Org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento da Cultura Marxista, 1996.

Manfredi, S. M. A reestruturação do trabalho e os desafios para a formação profissional no Brasil - projetos e perspectivas dos diferentes atores sociais. In.: Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo – ALAST, 3., 2000. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 15/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília-DF: MEC/CNE, 1998.

_____. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 3 de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 3 maio 2006.

OLIVEIRA, D. A. O ensino médio no contexto das políticas para a educação básica. In.: In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Orgs.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília-DF: Plano, 2002.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino médio**. São Paulo: Ática, 2002. (Série Educação).

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVA, J. M. da. O ensino médio e a educação profissional. In: MENESES, J. G. de C. (Org.). **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2000.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L. R.; NORONHA, O. M. **História da educação:** a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar).

Murilo Celli
Diagramação
STAEPE (Unesp Franca)